

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARIA DE NAZARETH MENDES

**SAÚDE, HIGIENE E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO DURANTE A PRIMEIRA
REPÚBLICA (1889–1930)**

São Luís

2025

MARIA DE NAZARETH MENDES

**SAÚDE, HIGIENE E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO DURANTE A PRIMEIRA
REPÚBLICA (1889–1930).**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a realização do exame de qualificação do Doutorado em Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão.

Linha de Pesquisa: História e Políticas Educacionais

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Mendes, Maria de Nazareth.

Saúde, higiene e educação no Maranhão durante a primeira república 1889-1930 / Maria de Nazareth Mendes. - 2025.
287 f.

Orientador(a): César Augusto Castro.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. História da Educação. 2. Saúde e Higiene. 3. Práticas Escolares Higienistas. 4. Cultura Material. I. Castro, César Augusto. II. Título.

MARIA DE NAZARETH MENDES

**SAÚDE, HIGIENE E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO DURANTE A PRIMEIRA
REPÚBLICA (1889–1930)**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a realização do exame de qualificação do Doutorado em Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão.

Linha de Pesquisa: História e Políticas Educacionais

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro

Data da qualificação: ____/____/2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. César Augusto Castro (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Delcineide Maria Ferreira Segadilha
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Junior
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Heloisa Helena Pimenta Rocha
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Samuel Luís Velázquez Castellanos
Universidade Federal do Maranhão

São Luís
2025

Aos meus amados pais, Valdemar Mendes da Silva e Francisca Barbosa da Silva, que permanecem vivos em meu coração e nas memórias que me guiam todos os dias. Dedico este trabalho a vocês, como uma expressão da gratidão pelo amor, pelos ensinamentos e pelos valores que me transmitiram ao longo da vida. A coragem e a resiliência que aprendi com vocês foram fundamentais para que eu alcançasse este momento. Ainda que ausentes fisicamente, sinto a presença de vocês em cada passo desta caminhada. Este trabalho é uma homenagem ao legado que construíram e à força que sempre me inspiraram.

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha luz e refúgio, agradeço por todas as bênçãos e forças recebidas ao longo desta jornada. Em cada momento de dificuldade e em cada conquista, senti Sua presença guiando meus passos.

À minha família, o coração de tudo que sou e faço. Ao meu amado esposo, Adney Teles, por seu amor inabalável, paciência e apoio constante, que me sustentaram nos dias mais desafiadores. Aos meus filhos, Allan Mendes Marques e Lucas Mendes Teles, que me inspiram com sua alegria e sonhos, e à minha nora, Juliana Leite Simas Vaz, que trouxe ainda mais amor e união ao nosso lar.

Aos meus pais, Valdemar Mendes da Silva e Francisca Barbosa da Silva, que mesmo não estando mais entre nós, continuam a me guiar com os valores e o amor que plantaram em meu coração. Ao meu irmão, José Valdeney Mendes da Silva, que permanece vivo em minhas memórias mais preciosas. À minha irmã, Maria Izaira da Silva Brandão, minha companheira de vida, por seu apoio e afeto em cada etapa desta caminhada.

Aos professores que cruzaram meu caminho e enriqueceram minha formação, meu eterno reconhecimento: ao Prof. Dr. Cesar Augusto Castro, pela orientação acolhedora e inspiradora; ao Prof. Dr. Samuel Luís Velásquez Castellanos, pelas valiosas contribuições e troca de ideias; ao Prof. José Augusto, pela sabedoria compartilhada; ao Prof. Dr. Thiago Nelson, pelo estímulo intelectual e generosidade; e à Prof.^a Dr.^a Delcineide Maria Ferreira Segadilha, pelo olhar atento, apoio e contribuições que fizeram diferença ao longo deste percurso. Cada um de vocês deixou uma marca especial neste trabalho.

Ao NEDHEL – UFMA, meu agradecimento sincero por ser um espaço de aprendizado, acolhimento e troca. Vocês foram fundamentais para que esta tese ganhasse forma e significado.

E a todos que, de alguma forma, estiveram ao meu lado nesta trajetória — seja com uma palavra de incentivo, uma escuta atenta ou uma simples presença —, meu muito obrigada. Este trabalho é também fruto de cada gesto de carinho e apoio que recebi ao longo dessa jornada.

Dedico esta conquista a todos vocês, que são parte de minha história.

RESUMO

Esta tese investiga a inter-relação entre saúde, higiene e educação no Maranhão durante a Primeira República (1889–1930), com ênfase no ideário higienista e sua tradução em práticas e representações no âmbito escolar. O objetivo geral consiste em analisar como as concepções sobre saúde, higiene e educação se traduziram na implementação, legitimação e representação das práticas higienistas nas escolas do Maranhão, relacionando-as ao projeto político-pedagógico da Primeira República. Metodologicamente, a pesquisa se fundamenta na História da Educação, com ênfase na História Cultural, orientada pelos aportes de Chartier (1990), Bourdieu (1980, 1983, 1989, 1990), Barros (2016) e Castro & Castellanos (2020). O estudo mobilizou um corpus documental diversificado, composto por fontes legais (leis, decretos e regulamentos), fontes administrativas (relatórios de governadores e de inspetores escolares) e fontes jornalísticas (imprensa de ensino e imprensa geral), possibilitando uma análise crítica das representações e práticas higienistas no contexto educacional maranhense durante a Primeira República. A análise crítica dessas fontes permitiu analisar os sentidos atribuídos ao higienismo no cotidiano escolar, identificar seus agentes de legitimação e captar as formas locais de apropriação e resistência. Os resultados evidenciam que o higienismo assumiu configurações particulares, impactadas por desigualdades regionais, precariedades estruturais e pela fragilidade do Estado republicano. A pesquisa contribui para a historiografia da educação ao evidenciar que o higienismo escolar não foi uma política uniforme e centralizada, mas um fenômeno apropriado, reinterpretado e tensionado nas escalas locais. A experiência maranhense revela especificidades que desafiam narrativas lineares da história da educação brasileira, reforçando a importância de leituras regionais para compreender os processos de institucionalização da saúde e da educação no Brasil republicano.

Palavras-chave: História da Educação; Saúde e Higiene, Práticas escolares higienistas, cultura material escolar.

ABSTRACT

Abstract

This thesis investigates the interrelationship between health, hygiene, and education in Maranhão during the First Republic (1889–1930), focusing on hygienist ideology and its translation into practices and representations within the school environment. The general objective is to analyze how conceptions of health, hygiene, and education translated into the implementation, legitimization, and representation of hygienist practices in Maranhão schools, linking them to the political-pedagogical project of the First Republic. Methodologically, the research is grounded in the History of Education, with an emphasis on Cultural History, guided by the contributions of Chartier (1990), Bourdieu (1980, 1983, 1989, 1990), Barros (2016), and Castro & Castellanos (2020). The study mobilized a diverse document corpus composed of legal sources (laws, decrees, and regulations), administrative sources (reports from governors and school inspectors), and journalistic sources (educational and general press), enabling a critical analysis of hygienist representations and practices within the educational context of Maranhão during the First Republic. The critical analysis of these sources allowed for an examination of the meanings attributed to hygienism in daily school life, the identification of its legitimizing agents, and the capture of local forms of appropriation and resistance. The results demonstrate that hygienism assumed specific configurations, impacted by regional inequalities, structural precarity, and the fragility of the republican State. This research contributes to the historiography of education by showing that school hygienism was not a uniform and centralized policy, but rather a phenomenon appropriated, reinterpreted, and contested at local levels. The experience in Maranhão reveals specificities that challenge linear narratives of the history of Brazilian education, reinforcing the importance of regional readings to understand the processes of institutionalizing health and education in republican Brazil.

Keywords: History of Education; Health and Hygiene; School Hygienist Practices; School Material Culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa do Maranhão.....	09
FIGURA 2 - Fotogravura da Rampa do Palácio-São Luís.....	10
FIGURA 3 - Cidade de São Luís.....	10
FIGURA 4 - Igreja da Matriz da Cidade de Rosário.	11
FIGURA 5 - Fotografia do Rio Itapecuru em Codó.....	12
FIGURA 6 - Imagem da antiga Igreja Católica na cidade de Barra do Corda.....	13
FIGURA 7 - Praça Central da cidade de Caxias.	14
FIGURA 8 - Vista aérea parcial da cidade de Carolina.....	14
FIGURA 9 - Foto do Dr. Victor Godinho.....	68
FIGURA 10 - Fachada do Hospital de Isolamento.....	74
FIGURA 11 - Equipe de administração do Hospital de Isolamento.....	75
FIGURA 12 - Enfermaria de Classe para as Mulheres.....	76
FIGURA 13 - Retrato de Antônio Baptista Barbosa de Godois.....	93
FIGURA 14 - Interlocução da Educação Física com a educação moral, intelectual e emocional, segundo Godois.....	96
FIGURA 15 - Figura de Dr. Almir Parga Nina.....	100
FIGURA 16 – Escola Modelo Bendito Leite.....	123
FIGURA 17 – Sala de Aula do Sexto Ano da Escola Modelo Benedito Leite	158
FIGURA 18 - Plantas dos Grupos Escolares de São Luís.....	163

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Marcos da Legislação Sanitária Nacional.....	16
QUADRO 2 - Marcos da Legislação Sanitária Maranhense.....	18
QUADRO 3 - Marcos da Instrução Pública.....	20
QUADRO 4 - Relatórios dos Governadores do Estado do Maranhão.....	29
QUADRO 5 - Relação dos jornais da Imprensa Geral e de Ensino selecionados.....	32
QUADRO 6 - Seleção de dissertações e teses (2015-2025).....	39
QUADRO 7 – Pesquisas sobre imprensa e higienismo.....	42
QUADRO 8 – Pesquisas sobre saúde, higiene e educação.....	44
QUADRO 9 – Pesquisas sobre formação docente e práticas higienistas escolares.....	47
QUADRO 10 – Dissertações e teses sobre Saúde, Higiene e Educação no Maranhão (1886–1930).....	49
QUADRO 11 – Artigos por título, autores, ano, revista e tema, sobre saúde, higiene e educação.....	94
QUADRO 12 - Relações entre Práticas Higienistas e Propostas de Formação Docente segundo Barbosa de Godois.....	103
QUADRO 13 – Conteúdos Formativos do Curso de Pedagogia (Maranhão, início do século XX).....	103
QUADRO 14 – Realidades da Capital e Interior quanto as Reformas Educacionais do Maranhão (1900–1910).....	129
QUADRO 15 - Disposições sobre funções, estrutura e pessoal escolar em capítulos da legislação educacional.....	132
QUADRO 16 – Resumo da organização Regulamento do Serviço de Sanidade Escolar.....	147

QUADRO 17 – Resumo da organização Regulamento do Serviço de Sanidade Escolar.....	158
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
NEDHEL	Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
1.1 Minha trajetória	3
1.2 Problemática da investigação	4
1.3 Hipótese	4
1.4 Objetivos da investigação.....	5
1.5 Tese.....	5
1.6 Percurso Metodológico.....	6
1.6.1 Fundamentos Teóricos-Metodológicos.....	7
1.6.2 Delimitação do recorte temporal e geográfico da pesquisa	8
1.6.3 Procedimento de recolha e análise: acesso às fontes.....	15
1.6.4 Interpretação de fontes, cultura material escolar.	38
1.7 Estrutura da Tese.....	39
2 DIÁLOGOS COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA	42
2.1 Eixo 1 – Imprensa e difusão dos preceitos higienistas.....	Erro! Indicador não definido.
2.2 Eixo 2 – Saúde, higiene e educação: interações e tensões.....	45
2.3 Eixo 3 — Formação de professores e práticas escolares higienistas	50
3 O MARANHÃO NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA	70
3.1 Contexto político, econômico, social e perspectivas de inovação (1889–1930).....	70
3.2 Saúde, higiene e educação no Maranhão Republicano	72
3.2.1 A Peste Bubônica em São Luís e o legado sanitário do Dr. Victor Godinho.....	74
3.2.2 A comissão de combate e os conflitos locais.....	79
3.3 Normas, discursos e práticas: saúde, higiene e educação	84
3.4 Tensões, resistências e adaptações locais às políticas republicanas no Maranhão	87
3.4.1 Estratégias de adaptação e negociação: apropriação e reinvenção dos ideais republicanos.	88
3.4.2 Cultura Escolar: práticas, valores e rotinas.....	90
3.4.3 O papel da imprensa na difusão dos princípios higienistas	91
4 AUTORES E AGENTES DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA NO MARANHÃO: quem produzia e disseminava esses discursos?	95
4.1 Intelectuais e práticas higienistas na Primeira República	96
<i>4.1.1 Antônio Baptista Barbosa de Godois: higienismo, formação docente e a escola como tecnologia de governo</i>	<i>100</i>
<i>4.1.2 Dr. Almir Parga Nina: médico e pedagogo.</i>	<i>106</i>

5 SAÚDE, HIGIENE E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO: repercussões no âmbito escolar (1889-1930).....	118
5.1 Propagação das práticas higienistas escolares no Maranhão: o papel da imprensa geral e de ensino.....	112
5.2 Manifestações das práticas higienistas no âmbito escolar: legislação escolar, rotinas, conteúdos disciplinares e cultura material escolar.....	119
5.2.1 Rotinas e conteúdos disciplinares na legislação.....	122
5.2.2 A cultura material escolar: o mobiliário.....	132
5.3 Representações de saúde, higiene, educação e cultura material escolar no Maranhão Republicano.....	142
6 CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS	167
APÊNDICES	18
ANEXOS	107

Seção 1

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Situada no campo da História da Educação, a presente tese, intitulada *Saúde, Higiene e Educação no Maranhão durante a Primeira República (1889–1930)*, investiga as complexas convergências entre os discursos médico-higienistas, as políticas públicas de saúde e a reestruturação da instrução pública maranhense. Ao perscrutar as primeiras décadas republicanas, o estudo busca compreender como os ideais de modernidade e saneamento social moldaram as práticas pedagógicas e as instituições escolares daquele período.

Esta pesquisa analisa a relação entre saúde, higiene e educação no Maranhão durante a Primeira República (1889-1930), com ênfase nos discursos e práticas higienistas escolares e na atuação da imprensa geral e de ensino nesse processo. Nesse contexto, a escola assumiu papel central no projeto de modernização republicana, tornando-se espaço estratégico para a formação do novo cidadão brasileiro.

Transição do regime monárquico para a República trouxe mudanças políticas, socioeconômicas. Embora essas transformações não tenham ocorrido de forma homogênea no país, são marcadas por especificidades regionais (Nagle, 2009). O avanço da industrialização e o crescimento urbano acentuaram desigualdades e estimularam o surgimento de novas classes sociais. Nesse cenário, o saber médico ganhou legitimidade ao propor a higienização dos corpos e dos espaços urbanos como base para uma sociedade moderna, aproximando saúde pública e educação, especialmente diante das epidemias e das migrações internas.

No campo educacional, a escola foi incumbida de formar cidadãos saudáveis, disciplinados e comprometidos com o progresso nacional. A expansão do ensino primário e a criação de escolas normais visavam difundir valores republicanos e preparar professores para esse novo ideal (Faria Filho, 2007; Nagle, 2009). No Maranhão, iniciativas locais buscaram integrar educação, higiene e moralidade, alinhando-se ao projeto civilizatório nacional. Nesse período, o higienismo difundiu-se como um dos pilares do projeto republicano, que articulava saúde, higiene e educação por meio de discursos e práticas voltados à disciplinarização dos corpos e à moralização da sociedade (Rocha, 2017).

O recorte temporal desta pesquisa abrange a Primeira República, mas retrocede para identificar antecedentes normativos, como os Códigos de Posturas municipais, que regulamentavam aspectos da vida urbana e social. Destacam-se também o Programa Didático da Escola Normal - 1906, de Almir Parga Nina, e as obras de Antônio Baptista de Barbosa Godois, ambos fundamentais para a consolidação do ideário higienista no estado. O

marco final da pesquisa é 1930, quando o higienismo institucionaliza-se com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, intensificando a medicalização escolar e incorporando protocolos higiênicos às rotinas pedagógicas.

Assim, compreender a circulação e apropriação dos discursos higienistas no Maranhão permite situar sua especificidade regional e contribuir para o debate sobre as relações entre saúde, higiene e educação na sociedade brasileira. A originalidade da pesquisa reside em dar visibilidade à experiência maranhense na implementação da proposta higienista na perspectiva da relação saúde, higiene e educação por meio da imprensa geral e escolar especialmente, relação pouco explorada pela historiografia, mas essencial para se compreender os modos de apropriação do higienismo na educação nacional.

1.1 Minha trajetória

Minha atuação docente nas disciplinas de História da Terapia Ocupacional, Fundamentos de Terapia Ocupacional e Intervenção Terapêutica Ocupacional no contexto escolar, aliada à experiência em gestão educacional, despertou o interesse pelo tema desta pesquisa. Ao longo da formação acadêmica, busquei estimular nos estudantes o olhar histórico sobre a profissão, promovendo a reflexão crítica sobre avanços e desafios da Terapia Ocupacional diante das demandas sociais.

No mestrado, investiguei as percepções de mães de bebês prematuros sobre o desenvolvimento infantil, evidenciando a necessidade de aproximar discursos científicos das práticas familiares, especialmente em questões de saúde e higiene. Essa experiência reforçou a importância de compreender como saberes científicos são apropriados por diferentes públicos, conectando-se diretamente ao presente doutorado, que analisa historicamente a circulação de discursos médico-sanitários pela escola.

A experiência como gestora educacional, especialmente durante a pandemia de *Covid-19*, evidenciou a força reguladora dos discursos oficiais e científicos, que passaram a orientar comportamentos em diversas esferas. Esse contexto me permitiu refletir sobre a historicidade dos processos de regulação social e escolar, estabelecendo paralelos entre o presente e o início do século XX.

Consequentemente, no doutorado, integramo-nos ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, vinculando-nos ao Núcleo de Estudo e Documentação em História e Práticas Leitoras no Maranhão (NEDHEL) e à pesquisa sobre a circulação de ideias pedagógicas na Amazônia brasileira, o que resultou na elaboração desta

tese. Esse percurso acadêmico consolidou o interesse em investigar as repercussões das práticas higienistas no Maranhão, especialmente na organização escolar e na inserção de conteúdos sobre higiene, contribuindo para a historiografia da educação brasileira e ressaltando as conexões entre saúde, educação e políticas públicas no projeto republicano.

1.2 Problemática da investigação

Em um contexto de reorganização social, no qual educação e saúde foram concebidas como instrumentos de regeneração nacional, a higiene tornou-se eixo estratégico do projeto educacional republicano, vinculando-se à formação de mão de obra e às demandas de urbanização. Desta forma tem-se como questão central desta tese: em que medida os discursos sobre saúde, higiene e educação se traduziram na adoção de práticas higienistas em escolas maranhenses numa relação com o ideário de estabelecimento da Primeira República (1889-1930)?

Para aprofundar a análise, a pesquisa é guiada por quatro questões norteadoras, a saber:

- Quais autores e agentes da educação maranhense se destacaram na produção e adoção dos ideários higienistas?
- Em que medida a Imprensa de Ensino e Imprensa Geral atuaram na divulgação e legitimação das práticas higienistas escolares?
- Como as concepções de saúde, higiene e educação se traduziram na implementação, na legitimação e na representação das práticas higienistas no campo educacional do Maranhão durante a Primeira República (1889-1930)?

Essas questões articulam, saúde, higiene e educação como dimensões inseparáveis da experiência republicana maranhense, evidenciando o papel da imprensa como produtora de discursos e sentidos, influenciando políticas públicas e moldando percepções sociais. O estudo busca iluminar dinâmicas regionais pouco exploradas, evidenciando como o discurso higienista, ao ser apropriado pela imprensa, consolidou-se como instrumento de disciplina social e construção simbólica do cidadão republicano, expondo contradições entre normas e condições materiais das escolas.

1.3 Hipótese

As concepções sobre saúde, higiene e educação na Primeira República converteram-se em representações de práticas higienistas escolares na forma de dispositivos legais, que nem sempre foram concretizadas na realidade material e pedagógica das escolas

maranhenses, revelando limitações de cunho estrutural, cultural e administrativo, porém em convergência com o ideário republicano da época. Essa hipótese dialoga com Chartier (1990), para quem as representações não apenas refletem, mas constroem a realidade, e com Gondra (2007), que destaca o papel da escola republicana como veículo de saúde e moralidade.

No Maranhão, a imprensa atuou como espaço de legitimação social, reforçando ideais civilizatórios que extrapolam a dimensão pedagógica e se inserem em um projeto mais amplo de modernização. A confirmação da hipótese contribuirá para ampliar a compreensão da educação como prática cultural e enriquecer a historiografia da educação maranhense, ressaltando a tensão entre ideais higienistas e condições concretas do cotidiano escolar.

1.4 Objetivos da investigação

- Objetivo Geral:

Analisar como as concepções sobre saúde, higiene e educação se traduziram na implementação, legitimação e representação das práticas higienistas nas escolas do Maranhão, identificando sua relação com o ideário de estabelecimento da Primeira República (1889-1930).

- Objetivos Específicos:

- a) Identificar autores e agentes educacionais maranhenses que se destacaram na produção, discussão e implementação de práticas higienistas escolares.
- c) Analisar como as concepções de saúde, higiene e educação se traduziram na implementação, na legitimação e na representação das práticas higienistas em escolas do Maranhão e sua articulação com o ideário da Primeira República.
- b) Compreender o papel da Imprensa de Ensino e Imprensa Geral na divulgação, construção e legitimação das práticas higienistas escolares.

1.5 Tese

Durante a Primeira República (1889-1930), as concepções sobre saúde, educação e higiene foram fundamentais para a construção e legitimação de representações higienistas em escolas do Maranhão. Estas representações foram traduzidas para o âmbito escolar na forma de elaboração de dispositivos legais, com leis, decretos e regulamentos escolares que

discorreram sobre arquitetura escolar, rotinas disciplinares, conteúdos pedagógicos, práticas de educação física e moral. Embora alinhado aos ideais de modernização e progresso do período, o Maranhão republicano experimentou um processo de disciplinamento social parcial que combinou inovação e permanência, construindo uma identidade regional marcada pela tensão entre o velho e o novo.

1.6 Percurso Metodológico

O percurso metodológico desta pesquisa foi construído com rigor científico e sensibilidade, inspirado na memória de minha avó rendeira, cuja habilidade manual simboliza o entrelaçamento de memórias e histórias. Assim, compreende-se que pesquisar é também um exercício de pertencimento e abertura à complexidade do objeto estudado. Minha formação em saúde trouxe familiaridade com métodos exatos e protocolos, mas ao ingressar na História da Educação, percebi a necessidade de interpretar fontes e temas com consciência crítica, reconhecendo que a escrita histórica é marcada pelo contexto e posição social do pesquisador (Barros, 2020).

A investigação adota uma abordagem histórica, analisando fontes produzidas entre 1889 e 1930, como documentos oficiais, legislações, normas, jornais de ensino e imprensa geral referentes à saúde, higiene e educação. Os dados foram coletados nos acervos digitais da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) e da Hemeroteca da Biblioteca Digital Nacional (BNDigital), priorizando fontes relevantes para identificar representações e práticas higienistas no contexto escolar. Desse modo, nosso percurso metodológico seguiu as etapas:

1. Levantamento e sistematização das fontes: recolha e organização de periódicos e documentos oficiais do período.
2. Análise documental: leitura crítica das fontes, com foco nas concepções de saúde, higiene e educação.
3. Contextualização histórica: articulação dos discursos presentes nas fontes com o cenário político, social e educacional da Primeira República.
4. Interpretação historiográfica: diálogo com autores da História da Educação e das práticas higienistas, evidenciando continuidades, rupturas e tensões entre discurso e prática.

Dessa maneira, cada fonte e interpretação se entrelaçaram na construção de uma análise que busca compreender a circulação de ideias pedagógicas e higienistas no Maranhão, revelando tanto o projeto civilizatório republicano quanto os limites impostos pelas condições escolares concretas. O desafio foi costurar sentidos entre vozes e discursos

diversos, para entender as múltiplas formas de articulação entre saúde, higiene e educação no contexto maranhense da Primeira República.

1.6.1 Fundamentos Teóricos-Metodológicos

A fundamentação teórico-metodológica está ancorada na dimensão da História Cultural e do domínio da História da Educação, priorizando o caráter analítico sobre saúde, higiene e educação sob o viés higienista no Maranhão. Em diálogo com Chartier (1988), parte-se do princípio de que a História Cultural busca compreender como as realidades sociais são construídas e disputadas em diferentes contextos.

A análise documental fundamenta-se nos conceitos de representação, apropriação e prática, conforme Chartier (1988), que entende a realidade social como uma construção histórica, elaborada por sujeitos em contextos específicos e legitimada por relações de poder. Assim, a imprensa é vista não apenas como fonte de informação, mas como espaço de produção simbólica, na qual normas higienistas foram elaboradas e transformadas em práticas escolares.

Para interpretar como esses discursos médicos foram internalizados, mobiliza-se o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu (1980), que permite compreender como disposições higienistas foram incorporadas à vida cotidiana, especialmente em um contexto de saúde pública deficitária e reformas institucionais voltadas à modernização republicana. A escola, nesse cenário, funcionaria como espaço estratégico de difusão dessas práticas. Gondra (2005) analisa como a ordem médica contribuiu para disciplinar corpos e moldar a escola moderna. Rocha (2017) investiga a apropriação de prescrições médicas por professores em manuais didáticos, enquanto Nagle (2009) destaca o papel reformista da educação na Primeira República.

No plano regional, o diálogo com o Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL) reforça a importância da imprensa como fonte e espaço de circulação de ideias pedagógicas no Maranhão. Pesavento (2003) contribui ao interpretar a educação republicana como campo de disputas simbólicas, no qual normas e valores são continuamente criados e legitimados. Castro, Borges e Castellanos (2020) destacam o papel da imprensa na divulgação de ideais de modernidade e republicanismo, articulando saberes educacionais e sanitários.

Essa base teórico-metodológica, ao conjugar os conceitos de representação, apropriação, prática e *habitus*, permite identificar como a imprensa construiu representações

idealizadas das práticas higienistas escolares, como professores e gestores reinterpretaram prescrições médico-sanitárias e de que modos essas ideias se materializaram em normas, rotinas e infraestrutura escolar. Ao privilegiar os periódicos como fonte histórica, amplia-se o campo de análise da História da Educação, evidenciando as tensões entre discurso e realidade escolar no Maranhão da Primeira República.

1.6.2 Delimitação do recorte temporal e geográfico da pesquisa

A delimitação temporal e espacial da pesquisa parte da Primeira República (1889–1930), período marcado pelo ideal de construção de um homem civilizado e saudável, alinhado ao projeto de modernização republicano.

A seleção das cidades maranhenses considerou critérios socioeconômicos, políticos e educacionais, abrangendo diferentes regiões do estado (norte, sul, central, leste e oeste) para assegurar representatividade histórica e diversidade regional considerando fatores socioeconômicos, políticos e educacionais, mas uma análise pormenorizada de cada município extrapola o escopo deste estudo.

Desse modo, foram escolhidas cidades que, à época, já contavam com meios de divulgação institucionalizados, como jornais, relatórios escolares, documentos administrativos e legislações municipais, essenciais para captar a circulação dos discursos médico-higienistas e acessar múltiplas vozes sobre o cotidiano escolar. Portanto, nosso recorte geográfico concentra-se no Maranhão, estado de grande diversidade climática, ecológica e cultural, situado entre o semiárido nordestino e a região amazônica, com variados tipos de vegetação e importantes bacias hidrográficas (IBGE, 2022). Para situar o leitor, apresentamos um mapa (Figura 1) destacando as cidades selecionadas: São Luís (capital), Rosário (norte), Codó e Caxias (leste), Barra do Corda (centro) e Carolina (sul).

Figura 1- Mapa do Maranhão



Fonte: Mapa do Brasil (2016)

A escolha de São Luís como campo empírico justifica-se pela centralidade da capital na produção, circulação e apropriação dos discursos médico-sanitários e educacionais, funcionando como centro de irradiação dessas ideias para o restante do Maranhão. No início do século XX, esse processo foi impulsionado pela “medicalização da vida e da morte” (Bezerra, 2012), consolidando a saúde como instrumento de controle social e modernização. consolidou-se como centro político-administrativo e cultural, exercendo influência sobre o restante do estado. No período estudado, destacava-se como polo urbano em expansão, concentrando instituições políticas, educacionais e culturais. A área portuária da cidade, especialmente a Rampa do Palácio (Figura 2), era considerada insalubre e foco de práticas higienistas, tornando-se espaço estratégico para o controle sanitário e a vigilância de epidemias.

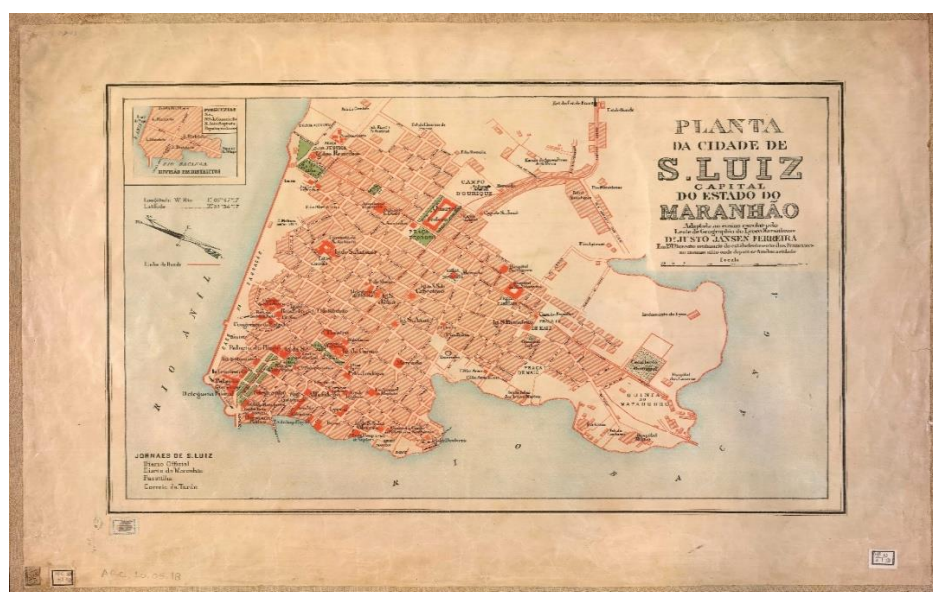
Figura 2 - Fotogravura da Rampa do Palácio- São Luís



Fonte: Maranhão Ilustrado (1899)

O mapa da cidade (Figura 3), elaborado por Justino Teixeira de Carvalho (1912), explicita a organização espacial da capital, destacando escolas, hospitais, Inspetoria de Higiene, praças e linhas de bonde, evidenciando a intervenção estatal no espaço urbano sob o projeto higienista e civilizatório. Conforme Bloch (2001) e Chartier (1988), mapas e documentos são escolhas que reproduzem interesses e valores dos grupos dominantes, instituindo visões de cidade articuladas à disciplina e à civilidade.

Figura 3 - Cidade de São Luís



Fonte: Carvalho (1912).

Rosário, localizada a 46 km da capital, integra a região norte do estado e é um dos núcleos urbanos mais antigos do Maranhão. Fundada em 1619, consolidou-se como ponto estratégico devido à proximidade com São Luís. A fotografia da Igreja Matriz de Rosário (Figura 4), publicada em 1908, revela a centralidade da igreja na organização social e moral da cidade, funcionando como templo, escola e centro comunitário. A imagem evidencia a hierarquia espacial do modelo urbano colonial e a função simbólica da igreja como eixo de sociabilidade, destacando a coexistência de infraestruturas religiosas consolidadas com espaços urbanos ainda incipientes (Le Goff, 2003).

Figura 4- Igreja da Matriz da Cidade de Rosário



Fonte: Cunha (1908)

A construção religiosa, em comparação com as edificações mais modestas ao redor, revela a hierarquia espacial característica do modelo urbano colonial, no qual a igreja ocupava não apenas o centro físico das cidades, mas também o epicentro da vida social, moral e política. Como destaca Le Goff (2003, p. 537), “a Igreja era, ao mesmo tempo, templo, escola e centro da comunidade”, refletindo o papel multifuncional que exercia nas sociedades tradicionais.

A centralidade da igreja na composição fotográfica reforça sua função simbólica como eixo de organização social e moral da cidade. De acordo com Pesavento (2007), as imagens do passado urbano funcionam como “documentos de memória” que revelam tanto a materialidade das construções quanto as representações de poder que nelas se inscrevem. Nesse sentido, a Igreja Matriz de Rosário, com sua fachada simétrica, expressa a presença institucional da Igreja Católica como mediadora das relações sociais e da cultura cívico-religiosa do Maranhão oitocentista.

O espaço aberto em torno do templo sugere uma relação direta entre o sagrado e o cotidiano, configurando o que Chartier (1990) denomina “lugares de sociabilidade”, onde práticas religiosas, políticas e comerciais se entrelaçavam. A ausência de pavimentação e a rusticidade do entorno também dialogam com o que Castellanos e Farias (2024) denominam de “cultura material da instrução”, uma vez que a modernização das vilas maranhenses ocorria de modo desigual, coexistindo espaços religiosos consolidados com infraestruturas urbanas ainda incipientes.

A terceira cidade, Codó, está localizada a cerca de 290 km de São Luís e integra a região leste do Maranhão, com uma área territorial de 4.361,599 km². Sua ocupação remonta ao final do século XVIII, inicialmente denominada de Urubu, pela Lei Provincial nº 13, de 08 de maio de 1835, Vila de Urubu, em 21 de julho de 1938 a Lei nº 68 transfere a Vila Urubu

para Vila Codó, sendo elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 133, de 16 de abril de 1896, por Alfredo da Cunha Martins, Vice-Governador do Maranhão (Câmara Municipal, 2014).

A cidade de Codó, reconhecida atualmente por seus 129 anos de emancipação, é banhada pelo Rio Itapecuru (Figura 5), consolidou-se como um dos municípios expressivos do interior maranhense em termos históricos, econômicos e culturais, sendo um dos municípios brasileiros com maior concentração de centros de religião afro-brasileiros.

Figura 5 - Fotografia do Rio Itapecuru em Codó.



Fonte: IBGE (1901)

Esta imagem, proveniente do IBGE (1901), evidencia a importância da paisagem hidrográfica para o desenvolvimento urbano, econômico e social do município, além de ilustrar o papel dos rios na circulação de pessoas, mercadorias e ideias, fundamentais para a compreensão das práticas higienistas e educacionais na cidade.

A cidade, Barra do Corda, localizada a aproximadamente 462 km da capital, São Luís, ocupa uma área de 5.187,673 km², consolidando-se como um dos principais municípios da região central do Maranhão. Sua ocupação inicial remonta à presença de povos indígenas, especialmente das etnias Canela, do tronco linguístico Jê, e Guajajara, de origem Tupi, cuja herança cultural permanece fortemente marcada na identidade local. A gênese e o desenvolvimento da cidade derivam de sua privilegiada configuração espacial, situada na intersecção dos rios Corda e Mearim. Sua centralidade geográfica no território estadual favoreceu a estruturação de fluxos comerciais perenes, fomentando o setor agropecuário e dinamizando as atividades de intermediação econômica na região.

A elevação de Barra do Corda à categoria de cidade ocorreu por meio da Lei nº 67, de 25 de julho de 1894, promulgada pelo vice-governador do Estado do Maranhão, Dr.

Casimiro Dias Vieira Júnior, conforme disposto em seu artigo 1º. Atualmente, o município conta com 189 anos de emancipação, sendo reconhecido como importante polo regional com forte presença cultural indígena e papel relevante nas dinâmicas econômicas e educacionais do interior maranhense.

A Figura 6 traz a imagem da Igreja Matriz de Barra do Corda, situada no atual Largo Melo Uchôa. Constitui um valioso registro da paisagem urbana e religiosa maranhense do início do século XX. A imagem, que documenta a saída dos fiéis após a missa, revela não apenas a arquitetura do templo de traços coloniais e fachada singela, mas também elementos da cultura e dos hábitos sociais da época.

Figura 6 – Vista geral de Barra do Corda, 1900.



Fonte: Brasília (2018)

A fotografia apresenta uma vista panorâmica de Barra do Corda em 1900 e evidencia um espaço urbano ainda incipiente, típico das cidades interioranas em processo de formação no início do século XX. Observam-se casas térreas distribuídas de forma irregular, ruas de terra batida, poucos edifícios públicos e a igreja matriz em posição central, elemento que organizava a vida social e espacial da localidade. A imagem revela, assim, a lenta consolidação da infraestrutura urbana e os limites materiais que marcavam o cotidiano da população no período.

Caxias, cidade localizada na região leste do Maranhão, com área territorial de 5.200,625 km² e distante cerca de 462 km da capital, São Luís, consolidou-se como um dos principais centros urbanos do estado. A ocupação inicial da região remonta ao século XVII, quando era habitada por povos indígenas das etnias Timbira e Gamelas, cuja presença histórica deixou marcas na constituição social e cultural do município. Com cerca de 190

anos de fundação, Caxias destacou-se, já no século XIX, como polo dinâmico e estratégico para o desenvolvimento maranhense.

Reconhecida como polo industrial, comercial e intelectual, a cidade de Caxias integra a região leste do estado. A fotografia da praça (Figura 7), publicada no *Maranhão Ilustrado* (1923), permite observar o florescimento urbano, a configuração simbólica do espaço público e a pujança econômica da cidade, que se consolidou como centro estratégico para o desenvolvimento maranhense.

Figura 7- Praça Central da cidade de Caxias



Fonte: *Maranhão Ilustrado* (1923)

Além da envergadura econômica, Caxias exerceu um protagonismo político determinante em conflitos de consolidação do Estado brasileiro, com destaque para a Balaiada (1838–1841). A municipalidade notabilizou-se, outrossim, como epicentro de efervescência cultural, tendo projetado figuras canônicas da literatura nacional, a exemplo de Gonçalves Dias e Coelho Neto, o que a consolidou como polo de irradiador de pensamento no cenário maranhense e brasileiro.

Carolina é um município localizado na região sul do estado do Maranhão, a aproximadamente 860 km da capital, São Luís, com uma área territorial de 6.267,602 km². Situada às margens do rio Tocantins, próximo à divisa com o estado de Goiás, sua trajetória histórica é marcada por disputas de jurisdição entre os governos maranhense e goiano. A localidade teve origem com o nome de São Paulo de Alcântara, denominação que perdurou até 1816. Em 1823, o deputado padre Camargo Gleury rebatizou o povoado como Carolina, em homenagem à imperatriz Maria Leopoldina, esposa de Dom Pedro I.

Elevada à categoria de vila em 1831, Carolina passou por um período de litígio territorial, sendo transferida temporariamente para a jurisdição de Goiás. O conflito entre os dois estados perdurou até 1854, quando o Decreto nº 773, de 23 de agosto, definiu

definitivamente sua vinculação ao Maranhão. Com 166 anos de emancipação, Carolina consolidou-se como polo agropecuário, destacando-se, no início do século XX, pela expressiva criação de gado, contabilizando aproximadamente 80.000 cabeças de bovinos, o que a projetava como promessa para o futuro da pecuária brasileira. O conjunto dessas características confirma a relevância histórica, econômica e territorial de Carolina no contexto do sul maranhense.

A seguir, uma imagem da cidade de Carolina. (Figura 8), que apresenta uma vista aérea parcial do município, revelando a dispersão das edificações ao longo das margens do rio e a presença de áreas arborizadas. A configuração urbana, marcada por ocupação horizontal e vias irregulares, indica um processo de expansão gradual que combina elementos históricos da formação da cidade. A fotografia evidencia a relação entre a cidade e o rio, eixo estruturante da vida econômica, social e territorial da região.

Figura 8 - Vista aérea parcial da cidade de Carolina



Fonte: IBGE (2023)

A imagem sob análise (IBGE, 2023), atua como vetor de compreensão da expansão urbana e da estruturação espacial do município, evidenciando sua hegemonia das redes produtivas regionais. O aparato visual selecionado desempenha uma função metodológica fundamental, operando como fonte documental primária para a análise das tensões entre modernização e tradição, bem como das reformas higienistas e educacionais implementadas no contexto do Maranhão republicano. A integração dessas fontes permite uma apreensão multidimensional das transformações urbanas, superando a narrativa textual isolada.

1.6.3 Procedimento de coleta e análise: acesso às fontes

A presente investigação fundamentou-se, inicialmente, em uma revisão sistemática da literatura referente ao último decênio (2015-2025), compreendendo um *corpus* de teses, dissertações monografias e artigos científicos. A prospecção bibliográfica concentrou-se nos

repositórios da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Este levantamento viabilizou o mapeamento de trajetórias metodológicas, a identificação de autores seminais e a delimitação de lacunas historiográficas, utilizando a Ficha do Estado da Arte (Castellanos, 2023) como instrumento de sistematização e análise comparativa, revelando.

Concomitantemente, a coleta de fontes históricas privilegiou os acervos digitais da Biblioteca Pública Benedito Leite e da BNDigital. O escopo documental abrangeu periódicos especializados em ensino, dispositivos legislativos, relatórios de governadores e inspetores de higiene e de instrução, além de obras coetâneas. Essa heterogeneidade documental foi organizada mediante categorias analíticas e quadros sinópticos, detalhados no apêndice deste estudo, permitindo a análise entre os registros normativos, administrativos e jornalísticos. Tal cruzamento de fontes revelou-se imprescindível para apreender as intersecções entre os discursos de saúde, higiene e educação no contexto do Maranhão republicano.

Para além da cultura escrita, mobilizou-se um aparato iconográfico composto por fotografias, cartogramas e gravuras, integrados à análise não como meros apêndices ilustrativos, mas como documentos visuais dotados de intencionalidade. Esses registros — que incluem as dinâmicas fluviais do Rio Itapecuru em Codó, a arquitetura religiosa de Barra do Corda, a configuração urbana da Praça Central de Caxias e a morfologia aérea de Carolina — permitem investigar a materialidade e a dimensão simbólica das reformas urbanas e escolares. Sob essa ótica, a imagem é tratada como um fragmento da realidade que desvela processos de modernização e representações sociais das espacialidades estudadas.

No que tange ao ordenamento jurídico, o Quadro 1 – Marcos da Legislação Sanitária Nacional sistematiza, de forma cronológica, os dispositivos que balizaram as políticas higienistas no Brasil. Destacam-se o Decreto nº 9.554/1886, por sua relevância na gênese do Serviço Sanitário; o Decreto nº 1.151/1904 (Reforma Oswaldo Cruz), que institucionalizou a centralização sanitária e a medicalização do espaço escolar; e o Decreto nº 4.778/1923, marco da consolidação da higiene no aparato estatal por meio do Ministério da Educação e Saúde Pública.

A análise desses marcos regulatórios evidencia a expansão de uma biopolítica educacional e o fortalecimento do poder estatal, cujos reflexos no Maranhão manifestaram-se em legislações voltadas ao disciplinamento dos corpos e ao ordenamento da salubridade urbana. Em última análise, o exame dos decretos revela o embate entre modernização institucional e as disputas de poder-saber sobre os sujeitos escolares, estabelecendo um

diálogo teórico-metodológico com as categorias de representação e apropriação de Chartier (1990) e as noções de campo e poder simbólico de Bourdieu (1989).

Quadro 1 - Marcos da Legislação Sanitária Nacional.

ANO	LEGISLAÇÃO	EMENTA
1890	Decreto nº 169, de 18 de janeiro de 1890.	Constitui o Conselho de Saude Publica e reorganiza o serviço sanitário terrestre da República.
1896	Lei nº. 159 de 16 de maio de 1896.	Crea uma Inspectoria de Hygiene no Estado.
1900	Oficio nº 148 de 9 de maio de 1900.	Cria o Instituto Socioterápico Federal
	Lei nº. 255 de 24 de março de 1900.	Auctorisa o Governo a rever os regulamentos de diversas repartições do estado e reorganizar o serviço de Hygiene.
	Decreto nº 3.823 de 10 de novembro de 1900.	Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores novo crédito suplementar de 550:000\$ a verba - Socorros públicos do exercício de 1900.
1902	Decreto nº 4.464, de 12 de julho de 1902.	“Estabelece as bases para a regulamentação dos serviços de hygiene de defesa da Capital Federal”.
1904	Lei nº 1.261 de 31 de outubro de 1904.	“Torna obrigatórias, em toda a República, a vacinação e a revacinação contra a varíola.”
	Lei nº 1.151 de 5 de janeiro de 1904.	“Reorganiza os serviços da hygiene administrativa da União”
	Decreto nº 5.156, de 8 de Março de 1904.	“Dá novo regulamento aos serviços sanitários a cargo da União”.
	Decreto nº 1.151 de 5 de janeiro de 1904.	“Reforma Oswaldo Cruz”
1907	Decreto nº 1.802, de 12 de dezembro De 1907.	Instituto de patologia experimental de Manguinhos
1911	Decreto nº. 9.196, de 9 de dezembro 1911.	Reorganizou o ministério, ficando o órgão dependente da Diretoria do Interior, também responsável pelos serviços sanitários a cargo da União.
1918	Decreto nº 13.000, de 1 de maio de 1918.	Cria o serviço da Quinina oficial,
	Decreto nº 13.001, de 1 de maio de 1918.	Cria o serviço de profilaxia rural

	Decreto nº. 13.159, de 28 de agosto de 1918.	determinou que a manipulação e a difusão dos medicamentos oficiais, destinados ao combate das doenças endêmicas e epidêmicas no país, passariam ao encargo do Instituto Oswaldo Cruz.
1919	Decreto nº. 13.527, de 26 de março de 1919.	O Instituto Oswaldo Cruz fica mais uma vez diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, mantida sua autonomia técnico-científica.
1920	Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920.	Reorganiza os serviços de Saúde Pública. o departamento nacional de saúde pública
	Decreto nº 14.189, de 26 de maio de 1920.	Criou o departamento nacional de saúde pública
	Decreto nº 14.354, de 15 de agosto de 1920	Approva o regulamento para Departamento Nacional de Saúde Pública em substituição do que acompanhou o decreto nº14.189 de 26 de maio de 1920.
1921	Decreto nº 14.629, de 17 de janeiro de 1921	Dá regulamento para o Instituto Vacinogênico Federal
	Decreto nº 15.003 de 15/9/1921	Faz modificações no regulamento aprovado pelo decreto n. 14.354, de 15 de setembro de 1920 e instituiu a Reforma Carlos Chagas que ampliou as atividades de cooperação com os estados.
1922	Decreto nº 16.300 de 4 de janeiro 1922	Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública a que se refere o decreto n. 16.300 desta data.
1923	Decreto nº 4.778, de 27 de dezembro De 1923.	Considera de utilidade pública a Liga Brasileira de Higiene Mental, com sede nesta Capital
1930	Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930.	Cria a Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

O Quadro 2 – Marcos da Legislação Sanitária Maranhense sintetiza as ações locais, demonstrando como as políticas nacionais foram reinterpretadas e aplicadas às especificidades regionais, evidenciando tanto os esforços de modernização quanto as contradições estruturais do sistema.

Quadro 2- Marcos da Legislação sanitária maranhense

ANO	LEGISLAÇÃO	EMENTA
1889	Lei nº de 5 de janeiro de 1889.	Inspeção de Hygiene do Estado do Maranhão,
1893	Lei nº de 8 de julho de 1893	Código de Postura de São Luís.
1895	Lei nº. 119 de 2 de maio de 1895.	Regulamento Sanitário.
	Lei nº. 71 de 20 de julho 1895.	Regulamento para o Serviço Sanitário Terrestre do Estado.
1896	Lei nº. 139 de 20 de abril de 1896	Autoriza o Governo a fazer aquisição de aparelhos próprios para desinfecções
	Lei nº. 159 de 16 de maio de 1896.	Crêa uma Inspectoria Hygyene no Estado.
1901	Lei nº. 301 de abril de 1901	Institui o Serviço Sanitário do Maranhão.
1904	Decreto nº. 33 de 8 de fevereiro de 1904	Cria o “Serviço Extraordinário de Higiene Pública” (SEHP) Dr. Victo Godinho
	Lei nº. 358 de 9 de junho de 1904.	Reorganizou o Serviço Sanitário do Estado. Godinho e Militão Pacheco
	Decreto nº 40 de 1º de agosto de 1904	Extingue o serviço extraordinário de Hygiene creado pelo Decreto de 8 de fevereiro de 1904.
1916	Lei nº. 736, de 11 de abril de 1916.	Reorganizou os Serviços Sanitários do Estado do Maranhão.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o Maranhão vivenciou um processo intenso de normatização da saúde pública, impulsionado por crises sanitárias recorrentes – como surtos de varíola, sarampo, escarlatina, difteria e, principalmente, peste bubônica. O Estado respondeu com a criação de Inspetorias de Higiene (1896), delegações sanitárias no interior e decretos emergenciais voltados ao isolamento de enfermos, à desinfecção de moradias e à fiscalização de espaços urbanos insalubres. Tais medidas, sistematizadas em quadros legislativos, revelam o esforço de associar salubridade à ordem e ao progresso e evidenciam, a função dessas normas como tecnologias de controle social, especialmente sobre os segmentos mais vulneráveis da população, Castellanos (2024).

A análise das legislações maranhenses, como o Código de Posturas de São Luís (1893), permite visualizar tanto permanências quanto rupturas nos mecanismos de regulamentação urbana e escolar. Esses documentos, conforme Chartier (1990), devem ser

entendidos não apenas como normas técnicas, mas como construções simbólicas que instituem práticas, produzem sentidos e moldam condutas sociais.

No campo educacional, entre 1900 e 1930, verifica-se a progressiva intensificação das práticas higienistas nas instituições escolares, diretamente articulada à difusão do ideário médico-sanitário no âmbito das políticas públicas republicanas. Os dados sistematizados no Quadro 3 – Marcos da Instrução Pública evidenciam a emergência de decretos e regulamentos que passaram a vincular saúde, educação e moralização dos corpos ao projeto de construção da cidadania republicana. Destacam-se, nesse conjunto normativo, dispositivos que instituíram inspeções médicas escolares, campanhas de higiene, reorganização do mobiliário e dos edifícios escolares, bem como a incorporação da moral higiênica como fundamento formativo.

A disposição cronológica dos atos estaduais entre 1889 e 1930, permitem evidenciar o aumento quantitativo das normas, mas também seu caráter eminentemente prescritivo, voltado à regulação dos corpos, à ordenação dos espaços e ao controle das condutas de professores, gestores e estudantes. Por exemplo, o Regulamento do Lyceu Maranhense (1901) determinava a inspeção diária do asseio dos alunos e dos prédios escolares, além de prever punições para danos e sujeiras, demonstrando a transposição dos ideais higienistas para o cotidiano educativo.

Essas legislações revelam, assim, o entrelaçamento estrutural entre saúde e educação, na medida em que práticas médicas e prescrições sanitárias foram incorporadas à organização escolar como estratégias de formação moral e cívica. A análise articulada dos quadros legislativos e das fontes visuais amplia a compreensão desse processo, ao evidenciar como normas e dispositivos simbólicos produziram representações e práticas que moldaram subjetividades e condutas, conforme sustentam Chartier (1988, 1990) e Gondra (2004).

Desse modo, a legislação educacional do período ultrapassa sua dimensão estritamente normativa, configurando-se como instrumento estratégico de disciplinamento social, no qual as concepções higienistas operam como eixo estruturante do projeto republicano de modernização e controle dos corpos.

Quadro 3- Marcos da Instrução Pública.

ANO	TIPOLOGIA	TITULO	EMENTA
1892	DECRETO	Decreto n. 8/1892	Art. 2º. O actual diretor deste estabelecimento continuará provisoriamente no emprego, ficando auctorizado a fazer

			despesas estritamente necessárias para alimentação, vesturário, hygiene e tratamento dos menores
1895	LEI	Lei n.º 119 de 2 de Maio de 1895.	Reorganiza a Instrucção Pública do estado.
1896	LEIS	Lei n.º 155 — de 6 de maio de 1896	Crea uma escola modelo anexa á Escola Normal do Estado.
		Lei n.º 157 — de 11 de maio de 1896	Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado.
1901	LEIS	Lei n.º 275 — de 1 de abril de 1901	Crea uma cadeira mixta na villa de Rosário.
		Lei n.º 298 — de 16 de abril de 1901	Art.15 Fica o Governo autorizado a abrir credito preciso para aquisição de moveis para a escola Modelo, Aula de Musica e de novas estantes para a Biblioteca Pública.
	DECRETO	Decreto n.º II — de 20 de fevereiro de 1901	Põe sob a jurisdição do Director da Escola Normal as escolas primarias estadoaes existentes na Capital, manda continuar sob a jurisdição do Inspector Geral da Instrucção Publica as do Interior e providencias dessas escolas.
		Decreto n.º 16 — de 4 de maio de 1901	Aprova o Regimento Interno para as Escolas Estaduais existentes na Capital, organizado pelo Director da Escola Normal e da outras providências.
1903	DECRETO	Decreto n.º 24 — de 31 de janeiro de 1903	Crêa na Escola Modelo <Benedicto Leite>, uma segunda aula do 2.º ano.
		Decreto n.º 27 — de 27 de março de 1903	Institue a educação physica com caracter obrigatorio em todos os estabelecimentos de instrucção publica, existentes nesta cidade, e toma outras providencias a respeito.
		Decreto n.º 28 — de 27 de março de 1903	Crea o lugar de Director do serviço de educação physica para todos os estabelecimentos de instrucção publica

			existente na capital, e marca os vencimentos do respectivo funcionario.
1904	DECRETO	Decreto nº 35-de 16 de Maio de 1904.	Regula o serviço de educação physica nos Institutos Estaduaes de ensino publico existente no perimetro da Capital.
	LEI	Lei nº 358 de 9 de Junho de 1904	Organiza o serviço sanitário do Estado. Parte 1º-SERVIÇO SANITÁRIO (15 capítulos e 213 artigos). Parte 2º-CODIGO SANTÁRIO (20 capítulos e 364 artigos) Capitulo V- Das Escolas (Art.115-138)
1906	LEIS	Lei n.º 412 — de 24 de abril de 1906	Fixa em 3:6000\$000 réis os vencimentos do Director do <Externato Benedicto Leite> em Caxias e providencia sobre mais um auxiliar para o mesmo Director.
		Lei n.º 423 — de 17 de setembro de 1906	Dispõe sobre o Externato creado na cidade de Caxias.
		Lei n.º 424 — de 17 de setembro de 1906	Marca vencimentos das vigilantes e gratificações das serventes dos grupos escolares do interior.
	DECRETOS	Decreto n.º 59 — de 26 de fevereiro de 1906	Crêa num Grupo Escolar na villa do Rosario e outro na cidade de São Bento.
1908	LEIS	Lei n.º 475 — de 21 de março de 1908	Auctorisa o Governo a mandar imprimir duas obras didacticas do Dr. Almir Parga Nina e professor Joaquim de Oliveira Santos.
1909	LEIS	Lei n.º 523 — de 12 de Abril de 1909	Auctoriza o Governador a abrir diversos creditos e a dar outras providencias relativas á instrucção primaria e á outros ramos de serviços publicos.
		Lei n.º 524 — de 31 de Março de 1910	Crea na cidade de Barra do Corda um externato para o ensino primário do sexo masculino.

1910	LEIS	Lei n.º 528 — de 1º de Abril de 1910	Crea cadeiras de ensino primário em diversas localidades do Estado.
		Lei n.º 543 — de 7 de Abril de 1910	Crea um externato para o sexo masculino na cidade de Caxias.
		Decreto n.º 95 — de 23 de julho de 1910	Discrimina os membros das Comissões Escolares e as suas funções.
		Decreto n.º 99 — de 1 de outubro de 1910	Manda que o Inspector da Instrução Publica passe a denominar-se Inspector Geral da Instrução Publica, prescreve as suas attribuições e equipara os vencimentos do director do Lyceu Maranhense aos do director da Escola Normal e Modelo.
	ATOS E DECIÇÕES	Portaria de 7 de abril de 1910	Manda fechar o Lyceu Maranhense
		Portaria de 1 de maio de 1910	Nomeia uma comissão de professores para rever a organização da Escola Normal.
		Officio de 5 de maio de 1910	Manda que seja desoccupada a casa onde funciona o grupo escolar da villa do Rosario.
		Portaria de 12 de julho de 1910	Manda reabrir o Lyceu Maranhense.
1917	LEIS	Lei n.º 743 — de 26 de março de 1917	Autorizando o Governo a conceder licença ao Dr. Bento Urbano da Costa, Director do Serviço Sanitario Estadoal; ao professor cahedratco do Lyceu Maranhense, José Feliciano Moreira de Souza, e ao tabellião publico de Caxias, Sinezio Torres.
1918	LEI	Lei n.º 815 — de 24 de abril de 1918	Crêa diversas escolas.
		Decreto n.º 51 — de 7 de janeiro de 1918	Crea tres escolas no municipio da capital
		Decreto n.º 55 — de 4 de fevereiro de 1918	Expede regulamento para as escolas primarias do Estado

	DECRETOS	Decreto n.º 57 — de 16 de abril de 1918	Crea no curso profissional, annexo ao Lyceu Maranhense, a cadeira de Physica, Chimica, História Natural e Hygiene.
		Decreto n.º 59 — de 30 de abril de 1918	Crea o cargo de director geral da instrucção publica do Estado.
		Decreto n.º 98 — de 5 de dezembro de 1918	Supprime o logar de director geral da instrucção publica do Estado.
		Lei n.º 841 — de 29 de março de 1919	Approva os Actos do Governo sobre hygiene.
1920	LEIS	Lei n.º 913 — de 30 de março de 1920	Autorisa o Presidente do Estado a abrir o credito da quantia de 10:000\$000 (dez contos de réis) á rubrica Expediente e Material para a Instrucção Publica, do orçamento vigente.
		Lei n.º 918 — de 1.º de abril de 1920	Autorisa o Governo a reformar a instrucção publica do Estado.
		Decreto n.º 283 — de 6 de abril de 1920	Abre o credito de 10.000\$000, á rubrica "Expediente e Material para a Instrucção Publica", de accordo com a Lei u. 912, de 30 de março corrente.
		Decreto n.º 323 — de 7 de julho de 1920	Suspende as subvenções concedidas a estabelecimentos de instrucção publica.
		Decreto n.º 326 — de 17 de julho de 1920	Abre o crédito de 50.000\$000, para despender com um laboratorio chimico e biologico, a ser fundado como dependencia do Aprendizado Agricola Christino Cruz.
		Decreto n.º 327 — de 17 de julho de 1920	Abre o credito de 50.000\$000 (cincoenta contos de réis), para attender as despesas com as construcções no Aprendizado Agricola Christino Cruz.
		Decreto n.º 363 — de 8 de novembro de 1920	Approva o projecto e o orçamento na importancia de 188.935\$923 (cento e oitenta e oito contos setecentos e trinta e cinco mil novecentos e vinte tres réis) para

			construção do edifício destinado á Escola Modelo "Benedicto Leite".
		Decreto n.º 377 — de 23 de novembro de 1920	Faz a distribuição provisória das escolas publicas no interior do Estado.
1921	LEIS	Lei n.º 959 — de 4 de abril de 1921	Isenta dos impostos de transmissão de propriedades a casa adquirida para a Caixa "Escolar" do Codó.
	DECRETOS	Decreto n.º 457 — de 30 de junho de 1921	Abre o credito suplementar de 30.233\$663 (trinta contos duzentos e trinta e tres mil seiscentos e sessenta e tres réis) á rubrica Instrucção Primaria do orçamento vigente.
1923	LEIS	Lei n.º 1051 — de 5 de abril de 1923	Crêa o serviço de assistencia dentaria nas escolas publicas estaduaes.
		Lei n.º 1088 — de 30 de abril de 1923	Auctorisa a equiparação de estabelecimentos de ensino primario.
	DECRETOS	Decreto n.º 616 — de 15 de fevereiro de 1923	Approva o Regulamento para os estabelecimentos de instrucção publica do Estado.
		Decreto n.º 688 — de 28 de junho de 1923	Approva o Regulamento para o curso normal do Lyceu Maranhense.
		Decreto n.º 836 — de 8 de maio de 1924	Abre o credito de 50:000\$000 (cincoenta contos de réis) á rubrica "Instrucção Publica Primaria e Secundaria", inclusive pessoal, material, ajuda de custo e subvenções, do art. 3.º, n.º 4 da lei n.º 1.121, de 9 de maio de 1923.
		Decreto n.º 866 — de 1.º de outubro de 1924	Extingue os cargos de inspectores escolares e crêa os de físcas de ensino.
		Lei n.º 1.191 — de 19 de março de 1925	Dispõe sobre a nomeação de professores normalistas para as escolas da Capital.
		Decreto n.º 1.029 — de 9 de março de 1926	Extingue dois cargos de físcas de ensino e dispõe sobre a fiscalização das escolas publicas.

1925	LEIS	Decreto n.º 1.112 — de 22 de outubro de 1926	Cria uma escola mixta, nesta Capital.
		Decreto n.º 1.113 — de 26 de outubro de 1926	Estabelece as subvenções pagas pela rubrica "Instrução Publica Primaria e Secundária."
		Decreto n.º 1.117 — de 6 de novembro de 1926	Designa dia nas escolas publicas, para ser ministrada exclusivamente a instrução moral e cívica.
1927	DECRETOS	Decreto n.º 1.127 — de 31 de janeiro de 1927	Concede subvenção ao Collegio Carolinense.
		Decreto n.º 1.141 — de 8 de abril de 1927	Aprova o regulamente geral do ensino no Estado.
		Decreto n.º 1.142 — de 8 de abril de 1927	Aprova o regulamente para o Lyceu Maranhense.
		Decreto n.º 1.146 — de 13 de abril de 1927	Põe em disponibilidade o lente de gymnastica do Lyceu Maranhense, João da Matta Lopes.
1928	LEIS	Lei n.º 1.290 — de 29 de fevereiro de 1928	Dispõe sobre as escolas proletarias nocturnas e eleya a importancia destinada ao fornecimento de medicamentos, a que se refere a lei n.º 1.242 de 11 de abril de 1925.
	DECRETO	Decreto n.º 1.176 — de 19 de janeiro de 1928	Cria diversas escolas primarias e subvenciona outras.
		Decreto n.º 1.182 — de 14 de fevereiro de 1928	Cria uma escola proletaria primaria e nocturna na cidade de Caxias
		Decreto n.º 1.187 — de 14 de abril de 1928	Cria uma escola primaria proletaria na cidade do Codó.
		Decreto n.º 1.203 — de 25 de junho de 1928	Cria uma escola do sexo masculino na cidade, de Barra do Corda, com um curso secundário annexo.
		Decreto n.º 1.235, de 24 de janeiro de 1929	Cria mais uma escola urbana na cidade de Barra do Corda

1929	DECRETOS	Decreto n.º 1.240, de 6 de março De 1929	Cria uma escola proletária. Art. 1º — Fica criada uma escola proletaria no bairro Pau d'Água, -na cidade de Caxias.
1930	DECRETOS	Decreto n.º 1.378 – de 1de maio de 1930	Dispõe sobre o serviço de sanidade escolar no município da Capital.
		Decreto n.º. 1-255 — de 10 de Maio de 1929.	Cria mais uma escola urbana na cidade de Carolina.
		Decreto n.º 1.309 - de 2 de maio de 1930	Approva o Regulamento do Serviço de Sanidade Escolar.
		Decreto n.º 1.324 - de 1.º de julho de 1930	Cria tres escolas rurares nos logares Cateté, Facão e São Bento, no município de Barra do Corda, sendo a primeira do sexo masculino e as outras duas mixtas.
		Decreto n.º 1.336 — de 24 de julho de 1930	Cria uma escola rural no lugar cangalheiro, municipio de Caxias.

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

A legislação educacional maranhense, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, evidencia a incorporação sistemática dos princípios higienistas já consolidados na legislação sanitária nacional e estadual. Nesse movimento, os discursos médico-sanitários transitaram para o campo da instrução pública, configurando uma forte interdependência entre saúde, moralidade e escolarização (Castro, 2023). As normas educacionais, nesse contexto, assumiram função estratégica de disciplinamento social, mobilizando concepções higiênicas como dispositivos centrais do projeto republicano de modernização e de controle dos corpos.

A análise dos decretos estaduais — notadamente os de 1901, 1903, 1905, 1918 e 1930 — revela a constituição de um arcabouço normativo que articulava saúde, educação e moralização à consolidação da ordem republicana. O Regulamento do Lyceu Maranhense (1901), ao exigir a inspeção diária do asseio dos alunos e das dependências escolares, institucionalizou práticas de vigilância cotidiana. O Decreto nº 27/1903, ao tornar obrigatória a educação física, converteu o corpo discente em objeto explícito de intervenção pedagógica, higiênica e cívica.

O Regulamento da Escola Normal de 1905 aprofundou essa pedagogia dos corpos ao instituir a limpeza e a disciplina como princípios organizadores da vida escolar,

articulando civilidade e produtividade. A criação da cadeira de Higiene, pelo Decreto nº 57/1918, consolidou a racionalidade sanitaria no currículo, subordinando a formação discente a um ideal de corpo regulado, saudável e apto ao trabalho urbano. Tal processo alcança maior formalização com o Decreto nº 1.309/1930, que instituiu o Serviço de Sanidade Escolar, institucionalizando a presença médica no espaço escolar e atribuindo ao Estado a responsabilidade direta pela salubridade dos ambientes educativos.

Essas medidas evidenciam o caráter performativo das normas, na medida em que, ao se converterem em práticas reiteradas, produzem subjetividades e moldam condutas, consolidando a escola como espaço simultâneo de instrução, vigilância e correção (Chartier, 1988). A educação física, a higiene cotidiana e a sanidade escolar operaram, assim, como tecnologias de governo orientadas à formação de uma infância saudável, produtiva e ajustada aos imperativos do progresso republicano.

O Quadro 4 – Relatórios dos Governadores do Maranhão (1900–1930) sistematiza as mensagens enviadas às Assembleias Legislativas, nas quais se reiteram preocupações com a instrução pública, o saneamento urbano e o combate às epidemias. Tais documentos revelam diretrizes político-administrativas, prioridades e recorrências discursivas que permitem identificar permanências e inflexões ao longo da Primeira República. A análise longitudinal desses relatórios evidencia a consolidação de um discurso estatal que associa escolarização e medicalização da vida social como vetores da modernização.

Quadro 4- Relatórios dos Governadores do Estado do Maranhão

Ano	Mensagens do Governador		
	Sobre a Instrução Pública		Sobre a Saúde e Higiene
	Nome do Governador	Páginas	Páginas
1900	João Gualberto Torreão da Costa	11-13	7-9
1901	João Gualberto Torreão da Costa	14-20	8-10
1902	João Gualberto Torreão da Costa	13-19	9-11
1903	Alexandre Collares Moreira Junior	9-17	7
1904	Alexandre Collares Moreira Junior	13-25	3-6
1905	Alexandre Collares Moreira Junior	10-18	5-9
1907	Benedicto Pereira Leite	25-26	28-29
1909	Arthur Quadros Collares Moreira	20-21	17-20
1910	Americo Vespucio dos Reis	8	8

1911	Luiz A. Domingues da Silva	8-12	----
1912	Luiz A. Domingues da Silva	11-12	12-13
1913	Luiz A. Domingues da Silva	6-11	11-19
1914	Luiz A. Domingues da Silva	15	9
1915	Herculano Nina Parga	12-13 e 24-42	13 e 44
1924	Godofredo Mendes Vianna	64-70	70-73
1925	Godofredo Mendes Vianna	34-41	42-51
1926	Godofredo Mendes Vianna	25-30	31-37
1927	J. Magalhães de Almeida	17-26	26-43
1928	J. Magalhães de Almeida	13-18	18-26
1929	J. Magalhães de Almeida	12-21	21-26
1930	J. Magalhães de Almeida	16-22	22-30

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

A consolidação do regime republicano no Maranhão, nas primeiras décadas do século XX, ocorreu em meio a um complexo processo de reorganização política, administrativa e social, conduzido pelas elites regionais que assumiram o controle do aparelho estatal. Nesse período, a atuação dos governadores maranhenses deve ser compreendida não apenas como expressão da dinâmica oligárquica característica da Primeira República, mas também como parte de um projeto mais amplo de modernização administrativa e de construção de uma ordem social orientada pelos ideais de progresso, civilização e higienização dos espaços urbanos e escolares.

Entre 1900 e 1902, o governo de João Gualberto Torreão da Costa marcou um momento de reorganização institucional do Estado. Os relatórios administrativos apresentados ao Legislativo indicam a preocupação com a ampliação das estruturas de fiscalização da instrução pública e da higiene, refletindo a tentativa de inserir o Maranhão no movimento de modernização que atravessava o país no início do século XX. Nesse contexto, iniciativas relacionadas à melhoria das condições escolares, à aquisição de materiais didáticos e à reorganização das repartições administrativas revelam o esforço de construção de um aparato estatal capaz de regular os espaços educativos e sanitários (MARANHÃO, 1902).

Seu sucessor, Alexandre Collares Moreira Junior (1903-1905), manteve a continuidade das políticas administrativas, reforçando as bases institucionais do governo estadual. Sua gestão insere-se no contexto de consolidação das elites políticas locais, que estruturaram redes de poder sustentadas por alianças familiares e pelo controle dos cargos administrativos. Tal configuração política expressa aquilo que a historiografia identifica como o funcionamento do sistema oligárquico característico da Primeira República brasileira, no qual o poder regional era exercido por grupos restritos que articulavam interesses econômicos e políticos.

A ascensão de Benedicto Pereira Leite (1906-1908) representou um momento particularmente significativo na política maranhense. Figura central da elite política do estado, Pereira Leite consolidou um sistema de poder fortemente estruturado em redes de influência e alianças regionais. Sua atuação política transcendeu o período de seu governo, exercendo influência duradoura sobre a política local. Durante sua gestão, observam-se esforços de reorganização administrativa e fortalecimento das instituições públicas, ao mesmo tempo em que se consolidava a centralização do poder nas mãos das oligarquias regionais (MEIRELES, 2001).

O breve governo de Arthur Quadros Collares Moreira (1909) representou uma continuidade administrativa no interior do mesmo grupo político dominante. De forma semelhante, o governo de Américo Vespúcio dos Reis (1910) caracterizou-se por um período de transição política, mantendo a estrutura institucional herdada das gestões anteriores.

Entre 1911 e 1914, a administração de Luiz Antonio Domingues da Silva ocorreu em um contexto de intensificação das transformações urbanas e administrativas nas principais cidades maranhenses. Esse período foi marcado pela ampliação das discussões sobre higiene pública, urbanização e escolarização, temas que passaram a ocupar lugar central no discurso das autoridades estaduais. A escola, nesse contexto, passou a ser concebida como um espaço privilegiado para a formação de hábitos considerados civilizados, integrando o projeto republicano de construção de uma nova ordem social.

Na sequência, o governo de Herculano Nina Parga (1914-1917) deu continuidade às iniciativas de reorganização administrativa e fortalecimento das instituições públicas. Sua gestão coincidiu com um período de transformações econômicas e políticas no cenário nacional, influenciado pelos impactos da Primeira Guerra Mundial. Ainda assim, observa-se

a permanência das diretrizes administrativas voltadas à organização dos serviços públicos e à consolidação do aparato estatal.

O ano de 1918 foi marcado por instabilidade política, com a sucessão de diferentes dirigentes à frente do governo estadual, entre eles Antônio Brício de Araújo, José Joaquim Marques e Raul da Cunha Machado. Esse período evidencia as disputas internas entre grupos políticos e as tensões presentes no interior das elites regionais, demonstrando que o sistema oligárquico não estava isento de conflitos e rearranjos de poder.

Entre 1918 e 1922, o Maranhão foi governado por Urbano Santos, figura de grande projeção política tanto no cenário estadual quanto nacional. Urbano Santos destacou-se como um dos principais líderes políticos do estado e exerceu influência significativa na política brasileira, ocupando importantes cargos públicos. Durante sua gestão, buscou-se reforçar a organização administrativa do estado e ampliar iniciativas voltadas à modernização institucional.

Após breve retorno de Raul da Cunha Machado (1922-1923) ao governo estadual, assumiu Godofredo Mendes Vianna (1923-1926), cuja administração manteve o esforço de consolidação das estruturas administrativas e de fortalecimento da presença estatal nas diferentes áreas da vida pública.

Por fim, José Magalhães de Almeida (1927-1930) governou o Maranhão nos anos finais da Primeira República. Sua gestão ocorreu em um contexto de crescente crise política nacional que culminaria na Revolução de 1930 e na reorganização do sistema político brasileiro sob o governo de Getúlio Vargas. Assim, seu governo marca o encerramento de um ciclo histórico caracterizado pela predominância das oligarquias regionais na condução da política estadual.

A análise das gestões desses governadores evidencia que o poder político no Maranhão, durante as primeiras décadas da República, esteve profundamente associado à construção de um aparato estatal voltado à organização da vida social. Nesse processo, educação, higiene e administração pública foram concebidas como instrumentos fundamentais para a formação de uma sociedade considerada moderna e civilizada.

Como destacam Castro (2010), Castellanos (2024) e Segadilha (2018), a escola republicana foi concebida como um espaço estratégico para a implementação desse projeto civilizador, no qual a organização dos espaços escolares, o controle dos corpos e a

disseminação de práticas higiênicas constituíam elementos centrais da política educacional. Nesse sentido, a atuação dos governadores maranhenses não pode ser analisada apenas no plano político-administrativo, mas deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de construção do Estado e de disciplinamento social.

Assim, ao longo das primeiras décadas do regime republicano, as ações governamentais no Maranhão evidenciam a tentativa de articular poder político, modernização administrativa e intervenção pedagógica como dimensões constitutivas de um projeto mais amplo de reorganização social. Nesse contexto, a escola passou a ser concebida como um espaço estratégico de intervenção estatal, no qual educação, higiene e administração pública se entrelaçavam na produção de novas formas de regulação da vida social. A institucionalização de políticas voltadas à inspeção escolar, à vigilância sanitária e à organização dos espaços educativos revela o esforço do Estado em disciplinar práticas cotidianas e difundir padrões de comportamento considerados compatíveis com os ideais de ordem, progresso e civilização que orientavam o projeto republicano. Como indicam Castro (2010) e Castellanos (2024), a escola republicana não se limitou à transmissão de conteúdos escolares, constituindo-se também como um espaço de reorganização da cultura escolar e de produção de novas normas de conduta, nas quais a materialidade dos objetos, dos espaços e das práticas pedagógicas desempenhava papel central na conformação dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, a atuação de inspetores como João Francisco Corrêa Leal, Domingos Américo de Carvalho, Torquato Tasso Coelho de Souza e João Nepomuceno de Souza Machado revela a centralidade desses agentes no interior do campo burocrático do Estado. Ao fiscalizarem o funcionamento das escolas, supervisionarem o trabalho docente e avaliarem as condições materiais das instituições, esses inspetores operavam como mediadores entre o poder central e o cotidiano escolar, contribuindo para a difusão de padrões administrativos e pedagógicos que buscavam regular comportamentos e ordenar os espaços educativos. Nesse sentido, sua atuação pode ser compreendida à luz do que Bourdieu (2014) denomina de campo burocrático, no qual agentes investidos de autoridade estatal exercem um poder simbólico capaz de legitimar classificações, normas e práticas que estruturam a vida social.

Paralelamente, a atuação de Felicíssimo Rodrigues Fernandes, à frente da Inspetoria de Higiene Escolar, evidencia o aprofundamento de um processo que ultrapassava a esfera estritamente pedagógica e adentrava o campo da gestão da vida. A incorporação da medicina ao universo escolar revela aquilo que Foucault (1979; 2008) identifica como uma das

expressões da biopolítica, isto é, o conjunto de estratégias por meio das quais o Estado passa a intervir diretamente na regulação dos corpos, na vigilância da saúde e na administração das populações. Ao inserir práticas de inspeção médica no cotidiano escolar, o poder público transformava a infância em objeto privilegiado de observação, classificação e normalização, ampliando os mecanismos de disciplina e controle que estruturavam a escola moderna.

Conforme observa Segadilha (2018), a incorporação das práticas higienistas ao cotidiano escolar representou um dos eixos fundamentais do projeto civilizador republicano, no qual a escola se afirmava simultaneamente como espaço de instrução, de moralização e de regulação dos comportamentos. Dessa forma, a atuação dos inspetores e médicos escolares não apenas refletia as diretrizes administrativas do Estado, mas também contribuía para a consolidação de uma cultura escolar orientada pela disciplina dos corpos, pela vigilância das condutas e pela interiorização de normas consideradas indispensáveis à formação do cidadão republicano.

A continuidade dos nomes nos cargos técnicos sugere busca por estabilidade administrativa em meio a um cenário político instável, enquanto as lacunas documentais entre 1906 e 1930 sinalizam descontinuidades e fragilidades do Estado republicano, revelando o abismo entre o discurso modernizador e a prática institucional (Castellanos, 2024).

A imprensa educacional e geral, sistematizada no Quadro 5, complementa essa análise. Jornais como *A Escola* (1902-1929), *O Rosariense* (1903), *O Ser* (1904), *O Tocantins* (1914), *O Guarany* (1871) e *Gazeta de Codó* (1893), distribuídos entre São Luís, Rosário, Codó, Caxias, Barra do Corda e Carolina, mostram que os discursos médico-sanitários circularam amplamente, sendo apropriados e ressignificados por diferentes comunidades escolares. Esses periódicos, com periodicidade e gêneros variados, atuaram como mediadores de saberes, reforçando práticas higienistas e valores civilizatórios, além de revelar disputas simbólicas e resistências à normatização escolar (Chartier, 1990).

A análise dos impressos evidencia que a difusão dos ideais higienistas não se restringiu aos grandes centros urbanos, mas foi incorporada regionalmente, adaptando-se às especificidades locais. A diversidade de títulos e enfoques demonstra que a imprensa não apenas informava, mas também normatizava condutas, promovia debates e articulava projetos de disciplinamento social.

Como aponta Le Goff (2003), nenhum documento é neutro: todo registro histórico está permeado por interesses, disputas simbólicas e tensões entre discursos hegemônicos e vozes dissidentes.

O Quadro 5 apresenta a relação dos jornais de ensino e da imprensa geral, distribuídos por diferentes cidades maranhenses entre os séculos XIX e XX. Esses periódicos, localizados sobretudo no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), constituem uma amostra expressiva da diversidade de impressos que circularam no estado entre 1889 e 1930.

A presença desses jornais confirma a vitalidade da imprensa como mediadora de saberes educacionais, científicos e morais, desempenhando papel estratégico na difusão de práticas higienistas e valores civilizatórios. Títulos como *A Escola* presente em São Luís, Codó e Caxias e *O Tocantins* (1914), publicado em Carolina, ilustram a amplitude dessa circulação, evidenciando como os discursos médico-sanitários foram apropriados, reinterpretados e disseminados regionalmente, atravessando tanto os centros urbanos quanto localidades do interior.

A periodicidade variada (semanal, mensal, trimestral ou irregular) e a multiplicidade de gêneros textuais (literário, crítico, noticioso) reforçam que esses periódicos não se restringiam apenas a informar, mas atuavam, também como instrumentos de normatização de condutas e de reforço dos ideais de modernidade e progresso. Chartier (1990) e Gondra (2004), complementavam que os impressos escolares devem ser compreendidos como práticas culturais, permeadas por disputas simbólicas e por projetos políticos de disciplinamento social.

Assim, a circulação da imprensa pedagógica no Maranhão, mas ilumina os mecanismos pelos quais o discurso higienista adentrou o campo educacional, revelando o estreito entrelaçamento entre saúde, instrução pública e imprensa como instrumentos de intervenção sobre os corpos e as mentes das novas gerações.

Quadro 5- Relação dos jornais da Imprensa Geral e de Ensino selecionados

CIDADES	IMPRENSA	EXEMPLARES DISPONÍVEIS (BPBL)	PERIODICIDADE/
SÃO LUÍS	A Escola (De ensino) Proprietário: Profº. Bejamim de Mello Redatores: Almir Dias da Silva, Aristides Lins, Raymundo Rodrigues e Joaquim Lins.	mar.1902, nº 1 out.1909, 1919 e nº 03, 0 Jul- 1923; n- 07 nov. 1924.	Indeterminada
	Pacotilha (Geral)	(1889,1890,1896,1898	Indeterminada

	Redatores: Victor Lobato e Barbosa de Godois	1900,1904,1908, 1914, 1917)	
	O Combate (Geral) Redator: Carlos Huberto Reis	(1906, 1929)	Indeterminada
ROSÁRIO	O Rosariense (De ensino) Redatores: Álvaro Costa	Nº011-18,20,23-34 jan-dez.1903; nº 35-60,62-67,69-70 jan.-dez.1904; nº 71,72 jan. 1905.	Quinzenal/ Literário, comercial e crítico.
	O Ser (De ensino) Dirigido: Quintino Martins Redatores: Leslie Tavares e Alvaro Costa	Nº 01, 02 out., nov. 1904.	Mensal/ Literário, crítico e noticioso.
CODÓ	A Escola (De ensino) Redatores: Fernando Barbosa de Carvalho	nº01-12 jan-dez. 1918; 13 - 19 jan-set. 1919; nº 21-25 mar., maio, ago., nov. 1920.	Mensal/ Literário.
	A Lampada (Geral) Redatores: G. Chaves e G. Ramos	Nº 1 mar. 1893	Indeterminada/Literário, crítico e noticioso.
	Gazeta de Codó (Geral) Redatores: Alcibíades de Aguiar Silva	Jan. - nov. 1893Jan. - abr., jul. 1894.	Semanal/critico noticioso
CAXIAS	A Escola (De ensino) Redatores: Professores do Externato Codoense.	jun.ago.-out. 1928; jan. dez. 1929; dez. 1931.	Trimestral/Literário.
	O Parthenon (De ensino) Redatores:	Nº 1 maio. 1908.	Indeterminada/ Literário e noticioso.

	Não identificado		
	O Parnaso (De ensino) Redatores: Cunha Junior e gerente, Raymundo Lucas de Macedo.	Nº 1 nov. 1903- nº 04, 09 jan. abr. 1904	Indeterminada/ Literário e noticioso.
	Gazeta (Geral) Typographia: Vicente de Paula Texeira Mendes	1894;1893-1902	Bimensal/Noticio so e comercial.
BARRA DO CORDA	O Guarany (De ensino) Redatores: Thuclydides Barbosa	Fev-Abr.1899	Bimensal/ Literário, crítico e noticioso.
	Os Simples (De ensino) Redatores: Souza Brito, Tunico Braga, Joao Piles e Ismael Salomão	nº. 26 dez. 1915; nº 28 fev. 1916.	Mensal/ Literário, crítico e noticioso.
	O Porvir (De ensino) Redatores: João Maranhão Sobrinho e José Pires Ferreira	Nº 7 fev. 1897	Bimensal/ Literário e noticioso.
	O Norte (Geral) Redatores: Isac Martins	1892,1926,1928 e 1929	Semanal/Jornal crítico noticioso.
CAROLINA	O Tocantins (Geral) Redatores: José Queiroz, Elpidio Pereira	mar., abr., jun. 1914; jan. del. 1915; jan. 1916; Jan. del 1917. 1918; fev. mai., maio, ago. 1921; maio sec. 1922; jan. fev. nov 1923; fev., abr., jun. ago- 1924; mai. 1925; jun. dez.	Semanal/ Interesses Gerais, Literário e Noticioso.

		1926; dez. 1927; jan. abr. - jul. 1928; out. - nov, 1929; jan. mar. - out. 1930.	
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A análise dos periódicos reunidos nesta pesquisa evidencia a abrangência territorial da circulação dos discursos médico-sanitários e educacionais no Maranhão durante a Primeira República. Ao contemplarem tanto a capital, São Luís, quanto cidades do interior como Rosário, Codó, Caxias, Barra do Corda e Carolina, esses impressos demonstram que a difusão das ideias higienistas não se restringiu aos grandes centros urbanos, mas foi progressivamente apropriada e ressignificada por comunidades escolares em contextos diversos. Esse enraizamento regionalizado revela tanto a eficácia do projeto republicano de modernização quanto as tensões e adaptações locais às diretrizes normativas emanadas pelo Estado. Conforme destaca Castro (2009), a institucionalização da educação pública no Maranhão foi marcada por desafios estruturais e por disputas de poder que atravessavam os espaços escolares e os meios de comunicação, refletindo a complexidade do processo de formação da cultura escolar no período.

A diversidade de títulos e a multiplicidade de gêneros editoriais que variam entre o literário, o noticioso, o crítico e o pedagógico reforçam a relevância do corpus documental selecionado. Não se trata apenas de investigar a presença do ideário higienista, mas de compreender como esses discursos eram negociados nas páginas da imprensa, quais vozes se faziam ouvir e que resistências emergiam diante dos projetos de disciplinamento escolar. A perspectiva teórico-metodológica da História Cultural, especialmente os aportes de Roger Chartier (1990), permite problematizar os impressos a partir de sua materialidade considerando sua forma, frequência, dispositivos e estruturas, possibilitando uma leitura que vá além do conteúdo e alcance as condições de produção, circulação e recepção desses documentos.

Nesse universo, destacam-se periódicos como *A Escola* (São Luís e Codó), com seu engajamento direto na luta contra o analfabetismo, dirigido por Fernando Barbosa de Carvalho, e redigido por professores do Externato Codoense. *O Norte* (1893), fundado por Isaac Martins em 1893, apresenta uma trajetória marcada por mudanças editoriais, refletindo as disputas ideológicas e os rearranjos políticos locais, especialmente quando passa a se intitular *Órgão das Ideias Republicanas*. Já *O Porvir* (1895), publicado em Barra do Corda por João Maranhão Sobrinho e José Pires Ferreira, demonstra a articulação entre imprensa,

religião e colonização cultural, ao abordar as missões capuchinhas junto às populações indígenas.

Outros periódicos, como *O Guarany* (1871), com foco no público infantil, e *A Lâmpada*, de perfil literário e pedagógico, ilustram os esforços de formação de leitores desde a infância e a valorização da instrução primária. A *Gazeta de Codó* (1893), mesmo diante de adversidades como enchentes que interromperam sua circulação, retorna às atividades com vigor, reafirmando o papel da imprensa local como mediadora de debates públicos. Em Rosário, *O Rosariense* (1903) e *O Ser* (1904) dividiam espaço e enfoques: enquanto o primeiro adotava uma postura crítica e abrangente, o segundo priorizava o conteúdo literário e cultural, ambos impressos por Quintino Martins. Em Caxias, *O Parnaso* (1861), sob a liderança de Cunha Júnior, apresentava um perfil crítico e noticioso, com ampla variedade temática.

1.6.4 Interpretação de fontes, cultura material escolar e análise discursiva

A leitura das fontes segue uma abordagem tríplice. Primeiro, adoto a noção de documento-monumento de Pesavento (2003). Cada lei, relatório ou jornal é simultaneamente registro factual e peça que produz sentidos, devendo ser interrogado quanto ao poder que exerce sobre seus leitores. Em seguida, recorro à “pragmática material” de Roger Chartier (1998), segundo a qual o impacto simbólico do impresso depende de seu suporte, do gesto de leitura e dos rituais de circulação; assim, descrevo tiragem, formato e público para compreender como a mensagem se tornou efetiva. Por fim, integro a teoria dos campos de Pierre Bourdieu (1989), situo cada fonte no espaço de forças – político, médico ou escolar – identificando os agentes que a manipulam, o capital simbólico nela investido e as hierarquias que ela legitima. Combinadas, essas três lentes permitem analisar as fontes tanto em sua materialidade e recepção quanto em seu papel na reprodução de posições de poder.

Legislação educacional e sanitária – decretos, leis e regulamentos que expressam os objetivos normativos do Estado.

Mensagens dos presidentes de província e governadores – documentos híbridos que reúnem diagnósticos, balanços e justificativas político-ideológicas.

Relatórios de inspetores da instrução pública e inspeção médico-escolar – registros do cotidiano escolar, condições higiênicas e resultados das políticas públicas.

Imprensa de ensino e imprensa geral – espaços de circulação e consolidação dos discursos médico-pedagógicos, mediadores entre Estado, sociedade e agentes educacionais.

Com base na História Cultural (Chartier, 1990; Pesavento, 2003; Barros, 2016), a análise compreende as fontes como construções simbólicas, atravessadas por intenções políticas e pedagógicas. A cultura material escolar, conforme Castellanos (2017; 2024), é abordada como sistema de valores e práticas orientado para a padronização, asseio e disciplina dos corpos infantis. O cruzamento metodológico permite relacionar dispositivos normativos com relatos de inspetores e médicos, evidenciando o descompasso entre o projeto civilizatório republicano e sua execução concreta.

O referencial foucaultiano de biopoder (Foucault, 1999) ilumina como o Estado buscou regular a vida das populações por meio da escola, articulando saberes médicos, pedagógicos e jurídicos para produzir corpos dóceis e úteis. A inspeção médica escolar emerge como tecnologia de controle, legitimada pelo discurso da saúde pública, voltada à normalização dos corpos e condutas, especialmente das camadas populares (Gondra, 2004).

A estratégia metodológica é a, análise documental histórico-qualitativa contextualizando cada documento e confrontando-o com outros registros, o que possibilita mapear convergências e contradições entre dispositivos legais, relatórios administrativos e discursos jornalísticos. O cruzamento das fontes poderá revelar não apenas uma política de modernização escolar, mas uma lógica profunda de produção de sujeitos e regulação de práticas, em que saúde e educação foram mobilizadas como engrenagens do projeto civilizatório republicano. A escola maranhense aparece como espaço de formação intelectual, vigilância e normalização da infância.

1.7 Estrutura da Tese

A tese está organizada em cinco seções, além da Introdução e da Conclusão:

Introdução: Apresenta motivação, justificativa, problemática, hipótese central, objetivos, fundamentos teórico-metodológicos e percurso metodológico, além das fontes primárias e referenciais teóricos (Barros (2016), Chartier (1988; 1990), Gondra (2004), Rocha (2005; 2017), Nagle (2009), Castro e Castellanos (2020), Segadilha (2022), Silva (2011), Bourdieu, (1990).

Seção 2: Situa a investigação no campo acadêmico, traçando panorama crítico das pesquisas sobre saúde, higiene e educação no Maranhão, com ênfase na disseminação das práticas higienistas pela imprensa. Realiza revisão bibliográfica sistemática, identificando recorrências temáticas, lacunas e referenciais predominantes.

Seção 3: Delineia o contexto político, social e econômico do Maranhão na transição do Império à República, destacando a permanência do coronelismo e das oligarquias, bem como as transformações urbanas e os desafios sanitários que impactaram diretamente o campo educacional.

Seção 4: Mapeia a publicação de discursos médico-sanitários na imprensa geral e de ensino, analisando representações higienistas e suas repercussões na educação. Examina obras e artigos que difundiram ideias de higiene, moral e disciplina, investigando sua incorporação às práticas escolares.

Seção 5: Aproxima os discursos médico-sanitários das práticas concretas no cotidiano escolar, identificando convergências, tensões e ressignificações. Analisa como professores, gestores e intelectuais reinterpretaram ou resistiram às prescrições higienistas, revelando disputas simbólicas e jogos de poder.

A relevância da investigação reside na compreensão de como as ideias higienistas, divulgadas por médicos, políticos e educadores, foram apropriadas, ressignificadas e adaptadas às práticas escolares, projetando-se nos contextos sociopolíticos e sanitários da época. O estudo contribui para a História da Educação e para a compreensão das relações entre saúde, higiene e educação no Maranhão republicano, oferecendo uma interpretação crítica e contextualizada de episódios históricos que ainda ecoam nas práticas educativas contemporâneas.

Seção 2

DIÁLOGOS COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA

2 DIÁLOGOS COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Para situar esta tese no debate acadêmico contemporâneo, esta seção delineia o estado da arte da produção acadêmica relacionada à saúde, higiene e educação no Maranhão. A análise concentra-se em dissertações e teses produzidas na última década, com especial atenção aos trabalhos que investigam as práticas higienistas no ambiente escolar e sua veiculação na imprensa de ensino eixo temático central desta pesquisa. O levantamento tem como objetivo mapear as correntes teórico-metodológicas, as contribuições consolidadas e as lacunas ainda existentes, constituindo um passo essencial para o aprofundamento do tema (Braucks et al., 2025). Nesse sentido, busca-se posicionar a originalidade desta pesquisa no campo da História da Educação.

A construção do Estado da Questão nesta pesquisa ultrapassa a dimensão de um simples levantamento bibliográfico. Não se trata de inventariar autores que abordaram as relações entre saúde, higiene e educação, mas de realizar um mapeamento crítico da produção acadêmica sobre saúde, higienismo, escolarização e medicalização da infância no Brasil, com vistas a situar o problema investigado no interior do campo historiográfico já constituído. O Estado da Questão é, assim, compreendido como procedimento analítico que permite identificar tendências interpretativas, disputas conceituais e lacunas investigativas.

Na tradição metodológica clássica, autores como Severino (2016) e Minayo (2014) ressaltam que a revisão bibliográfica desempenha papel estruturante na delimitação do objeto e na definição das categorias analíticas. A revisão não deve assumir caráter meramente informativo, mas problematizador, permitindo que o pesquisador dialogue criticamente com o conhecimento já produzido e evite tanto a reprodução acrítica quanto a síntese acumulativa descontextualizada.

O debate contemporâneo amplia essa compreensão ao reconhecer a revisão de literatura como método de pesquisa em si mesmo. Snyder (2019) sustenta que a revisão permite organizar o campo científico e explicitar suas lacunas estruturais, enquanto Galvão e Ricarte (2019) destacam sua função na identificação de convergências e silêncios no interior de determinado domínio de conhecimento. Assim, o Estado da Questão passa a operar como instrumento de construção do problema científico.

No campo da Educação, Romanowski e Ens (2022) distinguem o Estado da Arte, caracterizado pelo levantamento sistemático da produção do Estado da Questão, entendido como análise crítica orientada à delimitação do problema e ao posicionamento teórico do pesquisador. Essa distinção fundamenta esta pesquisa, pois o objetivo não é apenas mapear

o que foi produzido, mas compreender como o objeto “saúde, higiene e educação” foi historicamente construído pela historiografia. Bernardete Gatti (2012; 2020) chama a atenção para a necessidade de revisões que revelem não apenas o volume da produção, mas suas orientações teóricas e seus recortes regionais.

Sob perspectiva epistemológica, Bourdieu (2004) recorda que toda investigação se insere em um campo estruturado por posições e disputas simbólicas. Mapear esse campo significa compreender suas regularidades, hierarquias e invisibilidades. O Estado da Questão, portanto, constitui exercício reflexivo que explicita as condições de produção do conhecimento sobre determinado objeto e permite identificar consensos consolidados e ausências estruturais.

Os estudos revisados foram organizados em três eixos temáticos: (1) as inter-relações entre saúde, higiene e educação; (2) a formação higienista de professores e as práticas escolares; (3) o papel da imprensa na disseminação dos preceitos higienistas e no período delimitado por esta tese. Essa categorização permite visualizar as diferentes abordagens sobre o tema e fundamenta a relevância do presente estudo no contexto acadêmico atual.

A coleta dos trabalhos baseou-se em fontes como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNDigital), a Biblioteca Virtual da FIOCRUZ e a Biblioteca Virtual da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Foram selecionados estudos publicados entre 2015 e 2025, priorizando aqueles que, direta ou indiretamente, abordam a circulação de discursos médico-sanitários no campo educacional maranhense entre 1889 e 1930, com ênfase nas práticas e representações escolares vinculadas ao contexto higienista.

Essa delimitação temporal favorece o diálogo com reflexões contemporâneas, ao mesmo tempo em que permite revisitar narrativas históricas responsáveis pela conformação das práticas educacionais e sanitárias no início do século XX. Os resultados desse levantamento estão sistematizados no Quadro 6, que apresenta as dissertações e teses selecionadas.

Quadro 6- Seleção de dissertações e teses (2015-2025)

Nº	Autor/Universidade/Ano	Título
1	Carla Andrade de Souza — UFBA/2024 (Dissertação)	Higiene Escolar em Salvador (1920–1930)
2	Camilla V. C. P. de Oliveira — UFPA/2022 (Tese)	A Educação no Pará republicano na Revista “O Ensino” (1918–1919)

3	Caroline F. de Souza Santiago — UNESP/Marília/2022 (Dissertação)	Educação do corpo na formação de professores em São Paulo (1911–1923)
4	Daniela Azarias F. da Silva — UEM/2020 (Dissertação)	A ação educativa e a propaganda republicana nas páginas do jornal A República (1886–1891)
5	Arthur Beserra de Melo — UFRN/2020 (Dissertação)	As Ideias Pedagógico-Higienistas na Revista Pedagogium (1921–1927)
6	Angela Maria M. S. Barros — UNIT/2016 (Dissertação)	Educação, Hygiene e Saúde: “História Natural e Hygiene Geral e Escolar” na Escola Normal de Sergipe (1879–1930)
7	Yuma Ferreira — UFRN/2019 (Tese)	“O grau de educação se mede pelo uso do sabão”: a criança e o projeto Médico-Social da Primeira República em Natal/RN (1892–1922)
8	Ingrid Karla Cruz Biserra — UFPB/2019 (Tese)	“Conselhos e Instruções a Ti, Professor”: a imprensa pedagógica da Paraíba como lugar de atuação e formação docente (1919–1942)
9	Mariana de Carvalho Dolci — USP/2019 (Tese)	Entre a Ciência e a Política: ensino, atendimento e pesquisa no Instituto de Higiene de São Paulo (1916–1951)
10	Hananiel de Souza Amorim — UFRN/2016 (Dissertação)	O discurso higienista para os grupos escolares na legislação educacional do RN (1908–1925)
11	Luana Costa Viana — UFPA/2015 (Tese)	A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em periódicos pedagógicos no Pará (1891–1912)
12	Alanny Paulo Ricardo Almeida — UFCG/2015 (Dissertação)	“A Nossa Saúde Está Aqui”: discursos médico-higienistas e medicalização dos corpos na revista Era Nova (Parahyba, 1921–1925)
13	Margarete Farias de Moraes — UFES/2015 (Tese)	A higiene escolar nos escritos de Carlos Sá: circulação de ideias e projetos de interação entre saúde e educação (1920–1945)
14	Azemar dos S. Soares Júnior — UFPB/2015 (Tese)	Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913–1942)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A sistematização do material empírico foi realizada com base na ficha de análise do estado da arte proposta por Castellanos (2024), a qual contempla as concepções epistemológicas predominantes acerca da saúde, higiene e da educação escolar. Essa abordagem evidencia a articulação entre ciência, educação e política, marcada pela influência

dos discursos higienistas na conformação da sociedade brasileira nas primeiras décadas republicanas.

Para assegurar uma análise crítica e sistemática, os estudos foram organizados conforme os eixos temáticos previamente delineados, o que permitiu identificar convergências interpretativas, tensões conceituais e lacunas historiográficas. A análise inicia-se pelos estudos que discutem a emergência e difusão do discurso higienista em âmbito nacional, buscando destacar as especificidades do Maranhão dentro desse processo histórico mais amplo.

2.1 Eixo 1 – Saúde, higiene e educação: interações e tensões

A produção acadêmica recente sobre as relações entre saúde, higiene e educação tem demonstrado que o higienismo constituiu muito mais do que um conjunto de prescrições sanitárias. Ele configurou uma racionalidade social que atravessou instituições, práticas pedagógicas e formas de governo, articulando medicina, moralização e escolarização no interior do projeto republicano de modernização. No presente eixo, o Estado da Questão organiza e analisa pesquisas que abordam essa intersecção no contexto nordestino, permitindo identificar aproximações teóricas, deslocamentos interpretativos e lacunas analíticas relevantes para esta tese.

Entre as pesquisas que investigam as relações entre educação, higiene e saúde no contexto da escolarização brasileira, destaca-se a dissertação de Angela Maria Melo Sá Barros, intitulada Educação, Hygiene e Saúde: “História Natural e Hygiene Geral e Escolar” na Escola Normal de Sergipe (1879–1930). O estudo analisa a introdução e o desenvolvimento da disciplina de higiene no currículo da Escola Normal sergipana, buscando compreender a gênese desse ensino no Brasil e sua inserção no processo de formação docente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A pesquisa parte do pressuposto de que o ensino da higiene constituiu um instrumento estratégico de intervenção social e sanitária, articulando educação e saúde pública. Nesse sentido, o estudo demonstra que tais conteúdos foram introduzidos no ensino normalista a partir da Reforma Leôncio de Carvalho (1879). A disciplina passou a integrar o currículo de formação, sendo frequentemente ministrada por médicos, que atuavam na elaboração dos programas e na difusão do saber médico-higienista no espaço escolar. A autora evidencia que, em Sergipe, a disciplina foi estruturada na cadeira de "História Natural e Hygiene Geral e

Escolar", articulando-se às transformações educacionais da passagem do Império para a República.

Entre as principais contribuições do trabalho, destaca-se a análise da disciplina escolar como espaço de circulação de saberes médicos e pedagógicos. Ao examinar programas de ensino, regulamentos e materiais das normalistas, Barros demonstra que a higiene integrou um projeto amplo de transformação social. Nesse processo, a Escola Normal assumiu papel central na formação de professoras capacitadas a disseminar práticas de prevenção e cuidados profiláticos entre crianças e famílias.

A dissertação apresenta importantes convergências com esta investigação. Primeiramente, ambas partem do entendimento de que a higiene escolar não é apenas um conteúdo, mas parte de um projeto civilizador e disciplinador. Além disso, há o reconhecimento da influência do saber médico na organização escolar: médicos como Helvécio de Andrade atuaram diretamente na definição de normas, reforçando a escola como espaço privilegiado para a construção de uma cultura orientada pela disciplina do corpo e pela promoção de hábitos "civilizados".

A pesquisa evidencia ainda a influência do saber médico na organização curricular e destaca o papel das professoras normalistas como agentes de educação sanitária. Contudo, ao privilegiar a análise do currículo e da formação docente, o estudo apresenta algumas lacunas analíticas, especialmente no que se refere à articulação entre legislação sanitária e educacional, à análise da cultura material escolar e à implementação prática das prescrições higienistas no cotidiano das instituições de ensino.

Nesse sentido, a presente pesquisa amplia esse campo investigativo ao propor uma análise integrada entre normatividade sanitária, políticas educacionais e materialidade escolar, buscando compreender como os discursos higienistas foram incorporados às legislações e às práticas educacionais no contexto da Primeira República.

Dolci (2019) investiga a consolidação do Instituto de Higiene de São Paulo (1916–1951), destacando a atuação de Geraldo Horácio de Paula Souza e as articulações estabelecidas entre os interesses internacionais da Fundação Rockefeller e o projeto nacional de organização da saúde pública. A autora demonstra como o ensino da higiene foi institucionalizado como resposta aos desafios sanitários paulista, introduzindo um sanitarismo de matriz norte-americana e fixando a higiene como disciplina acadêmica

estruturantes. A pesquisa evidencia, ainda, a criação de centros de saúde e a circulação de pesquisas científicas e a consolidando do higienismo como eixo articulador das políticas educacionais e sanitárias. Ao enfatizar a liderança intelectual e política de Paula de Souza, Dolci revela que o higienismo não foi um processo espontâneo, mas resultado da atuação de sujeitos estratégicos inseridos em redes transnacionais de saber e poder.

A consolidação da higiene no Brasil, conforme demonstrado pela autora foi influenciada pelo modelo sanitário norte-americano, especialmente no que diz respeito à formação técnica, à profissionalização do sanitarismo e à institucionalização da pesquisa. O ponto mais estruturante de sua tese reside na demonstração de que o higienismo se materializou em três frentes integradas: no currículo e na formação profissional, na produção do conhecimento científico e na prática sanitária junto à população.

Considerando que o Maranhão também manteve interlocuções com a Fundação Rockefeller, emergem questões fundamentais para esta investigação, as três frentes, ensino, pesquisa e assistência foram também consolidadas em solo maranhense.

Margarete Farias de Moraes (2015) investiga a higiene escolar nos escritos de Carlos Sá, enfatizando a circulação de ideias e os projetos de interação entre saúde e educação no período de 1920 a 1945. A autora demonstra que a higiene escolar não se constituiu apenas como conjunto de prescrições técnicas, mas como campo de interlocução entre médicos e educadores, articulando formação docente, produção intelectual e propostas de reorganização escolar. O estudo destaca a atuação de Carlos Sá como mediador entre saber médico e prática pedagógica, evidenciando a importância das redes intelectuais na difusão do ideário higiênico.

A tese evidencia que o higienismo se estruturou por meio da circulação de impressos, conferências, programas escolares e propostas curriculares, consolidando um discurso que vinculava saúde, moralização e progresso nacional. Assim como em Dolci (2019), a higiene aparece como campo em institucionalização, ainda que Moraes privilegie a dimensão intelectual e discursiva em detrimento da estrutura administrativa do sistema sanitário.

O ponto mais estruturante da pesquisa de Moraes reside na demonstração de que a interação entre saúde e educação foi construída por meio de redes de circulação de ideias e da legitimação do saber médico no interior do campo educacional. A autora evidencia que a higiene escolar foi incorporada ao debate pedagógico como elemento de modernização, associando disciplina corporal, moralidade e eficiência escolar.

Entretanto, diferentemente da abordagem de Dolci, que enfatiza a consolidação institucional da higiene em três frentes — ensino, pesquisa e assistência — Moraes concentra-se na dimensão intelectual e na trajetória de um agente específico, não desenvolvendo análise aprofundada da legislação sanitária ou da estrutura normativa que sustentou tais projetos.

Há convergência quanto à compreensão da higiene como campo articulador entre medicina e educação. A tese de Moraes dialoga diretamente com a hipótese central desta investigação ao reconhecer que o higienismo operou como racionalidade organizadora da escola republicana, influenciando currículo, formação docente e práticas pedagógicas. Também converge na identificação da escola como espaço estratégico de intervenção sobre os corpos e na percepção de que o saber médico buscou legitimar-se por meio da educação formal. Essa perspectiva reforça a análise proposta para o Maranhão, onde a incorporação da higiene ao sistema escolar pode ser compreendida como parte de um projeto de modernização estatal.

Não obstante as aproximações temáticas, evidenciam-se divergências metodológicas e analíticas relevantes. Em primeiro lugar, a investigação de Moraes concentra-se predominantemente na circulação de ideias e na trajetória intelectual de Carlos Sá, privilegiando a dimensão discursiva e a atuação individual no interior das redes médico-pedagógicas. Tal enfoque, embora consistente, não realiza um cruzamento sistemático entre a legislação sanitária e a legislação educacional, o que faz com que a normatividade apareça mais como pano de fundo contextual do que como eixo estruturante da análise.

Em segundo lugar, o recorte temporal que se estende até 1945 amplia o horizonte interpretativo, mas atenua a especificidade histórica da Primeira República como momento fundador do projeto higienista no âmbito escolar. Ao delimitar rigorosamente o período de 1889 a 1930, esta tese busca apreender a higiene como elemento constitutivo do projeto republicano inicial, anterior às reconfigurações institucionais e políticas do período varguista, preservando a densidade própria desse ciclo histórico.

Ao analisar a formação de professores e as práticas escolares, observa-se que o higienismo extrapolou a dimensão biomédica, tornando-se uma pedagogia de disciplinamento moral, físico e intelectual. Os trabalhos revisados mostram que currículos, regulamentos e rotinas escolares foram impregnados por prescrições médicas, deslocando parte da autoridade pedagógica para o campo científico. Esse movimento revela tanto a força

quanto os limites do projeto higienista: se, por um lado, ampliou a presença da saúde na escola, por outro, reduziu a autonomia docente e reforçou desigualdades sociais e culturais.

Para sintetizar as pesquisas que exploram as interações entre saúde, higiene e educação, apresenta-se o Quadro 8:

Quadro 8 – Pesquisas sobre saúde, higiene e educação

Autor / Ano	Objeto de estudo	Fontes	Recorte temporal	Contribuições	Limites
Mariano (2015)	Regulamentos escolares e educação pela higiene na Paraíba	Jornais, leis, relatórios, compêndios	1849–1886	Mostra a incorporação pioneira de normas médicas na escola	Ênfase no Império, menos diálogo com a Primeira República
Dolci (2019)	Instituto de Higiene de São Paulo e sanitarismo	Arquivos institucionais, relatórios, artigos	1916–1951	Evidencia papel da Fundação Rockefeller e da higiene como disciplina acadêmica	Foco em SP, pouco diálogo com outros estados
Ferreira (2019)	Projeto médico-social em Natal (RN)	Relatórios médicos, periódicos	1892–1922	Analisa higiene como instrumento de civilidade social	Regionalismo forte, menor comparação nacional
Souza (2024)	Higiene escolar em Salvador e eugenia	Relatórios médicos, jornais, legislação	1920–1930	Mostra como higiene escolar serviu a projeto de nação excludente	Limite no enfoque em Salvador
Bezerra (2019)	Saneamento e saúde nos sertões do Norte (MA)	Relatórios sanitários, jornais, docs oficiais	1903–1930	Destaca crise da peste bubônica e pedagogia sanitária	Abordagem mais sanitária que escolar

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O conjunto desses trabalhos evidencia que saúde e educação foram concebidas de forma integrada, com o higienismo operando como eixo articulador de políticas, currículos e práticas escolares. Destaca-se o protagonismo de médicos e instituições sanitárias na

conformação do cotidiano escolar, bem como a dimensão normativa dessas práticas, com alcance nacional e inflexões regionais. É nesse contexto que o caso maranhense será examinado.

O diálogo entre saúde, higiene e educação, evidenciado pela produção revisada, demonstra a força do projeto higienista na transformação da escola em lugar de medicalização. Contudo, observa-se que a maioria das pesquisas privilegia experiências de estados centrais, relegando a segundo plano realidades periféricas como a maranhense. Ao tomar o Maranhão como foco, esta tese busca preencher essa lacuna, examinando práticas e discursos que circularam entre autoridades médicas, escolares e governamentais no período de 1900 a 1930.

2.3 Eixo 2 — Formação de professores e práticas escolares higienistas

Barros (2016) investiga a introdução e consolidação do ensino de higiene nas escolas normais brasileiras, com destaque para a Escola Normal de Sergipe (1879–1930). Analisa a disciplina História Natural e Hygiene Geral e Escolar como estratégia social e política de saúde, identificando a gênese dos saberes higiênicos no Brasil. O estudo mostra que médicos foram os primeiros professores da disciplina, intervindo diretamente na prática pedagógica e orientando hábitos corporais e morais. Barros destaca, ainda, a apropriação do discurso médico-higienista por professoras normalistas, que assumiram funções de vigilância e orientação, tornando-se as primeiras educadoras em saúde do período.

Em perspectiva complementar, Biserra (2019) analisa a imprensa pedagógica da Paraíba (1919–1942) como espaço de atuação e protagonismo docente. Utilizando da história cultural (Chartier, 1990; Certeau, 1990) a autora mostra que professores publicavam projetos, debatiam métodos e criavam “maneiras de fazer”, oscilando entre prescrições renovadoras e desafios cotidianos. Conclui que não houve adesão homogênea à Escola Nova; ao contrário, ideias inovadoras foram moldadas conforme contextos locais e experiências docentes.

No âmbito das práticas higienistas escolares, Soares Júnior (2011) aborda a medicalização escolar e a modelação dos corpos na Paraíba durante a Primeira República e o início do Estado Novo. Segundo o autor, médicos foram defensores da medicalização escolar, propondo normas para disciplinar corpos infantis e reforçar padrões de higiene e saúde. A tese, fundamentada em Foucault, Bourdieu e Elias, compreende a modelação corporal como prática central na escola, onde o habitus é moldado por procedimentos pedagógicos e médicos. Inspeções médicas, vacinação, controle nutricional e atividades

físicas tornaram-se rotina escolar, associando corpo saudável ao progresso social e econômico, expressão do biopoder na gestão da população.

Viana (2015) investiga a articulação entre educação e higienismo no Pará, fundamentada na Nova História Cultural e na teoria decolonial. Examina periódicos, legislações e relatórios educacionais e de saúde, incluindo documentos do Maranhão e, eventualmente, do Pará. Para Viana, a educação em Belém era concebida por médicos como “integral”, abrangendo aspectos intelectual, físico e moral, o que sugere a normatização de corpos e comportamentos e a vinculação da higiene a um projeto político de cidadania. Criticamente, a autora ressalta que tal abordagem pode ignorar a diversidade cultural e social dos sujeitos, reforçando práticas excludentes.

Moraes (2015), ao analisar os escritos de Carlos Sá (1920–1945), investiga a circulação de ideias higienistas e sua influência na construção de projetos de saúde escolar. Com base em Chartier e Sirinelli, destaca a transição do controle higiênico para a educação em saúde, focando na transformação de hábitos e prevenção de doenças. A higiene escolar aparece como dispositivo de controle social e disciplinamento, com a escola instrumentalizada para inspeções e modernização social. Moraes evidencia a escola como espaço estratégico de disciplinamento corporal e social, onde normas como inspeções, vacinação e higiene pessoal tornam-se rotina e articulam saúde física a valores morais.

Souza (2024) examina a dualidade da higiene escolar em Salvador durante a Reforma Sanitária da Bahia (1920–1930), demonstrando a vinculação entre melhoria das condições de saúde e ideais eugênicos das elites médicas. Mapeia propostas da Faculdade de Medicina da Bahia até a criação da Diretoria de Higiene Infantil e Escolar, analisando relatórios, leis e jornais. Inspirada em Le Goff, conclui que, apesar dos avanços sanitários, a escola foi utilizada como instrumento de um projeto excludente e hierárquico.

Quadro 9 – Pesquisas sobre formação docente e práticas higienistas escolares

Autor / Ano	Objeto de estudo	Fontes	Recorte temporal	Contribuições	Limites
Barros (2016)	Ensino de higiene na Escola Normal de Sergipe	Programas escolares, relatórios, legislação	1879–1930	Mostra papel dos médicos-professores na formação docente	Recorte limitado a Sergipe
Biserra (2019)	Imprensa pedagógica da	Revistas pedagógicas,	1919–1942	Valoriza agência	Foco em Paraíba, pouco

	Paraíba como espaço de formação	artigos docentes		docente na produção de saber pedagógico	diálogo comparativo
Soares Júnior (2015)	Medicalização escolar na Paraíba	Documentos escolares, legislação, periódicos	1913–1942	Analisa modelação dos corpos como estratégia higienista	Forte dependência da teoria foucaultiana
Viana (2015)	Educação e higienismo em periódicos do Pará	Revistas pedagógicas, legislação	1891–1912	Analisa higienismo como prática pedagógica e social	Ênfase no discurso, menor análise empírica
Moraes (2015)	Escritos de Carlos Sá e higiene escolar	Obras do autor, periódicos, relatórios	1920–1945	Mostra circulação de ideias higienistas nacionais e internacionais	Centralidade em um intelectual específico
Souza (2024)	Higiene escolar em Salvador e elites médicas	Documentos oficiais, relatórios médicos, imprensa	1920–1930	Evidencia relação entre higienismo e eugenia	Escopo localizado na Bahia

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os trabalhos convergem ao mostrar a penetração do saber médico na formação docente e no cotidiano escolar, mas também evidenciam agências e apropriações docentes que tensionam a linearidade do projeto higienista. Essa ambivalência entre normatização e criação de táticas locais constitui uma chave interpretativa para a leitura das fontes maranhenses desta tese.

Embora a literatura destaque a presença dos médicos nas escolas normais e a incorporação da higiene como disciplina curricular, há poucos estudos sobre como essas orientações foram apropriadas no cotidiano docente em contextos específicos como o Maranhão.

A literatura consultada revela que o movimento higienista no Brasil foi abrangente, incorporando discursos que visavam desde a melhoria das condições sanitárias até a promoção de uma disciplina social rigorosa, com impactos diretos na estruturação da saúde pública e nos paradigmas educacionais.

Quadro 10 – Dissertações e teses sobre Saúde, Higiene e Educação no Maranhão (1886–1930)

Nº	Autor/Universidade/Ano	Título
1	Elias Martins Duarte (UFMA/2024)	As Bases da Educação Adventista e a Escola Nova no Maranhão (1920–1930)
2	Mariza Pinheiro Bezerra (2019)	Nos Sertões do Norte: Saúde Pública e Saneamento no Maranhão
3	Rachel Sousa Tavares (UFRN/2018)	Escola e Infância: institucionalização dos jardins-de-infância na capital do Maranhão (1870–déc. 1930)
4	Diana Rocha Silva (UFMA/2017)	As Casas de Ensino do Maranhão: representação no período republicano (1903–1912)
5	Delcineide Maria Segadilha (UFRN/2016)	A Escola Modelo Benedito Leite e a produção da educação moderna em São Luís (1900–1920)
6	Benedita Rosângela Leite Lima (UFMA/2016)	Da hereditariedade biológica à hereditariedade social: o pensamento educacional do médico Achilles Lisboa (1920/1930)
7	Kilza Fernanda Moreira Viveiros (UFRGN/2011)	O Instituto de Assistência à Infância: saúde e educação da criança maranhense (1911–1922)
8	Diana Rocha Silva (UFMA/2011)	A institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903–1920)

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Kilza Fernanda Moreira Viveiros (2011) sobre o Instituto de Assistência à Infância (1911–1922), incorporada pela proximidade temática com os objetivos desta pesquisa. Dialogando com Le Goff, Bourdieu, Peixoto, Ariès e Saviani, a autora destaca o Instituto como espaço de controle social que articulava cuidados médicos, alimentação e educação moral para disciplinar crianças desvalidas, transformando a infância em objeto de intervenção pública. A partir dessas bases, nosso estudo avança ao analisar como os discursos sobre saúde e higiene circularam e foram incorporados às práticas pedagógicas.

Aprofundando o exame institucional, Diana Rocha da Silva (2011) estuda a institucionalização dos Grupos Escolares (1903-1920) no Maranhão, apresentando-os como símbolos de civilidade do projeto republicano. Em 2017, a mesma autora investiga as “casas de ensino” (1903-1912) como microcosmos de disciplinamento. A partir de amplo *corpus* de periódicos, trabalha categorias como organização do tempo escolar e críticas à instrução pública. Fundamentada na História Cultural, em Ricœur e em Fourez, aponta fragilidades da instrução pública e a promoção dos grupos escolares como “Verdadeiras Casas de Ensino” e modelo a implantar.

Rachel Sousa Tavares (2018) focaliza a primeira infância, investigando a criação dos jardins de infância (1870–1930) a partir de jornais não pedagógicos (*Pacotilha*, *Diário de São Luís*, *O Combate*, *O Jornal*, *Notícias*), além de legislações, decretos e mensagens governamentais, revelando tensões entre produção educacional infantil no Império e os novos contornos do regime republicano.

Segadilha (2016), ao estudar a Escola Modelo Benedito Leite (1900–1920), aprofunda a compreensão de como ideais republicanos se materializaram em uma instituição de São Luís. Mobilizando correspondências, relatórios e jornais, conclui que a Escola Modelo foi vetor de institucionalização de uma nova cultura escolar: assepsia, hierarquia, controle e seletividade, concebendo o edifício e as práticas pedagógicas como vitrine da modernidade e dos preceitos higienistas.

No tocante às crises sanitárias em São Luís, Mariza Pinheiro Bezerra (2019) analisa o saneamento nos sertões do norte, destacando ações governamentais diante da peste bubônica (1903, com recaídas em 1908 e 1921), a atuação de médicos e inspetores na difusão de pedagogia sanitária (inclusive em escolas rurais), a instalação de filial do Instituto Oswaldo Cruz e a intervenção da Fundação Rockefeller. A autora também evidencia disputas entre médicos locais e de outros estados, valorizando ações desenvolvidas por profissionais maranhenses. Em paralelo, estudos como o de Sylmara Braga (2017) (peste bubônica em São Luís) indicam que a emergência sanitária intensificou o controle sobre os corpos, ampliando o papel da escola como difusora de práticas higiênicas.

Sob perspectiva mais ampla, Elias Martins Duarte (2024) investiga a educação adventista no Maranhão (1920–1930), analisando a formação de um modelo alternativo de escola moderna. Com base na imprensa adventista e em contraponto à grande imprensa maranhense, demonstra que a higiene foi ponto de confluência central, articulando escolanovismo, normas higienistas e proposta confessional, estratégia que conectou esferas religiosa, médica e escolar.

A produção maranhense mostra que os discursos higienistas não foram apenas importados, mas reelaborados em função das condições sociais e políticas locais. As pesquisas revisadas evidenciam como escolas-modelo, instituições de assistência e a imprensa pedagógica desempenharam papel central na difusão de práticas de assepsia, disciplina e controle moral. O ponto forte dessa literatura é revelar a agência de médicos e professores maranhenses, enquanto o limite mais recorrente é a escassez de estudos comparativos que articulem o Maranhão a outras experiências regionais. É nesse espaço interpretativo que esta tese se insere, propondo-se a analisar de forma sistemática a circulação e apropriação dos discursos médico-sanitários no Maranhão entre 1900 e 1930.

O conjunto de trabalhos atravessa os campos educacional, político e social e, ancorado na história cultural e na História da Educação, contribui para compreender a escola não apenas como *locus* de instrução, mas como aparelho de regulação de corpos e mentalidades, em sintonia com ideais de modernidade e progresso. Persiste, porém, a lacuna de estudos que integrem sistematicamente saúde, higiene e educação no período, lacuna que esta tese enfrenta, observando discursos e práticas tal como circularam e se materializaram nas escolas maranhenses (1889–1930).

Segundo Ferreira (2019), os artigos científicos são instrumentos fundamentais para a atualização teórica e metodológica dos estudos acadêmicos, pois oferecem análises contextualizadas, críticas e atualizadas sobre temas específicos, contribuindo para o aprofundamento da reflexão e o diálogo com o estado da arte da pesquisa educacional. Nesse contexto, os textos selecionados permitiram mapear abordagens recentes sobre o tema, além de evidenciar lacunas e tensionamentos ainda pouco explorados pela historiografia da educação, orientando os caminhos investigativos desta tese.

O Quadro 11 apresenta os artigos selecionados, indicando título, autores, ano, revista e tema central, destacando a diversidade de enfoques e a contribuição de cada estudo para o debate sobre saúde, higiene e educação.

Quadro 11 - Artigos por título, autores, ano, revista e tema, sobre saúde, higiene e educação.

Título	Autores/ Ano	Revista	Tema
Reflexões sobre a materialidade escolar do Instituto Gentil Bittencourt em Belém do Pará: história,	Marlucy do Socorro Aragão de Sousa; Maria do Socorro Pereira Lima. 2021.	Research, Society and Development	Investigar a educação no estado do Pará analisando os objetos e artefatos no campo da cultura material escolar a partir

artefatos e arquitetura escolar			das instalações do Instituto Gentil Bittencourt.
A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista	Samuel Luis Velázquez Castellanos. 2020.	Educar em Revista	Problematizar os conteúdos que emergem de fontes documentais sobre a instrução primária no período imperial na Província do Maranhão à luz dos conceitos da teoria da cultura material escolar.
A imprensa maranhense de educação e ensino: os discursos sobre o livro e a leitura (1902-1932)	Cesar Augusto Castro; Almiceia Larissa Diniz Borges; Samuel Luiz Velázquez Castellanos. 2020.	Revista Educação em Questão	Compreender os discursos sobre o livro e a leitura nos jornais das instituições do ensino primário entre os anos de 1902 a 1932 e qual o seu papel no contexto escolar e não escolar.
Sob o governo de higia: os saberes médico-pedagógicos e a construção de um corpo hígido na Paraíba (1930-1940)	Azemar dos Santos Soares Júnior. 2019.	Revista História da Educação	Analisar como os manuais pedagógicos, colocados em circulação pelo Estado da Paraíba para os professores, trataram de orientar as diretrizes para as disciplinas de Educação Física e Higiene, nas décadas de 1930 e 1940.
Princípios higienistas e a escola para a república: um estudo sobre os grupos escolares do Rio Grande do Norte	Crislane Barbosa Azevedo; Hananiel Souza Amorim; Rosa Milena Santos. 2017.	Educação em Debate	Analisar os preceitos higienistas no cotidiano dos grupos escolares norte-rio grandenses, com atenção, sobretudo, à edificação das instituições e ao tratamento dado aos corpos dos envolvidos com os grupos.
Conceitos de saúde e movimentos de promoção	Italla Maria Pinheiro Bezerra; Isabel Cristina	Concepts and movements in health	Analisar o processo histórico do conceito de saúde e dos modelos assistenciais na busca

da saúde em busca da reorientação de práticas	Esposito Sorpreso. 2016.	promotion to guide educational practices	de um novo modelo de promoção da saúde.
Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo	Heloísa Helena Pimenta Rocha. 2015.	História, Ciências, Saúde	Analisar aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar, órgão criado em 1911 como dependência do Serviço Sanitário de São Paulo e transferido em 1916 para a pasta da Instrução Pública.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A sistematização desses artigos revela avanços importantes na compreensão das relações entre saúde, higiene e educação, especialmente ao evidenciar práticas institucionais, discursos pedagógicos e processos de medicalização escolar em diferentes regiões do país. Destaca-se, contudo, a persistência de lacunas relativas ao contexto maranhense, reforçando a necessidade de aprofundar investigações locais que dialoguem com as tendências nacionais e regionais.

Os objetivos dos artigos analisados convergem para a compreensão da constituição histórica das práticas educativas no Brasil, com ênfase na cultura material escolar, nos discursos sobre leitura e na institucionalização de políticas de saúde e higiene. De forma interligada, evidenciam como o ambiente escolar atuou como espaço de controle, normatização e promoção de valores sociais e sanitários, destacando o papel da escola na formação de sujeitos disciplinados e saudáveis em diferentes regiões e períodos históricos.

A história da educação em Belém do Pará no início da Primeira República é discutida por Sousa e Lima (2021), fundamentada nas ideias de Diana Vidal, Margarida Felgueiras, Dominique Julia, Jean Claude Forquin, César Castro, Augustin Escolano, Rosa Fátima Souza, entre outros teóricos da cultura material escolar. O objetivo é compreender como os dispositivos materiais se articulam às práticas escolares, à cultura e ao contexto histórico da época.

O artigo de Sousa e Lima (2021) aborda a materialidade escolar no Instituto Gentil Bittencourt, analisando a disposição, o uso e a presença dos artefatos escolares e objetos na arquitetura do prédio. Essa análise permite compreender as relações sociais, os projetos políticos e os discursos pedagógicos vinculados à instrução pública paraense no século XX.

Conforme Julia (2001), os objetos escolares revelam significados sociais e históricos, refletindo as ideologias do período em que foram produzidos. Funcionam como dispositivos pedagógicos e simbólicos, contribuindo para a organização do espaço, do tempo escolar e da disciplina (Frago; Escolano, 1998; Vidal, 2006). Felgueiras (2005) acrescenta que a materialidade escolar expressa a densidade histórica do sistema educativo, evidenciando os contextos em que a educação se realiza.

No estudo de Castellanos (2020), o foco recai sobre a instrução primária maranhense no século XIX sob a perspectiva da cultura material escolar, a partir de fontes documentais. Esses documentos permitem compreender as ações dos presidentes de província e dos inspetores, evidenciando o poder da gestão nas decisões administrativas e pedagógicas – como abertura ou fechamento de escolas, nomeação de professores, estabelecimento de métodos de ensino e criação de cadeiras. O artigo revela práticas culturais específicas, entre estratégias de imposição e táticas de apropriação, possibilitando interpretações pedagógicas, sociológicas e políticas sobre os sentidos e significados das culturas escolares.

No Maranhão imperial, a instrução primária não se limitava à legislação, mas envolvia uma tensão entre o prescrito oficialmente e o que ocorria no cotidiano escolar. Castellanos (2020) demonstra, por meio de relatórios e ofícios dos presidentes de Província e inspetores, que a gestão tinha poder decisório sobre aspectos como abertura ou fechamento de escolas, nomeação ou demissão de professores, instituição de cadeiras, exigência de métodos de ensino e outras medidas administrativas, conforme o modelo de Certeau (1998).

A expansão da escolaridade no Maranhão, em consonância com a Lei de 1827, determinava a criação de escolas em todas as cidades, vilas e localidades mais populosas do Império, elevando de 14 para 24 o número de escolas nesse período (Viveiros, 1953; Castellanos, 2020).

Os regulamentos estabeleciam requisitos materiais mínimos para as escolas, como armário, cadeiras, mesa, bancos para alunos, relógio, campainha, quadro preto, esponja, giz, coleção de pesos e medidas, traslados, lápis, canetas, penas, régua, cabides, potes para água, livros para matrícula e registro de inventário, e outros itens que o inspetor julgasse necessários (Castro, 2009).

Quanto às condições materiais escassas, Castellanos (2020) destaca o relatório de Casemiro Sarmiento (Inspetor da Instrução Pública), que apontava a má higiene dos alunos e a falta de utensílios nas escolas da capital (Maranhão, 1894). Tal situação levanta o questionamento sobre o estado das escolas do interior, especialmente das localidades mais distantes de São Luís (Maranhão, 1869; Castellanos, 2020). O artigo também mostra

reivindicações de professores quanto à falta de materiais, como o caso de um docente da Vila de São Bento que solicitava recursos básicos para o ensino, especificando seus valores (Maranhão, 1869; Castellanos, 2020).

O livro escolar, enquanto artefato da cultura material da escola, revela múltiplos aspectos das práticas educativas no Maranhão oitocentista, incluindo reformas educacionais, concepções pedagógicas, projetos de ensino e os processos de aprovação, adoção e veto desses materiais. Além disso, evidencia a expansão dos espaços escolares e das práticas de ensino que deles derivam (Vidal; Silva, 2011; Castellanos, 2017). De acordo com Souza (2011), a cultura material é um elemento fundamental para compreender a apropriação social e a dinâmica da vida escolar. Para Castellanos (2020), os objetos culturais presentes nas escolas eram também palco de disputas políticas e pedagógicas. Bittencourt (2008) esclarece que, apesar da descentralização legal promovida a partir de 1834, o controle sobre os assuntos educacionais permaneceu centralizado. Castellanos (2020) reforça que a normatização e o controle nunca deixaram de existir, mesmo com a descentralização instituída por lei.

No artigo de Castro, Borges e Castellanos (2020), que analisa os jornais das instituições de ensino primário maranhenses entre 1902 e 1932, destaca-se a relevância do livro e da leitura no cotidiano escolar, especialmente a partir da imprensa educacional. Esses jornais, produzidos por alunos e professores, tornaram-se populares por retratar os processos da vida escolar, seus métodos, regulações e práticas, além de servirem como veículo de propagação de ideias e desenvolvimento do pensamento crítico infantil (Catani; Sousa, 1999; Castro; Borges; Castellanos, 2020).

Os jornais educacionais surgiram com objetivos variados, mas todos visavam contribuir para o progresso do ensino maranhense. Entre suas finalidades estavam preparar jovens para atuar na imprensa, divulgar métodos pedagógicos modernos, colaborar com a formação moral e intelectual da juventude de ambos os sexos e promover práticas alinhadas à nova pedagogia. Também buscavam combater o analfabetismo, considerado uma barreira política à cidadania, já que analfabetos eram proibidos de votar, perpetuando o domínio das elites tradicionais (A Escola, 1902; A Escola, 1909; A Escola, 1918; O Tocantins 1914; Castro; Borges; Castellanos, 2020).

Os jornais selecionados por Castro, Borges e Castellanos (2020) – *A Escola* (1902, 1909, 1918) e *Vida Escolar* (1932) – circularam tanto na capital quanto em cidades como Codó e Carolina. Apesar da semelhança nos títulos, esses periódicos compartilhavam o objetivo de melhorar o ensino por meio da leitura e da escrita, sendo criados em colégios com participação ativa de professores e alunos. Os textos publicados expunham a precariedade da

infraestrutura escolar, a carência de materiais e o pouco apoio político, além de funcionarem como extensão do ensino formal, promovendo a formação intelectual e, em alguns casos, até militar, como em *A Escola* de 1918. Contudo, esses jornais se diferenciavam quanto à periodicidade, número de páginas e colunas, bem como na abordagem dos temas (Castro; Borges; Castellanos, 2020).

Lacerda (1999) aponta três principais caminhos para o estudo da história do livro e da leitura: a atuação dos sujeitos envolvidos, a presença do livro no contexto escolar e os espaços dedicados à leitura. Essas perspectivas contribuem para entender tanto as práticas de leitura quanto a circulação dos livros. Razzini (2008) complementa que esse tipo de pesquisa enriquece a história da cultura escolar, das práticas pedagógicas, das disciplinas e do currículo.

A pesquisa histórica, nesse sentido, permite compreender como diferentes significados e interpretações são atribuídos ao livro e à leitura, fomentando debates relevantes nos âmbitos político, econômico, social e educacional (Nagle, 2001; Silva, 2011; Castro; Borges; Castellanos, 2020).

Entre os temas mais recorrentes nos jornais da imprensa educacional maranhense entre 1902 e 1932, destacam-se: anúncio de livros, materiais didáticos, combate ao analfabetismo, importância do livro e da leitura, adoção de livros, relação livro-professor, indicação de obras, crítica literária e imprensa e leitura. Essa diversidade de assuntos revela quais eram os tópicos centrais e as preocupações da época (Castro; Borges; Castellanos, 2020).

Entre as várias questões discutidas por alunos e professores na imprensa educacional maranhense, Castro, Borges e Castellanos (2020) destaca quatro pontos centrais: a crítica aos métodos tradicionais de leitura e a defesa de novas abordagens baseadas na observação e na imagem; a necessidade de livros adequados ao ensino infantil e à realidade local; a importância da qualificação docente por meio das escolas normais; e o combate ao analfabetismo como instrumento de cidadania e desenvolvimento nacional (*A Escola*, 1902; *A Escola*, 1909; *A Escola*, 1918; Razzini, 2008). Essas discussões refletem as transformações pedagógicas promovidas pelo período republicano e a valorização da leitura como ferramenta de progresso social (Castro; Borges; Castellanos, 2020).

Castro, Borges e Castellanos (2020) conclui que compreender essas publicações educacionais é fundamental para entender o processo histórico da alfabetização e as transformações educacionais, cujos desafios, como o analfabetismo, ainda persistem e demandam políticas que considerem as especificidades regionais.

No artigo *Sob o governo de Higia: os saberes médico-pedagógicos e a construção de um corpo hígido na Paraíba (1930-1940)*, Soares Júnior (2019) analisa como os manuais pedagógicos, distribuídos pelo Estado da Paraíba aos professores, orientaram as diretrizes para as disciplinas de Educação Física e Higiene nas décadas de 1930 e 1940. Essa análise se fundamenta em fontes como a *Revista do Ensino*, Boletins da Educação e o livro didático *A fada Higia* (1925).

O médico Pedro Anísio, em seus discursos, enfatizava a importância da atividade física e dos preceitos de higiene para a vida dos alunos, alertando que crianças que não praticassem “exercícios físicos nas escolas poderiam sofrer, futuramente, problemas no sistema nervoso” (Soares Júnior, 2019, p.4). Essa preocupação era recorrente em diversos estados brasileiros, conforme aponta Maria Stephanou (2011).

Soares Júnior (2019, p.33) problematiza os discursos médico-pedagógicos que circulavam na Paraíba nas décadas de 1930 e 1940, ressaltando que “a educação física prepara a criança para a vida, conferindo-lhe resistência e, sobretudo, saúde”. Tais discursos evidenciam a forte influência da medicina e da pedagogia higiênica nos currículos escolares, atribuindo ao médico o papel de disciplinador social e de agente promotor de novos hábitos corporais e de saúde. O médico, assim, assumia também a função de pedagogo (Soares Júnior, 2019), sob a justificativa de que “sem educação, a saúde completa é impossível; sem saúde, não se aprende” (Stephanou, 2011, p.3).

Nesse contexto, a *Revista do Ensino* (1936) dedicava páginas inteiras aos escritos médicos, promovendo a intervenção médica na educação e consolidando a articulação entre saberes médicos e pedagógicos na formação escolar (Soares Júnior, 2019).

O primeiro artigo publicado pela *Revista do Ensino* (1936) após a implementação do novo plano da instrução pública para o ensino primário, que incluiu a educação física, foi *Educação Physica*, escrito por Aluísio Xavier e divulgado na edição de 1936. Nesse artigo, são apresentadas as regras gerais para a execução dos exercícios físicos nas escolas públicas da Paraíba (Soares Júnior, 2019). De acordo com José Gondra (2011, p.534), o objetivo era “modelar o corpo com o estilete da higiene”, produzindo alunos higienizados.

Nas primeiras décadas do século XX, a imprensa paraibana passou a defender fortemente os interesses da higiene, e tanto médicos quanto docentes assumiram a responsabilidade de garantir a saúde dos corpos dos estudantes. Assim, a Paraíba não ficou desamparada em relação à circulação de manuais pedagógicos que transmitiam saberes médicos e educativos (Soares Júnior, 2019).

A construção do corpo hígido também foi orientada por materiais didáticos, como o livro *A fada Higia*, selecionado para compor os ensinamentos de higiene nas escolas públicas da Paraíba. Escrito em 1925 e publicado pela *Revista do Ensino* (1936), esse livro ensinava a importância da higiene, da disciplina corporal e do comportamento adequado (Barreto, 2010; Soares Júnior, 2019).

As Histórias de Higia, presentes no livro *A fada Higia* (1925), eram destinadas a mães, professoras e crianças. A personagem principal, a fada Higia, é apresentada como uma figura bondosa, amiga e protetora das crianças, cuja missão é garantir que elas sejam fortes e saudáveis. Por meio de narrativas, imagens e personagens, o livro constrói uma pedagogia moralizante baseada no medo da doença e no ideal de saúde como virtude. As crianças saudáveis são representadas como limpas, obedientes, bem-vestidas e fortes, em contraste com aquelas desleixadas e doentes (Soares Júnior, 2019).

Esses manuais, juntamente com revistas oficiais como a *Revista do Ensino*, consolidaram discursos em defesa de um corpo limpo, forte e saudável (Soares Júnior, 2019). Dessa forma, a educação física se afirmava como um dispositivo pedagógico-moral, combinando saberes médicos e escolares com o objetivo de moldar corpos fortes, obedientes e saudáveis, alinhados à ordem social desejada pelo Estado. Para Kehl (1925), a higiene deveria ser considerada a disciplina mais importante nas escolas primárias, pois ensinaria as crianças a preservarem e defender a saúde, reforçando o projeto político da educação higienista (Soares Júnior, 2019).

No artigo *Princípios Higienistas e a Escola para a República: um estudo sobre os grupos escolares do Rio Grande do Norte*, Azevedo, Amorim e Santos (2017) analisam as práticas higienistas nos grupos escolares do Rio Grande do Norte entre 1908 e 1930, identificando como os preceitos higienistas orientavam a construção dos prédios, a disposição dos equipamentos escolares e os cuidados com os corpos dos alunos, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

O movimento higienista no Brasil, especialmente no início do século XX, foi um elemento central da modernização social, buscando modificar hábitos e comportamentos para garantir a saúde pública, com o ambiente escolar como um dos principais espaços de intervenção. Ao incorporar os princípios higienistas, a escola deixou de ser apenas um local de transmissão de conteúdos acadêmicos e passou a atuar como espaço de educação sanitária, disciplinando corpos e promovendo hábitos considerados saudáveis e civilizados (Azevedo; Amorim; Santos, 2017). Segundo os autores, os grupos escolares do Rio Grande do Norte foram estruturados conforme essas orientações, com práticas como organização do espaço

físico, limpeza constante, ventilação adequada e promoção da educação física. A arquitetura escolar, conforme Azevedo (2009), exerceu uma função disciplinar implícita, facilitando o controle dos alunos por meio do próprio prédio.

O discurso higienista nas escolas estava ligado aos projetos republicanos de construção de uma identidade nacional moderna e civilizada, por meio da regulação dos corpos e da formação moral e física dos estudantes. Essa preocupação com a saúde extrapolava os limites da escola, envolvendo famílias e comunidades em um esforço coletivo de controle social e educacional pautado na medicina preventiva (Azevedo; Amorim; Santos, 2017).

Por fim, o artigo *Conceitos de saúde e movimentos de promoção da saúde em busca da reorientação de práticas* (2016) teve como objetivo analisar o processo histórico do conceito de saúde e dos modelos assistenciais, buscando compreender a transição para um novo modelo de promoção da saúde, a partir de uma revisão de estudos indexados em bases de dados.

Bezerra e Sorpreso (2016) identificaram duas categorias centrais em suas análises: as concepções de saúde e os diferentes modelos assistenciais, além do movimento de promoção da saúde e da reorientação das práticas. As concepções de saúde, segundo os autores, variam conforme o contexto histórico, acompanhando transformações sociais, políticas e econômicas. Inicialmente, a saúde era vista como equilíbrio natural do corpo, conforme teóricos como Galeno, ou atribuída a forças divinas, como se pensava na Antiguidade (Helman, 2003).

Com o tempo, marcos importantes como a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1948 *apud* Bezerra; Sorpreso, 2016), a Conferência de Alma-Ata (1978 *apud* Bezerra; Sorpreso, 2016) e a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) ampliaram o conceito de saúde, incorporando fatores como educação, habitação, renda, meio ambiente e participação social. No Brasil, essa concepção foi consolidada com a Constituição de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), pautado pelos princípios de universalidade, integralidade e equidade (Lucena *et al.*, 2006; Fertonianni, 2010; Tesser; Poli Neto; Santos, 2010; Bezerra; Sorpreso, 2016).

Os modelos assistenciais evoluíram junto a essas mudanças: do sanitismo campanhista, focado em campanhas específicas, ao modelo médico-assistencial privatista, centrado na doença, chegando ao modelo atual, que busca reorganizar os serviços de saúde com base em uma concepção ampliada. A Estratégia Saúde da Família (ESF), implantada em 1994, exemplifica essa transição, promovendo ações comunitárias, preventivas e de melhoria

das condições de vida (Brasil, 2006; Cardoso; Reis; Iervolino, 2008; Vanderlei; Almeida, 2007).

Bezerra e Sorpreso (2016) concluem que o conceito de saúde foi continuamente transformado por diferentes contextos históricos, gerando novas formulações para o pensar e o fazer sanitário e estimulando mudanças nos modelos assistenciais. Apesar da estruturação do novo modelo de atenção à saúde sob a perspectiva da promoção, persistem características de modelos hegemônicos que mantêm práticas curativistas.

No artigo *Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo* (Rocha, 2015), são analisados aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar (IME), órgão criado em 1911 como dependência do Serviço Sanitário de São Paulo e transferido em 1916 para a pasta da Instrução Pública. Para isso, a autora utiliza artigos publicados na Imprensa Médica, obras do médico-chefe Balthazar Vieira de Mello e os Anuários do Ensino.

Ferreira (1909) alerta que as escolas, por vezes, funcionam como focos de disseminação de doenças infecciosas. O Congresso Internacional de Higiene e Demografia de 1903 recomendou a criação da inspeção médica escolar, realizada sistematicamente por profissionais capacitados, para preservar a saúde dos estudantes (Rocha, 2015).

A atuação de Vieira de Mello, registrada em artigos e obras, detalha procedimentos clínicos e antropométricos, como exames de tuberculose, medição de estatura, peso, circunferência torácica e craniana, capacidade pulmonar, força muscular, além de avaliações das funções visuais, auditivas e dentárias. Esses dados, registrados em boletins individuais, compunham a história sanitária dos escolares (Mello, 1908; Ferreira, 1909; Rocha, 2015).

Vieira de Mello, em obra publicada em 1917, propõe instrumentos para orientar o trabalho dos médicos escolares, como fichas sanitárias individuais, fichas de exames anuais e esquemas de classificação dos alunos, incluindo exames clínicos dos considerados anormais (Rocha, 2005; 2007; 2009). A análise desses registros permitia calcular médias de desenvolvimento físico dos estudantes paulistas (Mello, 1917; Rocha, 2015).

Ferreira (1909) ressalta que a inspeção médica sistemática contribui significativamente para a melhoria da saúde física e mental dos alunos, removendo defeitos orgânicos e combatendo hábitos nocivos, além de evitar os efeitos prejudiciais da vida escolar. As operações de medição e observação não apenas organizavam as turmas por critérios de homogeneidade, mas também definiam padrões de normalidade.

Rocha (2015) destaca que as práticas de exame individual dos alunos estavam voltadas à construção de padrões de normalidade e anormalidade, com influências raciais e

culturais. No contexto paulista, médicos higienistas associavam o tipo físico, a cor e a raça das crianças às expectativas de desenvolvimento, influenciando agrupamentos e intervenções pedagógicas. Em 1917, a publicação de *Débeis mentais na escola*, de Vieira de Mello, coincide com a criação de instituições para crianças consideradas anormais, evidenciando como o sistema lidava com diferenças que contrariavam os ideais de normalidade.

Rocha (2015) conclui que as fontes analisadas revelam os propósitos das práticas médicas escolares em São Paulo, especialmente as intervenções por meio de exames individuais. O discurso higienista, presente em escolas, periódicos especializados e legislação, operou como dispositivo central na construção de uma sociedade disciplinada e civilizada, ultrapassando a promoção da saúde física para incluir a normatização dos corpos e a moralização dos comportamentos, consolidando uma ordem social alinhada aos interesses das elites republicanas.

Em síntese, a escola na Primeira República não pode ser vista como neutra; era um espaço estratégico para a disseminação de valores republicanos, sanitários e morais, com a higiene como instrumento simbólico e prático para a produção de sujeitos normatizados e socialmente úteis.

Além da análise empírica, os referenciais teóricos mobilizados convergem em matrizes explicativas que orientam esta tese. As perspectivas de Michel Foucault (1999) evidenciam a higiene e a saúde escolar como dispositivos de biopoder, voltados ao controle e à normalização dos corpos. Roger Chartier (1988) e a História Cultural mostram como os discursos higienistas produziam práticas sociais e subjetividades, legitimando modelos pedagógicos. Pierre Bourdieu (1980), com o conceito de *habitus*, ajuda a entender como a medicalização escolar estruturou práticas incorporadas no cotidiano escolar. Norbert Elias (2001) ilumina a dimensão civilizatória do higienismo, vinculando saúde e disciplina corporal aos projetos de formação de uma sociedade moderna. Assim, os discursos higienistas podem ser compreendidos como parte de um sistema amplo de saber-poder que atravessava escola, medicina e Estado republicano.

A próxima seção retoma esse fio condutor ao investigar como a imprensa de ensino e a imprensa geral mediarão representações e práticas higienistas no Maranhão entre 1889 e 1930, explicitando apropriações, resistências e disputas em torno da escola como espaço privilegiado de medicalização e disciplinamento social.

2.3 Eixo 3 – Imprensa e difusão dos preceitos higienistas

A imprensa pedagógica, a legislação educacional e a literatura médico-sanitarista desempenharam papel central na difusão dos ideais higienistas no Brasil. Nos trabalhos de Amorim (2016), Melo (2020), Silva (2020), Oliveira (2022), Almeida (2015) e Viana (2015), destaca-se a investigação do papel da imprensa na disseminação desses preceitos.

Para facilitar a compreensão das principais contribuições e limitações desses estudos, apresenta-se o Quadro 7:

Quadro 7 – Pesquisas sobre imprensa e higienismo

Autor / Ano	Objeto de estudo	Fontes	Recorte temporal	Contribuições	Limites
Amorim (2016)	Discurso higienista e legislação educacional no RN	Leis, decretos, documentos oficiais	1908–1925	Mostra como o higienismo moldou práticas escolares e civismo	Foco restrito ao RN, pouca comparação regional
Almeida (2015)	Revista <i>Era Nova</i> e a medicalização dos corpos	Periódico ilustrado	1921–1925	Analisa imprensa como produtora de sentidos sociais, não apenas fonte	Enfoque localizado na Paraíba
Melo (2020)	Revista <i>Pedagogium</i> como veículo pedagógico-higienista	Revistas pedagógicas	1921–1927	Evidencia a imprensa como instrumento de formação ideológica republicana	Menor análise de recepção prática
Silva (2020)	Propaganda republicana e educação no jornal <i>A República</i>	490 edições do jornal	1886–1891	Mostra como educação foi usada para legitimar a República	Reforça continuidade de estruturas sociais
Oliveira (2022)	Revista <i>O Ensino</i> e a instrução	Periódico pedagógico	1918–1919	Evidencia práticas higienistas como disciplinamento de corpos	Análise breve (revista com curta duração)

	primária no Pará				
--	---------------------	--	--	--	--

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Amorim (2016) examina como o discurso higienista produzido no Rio Grande do Norte, nas primeiras décadas do século XX, expressava as relações de poder presentes na sociedade e influenciava práticas escolares. Utilizando os conceitos de Foucault sobre discurso, poder e biopolítica, o autor demonstra que leis, decretos e documentos oficiais incorporaram práticas higienistas, visando transformar comportamentos e promover a modernização social por meio dos grupos escolares. Os resultados indicam que tais instituições funcionaram como instrumentos para erradicar problemas sociais herdados do período monárquico, formando cidadãos disciplinados e saudáveis, alinhados ao projeto republicano.

Almeida (2015), ao analisar a revista *Era Nova*, destaca a circulação de discursos médicos e higienistas na imprensa paraibana, enfatizando a medicalização dos corpos e a construção de sentidos sobre saúde, doença e modernidade. A autora ressalta que o periódico não foi apenas fonte documental, mas também objeto de problematização, revelando o papel ativo da imprensa na formação de representações sociais e na promoção de uma cruzada contra o atraso e as doenças.

Melo (2020) investiga a revista *Pedagogium*, evidenciando como a imprensa pedagógica se tornou porta-voz das elites intelectuais e um instrumento de formação ideológica. O periódico divulgava ideias higienistas, especialmente voltadas à educação feminina e sanitária, reforçando o papel da escola como agente do progresso nacional e da domesticação dos corpos, em consonância com os ideais republicanos.

Silva (2020) analisa o jornal *A República* (1886–1891) sob uma perspectiva materialista, mostrando como a propaganda republicana utilizou a educação para legitimar o novo regime e formar opinião pública. O estudo revela que, embora houvesse propostas de modernização, as elites mantiveram interesses econômicos e sociais, utilizando a educação como mecanismo de controle e moralização, perpetuando desigualdades herdadas do Império.

Oliveira (2022) aborda a revista *O Ensino*, do Pará, apresentando-a como fonte essencial para compreender a consolidação de práticas higienistas na instrução primária durante a Primeira República. O periódico retratava a infância pobre como corpo em formação, carente de disciplina e higiene, e defendia a escola como espaço de regeneração

moral e física. Influenciada por pedagogos europeus, a revista adaptou métodos ao contexto local, legitimando valores republicanos e moldando subjetividades docentes e discentes.

Em síntese, a revisão da produção acadêmica evidencia avanços importantes na compreensão do higienismo escolar no Brasil, especialmente no que se refere à centralidade do discurso médico e à função disciplinadora da escola. No entanto, persistem lacunas significativas quanto à articulação entre saúde, higiene e educação no Maranhão, sobretudo no que diz respeito à circulação e apropriação local desses discursos e práticas. Ao propor uma análise que integra a cultura material escolar, a atuação da imprensa e a mediação dos agentes docentes, esta tese avança sobre o estado da arte ao evidenciar as dinâmicas próprias do contexto maranhense, suas resistências, adaptações e singularidades. Assim, busca não apenas preencher vazios existentes na historiografia, mas também oferecer um modelo analítico replicável a outros contextos regionais, contribuindo para uma compreensão mais plural e descentralizada da história da educação e da saúde no Brasil republicano.

Seção 3

O MARANHÃO NA TRANSIÇÃO IMPÉRIO–REPÚBLICA

3 O MARANHÃO NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA

A transição do Maranhão do Império para a República, ocorrida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, representa um período de intensas transformações políticas, sociais e institucionais para o estado. Esta seção tem como objetivo analisar esse processo à luz das tensões e permanências que marcaram o cotidiano maranhense, enfocando especialmente as articulações entre modernização republicana e manutenção das estruturas oligárquicas herdadas do passado imperial.

Ao longo dos próximos tópicos, serão examinados os principais aspectos do contexto político, econômico e social maranhense, destacando como as elites locais se apropriaram dos discursos de progresso e renovação institucional sem renunciar a sua hegemonia. Serão discutidas as tentativas de modernização econômica, os desafios enfrentados pela estrutura produtiva regional e as estratégias de adaptação das oligarquias ao novo regime.

Além disso, a seção aborda a consolidação das políticas de saúde, higiene e educação, consideradas pilares do projeto republicano de construção do novo cidadão. Serão analisadas as práticas de disciplinamento social, a relação entre saber médico e formação escolar, a atuação da imprensa na difusão dos valores higienistas, e as resistências culturais que desafiaram a implementação das normas oficiais. Por fim, serão exploradas as dinâmicas de negociação, adaptação e reinvenção que caracterizaram a experiência maranhense, evidenciando os limites e potencialidades do processo de modernização no contexto regional. Assim, esta seção busca contribuir para uma compreensão crítica da transição republicana no Maranhão, valorizando as especificidades locais e as múltiplas dimensões que envolveram a construção do Estado nacional em uma região marcada por desigualdades, conflitos e permanências históricas.

3.1 Contexto político, econômico, social e perspectivas de inovação (1889–1930)

A transição do Maranhão do Império para a República, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, constituiu um processo marcado por profundas transformações institucionais e sociais, mas também por importantes permanências. O período foi caracterizado por uma tensão constante entre os discursos de modernização republicana e a manutenção das estruturas oligárquicas herdadas do passado imperial, evidenciando a complexidade da construção do Estado nacional em regiões periféricas. As mudanças políticas, embora significativas em termos formais, não foram suficientes para

alterar de maneira substancial a lógica do poder local, que continuou concentrado nas mãos das elites agrárias e comerciais.

A rápida adesão do Maranhão à República, oficializada em 18 de novembro de 1889, ilustra a capacidade das oligarquias regionais de se adaptar aos novos arranjos institucionais sem perder sua hegemonia. Esse movimento, liderado por figuras como o tenente-coronel João Luís Tavares, revelou que a transição política foi menos uma ruptura e mais uma reconfiguração dos mecanismos de dominação já existentes. O discurso republicano, amplamente difundido pela imprensa urbana – especialmente pelo jornal *Pacotilha* (1880-1909) –, associava a nova ordem à promessa de progresso e renovação institucional. No entanto, essa narrativa otimista contrastava com a realidade dos anos seguintes, marcada por instabilidade política, disputas internas e dificuldades econômicas, como bem observa Andrade (1984).

Apesar da retórica de democratização e participação popular, o poder continuou restrito aos grupos dominantes, sustentados por redes de coronelismo e clientelismo. O coronelismo, longe de ser apenas um resquício do período imperial, consolidou-se como base do sistema político durante a Primeira República, garantindo a supremacia das elites agroexportadoras e limitando o acesso da população às decisões políticas e aos direitos de cidadania (Carvalho, 1990; Nagle, 2009). Esse modelo oligárquico, sustentado por relações de dependência e fidelidade pessoal, manteve grande parte da sociedade maranhense à margem dos processos decisórios, reproduzindo práticas excludentes e conservadoras.

Nesse contexto, a promessa de modernização republicana conviveu com a permanência das desigualdades sociais e da concentração do poder. A construção simbólica de um novo cidadão, pautada por ideais europeus de civilização, saúde e disciplina, foi utilizada como instrumento de legitimação do projeto republicano, mas pouco alterou a estrutura social vigente. O Maranhão, portanto, experimentou uma transição política marcada pela reacomodação das elites e pela reprodução de práticas excludentes, expondo as contradições do novo regime e estabelecendo as bases para as tensões que permeariam as políticas de saúde, higiene e educação nas décadas seguintes.

Durante o período de transição do Império para a República, a economia maranhense permaneceu fortemente vinculada ao modelo agroexportador, com destaque para a produção de algodão, arroz e cana-de-açúcar. Essa configuração, herdada das reformas pombalinas do século XVIII e da atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, consolidou um padrão produtivo voltado prioritariamente para demandas externas. A dependência do mercado internacional tornou a economia local vulnerável às oscilações globais, como ficou

evidente durante a Primeira Guerra Mundial, que proporcionou ganhos momentâneos, mas não alterou a estrutura produtiva de maneira significativa (Melo, 2004; Azevedo; Amorim; Santos, 2017).

A fragilidade do modelo agroexportador se manifestava em ciclos de crescimento e crise, que expunham os limites de uma economia centrada no setor primário. O Estado, controlado pelas elites regionais, desempenhava papel ambíguo: ora estimulava iniciativas de diversificação produtiva, ora reforçava práticas conservadoras que mantinham a predominância do agrarismo. A seletividade na produção e consumo de bens e serviços, aliada à falta de políticas efetivas de desenvolvimento, dificultava o surgimento de alternativas econômicas capazes de romper com a dependência externa e promover maior inclusão social.

No início da República, a industrialização surgiu como tentativa de modernização econômica, com a instalação de fábricas de fiação e tecelagem de algodão em cidades como Caxias, Codó e São Luís. Esse movimento indicava uma busca por uma transição da economia estritamente agroexportadora para uma estrutura industrial incipiente, mas os resultados foram limitados. A indústria local enfrentava dificuldades relacionadas à escassez de capitais, infraestrutura e baixa qualificação da mão de obra, fatores que restringiam seu potencial de expansão e consolidação.

Apesar das iniciativas pontuais de industrialização, o Maranhão manteve seu perfil econômico predominantemente agrário ao longo das primeiras décadas republicanas. A permanência desse modelo reforçou as desigualdades regionais, limitando o acesso da população aos benefícios da modernização e perpetuando práticas de exclusão social. O Estado, ao privilegiar os interesses das elites agroexportadoras, contribuiu para a reprodução das estruturas de poder e para a manutenção das barreiras ao desenvolvimento econômico e social, estabelecendo um cenário de desafios que impactaria diretamente as políticas de saúde, higiene e educação.

3.2 Saúde, higiene e educação no Maranhão Republicano

A consolidação da República no Maranhão não se restringiu à esfera política e econômica, mas alcançou também os domínios da saúde, da higiene e da educação. Essas áreas passaram a ser vistas como fundamentais para o projeto de construção do novo cidadão republicano, integrando o discurso de modernização que buscava transformar práticas, comportamentos e valores sociais. Inspiradas em modelos europeus e nacionais, as

autoridades locais e os intelectuais maranhenses procuraram implementar políticas capazes de disciplinar a população, promover padrões de civilidade e enfrentar os desafios sanitários e educacionais herdados do período imperial. O avanço dessas políticas, contudo, foi marcado por tensões, adaptações e resistências que revelam tanto as potencialidades quanto os limites da modernização republicana no contexto regional.

A saúde pública e a higiene assumiram papel estratégico na agenda republicana maranhense, sendo vistas como instrumentos essenciais para o desenvolvimento social e a moralização dos costumes. O Estado investiu em orientações higienistas, inspeções sanitárias e regulamentação dos espaços urbanos, procurando controlar epidemias recorrentes e difundir práticas consideradas modernas de cuidado com o corpo. Relatórios da Diretoria de Higiene Pública do Maranhão, como o de 1916, registram a realização de campanhas de vacinação contra varíola e febre amarela, com dados apontando para a aplicação de cerca de 15 mil doses em São Luís naquele ano (Arquivo Público do Maranhão, Fundo Secretaria de Saúde). Essas ações, inspiradas por ideais europeus de civilização, tinham como objetivo não apenas proteger a população das doenças, mas também promover comportamentos ajustados ao projeto republicano, como a disciplina, a ordem e o respeito às normas sanitárias (Santos, 2004; Nagle, 2009).

Nesse processo, a medicina e a educação se articularam como ferramentas de disciplinamento social. Médicos sanitaristas e inspetores escolares passaram a atuar em escolas e espaços públicos, orientando sobre higiene pessoal e prevenção de enfermidades. A legislação estadual, como o Decreto nº 2.378, de 1914, determinava a obrigatoriedade de inspeção médica nas escolas públicas, evidenciando o esforço institucional para integrar saúde e educação (Diário Oficial do Maranhão, 1914). Desse modo, a escola pública destacou-se como ambiente privilegiado para a disseminação desses valores, incorporando conteúdos de higiene nos currículos e tornando obrigatórios exames médicos para matrícula. A presença de profissionais de saúde nas instituições de ensino reforçou a relação entre saber médico e formação cidadã, embora a precariedade das instalações e a falta de recursos representassem obstáculos à efetividade dessas medidas, como apontam os relatórios da Inspetoria Escolar do período (Relatório da Inspetoria Escolar, 1920).

A imprensa urbana também contribuiu para a difusão dos valores de saúde e higiene, publicando artigos, campanhas educativas e informações sobre epidemias. Jornais como o Pacotilha e O Diário do Maranhão frequentemente noticiavam surtos de doenças e divulgavam recomendações médicas, mediando o contato entre saber científico e cotidiano popular (Nagle, 2009; Azevedo; Amorim; Santos, 2017). A publicação de campanhas contra

a automedicação e o incentivo ao uso de vacinas são exemplos concretos da atuação da imprensa, conforme registrado em edições de 1915 e 1922 desses periódicos. No entanto, essas iniciativas encontraram limitações, sobretudo nas áreas rurais e entre as camadas populares, onde práticas tradicionais de cuidado e cura, como o uso de rezadeiras e remédios caseiros, permaneciam vivas e geravam conflitos com os agentes do Estado. Registros médicos da época documentam episódios de resistência à vacinação, como o caso ocorrido em Alcântara em 1918, quando parte da população se recusou a receber a vacina contra varíola (Santos, 2004).

A resistência cultural à adoção de novos hábitos sanitários evidencia a coexistência de saberes médicos oficiais e populares, revelando os desafios enfrentados pelo Estado na implementação de políticas de saúde e higiene. Estudos de Andrade (1984) e Carvalho (1990) demonstram que, apesar dos esforços institucionais, a adesão às normas sanitárias foi parcial e muitas vezes negociada, com adaptações locais às exigências do poder público. A modernização republicana, nesse sentido, foi marcada por avanços pontuais e pela persistência de práticas tradicionais. O Maranhão republicano, portanto, experimentou um processo de disciplinamento social que combinou inovação e permanência, construindo uma identidade regional marcada pela tensão entre o velho e o novo.

3.2.1 A Peste Bubônica em São Luís e o legado sanitário do Dr. Victor Godinho

A figura do dr. Victor Godinho, enviada pelo governo paulista a pedido do coronel Alexandre Collares Moreira Júnior, condensou o imaginário de “ciência salvadora” que permeou a ofensiva contra a peste bubônica em São Luís. Retrato em 1904 pela *Revista do Norte* com a postura austera que marcavam os especialistas da época, Godinho personificava a autoridade técnica capaz de legitimar medidas impopulares como quarentenas, desinfecções domiciliares e transferência compulsória de doentes. Esta subseção analisa como a sua chegada desencadeou a rápida adaptação de um prédio público em Hospital de Isolamento, reorganizou rotinas de enfermagem e suscitou tanto a adesão da imprensa governista quanto a resistência de médicos locais revelando as tensões entre modelos sanitaristas importados e saberes regionais no Maranhão republicano.

Figura 9 - Foto do Dr. Victor Godinho



Fonte: Revista do Norte (1904)

A trajetória do médico-sanitarista Victor Pereira Godinho (1862–1922), ainda que reconhecida nacionalmente no campo da saúde pública, permanece pouco explorada em sua dimensão pessoal e regional. Formado em Medicina no Rio de Janeiro em 1887, Godinho construiu sólida carreira em São Paulo como inspetor sanitário e professor, dirigiu por quase duas décadas a *Revista Médica de São Paulo* e publicou obras de referência, como *Estudo Clínico das Endocardites Ulcerosas* (1887), *A febre amarela no estado de São Paulo* (1897), *A peste no Maranhão* (1904) e *Norte do Brasil: através do Amazonas, do Pará e do Maranhão* (1906) (Antunes *et al.*, 2002). Sua vinda ao Maranhão esteve diretamente ligada à crise sanitária provocada pela peste bubônica, inserindo-se em um contexto de precariedade estrutural e intensos debates sobre higiene, ciência e política.

A análise de sua atuação e do contexto em que se inseriu revela não apenas a gravidade da epidemia, mas também as disputas simbólicas e institucionais que marcaram a história sanitária do Maranhão. Os discursos dos chamados homens da ciência, identificados em documentos oficiais, livros, artigos e periódicos, constituem fontes valiosas para compreender os desafios enfrentados e as estratégias discursivas utilizadas para legitimar o ideário higienista. Como observa Barros (2020), as fontes históricas se articulam em um labirinto de possibilidades, permitindo estabelecer diálogos entre diferentes épocas e captar tanto permanências quanto rupturas nas representações sobre saúde, higiene e educação.

Nessa perspectiva, o legado de Victor Godinho deve ser compreendido não apenas pela dimensão técnica de suas intervenções, mas também pelo seu papel na construção de uma autoridade médica que se impôs sobre outros saberes e práticas sociais. Suas ações no

combate à peste bubônica envolveram campanhas educativas, inspeções sanitárias, reorganização dos serviços de saúde e articulação com autoridades locais, evidenciando o entrelaçamento entre ciência, política e pedagogia social. O enfrentamento da epidemia serviu como laboratório para a aplicação de normas higiênicas e para a consolidação do discurso médico como referência na definição dos rumos da cidade e da educação.

Nesse mesmo sentido, Paiva e Viveiros (2011) destaca a importância de compreender a constituição do campo médico no Maranhão a partir da atuação intelectual de seus integrantes. Para a autora, é fundamental investigar nas fontes os argumentos científicos propagados, os debates travados entre medicina, política e sociedade, bem como os caminhos pelos quais esses discursos alcançavam a população. A trajetória de Victor Godinho, ainda marcada por lacunas documentais, representa um episódio singular no encontro entre ciência, política e práticas sociais no início do século XX, revelando os limites e potencialidades do projeto higienista em contextos de crise.

Portanto, o legado sanitário de Victor Godinho ultrapassa o registro biográfico: insere-se no processo mais amplo de construção de uma autoridade médica e de difusão do ideário higienista, que marcou a história social e educacional do Maranhão. Sua atuação durante a epidemia de peste bubônica exemplifica como o saber médico se converteu em instrumento de poder, disciplinando corpos e espaços, e como o enfrentamento das crises sanitárias serviu para legitimar práticas e discursos que moldaram as bases da saúde pública e da educação republicana no estado.

O médico sanitarista Victor Pereira Godinho (1862-1922), embora amplamente reconhecido no campo da saúde pública brasileira, permanece ainda pouco explorado em sua dimensão pessoal e em sua atuação específica no Maranhão. Como destacam Antunes *et al.* (2002), Godinho se notabilizou não apenas pelo enfrentamento de epidemias, mas também por propor a criação de uma cátedra de doenças tropicais nas faculdades de medicina brasileiras, evidenciando sua preocupação com os desafios sanitários peculiares ao país e seu compromisso com a modernização do ensino médico.

Sua vinda ao Maranhão esteve diretamente associada à epidemia de peste bubônica, doença que chegou ao Brasil pelo porto de Santos, avançando para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para outras regiões. No Maranhão, a peste encontrou um cenário sanitário já crítico, marcado por sucessivos surtos de varíola, sarampo, disenteria e febre tifoide entre 1902 e 1922. As medidas adotadas, como quarentena de navios, isolamento de doentes e desinfecção de ambientes, eram fundamentadas em argumentos científicos, políticos e

econômicos, mas também atravessadas por intensas disputas de poder e pela cobertura polêmica da imprensa.

Segundo Nascimento e Silva (2013), as discussões públicas em torno da doença revelaram embates não apenas sobre ciência, mas também sobre interesses políticos e econômicos, que se expressaram em acusações mútuas e disputas pessoais. A imprensa desempenhou papel central nesse processo, ora legitimando as ações das autoridades sanitárias, ora questionando sua eficácia e denunciando conflitos internos. Esse ambiente de tensão contribuiu para ampliar o clima de medo e incerteza entre a população.

A apreensão popular diante da epidemia ficou registrada em jornais como *O Rosariense*, que, em 1º de novembro de 1903, Victor Hugo, relatava a rápida progressão da doença em São Luís, descrevendo um ambiente de temor e insegurança. O periódico mencionava óbitos inesperados em bairros costeiros da capital e alertava para o risco de disseminação da peste para o município vizinho de Rosário, “Faz dez dias que nos chegou a notícia de ter aparecido na capital, nossa vizinha, uma moléstia de acção rápida e fatal” (*O Rosariense*, 1903, p.1). O vocabulário utilizado, com termos como exótico e contagioso, evidencia o estranhamento e o temor da população diante de uma enfermidade pouco conhecida e de alta letalidade. Como observa Bezerra (2019), a precariedade estrutural da cidade, somada à forte infestação de roedores, criava um cenário altamente propício à propagação da epidemia.

Diante do agravamento da crise e da incapacidade do corpo médico local em contê-la, o governador Alexandre Collares Moreira Júnior solicitou auxílio ao governo paulista, que indicou Victor Godinho para chefiar uma comissão de combate à peste. Sua aceitação, contudo, esteve condicionada à garantia de autonomia técnica e independência frente às disputas político-partidárias. Tal postura se aproxima do conceito de campo científico formulado por Bourdieu (1992), segundo o qual a autoridade científica busca preservar sua legitimidade e seu capital simbólico diante das pressões externas do campo político. Ao reivindicar liberdade para conduzir o trabalho com base em critérios técnicos, Godinho articulava ciência e poder em um momento de profunda tensão social, reafirmando o papel do médico não apenas como agente de cura, mas como protagonista da modernização e disciplinamento social.

A atuação de Victor Godinho no Maranhão, portanto, deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de afirmação da autoridade científica diante das crises sanitárias e dos desafios estruturais da cidade. Sua presença simboliza a tentativa de superação das limitações locais por meio da importação de saberes e práticas modernas, ao

mesmo tempo em que evidencia as tensões entre ciência, política e sociedade em um contexto de emergência.

A chegada da peste bubônica ao Maranhão representou um marco decisivo na história sanitária do estado, sendo o principal motivo que trouxe o Dr. Victor Godinho a São Luís. Inicialmente detectada no porto de Santos, a doença rapidamente se disseminou pelo Rio de Janeiro e alcançou outras regiões do Brasil, evidenciando a vulnerabilidade dos grandes centros urbanos diante das epidemias. Medidas como a quarentena de navios, o isolamento de doentes e de suas famílias, bem como a desinfecção de locais suspeitos, fundamentadas em argumentos científicos, políticos e econômicos, tornaram-se objeto de acalorados debates na imprensa nacional. Durante cerca de vinte e cinco dias, essas medidas foram contestadas e defendidas com igual intensidade, revelando um campo de disputas em que se entrelaçavam interesses científicos, ideológicos e econômicos, além de rivalidades pessoais e disputas políticas (Nascimento; Silva, 2013).

No Maranhão, o contexto não era menos complexo. Doenças como varíola, sarampo, disenteria e febre tifoide já compunham um quadro endêmico de grande impacto sobre a população, e a chegada da peste bubônica agravou ainda mais essa realidade. Entre 1902 e 1922, a enfermidade circulou de forma recorrente pelas terras maranhenses, associando-se a uma constelação de doenças infecciosas que atingiam indistintamente diferentes segmentos sociais. A precariedade dos serviços de saúde e a ausência de políticas públicas sistemáticas criavam um ambiente de alta vulnerabilidade, em que surtos epidêmicos rapidamente assumiam proporções alarmantes e desafiavam a capacidade de resposta das autoridades locais.

Destaca-se o papel decisivo da imprensa local na divulgação da epidemia e na conformação das percepções sociais sobre o risco da doença. Um exemplo significativo encontra-se na edição de 1º de novembro de 1903 do jornal *O Rosariense*, que, em texto assinado por Victor Hugo, retratava o clima de apreensão diante da possibilidade de um surto na capital. A matéria alertava para o risco de disseminação da enfermidade para a cidade vizinha de Rosário e relatava a rápida progressão da doença, com óbitos inesperados em um bairro costeiro de São Luís: “Faz dez dias que nos chegou a notícia de ter aparecido na capital, nossa vizinha, uma moléstia de acção rápida e fatal.” (*O Rosariense*, 1903, p. 1).

A linguagem empregada pelo periódico, com termos como exótico e contagioso, revela não apenas o medo frente a doenças ainda pouco conhecidas, mas também a dimensão cultural atribuída às epidemias: elas eram vistas como ameaças externas, carregadas de estranhamento e perigo. Essas representações refletem o que Chartier (1988) identifica como

construção social dos discursos, em que o vocabulário empregado pela imprensa contribuiu para moldar tanto as percepções coletivas quanto as respostas institucionais. O medo coletivo, alimentado pela circulação de informações e rumores, tornou-se elemento central na dinâmica da crise, influenciando comportamentos e decisões políticas.

A situação em São Luís era agravada pela forte infestação de roedores, vetores reconhecidos da peste, e pela precariedade dos serviços urbanos. Como observa Bezerra (2019), as condições sanitárias da capital maranhense refletiam um padrão de carência estrutural típico de várias cidades brasileiras do início do século XX, onde os esforços de modernização urbana ocorriam de forma desigual e intermitente. Nesses contextos, a vulnerabilidade à disseminação de epidemias era exacerbada, tornando iminente a possibilidade de um surto de grandes proporções e exigindo respostas rápidas e coordenadas das autoridades sanitárias.

A percepção do papel social dos médicos higienistas naquele momento também merece destaque. Como registram Lindenberg e Godinho (1906, p. 49), a função primordial desses profissionais era o estudo das moléstias que os atormentam, seguindo “os flagelos que comprometem a existência e a tranquilidade das populações, buscando dessa forma auxiliar no restabelecimento da saúde dos indivíduos e, por consequência, da sociedade como um todo.” Essa concepção ilustra a compreensão ampliada do higienismo, não restrito à dimensão biológica, mas também como uma estratégia de regulação social, em que a saúde coletiva se tornava instrumento de ordem e progresso, legitimando a intervenção médica como fator de civilização e modernidade.

O legado da chegada da peste bubônica a São Luís deve, portanto, ser analisado em múltiplas camadas: como fenômeno médico-sanitário que exigiu respostas técnicas imediatas, como acontecimento social que alimentou o medo coletivo e como episódio político que colocou em disputa a legitimidade de autoridades locais e externas. Mais do que apenas registrar a presença da doença, as fontes históricas permitem compreender como se articulavam ciência, imprensa e governo diante da crise, num cenário em que a vulnerabilidade estrutural de São Luís se combinava à circulação nacional e internacional de discursos sobre saúde, ordem e civilização.

3.2.2 A comissão de combate e os conflitos locais

Com a chegada do médico Dr. Victor Godinho a São Luís em 1904, desde o início, estabeleceu como condição para sua atuação a autonomia técnica e o afastamento das

disputas político-partidárias, reivindicando liberdade plena de ação em matéria de higiene pública. Tal postura aproxima-se do conceito de campo científico formulado por Bourdieu (1992), segundo o qual os especialistas buscam preservar sua independência diante das pressões externas, disputando legitimidade e capital simbólico com outros agentes sociais.

O diagnóstico da crise sanitária em São Luís revelou a urgência de um espaço hospitalar específico para os pacientes contaminados. Essa demanda levou à “intervenção do Governador do Estado, coronel Alexandre C. Moreira Júnior, junto ao governo federal [...]” (Revista do Norte, 1904, p. 138). Com o respaldo federal, organizou-se, em apenas doze dias, um Hospital de Isolamento plenamente equipado: adequaram-se as instalações em termos de limpeza, providenciaram-se mobiliário, vestimentas, aparelhos clínicos e medicamentos, além de se definir a rotina de assistência. Os doentes que até então estavam dispersos foram, nesse ínterim, transferidos para o Hospital Militar, permitindo a inauguração do novo serviço em condições consideradas higiênicas e operacionais.

A fotografia publicada na Revista do Norte (1904) mostra a fachada recém-adaptada do Hospital de Isolamento de São Luís, situado à Rua São Pantaleão.

Figura 10 – Fachada do Hospital de Isolamento



Fonte: Revista do Norte (1904)

Já na Figura 11, publicada pela Revista do Norte em 16 de maio de 1904, retrata a Comissão Sanitária responsável pelo combate à peste bubônica em São Luís. Centralizado na imagem, Victor Godinho, chefe do Serviço Extraordinário de Higiene, simboliza a liderança da campanha, ladeado por colegas médicos e duas enfermeiras em pé, evidenciando

a hierarquização de gênero presente no registro visual. A composição da fotografia, cuidadosamente organizada, expressa a lógica simbólica da época, em que a autoridade científica masculina se sobrepunha, mesmo diante da atuação fundamental das mulheres na saúde pública. Como apontam Chartier (2002), Bezerra e Sorpreso (2016), a imagem configura uma representação estratégica dos papéis sociais e das relações de poder, funcionando não apenas como documento, mas como instrumento de legitimação do discurso higienista e do ideal republicano de modernização.

Figura 11 – Equipe de administração do Hospital de Isolamento



Fonte: Revista do Norte (1904)

A comissão organizada por Godinho era composta por profissionais de diferentes áreas, revelando uma concepção moderna e interdisciplinar de enfrentamento das epidemias. Integravam-na o Dr. Augusto Militão Pacheco e o Dr. Adolpho Lindenberg, como médicos auxiliares; dois recém-formados do Rio de Janeiro, como Rodolpho Vaccani; duas enfermeiras enviadas do Hospital de Isolamento de São Paulo, Misses Mary Bagotte e Violet Small; além do maquinista Raphael Tobias de Castro e quatro chefes de desinfecção: Eliziário de Salles Monteiro, Euclides Payao Silveira, Adão Felix de Oliveira e João Baptista Marcondes. Havia ainda a expectativa de incorporar médicos já vinculados ao serviço de higiene local.

O impacto inicial da chegada de Godinho e sua equipe foi marcado por tensões e resistências. O próprio Godinho relata que, ao desembarcar, contou com a colaboração de apenas dois médicos locais, Oscar Galvão e Juvêncio Mattos, sendo que poucos dias depois

Galvão pediu exoneração. Outros médicos também se recusaram a integrar a comissão, evidenciando resistência à presença de especialistas de fora. Para suprir as vagas, Godinho indicou novos profissionais vindos do Rio de Janeiro, como Ernesto Crissiuma Filho e Joaquim Crissiuma de Toledo, além de contar com o apoio de alguns maranhenses, como Antonio de Carvalho Palhano, Joaquim da Cunha Bello, Antenor Gustavo Coelho de Souza e Galdino de Souza Ramos.

A disputa entre médicos paulistas e maranhenses durante a epidemia de peste bubônica pode ser interpretada à luz do conceito de campo científico de Bourdieu (1992), evidenciando uma luta por capital simbólico e legitimidade dentro do cenário local. A resistência dos profissionais maranhenses à presença de especialistas externos revela o esforço de afirmação dos saberes regionais frente à autoridade científica nacional, configurando um processo de apropriação e negociação das práticas higienistas.

A fotografia da *Revista do Norte* (1904) registra a “Enfermaria de Classe para as Mulheres” no recém-criado Hospital de Isolamento de São Luís. Em primeiro plano, dois médicos sentados diante de uma mesa forrada de branco, sobre a qual repousam instrumentos e uma bandeja, simbolizam a autoridade terapêutica. Atrás deles, quatro enfermeiras trajam aventais e toucas impecáveis, alinhadas entre leitos de metal pintado, cada qual com colchão fino e enxoval claro. À direita, um clínico de avental longo observa a paciente deitada, enfatizando a vigilância constante.

Figura 12 - Enfermaria de Classe para as Mulheres



Fonte: Revista do Norte (1904)

Convém destacar que a reforma conduzida pela equipe contratada pelo governador não se deu sem atritos. Os profissionais já vinculados ao hospital resistiram às novas rotinas e, sobretudo, à presença de colegas externos. Essa oposição extrapolou o âmbito corporativo:

a imprensa maranhense reagiu com veemência à chegada de médicos “estrangeiros”. *O Rosariense* (1904, p. 4) denunciou que “grandes sommas tem o governo dispendido com a imigração de estrangeiros incapazes de se aclimarem entre nós [...] entende-se que essas sommas applicadas à manutenção de médicos regionaes nos garantiriam a vida de milhares de braços ceifados”. A crítica revela a tensão entre políticas sanitárias centralizadas, inspiradas em modelos exógenos e a defesa de quadros locais, considerados mais adaptados às condições do interior e capazes de prestar assistência contínua. Conforme assinala Gondra (2004), tal conflito foi recorrente no higienismo brasileiro, marcado pela importação de soluções externas em detrimento da valorização dos saberes regionais.

Conflitos também ocorreram no interior da própria estrutura hospitalar. Em menos de quinze dias, o Hospital de Isolamento enfrentou duas greves. O enfermeiro- chefe e parte da equipe recusavam-se a receber ordens dos profissionais paulistas, demonstrando insatisfação, indisciplina e resistência à nova gestão. Godinho relata, inclusive, que o enfermeiro-mor, que sequer pernoitava no hospital, chegou a se dirigir diretamente ao governador para manifestar oposição à presença das enfermeiras enviadas de São Paulo, evidenciando barreiras hierárquicas, culturais e políticas no processo de reorganização institucional.

Esses episódios demonstram que o combate à peste bubônica em São Luís extrapolou a dimensão estritamente médica, constituindo-se em um verdadeiro campo de disputas simbólicas e políticas. A presença de Victor Godinho e sua equipe representava, simultaneamente, um esforço modernizador e uma afronta ao corpo médico local, que se via desvalorizado diante da importação de especialistas. Por outro lado, para parte da população, a chegada de profissionais externos podia ser interpretada como um gesto de cuidado do Estado, ampliando o alcance simbólico das ações higienistas e fortalecendo o projeto republicano de ordem e progresso.

Assim, a comissão chefiada por Godinho simbolizou não apenas a luta contra a epidemia, mas também as tensões entre ciência e política, entre saberes locais e exógenos, e entre o projeto de modernização higienista e as resistências sociais que ele despertava. Mais do que uma simples intervenção técnica, tratou-se de um episódio que ilustra a complexidade da implantação do higienismo republicano em regiões periféricas do Brasil, onde disputas de poder, identidade e legitimidade se entrelaçavam à urgência da crise sanitária.

3.3 Normas, discursos e práticas: saúde, higiene e educação

O diagnóstico elaborado por Victor Godinho sobre a saúde pública em São Luís revelou um panorama de precariedade e improviso, característico das cidades brasileiras periféricas no início do século XX. Hospitais funcionavam em casas particulares sem infraestrutura adequada, com mobiliário insuficiente, ausência de rotinas higiênicas e registros escassos de casos e óbitos. As desinfecções eram irregulares e tardias, e o transporte de doentes e cadáveres ocorria de forma lenta, frequentemente apenas um dia após a notificação. Godinho, em suas palavras, descreveu o quadro como “um arremedo de hygiene” (Godinho, 1904, p. 25), denunciando não apenas falhas técnicas, mas a ausência de uma cultura institucional voltada para a saúde coletiva.

Essa situação dialoga com a análise de Rosen (1994), que destaca a passagem da medicina individual para a medicina social como um processo que exige organização institucional e vigilância sistemática – elementos ainda frágeis no Maranhão daquela época. O diagnóstico de Godinho, portanto, não era uma exceção regional, mas expressão de um padrão estrutural nacional, marcado por serviços públicos incipientes e modernização urbana desigual (Bezerra, 2019).

Diante dessa realidade, Godinho propôs um conjunto de medidas para reorganizar o serviço de higiene, incluindo a ampliação das equipes de desinfecção, aquisição de equipamentos modernos, definição de rotinas de trabalho e melhoria das instalações hospitalares. Recomendou, ainda, ações preventivas à população: higiene pessoal, ventilação das residências, controle de vetores e descarte adequado de resíduos. Essas propostas se inserem naquilo que Paiva e Viveiros (2011) denomina fase profilática da higiene, em que o foco se desloca do tratamento individual para a prevenção coletiva e o controle dos riscos.

O policiamento sanitário e a inspeção domiciliar ganharam centralidade como instrumentos de vigilância e educação sanitária. Segundo as mensagens dos governadores as visitas domiciliares eram bem recebidas, possivelmente por transmitirem uma sensação de cuidado e presença efetiva do Estado. Donzelot (1994) interpreta essas práticas como expressão da polícia das famílias, em que a saúde pública atua como dispositivo de controle social, moldando hábitos e comportamentos em nome do bem coletivo. Assim, as medidas propostas por Godinho poderiam, além do combate imediato à peste bubônica, inserir-se nesse projeto disciplinar mais amplo, que buscava transformar costumes e consolidar a autoridade do Estado sobre a vida privada.

Apesar dos avanços pontuais, os obstáculos estruturais persistiam: falta de profissionais qualificados, limitações financeiras e logísticas, precariedade das unidades de saúde e ausência de políticas integradas para o interior do estado. A imprensa continuava a denunciar a carência de médicos regionais, ressaltando que a sustentabilidade das políticas sanitárias dependia de investimentos duradouros na formação. O relatório *A Peste no Maranhão – 1904*, Godinho, ao evidenciar a precariedade dos serviços, certamente, contribuía com a tentativa de inserir São Luís nos padrões de modernização republicana, articulando ciência, moral e política em um esforço civilizatório de disciplinarização dos corpos e uniformização dos comportamentos (Gondra, 2004).

Além da reorganização institucional, Victor Godinho enfatizou a importância das medidas preventivas e das práticas de higiene doméstica como eixo central do combate à peste bubônica e a outras doenças endêmicas. Seus relatórios destacavam o papel da luz solar e do calor intenso na diminuição dos riscos epidêmicos, recomendando a lavagem frequente das casas com creolina, a remoção regular do lixo e a ventilação adequada dos ambientes. Tais práticas, segundo Godinho, tinham potencial para reduzir significativamente o contágio (Godinho, 1904, p. 49).

As instruções sanitárias organizadas pela comissão detalhavam condutas consideradas exemplares: higiene individual rigorosa, banhos frequentes, troca diária de roupas, uso de pós antipulgas e rejeição de habitações mal ventiladas e escuras, especialmente aquelas de chão de terra batida ou soalho velho e esburacado. Recomendava-se também a desinfecção de residências recém-infectadas, isolamento precoce de doentes e destruição sistemática de ratos, principais vetores da doença.

Esse conjunto de medidas insere-se na fase profilática da higiene (Paiva; Viveiros, 2011), em que a coletividade ganha protagonismo, mobilizando não apenas médicos e autoridades, mas também famílias e comunidades. A população era vista como destinatária da proteção e corresponsável pela aplicação das normas, evidenciando o caráter pedagógico e normativo do projeto higienista. Consequentemente, a consolidação das políticas de saúde, higiene e educação no Maranhão durante a Primeira República foi respaldada por uma série de documentos oficiais, relatos jornalísticos e registros administrativos que evidenciam tanto os avanços institucionais quanto as resistências populares.

A legislação sanitária representou um marco fundamental. O Decreto nº 33, de 8 de fevereiro de 1904, instituiu o Serviço Extraordinário de Higiene Pública, estabelecendo rotinas detalhadas de inspeção, desinfecção e controle epidemiológico (Maranhão, 1904). Segundo o texto do decreto, “fica instituído o Serviço Extraordinário de Higiene Pública,

competindo-lhe a inspeção de casas, escolas e estabelecimentos comerciais, bem como a desinfecção e o controle de focos epidêmicos” (Maranhão, 1904, p. 1). Essa formalização conferiu ao Estado poder de intervenção direta, legitimando práticas de medicalização e disciplinamento social.

Os relatórios dos governadores, como o apresentado por João Gualberto de Matos em 1904, reforçam o papel central da higiene escolar: “A inspeção médica nas escolas primárias foi intensificada, com a obrigatoriedade de práticas higiênicas diárias e campanhas educativas voltadas à prevenção de doenças infectocontagiosas” (Maranhão, 1904, p. 15). Esses documentos detalham o número de escolas inspecionadas, a quantidade de alunos atendidos e as dificuldades enfrentadas para implementar as normas em áreas rurais.

A imprensa local também registrou os embates entre especialistas externos e profissionais maranhenses. O jornal *Pacotilha* (1904, p. 3), noticiou: “Funcionários do Hospital de Isolamento protestam contra a contratação de médicos paulistas para liderar a comissão sanitária, alegando que ‘os doutores daqui conhecem melhor as doenças e os costumes do nosso povo’”. Esse episódio, além de ilustrar a resistência dos agentes locais, evidencia a disputa pela legitimidade dos saberes regionais frente ao avanço dos modelos científicos importados.

No ambiente escolar, os informes dos professores à Inspeção de Ensino revelam o desafio de aplicar as normas higienistas: “Os alunos vindos da roça, muitas vezes sem condições de cumprir os preceitos de higiene exigidos, são orientados a participar de campanhas de limpeza coletiva, utilizando sabão de babaçu e banhos de rio, conforme tradição local” (Saldanha, 2009, p. 94). Esses relatos mostram que, apesar da normatização oficial, a adaptação das práticas era frequente e necessária para garantir a adesão das comunidades.

Além disso, a *Gazeta de Caxias* (1889, p. 1) celebrava a inauguração de fábricas como símbolo de progresso, atestando o peso simbólico da industrialização: “[...] A inauguração é que dará o grito de progresso de nossa terra e só assim saberão ao longe que em Caxias já há produção, já há indústria.”.

No campo das práticas populares, o uso de plantas medicinais e rezas como formas de prevenção e tratamento de doenças é documentado por Bezerra (2019, p. 26): “Essas práticas sobreviviam à margem das políticas oficiais, compondo um saber híbrido, resultado da negociação entre tradição e modernidade”. O registro de benzedadeiras, curandeiros e campanhas de vacinação revela a convivência entre saberes ancestrais e prescrições modernas.

Por fim, a análise crítica de autores como Chartier (1990, p. 23) reforça o caráter negociado da recepção das normas: “A recepção das normas é sempre um processo de apropriação, em que os sujeitos reelaboram sentidos e práticas”. No Maranhão, essa apropriação permitiu a sobrevivência dos saberes regionais e a construção de soluções híbridas, conciliando tradição e modernidade.

3.4 Tensões, resistências e adaptações locais às políticas republicanas no Maranhão

A implantação das políticas republicanas de saúde, higiene e educação no Maranhão entre 1889 e 1930 foi um processo marcado por intensas disputas, negociações e reinterpretações. O Estado republicano buscava afirmar-se como agente de modernização, disciplinamento e controle social, utilizando a escola como espaço estratégico para difusão dos ideais higienistas. Contudo, a realidade local impôs limites e desafios que tornaram esse processo singular, revelando tanto as resistências culturais quanto as estratégias de adaptação desenvolvidas pelos diversos atores envolvidos.

A resistência às políticas higienistas no Maranhão não se deu apenas por rejeição explícita, mas também pela persistência de práticas culturais enraizadas e pela dificuldade de romper com padrões tradicionais de organização escolar e comunitária. A historiografia da educação aponta que, em contextos periféricos, como o Maranhão, as reformas republicanas frequentemente esbarravam em estruturas sociais e econômicas que dificultavam a efetivação das propostas oficiais (Castro, 2015).

O documento apresenta exemplos concretos dessas resistências, como a dificuldade em implementar a inspeção médica escolar nas cidades do interior. Em relatório de 1913, o Inspetor de Instrução Pública observa que “os professores enfrentam obstáculos para realizar exames de saúde nos alunos, pois muitos pais não autorizam a intervenção dos médicos, alegando desconfiança e desconhecimento dos benefícios da prática” (Maranhão, 1913, p. 11). Tal resistência revela a importância das redes familiares e comunitárias na definição dos limites da ação estatal, bem como a valorização de saberes locais frente ao conhecimento médico-científico. Outro aspecto relevante é a relação conflituosa entre professores e autoridades sanitárias.

Em diversos momentos, a imprensa de ensino registrou críticas dos docentes à sobrecarga de funções, à falta de infraestrutura e aos baixos salários, fatores que dificultavam a adoção das novas práticas higienistas. O Quadro 17 do documento demonstra que, apesar

das disposições legais sobre funções, estrutura e pessoal escolar, a ausência de recursos e a precariedade das condições de trabalho limitavam o alcance das reformas.

As tensões também se manifestaram em conflitos sociais, especialmente em períodos de epidemias. A chegada da gripe espanhola e da peste bubônica, por exemplo, intensificou o debate público sobre as condições de higiene nas escolas e a responsabilidade do Estado na proteção da infância. A atuação de médicos como Victor Godinho foi alvo de controvérsias, com setores da sociedade questionando a centralização das decisões e a imposição de medidas sanitárias consideradas invasivas, visto que se tratava de um médico paulista (Idem, p. 135-138). Esses episódios evidenciam que a construção de uma cultura escolar higienista foi permeada por disputas políticas e sociais, nas quais diferentes grupos buscaram afirmar seus interesses e valores.

Além disso, a desigualdade entre capital e interior acentuou os desafios da implementação das políticas republicanas. O Quadro 12 destaca que, enquanto São Luís recebia investimentos em infraestrutura, formação docente e campanhas de higiene, as cidades do interior permaneciam à margem das reformas, enfrentando dificuldades para garantir o mínimo de condições sanitárias e educacionais. Essa disparidade contribuiu para a manutenção de práticas tradicionais e para o fortalecimento das resistências locais.

As políticas higienistas implementadas pelo Estado republicano no Maranhão frequentemente entraram em conflito com práticas populares enraizadas, como o uso de rezas, plantas medicinais e banhos de rio para prevenção e tratamento de doenças. Relatórios escolares e registros médicos documentam episódios em que professores e médicos precisaram negociar com as famílias, incorporando elementos tradicionais ao cotidiano escolar e às campanhas de saúde. Em áreas rurais, por exemplo, o asseio dos ambientes escolares era realizado com sabão de babaçu e banhos coletivos em rios, práticas que conciliavam as exigências oficiais com os saberes locais. Essa negociação revela não apenas a resistência cultural à imposição de normas externas, mas também a capacidade de reinvenção dos sujeitos históricos diante das demandas do Estado.

3.4.1 Estratégias de adaptação e negociação: apropriação e reinvenção dos ideais republicanos.

Diante dos limites impostos pelas resistências culturais e pelas condições materiais, os agentes locais desenvolveram estratégias de adaptação e negociação que permitiram a apropriação parcial dos ideais republicanos. Essas estratégias envolveram tanto a seleção de

elementos compatíveis com a realidade maranhense quanto a reinvenção das práticas higienicas à luz das necessidades cotidianas.

Os relatórios administrativos e a imprensa de ensino documentam iniciativas de formação docente voltadas à saúde e higiene, como cursos, palestras e campanhas educativas promovidas por médicos e professores. O Quadro 12 do documento apresenta conteúdos formativos do curso de pedagogia no início do século XX, mostrando que temas como higiene pessoal, prevenção de doenças e cuidados corporais foram incorporados ao currículo, ainda que de forma adaptada às limitações locais.

A colaboração entre Estado e sociedade civil também se destacou como estratégia de negociação. Em campanhas de vacinação, por exemplo, professores atuavam como mediadores entre agentes sanitários e famílias, promovendo a adesão às novas práticas e facilitando a circulação de informações sobre saúde pública na escola. A imprensa geral e de ensino desempenhou papel fundamental na divulgação dos preceitos higienistas, publicando artigos, reportagens e cartilhas que buscavam sensibilizar a população para a importância da higiene escolar.

Além disso, a análise dos relatórios dos governadores e inspetores escolares revela que a adaptação das práticas higienistas envolveu a flexibilização das normas oficiais. Em muitos casos, as escolas rurais passaram a incluir orientações sobre higiene de forma simplificada, priorizando ações viáveis dentro das condições materiais disponíveis. O Relatório do Governador de 1922 destaca que “a higiene escolar foi incorporada ao cotidiano das escolas rurais por meio de atividades práticas, como o asseio dos ambientes, a ventilação das salas e a orientação sobre cuidados básicos de saúde” (Maranhão, 1922, p. 54). Essas iniciativas, embora modestas, representam esforços de apropriação dos ideais republicanos e de construção de uma cultura escolar voltada à promoção da saúde.

Outro exemplo de adaptação é a mobilização de saberes locais para atender às exigências das políticas higienistas. Professores e famílias recorriam a práticas tradicionais de cuidado, como o uso de plantas medicinais, a valorização da alimentação e a manutenção de ambientes limpos, conciliando essas ações com as orientações médicas e pedagógicas prescritas pelo Estado. Essa negociação entre saberes revela a vitalidade das culturas locais e a capacidade de reinvenção diante das demandas externas.

A análise da experiência maranhense durante a Primeira República permite compreender que a construção de uma cultura escolar higienista foi marcada por múltiplos processos de disciplina, resistência e criatividade. O Estado buscou afirmar seu poder por meio da normatização das práticas escolares, da imposição de padrões de higiene e da

formação de sujeitos saudáveis e disciplinados. No entanto, a efetivação dessas políticas dependeu da capacidade dos agentes locais de negociar, adaptar e reinventar os preceitos republicanos.

A leitura das fontes documentais – leis, decretos, relatórios administrativos e imprensa – evidencia que o higienismo escolar no Maranhão não foi um fenômeno uniforme e centralizado, mas sim apropriado e tensionado nas escalas locais. As escolas tornaram-se espaços de disputa entre o projeto republicano de disciplinamento e as tradições culturais, revelando tanto o esforço de modernização quanto as limitações estruturais e as resistências sociais.

Por fim, a experiência do Maranhão durante a Primeira República reforça a importância de leituras regionais para a compreensão dos processos de institucionalização da saúde e da educação no Brasil. Ao evidenciar as tensões, resistências e adaptações locais, o estudo contribui para superar narrativas lineares e homogêneas sobre a história da educação brasileira, valorizando a diversidade de experiências e a criatividade dos sujeitos históricos na construção de novas práticas e saberes.

3.4.2 Cultura Escolar: práticas, valores e rotinas

No Maranhão, a cultura escolar durante a Primeira República foi marcada pela articulação entre saberes médicos, pedagógicos e populares, configurando-se como espaço de formação de identidade regional. Em vez de simplesmente receber as normas oficiais, as escolas tornaram-se ambientes de construção de rotinas, valores e práticas adaptadas à realidade local. Professores atuaram como mediadores dos preceitos republicanos, reinventando atividades pedagógicas e sanitárias para garantir a adesão das comunidades. Festividades cívicas, campanhas de higiene e celebrações escolares reforçaram a identidade republicana, enquanto a valorização dos saberes tradicionais permitiu a construção de soluções híbridas e inovadoras para os desafios do período.

O conceito de cultura escolar, conforme Viñao Frago (2008), envolve o conjunto de práticas, rituais, representações e valores que caracterizam o cotidiano das instituições educativas. No Maranhão, essa cultura escolar foi marcada pela presença do higienismo, mas também pela resistência e adaptação dos sujeitos escolares. Os professores, por exemplo, desempenharam papel central como mediadores dos preceitos republicanos, mas também como agentes de reinvenção das práticas pedagógicas e sanitárias.

Além disso, a cultura escolar maranhense foi marcada pela valorização de festividades, rituais cívicos e celebrações que reforçavam a identidade republicana. A

imprensa de ensino registrava com frequência eventos como o Dia da Pátria, a comemoração da Proclamação da República e campanhas de higiene, nos quais a escola se apresentava como espaço de formação do “cidadão saudável e patriota” (Maranhão, 1922, p. 173). Esses momentos revelam a articulação entre educação, saúde e civismo, constituindo parte fundamental da cultura escolar do período.

A relação entre professores, alunos e famílias também foi permeada por negociações constantes. A adesão às práticas higienistas dependia do diálogo entre os agentes escolares e a comunidade, que muitas vezes resistia à imposição de normas consideradas estranhas ou inadequadas. A cultura escolar, nesse sentido, foi espaço de mediação entre o projeto republicano e os valores locais, permitindo a construção de práticas híbridas e inovadoras.

3.4.3 O papel da imprensa na difusão dos princípios higienistas

A imprensa desempenhou papel estratégico na difusão dos princípios higienistas e na construção do discurso público sobre saúde, higiene e educação no Maranhão republicano. Tanto a imprensa geral quanto a imprensa de ensino atuaram como mediadoras entre o Estado e a sociedade, divulgando campanhas, orientações e debates sobre as políticas sanitárias e educativas.

O documento evidencia que jornais como *O Educador Maranhense* (1984) e *A Escola* (1902-1929) publicavam regularmente artigos sobre higiene escolar, prevenção de doenças e importância da educação para a saúde. Essas publicações buscavam sensibilizar professores, famílias e autoridades para a necessidade de incorporar práticas higienistas ao cotidiano das escolas. Um exemplo é o artigo Higiene e Educação, publicado em 1920, que defendia a obrigatoriedade da inspeção médica e a inclusão de noções de saúde no currículo escolar (*A Escola*, 1920, p. 62).

A imprensa também foi espaço de debate e contestação das políticas republicanas. Professores utilizavam os jornais para denunciar as dificuldades enfrentadas nas escolas, como a falta de recursos, a precariedade dos prédios e a insuficiência de formação docente para lidar com as exigências sanitárias. Em carta publicada no *O Educador Maranhense* (1984, p. 65), uma professora do interior relata: “Somos obrigados a ensinar higiene sem os instrumentos necessários, sem água potável, sem ventilação adequada. Como cumprir a lei diante de tantas carências?”.

Além disso, a imprensa geral acompanhava os desdobramentos das campanhas de vacinação, as ações dos médicos sanitaristas e as respostas da população às medidas de

controle de epidemias. A cobertura jornalística sobre a atuação de Victor Godinho, por exemplo, revela tanto a valorização do saber médico quanto as críticas à centralização das decisões e à resistência das comunidades (O Educador Maranhense, 1984, p. 135-138). A imprensa, portanto, não apenas difundia os princípios higienistas, mas também registrava as tensões, negociações e conflitos que permeavam a implementação das políticas republicanas.

A circulação de informações sobre higiene escolar certamente contribuiu para a formação de uma consciência coletiva sobre a importância da saúde na educação. Essas publicações dialogavam com as legislações, os relatórios administrativos e as práticas cotidianas, articulando saberes médicos, pedagógicos e populares. O papel da imprensa foi, assim, fundamental para a construção de uma cultura escolar voltada à promoção da saúde, à prevenção de doenças e ao disciplinamento dos corpos infantis.

3.4.4 Entre a disciplina, a resistência e a reinvenção

A imprensa maranhense desempenhou um papel ambíguo e estratégico na difusão dos discursos higienistas durante a Primeira República. Jornais como *Pacotilha*, *O Rosariense* e *A Escola* não apenas reproduziam as campanhas oficiais de saúde e educação, mas também funcionavam como espaços de crítica, denúncia e negociação das políticas republicanas. Por meio de artigos, cartas de professores e reportagens sobre epidemias, esses periódicos revelavam as dificuldades concretas de implementação das normas sanitárias, questionavam a centralização das decisões e davam voz às resistências locais. A imprensa, nesse contexto, atuou como mediadora entre Estado e sociedade, promovendo adaptações das práticas higienistas às condições regionais e registrando as estratégias desenvolvidas por agentes locais para lidar com os desafios impostos pelo projeto republicano.

A experiência maranhense durante a Primeira República evidencia que a construção de uma cultura escolar higienista foi resultado de múltiplos processos de disciplina, resistência e reinvenção. O Estado republicano buscou afirmar-se como agente de modernização, utilizando a escola e a imprensa como instrumentos de difusão dos ideais sanitários e educativos. No entanto, a efetivação dessas políticas dependia da capacidade dos agentes locais de negociar, adaptar e reinventar os preceitos oficiais.

A cultura escolar maranhense revela-se como espaço de criatividade e apropriação, no qual práticas higiênicas, valores cívicos e saberes tradicionais se articulam para responder às demandas do período. A imprensa, por sua vez, desempenhou papel central na mediação entre Estado e sociedade, divulgando princípios higienistas, promovendo debates e registrando os desafios da implementação das políticas republicanas.

Ao valorizar as experiências locais, a análise historiográfica contribui para superar narrativas homogêneas sobre a história da educação brasileira, evidenciando a diversidade de práticas, valores e sujeitos envolvidos na construção das políticas de saúde, higiene e educação. O Maranhão, nesse contexto, oferece um exemplo singular de resistência, adaptação e criatividade, reafirmando a importância das leituras regionais para a compreensão dos processos históricos de institucionalização da educação e da saúde no Brasil.

Em suma, a experiência maranhense revela que a implantação do higienismo escolar foi marcada por mediações, resistências e adaptações singulares, nas quais a imprensa local, os agentes escolares e as práticas populares desempenharam papel central na construção de soluções híbridas para os desafios do período republicano.

Em síntese, a análise da transição do Maranhão do Império para a República, especialmente no campo das políticas de saúde, higiene e educação, revela um processo profundamente marcado por negociações, resistências e adaptações singulares. O Maranhão não foi mero receptor passivo das diretrizes nacionais: a imprensa local atuou como mediadora crítica, os agentes escolares e sanitários reinventaram práticas e rotinas, e as comunidades mobilizaram saberes tradicionais para responder às demandas do projeto republicano.

A presença de agentes externos, como o Dr. Victor Godinho, evidenciou disputas de legitimidade no campo científico e tensões entre modelos importados e práticas regionais. As fontes visuais, por sua vez, contribuíram para construir e difundir os valores de autoridade, disciplina e modernidade, ao mesmo tempo em que revelaram as hierarquias de gênero e os limites da modernização. A experiência maranhense, ao articular práticas populares, cultura escolar e discursos oficiais, produziu soluções híbridas e inovadoras, reafirmando a criatividade dos sujeitos locais diante das adversidades. Ao destacar as especificidades regionais e valorizar a diversidade de trajetórias históricas, este estudo contribui para descentralizar o debate nacional, mostrando que a história da saúde, da higiene e da educação no Brasil republicano é plural, marcada por múltiplos caminhos, disputas e reinvenções.

Seção 4

AUTORES E AGENTES DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA NO MARANHÃO: quem produzia e disseminava esses discursos?

4 AUTORES E AGENTES DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA NO MARANHÃO: quem produzia e disseminava esses discursos?

A presente seção dedica-se à análise da atuação dos intelectuais maranhenses e da imprensa educacional na construção e difusão do ideário higienista durante a Primeira República. Mais do que registrar acontecimentos, esses atores e veículos configuraram-se como instâncias de produção simbólica e de intervenção social, articulando os campos da medicina, da pedagogia e da política em um projeto de modernização que visava disciplinar corpos e moldar subjetividades. No Maranhão, o higienismo não se restringiu a prescrições médicas, mas encontrou ressonância em regulamentos escolares, relatórios administrativos, obras pedagógicas e periódicos especializados. Tais documentos expressam uma racionalidade normativa que, ao mesmo tempo em que respondia às demandas sanitárias de um espaço urbano marcado por epidemias e precariedades, buscava legitimar um modelo de escola ajustado aos valores republicanos de ordem, civilidade e progresso.

Assim, esta seção propõe examinar como se deu a circulação dessas ideias e práticas no Maranhão republicano, observando a articulação entre legislação, cultura material escolar e publicações pedagógicas¹. Para Nóvoa (1999, p. 23), são “lugares privilegiados de formulação e legitimação de saberes pedagógicos”. Rocha (2008) destaca que também veiculam modelos de conduta, higiene e civilidade na construção das representações sobre corpo e infância. Busca-se, com isso, compreender não apenas a difusão do higienismo como modelo normativo, mas também suas contradições, tensões e limites diante das condições concretas da realidade escolar. Chartier (1990) nos adverte que a apropriação não implica mera repetição passiva de modelos, mas envolve a reinterpretação e ressignificação dos discursos conforme os contextos sociais, institucionais e materiais nos quais são inseridos.

A partir da análise de Castellanos (2024), por exemplo, observa-se que a cultura material escolar maranhense entre 1843 e 1870 já revelava formas específicas de apropriação dos objetos, normas e prescrições, que refletiam não só uma política educacional alinhada à construção do Estado, mas também a atuação de sujeitos locais que ressignificavam as diretrizes impostas. Os objetos escolares, o mobiliário e os livros não eram apenas instrumentos didáticos, mas constituíam formas materiais por meio das quais se pretendia inculcar valores, disciplinar corpos e ordenar o espaço e escolar segundo os padrões de civilidade então vigentes.

¹ As publicações pedagógicas — revistas, jornais escolares, boletins e manuais — difundem métodos e orientações sobre a prática educativa

Esse movimento também se evidencia nas tensões entre os ideários higienistas transnacionais oriundos da medicina europeia, da pedagogia moderna e das orientações de instituições como a Fundação Rockefeller e as práticas efetivamente aplicadas nas escolas públicas maranhenses, muitas vezes precarizadas e marcadas por ausências estruturais. Desse modo, a análise da circulação e apropriação das ideias higienistas exige uma abordagem que considere tanto os fluxos intelectuais quanto as formas de resistência, negociação e adaptação operadas pelos agentes locais envolvidos na escolarização.

4.1 Intelectuais e práticas higienistas na Primeira República

O início da Primeira República brasileira (1889–1930) foi marcado por profundas transformações políticas, sociais e culturais que reconfiguraram os modos de pensar e organizar a sociedade. Nesse contexto, os discursos higienistas ocuparam posição estratégica, constituindo-se como eixo de modernização, disciplinamento e legitimação do poder estatal. Como observa Gondra (2004), a escola foi convertida em um dos principais laboratórios sociais da República, espaço privilegiado para a aplicação de práticas médico-pedagógicas que visavam não apenas instruir, mas sobretudo moldar hábitos, condutas e corpos.

O higienismo, concebido como um movimento internacional de caráter médico-sanitário e pedagógico, ganhou impulso no Brasil ao ser apropriado por intelectuais, médicos, educadores e autoridades políticas como linguagem legítima para a construção de uma nação moderna. Alinhada aos avanços da bacteriologia e à difusão do modelo biomédico, as práticas higienistas foram incorporadas como instrumentos indispensáveis para enfrentar os desafios impostos pelas epidemias recorrentes, pela urbanização desordenada e desigualdades sociais. No Maranhão, tais discursos encontraram terreno fértil, uma vez que a capital, São Luís, convivía com surtos de varíola, febre amarela, cólera e peste bubônica, evidenciando a vulnerabilidade da infraestrutura urbana e a fragilidade das políticas públicas de saúde.

No contexto das primeiras décadas da República brasileira, duas correntes de pensamento exerceram grande influência sobre as políticas públicas de saúde, educação e organização social: o higienismo e o eugenismo. Embora frequentemente relacionados e, por vezes, complementares em suas práticas e discursos, esses movimentos possuem fundamentos teóricos e objetivos distintos.

O higienismo pode ser entendido como um conjunto de ideias e práticas voltadas para a promoção da saúde coletiva, a prevenção de doenças e a melhoria das condições de vida da população, especialmente nos ambientes urbanos. Inspirado pelos avanços da medicina, da

bacteriologia e das ciências naturais no século XIX, o higienismo defendia a adoção de medidas de saneamento básico, controle de epidemias, educação sanitária e disciplina dos hábitos cotidianos. No âmbito escolar, o higienismo se traduziu na introdução de conteúdos sobre higiene no currículo, inspeção médica nas escolas, incentivo à limpeza pessoal e à organização dos espaços educativos. O objetivo central era formar cidadãos saudáveis, disciplinados e aptos a contribuir para o progresso da nação.

Quanto ao eugenismo, constitui uma doutrina de origem europeia que ganhou força no Brasil a partir do início do século XX, especialmente entre médicos, juristas e intelectuais. O eugenismo defendia a melhoria da raça por meio do controle da reprodução humana, baseando-se em pressupostos pseudocientíficos sobre hereditariedade, superioridade racial e seleção biológica. Entre suas propostas estavam o estímulo ao casamento entre aptos, a restrição da reprodução de indivíduos considerados degenerados e a adoção de políticas de saúde pública voltadas para o aperfeiçoamento genético da população. No Brasil, o eugenismo encontrou eco em setores da medicina e da educação, influenciando debates sobre imigração, mestiçagem e políticas de saúde preventiva.

Apesar de ambos os movimentos terem dialogado e, por vezes, compartilhado agentes e práticas, é importante destacar que o higienismo centrou-se na transformação dos hábitos e do ambiente social, enquanto o eugenismo priorizou a intervenção sobre os corpos e a hereditariedade. Na prática, muitos médicos e autoridades brasileiras transitaram entre essas duas vertentes, mas, como destaca esta tese, o recorte adotado privilegia a análise do higienismo, por sua centralidade na conformação das políticas escolares e sanitárias do Maranhão republicano.

Assim, compreender as diferenças e as inter-relações entre higienismo e eugenismo é fundamental para situar o debate histórico e analisar criticamente as estratégias de disciplinamento, controle e normatização que marcaram a construção do Estado e da sociedade brasileira no início do século XX.

Nesse cenário, os intelectuais maranhenses desempenharam papel fundamental como mediadores entre ciência, política e sociedade. Inseridos em redes mais amplas de circulação de ideias, esses agentes elaboraram propostas que visavam alinhar o Estado aos ideais republicanos de civilização e progresso. Seus escritos, muitas vezes publicados na imprensa pedagógica e em relatórios administrativos, difundiam representações higienistas que ultrapassavam o campo da saúde pública para se entrelaçarem com a educação, a moral e a política. Eram publicações que, sempre traziam consigo um tom dos campos da moral, da educação e da política. Principalmente porque a polarização político-partidária era algo muito

presente na realidade maranhense desse período, algo que se manifestava claramente na postura de muitos intelectuais da época. Para Chartier (1990), toda representação é socialmente construída; portanto, os discursos desses intelectuais não apenas descreviam a realidade, mas a constituíam, projetando imagens de escola, infância e sociedade que serviam de parâmetro para a ação estatal.

Entre os nomes de maior destaque da intelectualidade do Maranhão do período em estudo, figuram Antônio Baptista Barbosa de Godois e Almir Parga Nina, ambos reconhecidos por suas contribuições à educação maranhense e por sua atuação na difusão das práticas higienistas escolares. Godois, por meio de suas obras pedagógicas, consolidou o ideário de uma escola limpa, ordeira e moralmente orientada. Antônio Barbosa de Godóis foi o responsável pela implementação do ideário de educação moderna no cenário educacional público no Maranhão. Foi diretor, ininterruptamente, por mais uma década da Escola Normal de São Luís e da Escola Modelo Benedito Leite. A Escola Normal representava para Godóis o eixo central da difusão da concepção de educação moderna: o professor formado. E a Escola Modelo Benedito Leite era o centro modelo/difusor de práticas modernas de educação primária (Segadilha, 2016).

Sobre Almir Parga Nina, médico e educador, foi responsável por propor intervenções que uniam ciência médica e práticas educativas, reforçando a importância da higiene como disciplina e como princípio de organização escolar. Almir Parga Nina, médico e educador, destacou-se por propor intervenções que integravam a ciência médica às práticas educativas, enfatizando a importância da higiene tanto como disciplina quanto como princípio de organização escolar. No Maranhão, suas trajetórias evidenciam como o higienismo foi inicialmente apropriado pelos médicos. Posteriormente, esses profissionais utilizaram a imprensa para divulgar suas ideias, além de buscar formas de incorporá-las na legislação e promover sua adoção pelos educadores/professores.

A imprensa desempenhou papel estratégico na difusão dessas ideias. Jornais de ensino e periódicos da imprensa geral publicavam artigos, relatórios e reflexões que vinculavam saúde e educação como elementos de um mesmo projeto civilizatório. Nesse sentido, a imprensa não funcionava apenas como espaço de registro, mas como arena discursiva na qual se disputavam significados, interesses e projetos de poder. Como afirma Barbosa (1981, p.123), “a imprensa era como os olhos da Nação”, responsável por denunciar, educar e orientar a opinião pública. No Maranhão, o jornal *A Escola* (1902-1929) revela o modo como o discurso higienista foi apropriado, reinterpretado e ressignificado, servindo ao mesmo tempo para legitimar políticas oficiais e para reforçar o prestígio das elites locais.

É relevante mencionar que, embora a afirmação destaque o papel estratégico da imprensa na difusão dos discursos higienistas, é fundamental reconhecer que o público alfabetizado e leitor da época era bastante restrito. No Maranhão – como em grande parte do Brasil da Primeira República – o acesso à leitura, à imprensa e à escolarização estava limitado às camadas médias urbanas, às elites intelectuais, aos funcionários públicos e a alguns profissionais liberais. A maioria da população, especialmente nas zonas rurais e entre as classes populares, permanecia analfabeta ou com baixa escolaridade.

Portanto, os jornais e periódicos que veiculavam artigos, relatórios e reflexões sobre saúde e educação eram lidos predominantemente por esse público restrito, formado por professores, médicos, autoridades, comerciantes e membros das famílias abastadas. Esses leitores, por sua vez, exerciam papel de mediadores sociais: as ideias difundidas pela imprensa eram apropriadas, reinterpretadas e disseminadas em outros espaços, como escolas, associações, igrejas e reuniões comunitárias.

Nesse sentido, ainda que a imprensa não alcançasse diretamente o conjunto da população, suas mensagens ultrapassavam o círculo dos leitores alfabetizados por meio da atuação dos docentes e de outros agentes educativos. Professores, por exemplo, incorporavam os discursos higienistas em suas práticas pedagógicas, transmitindo normas de conduta, hábitos de higiene e valores republicanos aos alunos, que muitas vezes replicavam essas orientações em suas famílias e comunidades.

Assim, pode-se afirmar que o alcance das ideias higienistas não se limitava ao público leitor dos jornais, mas se expandia indiretamente, por meio das redes de sociabilidade e das práticas escolares, atingindo também os não alfabetizados. A imprensa funcionava, portanto, como um polo de produção simbólica e de legitimação das normas, enquanto a escola e os agentes educativos atuavam como canais de circulação e tradução desses discursos no cotidiano social.

O discurso higienista, entretanto, não se limitava a prescrições abstratas: ele se materializava em normas, regulamentos e práticas escolares concretas. O Decreto nº 11, de 20 de fevereiro de 1901, determinava a inspeção diária do asseio dos alunos e a limpeza das salas antes do início das aulas; o Decreto nº 27, de 27 de março de 1903, tornou a educação física obrigatória nas escolas públicas de São Luís; e o Decreto nº 57, de 16 de abril de 1918, criou a cadeira de Higiene no Lyceu Maranhense. Esses dispositivos legais, quando articulados às produções de intelectuais como Godóis e Nina, revelam a coerência de um projeto que possivelmente visava não apenas formar cidadãos instruídos, mas corpos higiênicos, disciplinados e ajustados às exigências do progresso republicano.

Não obstante, é preciso considerar os limites desse projeto. A precariedade da infraestrutura escolar, a falta de recursos e a exclusão das camadas populares demonstram o descompasso entre o discurso idealizado e a realidade cotidiana das escolas. Relatórios de inspetores e denúncias da imprensa apontam para a persistência de salas insalubres, ausência de filtros de água, falta de mobiliário adequado e presença de crianças adoecidas nos espaços escolares. Essa distância entre norma e prática evidencia as contradições do higienismo enquanto projeto civilizatório, que, embora mobilizado como discurso de modernização, operava também como tecnologia de exclusão e controle social, dirigida sobretudo às populações mais pobres, entrelaçando-se ao eugenismo.

Em síntese, a atuação dos intelectuais maranhenses na Primeira República ilustra a centralidade do higienismo como linguagem de poder, capaz de articular ciência, educação e política em torno da formação do cidadão republicano. Ao projetar a escola como espaço de regeneração social, esses agentes ajudaram a consolidar representações que atravessaram a legislação, os impressos e as práticas pedagógicas. Contudo, ao serem confrontadas com a realidade material das instituições, tais representações revelam tensões e contradições que, longe de fragilizá-las, evidenciam a complexidade e a densidade dos processos históricos que configuraram a educação no Maranhão e no Brasil republicano.

4.2 Antônio Baptista Barbosa de Godois: higienismo, formação docente e a escola como tecnologia de governo

Figura 13 - Retrato de Antônio Baptista Barbosa de Godois.



Fonte: Academia Maranhense de Letras (2025).

A figura de Antônio Baptista Barbosa de Godois ocupa lugar central na história da educação maranhense da Primeira República por sua capacidade de articular o ideário

higienista às práticas pedagógicas e à organização institucional da escola. Suas obras, *O Mestre e a Escola* (1918) e *Os Ramos da Educação – Escola Primária* (1914) operam como chaves interpretativas de um projeto de modernização que vinculou saúde, higiene e moralidade à formação do cidadão republicano. Mais do que registrar princípios pedagógicos em voga, Godois atua como mediador entre discursos médicos, jurídicos e educacionais, convertendo a escola em um espaço de intervenção sobre corpos, hábitos e condutas. Em diálogo com Gondra (2004), Chartier (1990) e Foucault (1999), sua escrita torna visível a transmutação da higiene em tecnologia de governo: um repertório de rotinas, prescrições e dispositivos que moldam subjetividades e organizam a experiência escolar.

No horizonte republicano, a medicalização da infância não se restringiu à profilaxia de doenças. Ela operou como gramática de administração da vida, deslocando a autoridade do professor para além da instrução de conteúdos e investindo-o de funções médico-morais: inspeção do asseio, vigilância da postura, dos hábitos e do tempo escolar, difusão de regras de conduta e participação no circuito de exames, relatórios e estatísticas. As recomendações de Godois ressoam e reforçam uma malha normativa mais ampla, decretos, regulamentos e códigos de posturas que, no Maranhão, incluiu: (i) a obrigatoriedade da educação física (Decreto n. 27/1903); (ii) a inspeção diária do asseio de alunos e prédios (Decreto n. 11/1901 e o Regulamento da Escola Normal de 1905); (iii) a inserção curricular de Higiene (Decreto n. 57/1918); e (iv) a sanidade escolar institucionalizada (Decreto n. 1.309/1930). Em Godois, tais peças normativas não aparecem como apêndice, mas como estruturas de sentido que ancoram a escola na razão higiênica do progresso.

Quadro 12 – Relações entre Práticas Higienistas e Propostas de Formação Docente segundo Barbosa de Godois.

PRÁTICAS HIGIENISTAS	FINALIDADE	ARTICULAÇÃO COM A FORMAÇÃO DOCENTE
Educação moral e sanitária	Formação de <i>habitus</i> de limpeza, conduta e civismo	Aulas de instrução cívica e ética profissional
Introdução da ginástica escolar	Desenvolvimento físico, disciplina corporal	Preparação do professor como orientador corporal
Ajustes na jornada escolar	Respeito aos ritmos biológicos da criança	Planejamento pedagógico baseado na observação do aluno

Acompanhamento psicológico infantil	Identificação de dificuldades emocionais ou cognitivas	Inclusão de psicologia experimental na formação docente
Inspeção médico-escolar	Prevenção de doenças, detecção precoce de fadiga e desnutrição	Formação em higiene, fisiologia e primeiros socorros

Fonte: Adaptação *Mestre e a Escola* (2025)

O Quadro 12 sistematiza o núcleo do argumento de Godois: práticas higienistas (educação moral e sanitária; ginástica escolar; ajustes na jornada; acompanhamento psicológico; inspeção médico-escolar) são simultaneamente meios de controle do corpo e conteúdo formativo do magistério. Dito de outro modo, o professor deve dominar higiene, psicologia, fisiologia e primeiros socorros; planejar tempos e espaços segundo ritmos biológicos; orientar a educação física como disciplina do gesto; e desempenhar inspeções regulares como parte do trabalho pedagógico. Na linguagem de Foucault (1999), a escola é aqui um ponto de capilaridade do biopoder, a normalização se materializa em gestos miúdos (unhas, cabelos, carteiras, filtros de água, ventilação) e em esquemas de observação e registro (diários de classe, mapas de frequência, listas de inspeção).

O conceito de biopoder, desenvolvido por Michel Foucault, é central para compreender as transformações pelas quais passaram as sociedades ocidentais entre os séculos XIX e XX. Segundo Foucault (1999), biopoder refere-se ao conjunto de estratégias e mecanismos por meio dos quais o poder moderno passa a administrar, regular e controlar os corpos e as populações, não apenas por meio da repressão, mas sobretudo pela normatização dos comportamentos, hábitos e modos de vida.

No lugar do poder soberano, que se exercia sobre a vida e a morte, o biopoder opera através de dispositivos que visam promover, otimizar e disciplinar a vida, tornando-a objeto de intervenção política e técnica. Isso se dá por meio de práticas como a medicina preventiva, a estatística populacional, a higiene pública, a educação física e o acompanhamento psicológico, entre outras. Foucault (1999) destaca que instituições como a escola, o hospital e a fábrica tornam-se pontos de capilaridade desse poder difuso, onde a normalização dos corpos e das condutas se realiza cotidianamente, em gestos aparentemente comuns, mas reguladores.

No contexto desta tese, que analisa o higienismo escolar no Maranhão durante a Primeira República, o biopoder se manifesta na forma como as práticas higienistas são incorporadas à rotina educativa e à formação docente. O Quadro 12 ilustra como o professor

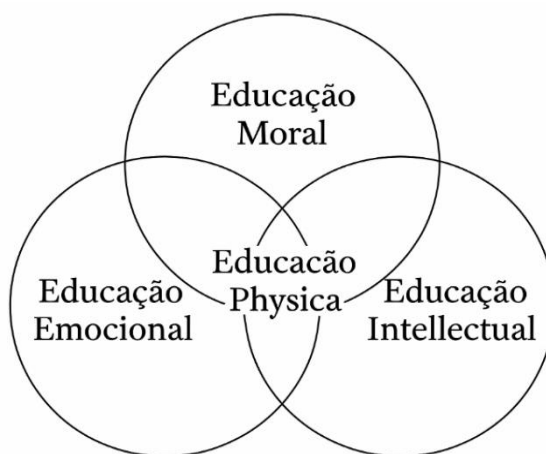
é investido de atribuições que extrapolam o ensino de conteúdos acadêmicos: ele deve dominar conhecimentos médicos e sanitários, realizar inspeções regulares, ajustar tempos e espaços escolares segundo ritmos biológicos e orientar a disciplina corporal dos alunos. Essas práticas materializam o biopoder na escola, pois transformam o ambiente educativo em espaço de vigilância, registro e intervenção sobre os corpos infantis.

A normalização promovida pelo biopoder, portanto, não se limita às grandes decisões políticas ou aos decretos legais, mas se infiltra nos detalhes do cotidiano escolar: a inspeção das unhas, a limpeza das carteiras, o controle da frequência, a organização dos horários, o acompanhamento da saúde dos alunos. Cada gesto pedagógico, cada rotina de inspeção, cada registro administrativo é parte de um dispositivo que, ao mesmo tempo, educa e disciplina, instrui e controla, formando não apenas cidadãos instruídos, mas corpos ajustados aos imperativos da ordem, da saúde e do progresso republicano.

Ao trazer Foucault (1999) para esta discussão, buscamos evidenciar que o projeto higienista no Maranhão não era apenas uma política de saúde pública, mas uma tecnologia de governo que operava através da escola. O magistério, ao ser formado para atuar como agente higienizador, converte-se em instrumento privilegiado do biopoder, articulando saberes médicos, pedagógicos e administrativos para produzir subjetividades e corpos disciplinados. Assim, a escola se afirmava como espaço de capilaridade do biopoder, onde a educação se entrelaça à normatização da vida, revelando as profundas conexões entre saúde, política e pedagogia na construção do Estado republicano.

A dimensão corpóreo-moral da educação, tão cara a Godois, encontra um vetor de síntese na Educação Física, concebida como eixo de integração entre moralidade, intelecto e afeto. Não por acaso, no Maranhão, a obrigatoriedade da ginástica escolar, em 1903, aparece ladeada por medidas de governo do tempo (horários, recreios, pausas), de polícia do espaço (salas ventiladas, iluminação, orientação de edifícios, mobiliário individual) e de sanidade (lavatórios, filtros, limpeza diária, desinfecção). A educação física, aí, não é mero exercício corporal: ela orquestra disciplina, atenção e autocontrole, internalizando nos alunos um *habitus* de higiene e civilidade.

Figura 14 - Interlocução da Educação Física com a educação moral, intelectual e emocional, segundo Godois.



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A Figura 14 sintetiza essa interlocução: a partir do centro (corpo/aluno), a educação física irradia para três dimensões, moral, intelectual e emocional, moduladas por práticas higiênicas (rotinas de asseio, posturas, respiração, recreios dirigidos, pausas contra surmenage). O resultado esperado é um sujeito regulado, capaz de autogoverno, atenção sustentada e trabalho metódico: atributos indispensáveis à escola e ao mundo do trabalho urbano-industrial.

Em *O Mestre e a Escola*, Godois (1910) define o magistério como missão sanitária e moral. Ao professor cabe educar e vigiar; ensinar e inspecionar; instruir e formar hábitos. A rotina de abertura da aula – alinhamento, canto, revista de asseio, organização das carteiras – converte-se em ritual disciplinar que antecipa o trabalho intelectual. No Regulamento de 1905, essa ritualização aparece em norma: limpeza diária do edifício antes do início das aulas; dever de apresentar-se com asseio e pontualidade; proibição de sujar ou danificar o prédio e os móveis; responsabilização por danos (Maranhão, 1905). Godois (1910) acolhe e radicaliza tais preceitos, propondo que o bom professor é também um agente de salubridade, capaz de prevenir fadiga, miopia, deformações de coluna e cansaço cerebral (surmenage), ajustando métodos e tempos a partir da observação clínica do aluno.

Em *Os Ramos da Educação – Escola Primária* (1914), o autor desloca o foco para o currículo e a cultura material da escola: tipos de escola; orientação do prédio; ventilação e iluminação; paredes e pisos; mobiliário individual (a banco-cadeira compatível com a estatura); lavatórios, refeitórios, filtros, vasos sanitários, pátios. A minúcia descritiva revela a compreensão de que objetos e espaços são pedagógicos: educam silenciosamente, regulam condutas, distribuem corpos e tempos. Aqui, Godois (1914) aproxima-se do que Castellanos e Farias (2024) chamam de cultura administrativa escolar: um sistema de valores e práticas

que busca padronizar o ambiente por critérios de asseio, ordem e mensuração (medidas do corpo, tempos de escrita/leitura, controles de presença e rendimento).

A coerência entre texto pedagógico e texto normativo reforça o caráter sistêmico do higienismo. O Decreto n. 11/1901 e o Regulamento de 1905 instituem as revistas de asseio e a limpeza diária; o Decreto n. 27/1903 generaliza a educação física; o Decreto n. 57/1918 introduz a cadeira de Higiene no Lyceu; e o Decreto n. 1.309/1930 formaliza a sanidade escolar com médicos, inspeções, relatórios e responsabilização administrativa. Godois (1914) mobiliza esse repertório para normatizar o ofício docente: planificar horários com pausas contra a fadiga; ler sinais (palidez, sonolência, cefaleia, irritabilidade) como indicadores de sobrecarga; reorganizar carteiras e iluminação para prevenir miopia; higienizar objetos (penas, ardósias, copos); e prescrever hábitos domésticos (banho, troca de roupas, sono).

Contudo, como lembra Chartier (1988), representações não espelham a realidade; elas a produzem e disputam espaço com outras práticas. Relatórios de inspetores e matérias de imprensa do período registram salas insalubres, falta de filtros e latrinas, mobiliário escasso, desinfecções irregulares e salários insuficientes – um quadro que tensiona o ideal de ordem e limpeza defendido por Godois (1914). Essas fricções não invalidam o projeto higienista; antes, revelam seu alcance performativo: ao prescrever e mensurar, o discurso cria referenciais de exigência que passam a orientar cobranças, investimentos e disputas institucionais.

A leitura de Godois (1914) também deve ser situada na constelação de intelectuais maranhenses que, como Almir Parga Nina, operaram a interface entre medicina e pedagogia por meio da imprensa de ensino, relatórios administrativos e normativas. As afinidades são evidentes: ambos reconhecem a escola como *locus* de regeneração social, convertem a higiene em método pedagógico e atribuem ao professor um papel técnico-moral. As diferenças, por sua vez, aparecem na ênfase, Godois sublinha o aparelho escolar (espaços, objetos, horários e técnicas de ensino), enquanto Parga Nina investe mais na arquitetura das rotinas médico-escolares e na campanha pública pela salubridade. Em conjunto, porém, constroem um léxico comum que atravessa a legislação e os impressos, consolidando a escola como dispositivo de normalização.

Dessa forma, a contribuição de Godois não se esgota em sua eficácia normativa. Seu projeto participa de uma disputa política e simbólica pela autoridade sobre a infância e a escola. Num contexto de coronelismo e clientelismo persistentes Nagle (2009), a linguagem da higiene ajuda a legitimar elites dirigentes como guardiãs do progresso, ao mesmo tempo em que redefine o ofício docente por critérios de cientificidade, eficiência e moralidade.

Nesse sentido, ler Godois é compreender como a modernização republicana se fez no Maranhão, por meio de textos, objetos e rotinas que ensinaram a sentar, respirar, higienizar, obedecer e estudar não como gestos neutros, mas como técnicas de governo.

4.3 Dr. Almir Parga Nina: médico e pedagogo.

Dr. Almir Parga Nina, maranhense nascido em 24 de julho de 1861, em São Luís, filho do negociante João Gonçalves Nina e da educadora Rosa Parga Nina, descrita na homenagem publicada em primeira página do jornal *Pacotilha* (1908, p. 1) como “digna diretora de um dos mais antigos e acreditado estabelecimento de educação que possuímos”, sua trajetória foi marcada por uma formação intelectual sólida e prestigiada. Graduou-se em Medicina no Rio de Janeiro e manteve vínculos com instituições de renome, como a *Associazione Pedagogica de Roma* e a *Ligue pour l’Hygiène Scolaire* de Paris. Essa inserção internacional conferiu-lhe prestígio e capital simbólico, atributos centrais no que Bourdieu (1992, p. 65) denomina a “conversão de capitais culturais em legitimidade social e política”. Como evidencia Castro (2020, p. 49), essa formação cosmopolita permitiu a Nina reunir saberes médicos e pedagógicos que “alimentavam o ideário de uma educação escolar como instrumento de civilização e regeneração dos povos”.

No plano nacional, suas ideias dialogavam com a atuação de Oswaldo Cruz, que, a partir de 1903, implementou campanhas sanitárias centralizadas, conferindo à medicina papel protagonista na vida social e na formulação de políticas públicas. No Maranhão, a adesão a esse modelo encontrou terreno fértil diante das crises sanitárias recorrentes, como os surtos de varíola, sarampo, escarlatina e, sobretudo, a peste bubônica, cuja presença ameaçava não apenas a saúde coletiva, mas também a imagem de modernidade almejada pelas elites políticas locais.

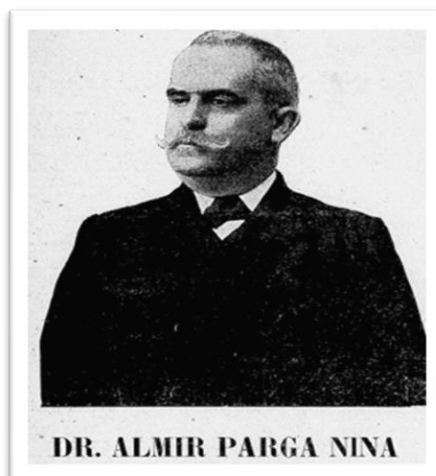
Parga Nina, ao se posicionar sobre tais epidemias, reforçou a necessidade de intervenções educativas articuladas ao discurso médico. A escola deveria ensinar hábitos de asseio, organizar campanhas de higiene e transformar os alunos em agentes multiplicadores dessas práticas junto às famílias. Assim, o higienismo assumia caráter pedagógico e político, sendo incorporado como parte do projeto civilizatório republicano.

A publicação do retrato de Almir Parga Nina em destaque na capa do jornal *Pacotilha*, em 21 de fevereiro de 1908, integrou uma edição especial de três páginas dedicada à sua morte, na qual 32 personagens da elite intelectual e política maranhense, entre médicos, educadores, políticos, redatores e poetas, renderam-lhe homenagens públicas. A imagem, em

formato de busto, apresenta o retratado em pose frontal, com vestes formais e expressão serena, típica das representações de prestígio e autoridade. Segundo Boris Kossoy (2001), a fotografia histórica não é mera reprodução da realidade, mas um documento de intenções, portador de significados culturais e simbólicos.

No caso de Parga Nina, a publicação de sua efígie na capa de um dos principais jornais maranhenses denota a consagração pública de uma figura que transcendeu o campo médico para tornar-se parte do imaginário político e científico da elite local. A solenidade da composição de fundo neutro, traje escuro, olhar firme reforça a ideia de respeitabilidade e de permanência da memória do homem de ciência e do servidor público, atributos convergentes ao ideal simbólico de autoridade sobre o que dizem e fazem.

Figura 15- Figura de Dr. Almir Parga Nina



Fonte: Pacotilha (1908)

A centralidade da imagem e a densidade dos testemunhos revelam o lugar de prestígio ocupado por Nina na tessitura simbólica do Maranhão republicano. Entre os textos publicados, destaca-se o de Antônio Baptista Barbosa de Godois, que reconhece: “[...] Dr. Almir Parga Nina manifesta-se na noção fecunda que exerceu em nossa sociedade, quer como facultativo, quer como pedagogo” (Pacotilha, 1908, p. 2). O retrato, com sua composição austera, traje formal e expressão contida, projeta a imagem de um sujeito racional, disciplinado e investido de autoridade técnica e moral. Como observa Bourdieu (1996), tais representações visuais operam como dispositivos de consagração simbólica, reafirmando hierarquias e validando o capital cultural e político dos agentes públicos. Nesse contexto, Nina surge como encarnação do saber biomédico e pedagógico, legitimando sua atuação na formação docente e na institucionalização da pedagogia higienista no Maranhão.

A publicação póstuma do retrato, acompanhada de uma edição especial de três páginas, insere-se no que Mauad (2008, p. 7) denomina “ritual fotográfico da lembrança”, prática comum nas primeiras décadas republicanas, em que a fotografia atuava como instrumento de construção da memória e de legitimação social. Ao eternizar o semblante de Almir Parga Nina, o jornal *Pacotilha* (1908) produziu uma imagem que funciona simultaneamente como homenagem e monumento visual, reafirmando valores de civismo, mérito e progresso associados ao projeto republicano e higienista do Maranhão.

Ao prestar-lhe homenagem, sintetiza de forma poética e simbólica sua trajetória pública: “[...] pois o Dr. Almir Parga Nina foi nessa formosa terra um edificador de templos e um destruidor de cárceres” (*Pacotilha*, 1908, p. 1). Ao instituir a higiene como disciplina curricular e princípio organizador da rotina escolar, Parga Nina não apenas adaptava os ideais do higienismo europeu à realidade maranhense, mas contribuía para consolidar o entendimento da educação como prática sanitária e dispositivo de regeneração social.

Conforme destaca Castellanos (2021, p. 412), o professor-médico tornava-se, nesse arranjo, um “símbolo da regeneração social pela via da saúde e da instrução”. Assim, a edição memorial da *Pacotilha* deve ser compreendida como um artefato de memória e poder, que contribuiu para a consolidação de Nina como figura referencial na história da educação e da saúde pública maranhense. A figura de Parga Nina constitui um marco relevante para compreender a articulação entre medicina, educação e higienismo no Maranhão da Primeira República, destacando-se não apenas pelo exercício da profissão médica, mas, sobretudo, pelo trânsito entre os campos científico, pedagógico e político. Sua trajetória evidencia o modo como o saber médico foi mobilizado como instrumento de legitimação das práticas educacionais, projetando a escola como espaço privilegiado de profilaxia social.

Conforme observa Castellanos (2023), a presença de médicos nas discussões sobre educação não pode ser entendida como mera colaboração interdisciplinar, mas como parte de um movimento de medicalização da infância, no qual a escola era concebida como uma extensão das políticas de saúde pública. Parga Nina insere-se nesse contexto, defendendo a escola como lugar de intervenção preventiva, responsável tanto pela formação moral e intelectual quanto pela preservação da saúde física dos alunos.

Além de sua atuação médica, Almir Parga Nina também participou da discussão sobre o currículo escolar, defendendo a presença de conteúdos ligados à higiene, à puericultura e à educação física. Sua contribuição mais notória pode ser observada nas propostas que articulavam a saúde escolar à formação docente, antecipando preocupações que se consolidariam em regulamentos posteriores, como o Decreto nº 57 de 1918, que instituiu a

cadeira de Higiene no Lyceu Maranhense. Nesse ponto, suas ideias dialogam com a noção de clínica pedagógica, segundo a qual a escola e a formação de professores deveriam se organizar à semelhança de espaços médicos, com observação, diagnóstico e prescrição de condutas. Tal concepção evidencia o entrelaçamento entre práticas médicas e pedagógicas, transformando o magistério em profissão atravessada por expectativas de caráter higiênico-sanitário.

Nos escritos de Almir Parga Nina, observa-se a recorrência de recomendações voltadas à inspeção médica dos alunos, à organização racional dos espaços escolares e à prevenção sistemática de enfermidades, evidenciando o alinhamento de suas propostas às normativas sanitárias nacionais do início do século XX. Para o médico-educador, era imprescindível que professores e gestores escolares fossem preparados para identificar sinais de fadiga, desnutrição, doenças infecciosas, miopia, deformidades posturais e outras condições que comprometessem o rendimento escolar e a saúde das crianças. Essa preocupação revela a concepção de uma pedagogia aliada à medicina social, na qual a escola deveria operar como lugar de vigilância e intervenção precoce sobre os corpos infantis. Tal perspectiva é expressa também nos testemunhos de seus contemporâneos

A presença de Parga Nina na imprensa educacional e geral reforça seu papel como mediador cultural. Textos publicados em jornais locais e em periódicos de ensino difundiam suas concepções sobre higiene escolar, denunciavam condições inadequadas de salubridade e apresentavam recomendações para professores e famílias. Essa circulação pela imprensa ampliava o alcance de suas ideias e colaborava para legitimar o discurso médico como fundamento de políticas públicas. Como sublinha Chartier (1990), as representações não se esgotam em prescrições normativas; tornam-se eficazes quando circulam, são apropriadas e reinterpretadas por diferentes grupos sociais. Nesse sentido, a imprensa funcionou como vetor decisivo para a institucionalização do higienismo, e a atuação de Parga Nina exemplifica como o saber médico encontrou no espaço midiático um aliado.

Para sistematizar essas contribuições, apresentamos o Quadro 13, que sintetiza os conteúdos formativos associados às concepções higienistas defendidas por Parga Nina no início do século XX. Tais concepções se evidenciam, de modo particular, no contexto do curso de formação dos professores, conforme expresso no *Programma Didactico – Roteiro para o Curso de Pedagogia* (1906), documento integrante do regulamento anexo ao Decreto nº 55, de 27 de junho de 1905, que orientava a estrutura curricular e as práticas pedagógicas da época.

Quadro 13 - Conteúdos Formativos do Curso de Pedagogia (Maranhão, início do século XX)

ANO ESCOLAR	EIXOS FORMATIVOS	CONTEÚDOS E PRÁTICAS
1º ANO	História da Educação	A Pedagogia. A Criança – O educando, História da Educação e da Escola.
2º ANO	Organização Escolar	Edifício escolar: ubiquação, orientação, divisão. A sala de aula: forma, cubagem, ventilação, iluminação, pavimento, paredes. Vestiário, refeitório, depósitos e vasilhas para água potável, lavatório, dejectorios etc. Material escolar, mobiliário: o banco-carteira. Mecanismo da estação sentada. Denominação das diversas partes do banco. Principaes medidas do banco. Material didactico: quadro-negro, quadros e cartas muraes, coleções e aparelhos, livro, cadernos, tinta, lápis, pennas.
	Organização Pedagógica	Programmas officiaes, programmas didacticos (roteiros), classes, horário, recreio, promoções, exames, férias.
	Governo da Escola	Suas diversas formas: Tipos de governo escolar; Penas e recompensas como instrumentos disciplinares
	A Disciplina	Penas e Recompensas
	Pathologia Escolar	Moléstias escolares propriamente ditas: moléstias que a escola não determina, mas que o meio escolar pode agravar; moléstias que a escola pode difundir e propagar; moléstias devidas á má organização pedagógica. Desvios e incurvações da columna vertebral: Escoliose, cyphose, lordose. Myopia, Tuberculose, sua etiologia, concepção do tubérculo e suas diversas formas de tuberculose infantil. Anemias-Rachitismo, Hydrocefalia, Paralysis

		Infantil-Epilepsia, paludismo, Molestias infecciosas agudas, mollestias da pele do couro cabeludo.
	Hygiene Escolar	Profilaxia das moléstias escolares, Agua potável; Desinfecção do ambiente escolar; Profilaxia de doenças; Inspeção sanitária das escolas. Lições complementares: Puericultura-Propaganda contra tuberculose e o alcoolismo.
	Methodologia	Methodo de processos de Ensino [...] A gymnastica e o methodo de ensino[...] Methodologia do ensino moral e civico
3º ANO	Educação dos Mestres	Escolas Normais e Institutos Pedagógicos como "clínicas pedagógicas"; Laboratórios de Pedagogia Experimental.
	Tirocínio	Exercício de Methodica.
	Exames Anamnesticos e Anthropologico, Psycologico das Crianças	Exame anamnésico, antropológico (estatura, cabeça, tronco, membros), psicológico (psychoscopia); identificação de condições físicas e mentais.
	Exames de observação e critica	Sobre: Edificio escolar-sala de aula-material escolar-material didactico.
	Exercicios de Hygiene	Cuidados com asseio e desinfecção dos espaços escolares.
	Didática Aplicada	Crítica e prática sobre a forma da lição; organização de roteiros, forma de lição, de horários, ensino de todas as disciplinas da escola.

Fonte: Adaptação de Maranhão (1905)

O Quadro 13 sistematiza os conteúdos formativos prescritos para o Curso de Pedagogia, conforme estabelecido no *Programma Didactico – Roteiro para o Curso de Pedagogia* (1906).

O novo projeto político brasileiro, intensificou os debates sobre a educação escolar e as responsabilidades do Estado que ao longo da história se concretizou por meio das Leis, Decreto, documentos oficiais. Azevedo (2017) nesse período as ideias higienistas atingiram

diferentes esferas da sociedade brasileira, incluindo conceitos de higiene, saúde dos educandos e provocando alterações na construção dos edifícios e nas práticas escolares.

O artigo segundo, do Decreto nº 55, em sua alínea c, prevê a criação de uma Escola Modelo Benedito Leite anexa à Escola Normal, com a finalidade de possibilitar as atividades de práticas pedagógicas dos professores em formação. Sobre a implantação dessa escola, Segadilha (2022, p.698) ressalta que, devido à sua constituição moderna, “[...] tornou-se a instituição pública de ensino mais valorizada no início do século XX em São Luís”, evidenciando seu papel simbólico e funcional na reconfiguração do espaço escolar e na construção da identidade docente no contexto da Primeira República.

A análise do quadro evidencia a centralidade da higiene e da saúde escolar como componentes estruturantes da formação docente, reforçando a leitura de que a pedagogia maranhense da Primeira República estava atravessada pelo ideário médico-sanitário. A atuação de Almir Parga Nina deve ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de interpenetração entre ciência médica e pedagogia, no qual a escola se configurava como espaço de profilaxia social e de formação moral. Suas contribuições não se restringiram à produção intelectual, mas alcançaram a prática administrativa e curricular, influenciando regulamentos escolares e consolidando uma cultura pedagógica marcada pela disciplina, pelo asseio e pelo controle dos corpos infantis.

Segundo Rocha (2017), a materialidade da escola expressa a concepção de infância e de sociedade moderna defendida pelas elites republicanas, sendo o espaço educativo um dispositivo de controle e de inculcação de valores cívicos, morais e sanitários. Essa preocupação se traduzia na ênfase dada à arquitetura como parte integrante do processo educacional. A organização do edifício escolar era, portanto, pedagógica em si; visava formar corpos dóceis, hábitos corretos e posturas adequadas à ordem republicana. Complementando essa leitura, Castellanos (2024) argumenta que a constituição dos espaços escolares no Maranhão oitocentista e nas primeiras décadas do século XX revela uma racionalidade técnico-pedagógica que visava alinhar os ambientes escolares aos discursos de progresso, higiene e civilização. Para o autor, o edifício escolar torna-se uma metáfora espacial do projeto de Estado, centralizado, racional e normativo.

No entanto, assim como no caso de Barbosa de Godois, as prescrições de Parga Nina conviviam com contradições entre o ideal e o real, escolas sem ventilação, ausência de filtros, superlotação de turmas e precariedade do mobiliário eram registradas em relatórios e denúncias da imprensa. Essa distância entre o ideal normativo e a realidade concreta

constitui, em si, um dado histórico fundamental, pois revela os limites da implementação do higienismo e expõe as desigualdades estruturais do sistema educacional maranhense.

Em síntese, Parga Nina pode ser visto como representante paradigmático do projeto higienista republicano no Maranhão, cujo legado reside tanto na formulação de ideais modernizadores quanto na exposição das tensões e contradições que marcam a história da educação e da saúde pública no estado. A ênfase nos tipos de escola, estrutura física e mobiliário remete ao que Castellanos (2021) chama de cultura material escolar: cada banco, cada carteira, a própria ventilação e iluminação carregam sentidos pedagógicos, morais e sanitários. A ausência ou presença desses artefatos constitui, como ele sugere, uma política de instrução que materializa as expectativas sociais. Chartier (1988) ajuda a compreender que esses dispositivos não são neutros: constituem formas de apropriação cultural, em que a organização do espaço escolar molda corpos e comportamentos. Castro (2020), ao tratar da história da educação maranhense, evidencia como relatórios e regimentos projetavam escolas-modelo que raramente se realizavam na prática, revelando o descompasso entre ideal normativo e realidade material.

O discurso sobre higiene escolar inscreve-se no campo da biopolítica (Foucault, 1976) e encontra eco em Trigo (1998), quando analisamos a violência simbólica que naturaliza normas sanitárias como universais. Os cuidados com água, utensílios e profilaxia visavam tanto proteger a saúde quanto disciplinar práticas cotidianas. Para Soares Júnior (2011), a inspeção sanitária traduzia a crença no poder civilizador da medicina escolar. Rocha (2017) reforça que campanhas contra epidemias incorporavam a escola como espaço privilegiado para irradiar modelos de comportamento social, sobretudo no combate à tuberculose e ao alcoolismo. Assim, a higiene escolar não era apenas técnica, mas projeto moral e político.

O estudo das doenças ligadas à má organização pedagógica evidencia a medicalização da educação. A categoria *surmenage* (cansaço cerebral) mostra como a pedagogia foi capturada por discursos médicos. Castro e Castellanos (2016) observam que essa medicalização constrói um vocabulário específico para interpretar o fracasso escolar como falha orgânica ou estrutural. Trigo (1998) ajuda a problematizar esse processo, apontando como tais diagnósticos reforçam desigualdades ao naturalizar limites sociais como biológicos. Castro e Castellanos (2016) mostram que, no Maranhão, médicos e professores frequentemente denunciavam os riscos de deformações físicas pela má disposição do mobiliário, exemplo claro da interseção entre espaço, corpo e aprendizado.

A tipologia de governos escolares (autoritário, participativo etc.) relaciona-se diretamente à análise de Trigo (1998) de como instituições reproduzem estruturas de

dominação por meio de *habitus* disciplinares. Chartier (1988) amplia esse entendimento ao sugerir que o governo escolar constitui um regime de práticas e representações que organizam as relações de poder no interior da escola. Rocha (2005) ressalta que penas e recompensas funcionavam como dispositivos de regulação moral, enquanto Soares Júnior (2011) identifica nessa prática uma pedagogia do controle social.

A pluralidade de métodos (objetivos, morais, cívicos) dialoga com o que Castro (2020) descreve como a busca por modernizar a instrução pública, mas sempre tensionada pelas condições locais. Castellanos (2024) mostra que a escolha dos métodos é inseparável dos artefatos culturais que a sustentam (cartilhas, livros, exercícios). Chartier (1991) contribui ao destacar como a circulação de gêneros escolares (lições, manuais, livros) forma leitores específicos, moldando formas de ler e interpretar. Martin (2022), por sua vez, ajuda a compreender que os métodos não são apenas técnicos, mas mecanismos de legitimação cultural que reforçam distinções sociais.

No terceiro ano do curso normal, o programa previa a disciplina “Laboratórios de Pedagogia Experimental” (Maranhão, 1906, p. 6), evidência da difusão do paradigma experimental na formação de professores. Esses laboratórios tinham duplo propósito, o de imprimir cientificidade à prática docente e demarcar fronteiras de profissionalização. Nessa perspectiva, a própria certificação concedida pela Escola Normal funcionava como capital simbólico, pois, como lembra Bourdieu (1983), a institucionalização do saber pedagógico confere aos diplomados um reconhecimento social que os distingue e legitima no espaço escolar.

A prática de observação, diários de classe e correspondência oficial traduz a pedagogia da vigilância, o professor em formação aprende tanto a ensinar quanto a controlar. Castellanos e Farias (2024) ressaltam que esses registros configuram uma cultura administrativa que estrutura o cotidiano escolar. Chartier (1990) mostra que a prática de escrever relatórios e diários não é apenas burocrática, mas produtora de representações que fixam uma certa ideia de boa escola. Rocha (2017) acrescenta que essa dimensão reforça a interiorização de práticas normalizadoras.

Os exames anamnésicos e antropológicos conectam-se diretamente ao higienismo. Soares Júnior (2011) destaca que medições de crânios, estaturas e pesos pretendiam legitimar diagnósticos pedagógicos, mas também classificavam e hierarquizavam corpos. Trigo (1998) ajuda a problematizar essa prática como forma de capital científico usado para reforçar distinções sociais. Chartier (1988), por sua vez, permite pensar como esses exames produzem representações da infância que naturalizam diferenças.

Nesse contexto, a escola converteu-se em um importante veículo de propaganda sanitária, articulando práticas de higiene pessoal, campanhas antialcoólicas e ensinamentos de puericultura como parte do projeto civilizador republicano. Castellanos e Farias (2024) demonstram que essa pedagogia higienista mobilizava diferentes suportes didáticos, cartazes, cartilhas, exercícios práticos e prescrições comportamentais, destinados à conformação dos hábitos cotidianos dos escolares. Em consonância com essa perspectiva, Rocha (2017) evidencia que o objetivo consistia em transformar o espaço escolar em núcleo de regeneração moral e social, atribuindo à educação a função de modelar comportamentos considerados adequados à ordem republicana.

Sob a lente teórica de Bourdieu (1990), esse movimento pode ser compreendido como um processo de inculcação de disposições duráveis, constituindo um verdadeiro *habitus* higiênico, incorporado progressivamente pelos sujeitos por meio das práticas escolares reiteradas. Complementarmente, Chartier (1998) permite compreender a lição escolar como prática social organizada, responsável por regular tempos, espaços, gestos e modos de agir, enquanto Bourdieu (1996) demonstra que a própria estrutura da aula opera como mecanismo de reprodução simbólica, legitimando determinados saberes em detrimento de outros. Nessa direção, Castellanos (2020) ressalta que a eficácia do ensino intuitivo e das prescrições higiênicas dependia diretamente das condições materiais disponíveis nas instituições escolares, tais como livros, quadros, mapas, mobiliário e utensílios pedagógicos. Entretanto, conforme observam Castellanos e Castro (2008), no Maranhão a implementação desses métodos modernos frequentemente esbarrava na precariedade da infraestrutura escolar, na escassez de materiais didáticos e na insuficiente formação dos docentes.

No contexto maranhense, a apropriação dos discursos higienistas pelos agentes locais ocorreu de maneira negociada e heterogênea, marcada tanto pela adaptação das normas às condições concretas das escolas quanto pela permanência de práticas culturais e saberes populares incorporados ao cotidiano pedagógico. Assim, a escola maranhense consolidou-se como espaço privilegiado de difusão do biopoder, convertendo práticas aparentemente simples, como a inspeção das unhas, o controle da postura corporal, a organização das carteiras e a vigilância da limpeza pessoal, em dispositivos de normalização social. Desse modo, articulavam-se saberes médicos e pedagógicos voltados à produção de corpos disciplinados, subjetividades reguladas e comportamentos ajustados ao ideal de civilidade e progresso defendido pela Primeira República.

Em síntese, a análise da atuação dos agentes e intelectuais da educação higienista no Maranhão revela um processo marcado por negociações, adaptações e disputas simbólicas. A circulação das ideias higienistas, mediada pela imprensa e pela cultura escolar, produziu soluções híbridas e criativas, ajustadas às condições materiais e aos saberes locais. As imagens e documentos analisados evidenciam a centralidade da escola como espaço de disciplinamento e regeneração social, ao mesmo tempo em que expõem as tensões e limites do projeto republicano. Ao valorizar as experiências regionais, esta seção contribui para descentralizar o debate nacional, mostrando que a história da educação e da saúde pública no Brasil é plural, marcada por múltiplos caminhos, resistências e reinvenções.

Seção 5

AS PRÁTICAS HIGIENISTAS ESCOLARES NO MARANHÃO: repercussões no âmbito da escola

5 SAÚDE, HIGIENE E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO: repercussões no âmbito escolar (1889-1930)

Esta seção tem como objetivo analisar como as concepções de saúde, higiene e educação se traduziram na implementação, na legitimação e na representação das práticas higienistas no campo educacional do Maranhão durante a Primeira República (1889-1930), assim como a atuação da imprensa nesse processo. Diferente das seções anteriores, em que se discutiram os fundamentos conceituais do higienismo e sua difusão no Brasil, aqui o foco recai sobre o processo de institucionalização do higienismo em solo maranhense, buscando compreender como ele se traduziu em medidas práticas, projetos pedagógicos e iniciativas de saúde pública.

Parte-se do pressuposto de que a saúde, a higiene e a educação, mais do que esferas isoladas, constituíram dimensões articuladas de um mesmo projeto de modernização republicana, sustentado por elites políticas e intelectuais que viam na normatização dos corpos e da infância uma via de regeneração social. Nesse processo, fazemos uso de vestígios da legislação, relatórios e mensagens oficiais que surgiam nos jornais, por exemplo. Para tanto, realizamos leitura analítica dessas fontes. Uma análise na qual podemos verificar as críticas, os reforços para a sociedade e perceber como o higienismo, no Maranhão, operou simultaneamente em três registros: no campo político; como instrumento de legitimação das elites republicanas; no campo pedagógico, transformando a escola em espaço privilegiado de difusão de normas higiênicas e de disciplinamento dos alunos.

Ao longo da seção, serão apresentados relatórios, quadros, excertos da legislação e recortes da imprensa que buscam identificar como a construção desse projeto higienista se traduziu no cenário educacional maranhense. Esses documentos não apenas informam sobre as medidas tomadas, mas também funcionam como testemunhos da mentalidade da época, revelando expectativas, tensões e disputas em torno da modernização.

5.1 Propagação das práticas higienistas escolares no Maranhão: o papel da imprensa geral e de ensino

Para compreender o papel da imprensa na difusão dos ideais higienistas, é fundamental analisar como jornais de ensino e de caráter geral atuaram na legitimação dessas práticas. A seguir, apresentamos algumas das principais fontes jornalísticas do período e discutimos suas contribuições na difusão das noções higienistas divulgadas no campo educacional maranhense no processo de estabelecimento da Primeira República brasileira.

Neste bloco, reunimos os periódicos mais relevantes que circularam em diferentes municípios do Maranhão entre o final do século XIX e o início do século XX. A análise coletiva dessas fontes permite identificar os discursos recorrentes sobre civilização, progresso e higiene, bem como suas funções educativas e reguladoras, atrelados às concepções de saúde, higiene e educação daquela época. Trabalhamos com as chamadas imprensa de ensino e imprensa geral.

A imprensa de ensino, voltada especificamente às questões pedagógicas, constitui uma fonte primária fundamental para esta pesquisa, na medida em que possibilita compreender os discursos, práticas e projetos educacionais em circulação no Maranhão durante o período investigado. Paralelamente, a imprensa de caráter geral também assume relevância como fonte complementar, especialmente por registrar debates políticos, transformações sociais e valores culturais que atravessavam a sociedade maranhense na Primeira República. A análise desses periódicos evidencia uma compreensão amplamente compartilhada da imprensa como instrumento de esclarecimento intelectual, civilização e progresso social, atribuindo-lhe papel estratégico na difusão de saberes e na formação da opinião pública.

Ainda que tais manifestações apresentassem especificidades conforme os contextos locais e regionais, observa-se uma convergência em torno da defesa da imprensa como mediadora de ideais pedagógicos, morais e civilizatórios. Nessa perspectiva, Pinto (2017) ressalta que os periódicos não apenas informavam, mas também produziam representações, orientavam práticas sociais e colocavam em circulação determinadas concepções de educação, cidadania e modernidade. Assim, ao longo desta investigação, os fragmentos extraídos das fontes jornalísticas serão apresentados e analisados de forma articulada ao contexto político, moral e educacional do período, buscando compreender como os discursos veiculados pela imprensa participaram da construção de projetos de escolarização, higiene e formação social no Maranhão republicano.

Inicialmente, destaca-se uma publicação do jornal Pacotilha, intitulada XXIII Aniversário, veiculada em 9 de abril de 1904. Nessa matéria, Bento Villares exalta o papel da imprensa ao afirmar que “ao lado das obras grandiosas da sciencia e dos monumentos erguidos pela arte, o jornal representa modernamente um dos mais seguros e infalíveis informantes [...]” (Villares, 1904, p. 3). A declaração revela a centralidade atribuída ao jornal enquanto artefato moderno de circulação de saberes, opiniões e valores sociais, conferindo-lhe legitimidade como instrumento de formação cultural e educativa. Mais do que simples veículo informativo, a imprensa assumia função pedagógica e civilizatória, atuando na

difusão de modelos de comportamento, ideias científicas e concepções de progresso vinculadas ao ideário republicano. Sob essa perspectiva, o periódico pode ser compreendido como espaço estratégico de produção e mediação simbólica, responsável não apenas por registrar os acontecimentos de seu tempo, mas também por moldar sensibilidades, orientar práticas sociais e consolidar discursos de modernização que alcançavam os campos da educação, da higiene e da saúde pública.

Assim, ao integrar a análise da imprensa geral aos estudos da educação, ampliamos nossa capacidade de captar as múltiplas vozes e discursos que atravessavam o campo educativo, reconhecendo o jornal não apenas como veículo de informação, mas como agente ativo na formação da opinião, na legitimação de valores e na constituição de uma cultura pedagógica mais ampla. Sobre a função desse tipo de fonte histórica em São Luís, o periódico *A Escola* (1878) expressa, de forma categórica, a concepção da imprensa como agente de esclarecimento ao afirmar: “para o mundo intelectual a imprensa é luz” (*A Escola*, 1878, p. 2).

Tal enunciado sintetiza a vinculação entre a imprensa e o projeto republicano de formação de sujeitos civilizados, ecoando a noção de cultura escrita formadora discutida por Nóvoa (1992), na qual o jornal assume uma função educativa e disciplinadora, atuando como extensão simbólica da escola e dos dispositivos de normalização. Na cidade de Rosário, essa mesma lógica é reafirmada, com ênfase na superação do atraso cultural local. O jornal *O Ser* (1904) explicita esse papel ao afirmar: “somos nós que, rompendo o formidável dique no marasmo intelectual desta villa [...] sacudimos hoje, à luz da publicidade [...] este pequenino e frágil obreiro do progresso” (*O Ser*, 1904, p. 1). Aqui, a imprensa assume a função de força disruptiva frente à estagnação social, utilizando o discurso do progresso como meio de regeneração cultural, como também observa Castellanos (2000), ao destacar a imprensa educacional maranhense como um ator pedagógico e civilizador nas regiões periféricas.

Em Codó, a metáfora da luz reaparece com força simbólica: “*A Escola* é a luz que alumia as nossas inteligências; sem ella estaríamos nas trevas” (*A Escola*, 1918, p. 2). Tal discurso reafirma a imprensa como um dispositivo de emancipação intelectual e moral, sintonizando-se com o diagnóstico de Castro (2008), que identifica nos periódicos educacionais maranhenses o papel de mediadores entre os ideais republicanos e a realidade local, atuando como instrumentos de combate à ignorância e promotores da formação cidadã.

No município de Barra do Corda, o jornal *O Guarany* articula de forma explícita a função educativa da imprensa ao declarar que os periódicos “são com certeza uma escola em que a mocidade estudiosa está se preparando para mais tarde levantar os créditos literários” (*O Guarany*, 1899, p. 2). Esse entendimento projeta a imprensa como espaço de iniciação intelectual, no qual os jovens se exercitam na escrita, no pensamento crítico e na formação de valores cívicos, função que Nóvoa (1992) descreve como escolas paralelas voltadas à constituição do espírito republicano.

Em Caxias, os jornais reiteram uma concepção mais ampla e já difundida nacionalmente, ao ecoarem a célebre máxima de Ruy Barbosa: “a imprensa é a vista da nação” (*A Escola*, 1930, p. 6). Nesse contexto, a imprensa não se limita à função de difusão de conteúdos educativos, mas adquire um caráter vigilante, atuando como mediadora entre a sociedade civil e o Estado. Essa leitura coaduna-se com o que Nóvoa (1998) define como função reguladora da imprensa pedagógica, que não apenas informa, mas disciplina, normatiza e acompanha o comportamento dos sujeitos sociais, em consonância com os ideais de civismo, higiene e progresso.

Por sua vez, em Carolina, o jornal *Vida Escolar* (1932) explicita a função educativa e moral da imprensa ao declarar que o periódico “é um complemento indispensável do ensino e da educação ministrados no Instituto Renascença” (*Vida Escolar*, 1932, p. 3). A imprensa, nesse caso, configura-se como extensão da própria escola, participando ativamente da consolidação de práticas pedagógicas modernas, da formação de hábitos morais e da articulação entre instituição escolar e comunidade. Como assinala Nóvoa (1992), a escola ultrapassa seus limites físicos e se projeta nos dispositivos impressos que circulam na sociedade. Tal perspectiva é reforçada por Castellanos e Castro (2008), ao demonstrarem que os jornais funcionavam como verdadeiros espaços de iniciação intelectual, treino da escrita, desenvolvimento do espírito crítico e fortalecimento dos valores cívicos.

Ao examinar os conteúdos dos imprensa de ensino e da imprensa geral, bem como a legislação maranhense correspondente, torna-se evidente a existência de uma convergência discursiva em torno de três grandes eixos que orientaram suas funções pedagógicas, sociais e culturais no início do século XX. Esses eixos não apenas delineiam os objetivos desses periódicos, mas também expressam os ideais de civilização, progresso e modernidade que permeavam o projeto republicano no Brasil.

O primeiro eixo refere-se à concepção da imprensa como luz e instrumento de civilização. A metáfora da luz, presente de maneira recorrente nos periódicos de São Luís, Rosário e Codó, expressa o papel atribuído à imprensa como agente mediador do saber, disseminador de conhecimento e promotor da elevação moral e intelectual da população. Ao iluminar as mentes e combater a ignorância, esses jornais alinham-se ao ideário higienista e civilizatório do período, assumindo uma função análoga à da escola no processo de conformação de sujeitos educados, disciplinados e higiênicos. Como observa António Nóvoa (1992), a imprensa educativa extrapola o simples ato de informar, configurando-se como um dispositivo formador de condutas e disseminador de valores republicanos.

O segundo eixo diz respeito à imprensa como escola paralela e formadora da juventude. Nos jornais publicados em Barra do Corda e Carolina, percebe-se um claro esforço em constituir esses impressos como espaços de formação intelectual e cívica. Neles, a juventude é convocada à leitura, ao exercício da escrita e à participação no debate público, configurando a imprensa como uma instância educativa complementar à escola formal. Conforme apontam Castellanos e Castro (2008), esses periódicos funcionavam como arenas pedagógicas autônomas, nos quais se cultivavam o espírito crítico, a cidadania e os valores morais, contribuindo de maneira significativa para a consolidação de práticas educativas modernas no interior do Maranhão.

O terceiro eixo destaca a imprensa como mecanismo de vigilância social e regulação dos comportamentos. Essa função se manifesta especialmente nos periódicos da cidade de Caxias, que assumem o papel de fiscalizadores da vida pública e privada, atuando como mediadores entre o Estado, a sociedade e os valores que se buscavam consolidar no período republicano. Nessa perspectiva, a imprensa não apenas informa, mas disciplina e regula, funcionando como uma instância de controle simbólico e de conformação de subjetividades. De acordo com Nóvoa (1998), tais impressos operam como dispositivos de pedagogização da sociedade, moldando comportamentos, valores e modos de vida em consonância com os princípios de ordem, progresso e moralidade.

Por exemplo, em 1890, o Jornal Pacotilha expôs a preocupação com as condições físicas das escolas por matéria que relatava a visita de agentes do governo para fiscalizar aspectos como luz, ventilação e asseio dos prédios. Bezerra (2019) interpreta essas inspeções como espetáculos políticos, nos quais a autoridade científica legitimava uma política de vigilância dos espaços escolares, traduzindo em termos arquitetônicos e administrativos a

moralização dos corpos infantis. Contudo, eram os jornais que faziam a divulgação desses espetáculos.

Sobre a imprensa e a difusão do ideário higienista no Maranhão, o jornal *O Combate* (1929), de maior circulação à época, abordava questões como prédios escolares, o Conselho Superior da Instrução, higiene escolar e assistência médico-dentária. Por meio da mediação jornalística, a grande imprensa conectava o Maranhão ao debate nacional sobre infraestrutura e saúde escolar, legitimando o projeto higienista. Um exemplo claro disso é a edição de *O Combate* de 11 de setembro de 1929. Conforme Bezerra (2019), os jornais funcionavam como capital político, promovendo a mídia e a cidadania sanitária ao mesmo tempo que possibilitavam a circulação de agendas sanitárias por meio dos periódicos. Almeida (2022) reforça esse papel crucial da imprensa na disseminação de ideias e projetos ligados à saúde pública.

Em São Luís, o editorial de orientação higienista destaca que “Ela, a higiene, se faz sentir nas escolas públicas, onde se estuda a posição do edifício, a ventilação, a difusão da luz...”. Nesse contexto, a escola passa a ser vista como um verdadeiro laboratório de higiene ambiental, onde a saúde do prédio é considerada fundamental para o “bem-estar da mocidade” (Pacotilha, 11 fev. 1890; Gondra & Schueler, 2008; Almeida, 2022; Bezerra, 2019). No entanto, há críticas quanto à aparelhagem das instituições. Segundo reportagem da época, “Nem o Lyceo, nem a Escola Normal possui os aparelhos indispensáveis para o trabalho. Tem alguns, mas faltam muitos” (Pacotilha, 24 set. 1898). Esse descompasso entre o discurso modernizador e a realidade material, marcado pela carência de recursos científicos, compromete o avanço pretendido pelas reformas (Almeida, 2022; Bezerra, 2019). Em São Luís, o investimento político em educação era expressivo: “Cerca de vinte mil contos já foram despendidos em prédios escolares”, conforme noticiado por *O Combate* em 1929, traduzindo a obra pública em capital simbólico e exibindo a modernização governamental (Bezerra, 2019; Almeida, 2022).

Com base na análise da imprensa em São Luís e Rosário, podemos observar como a temática da saúde e higiene era abordada e relacionada a diferentes aspectos da sociedade. Em São Luís, a imprensa denunciava a insalubridade, associando habitações populares a perigos sanitários e morais. O “alarme epidêmico” mobilizava autoridades a ações de higiene coletiva, refletindo o medo social que legitimava medidas de exceção a imprensa lançava “Appellos Civicos” conclamando à “Hygiene Moral” e ao isolamento dos “caracteres podres”, demonstrando a penetração do discurso médico na moralidade. Assim, a imprensa

desempenhava um papel multifacetado na construção de narrativas sobre saúde e doença, influenciando a opinião pública e as práticas sociais.

Desde o final do século XIX, a imprensa maranhense associava higiene e progresso, tratando a saúde escolar como pré-requisito do desenvolvimento. A lei e o decreto de 1930 representam a tradução concreta desse discurso. Gondra e Schueler (2008) destacam que a medicalização da escola produziu novos papéis profissionais, redefiniu o cotidiano escolar e fragmentou o espaço urbano em zonas de vigilância. No Maranhão, essa lógica se manifestou na hierarquia técnico-profissional: o médico detinha a autoridade científica, enquanto as enfermeiras operacionalizavam as ações no cotidiano das escolas, reforçando a verticalidade do saber e a centralização das decisões.

A imprensa desempenhou um papel importante na difusão dos ideais higienistas no Maranhão durante a Primeira República. Para compreender sua atuação, é essencial analisar como jornais de ensino e de caráter geral contribuíram para a legitimação e disseminação dessas práticas, destacando suas funções educativas e reguladoras em um contexto de transformação social e cultural.

A imprensa de ensino, voltada para questões pedagógicas, é uma fonte primária importante para esta pesquisa. Por outro lado, a imprensa geral oferece registros valiosos sobre o contexto social, político e cultural da época. Ambas as vertentes se complementam, permitindo identificar discursos recorrentes que moldaram práticas educativas e normativas. Entre os principais periódicos do período, destaca-se o *Jornal Pacotilha*, que enfatiza a importância da imprensa como um artefato moderno. Em uma publicação de 9 de abril de 1904, Bento Villares afirma: “Ao lado das obras grandiosas da ciência e dos monumentos erguidos pela arte, o jornal representa modernamente um dos mais seguros e infalíveis informantes” (Villares, 1904, p. 3). Essa declaração evidencia a importância da imprensa na construção cultural e educativa.

Outro exemplo significativo é o periódico *A Escola* (1878), que expressa a concepção da imprensa como agente de esclarecimento ao afirmar: “para o mundo intelectual a imprensa é luz” (*A Escola*, 1878, p. 2). Essa metáfora da luz reflete a vinculação entre a imprensa e o projeto republicano de formação de sujeitos civilizados, reforçando a ideia de que a imprensa atua como extensão simbólica da escola. Em Rosário, o jornal *O Ser* (1904) reafirma a função da imprensa como força disruptiva, ao declarar: “somos nós que, rompendo o formidável dique no marasmo intelectual desta villa [...] sacudimos hoje, à luz da publicidade [...] este

pequenino e frágil obreiro do progresso” (O Ser, 1904, p. 1). Essa afirmação coloca a imprensa como um agente de regeneração cultural.

No município de Barra do Corda, o jornal O Guarany (1899) articula a função educativa da imprensa ao declarar que os periódicos “são com certeza uma escola em que a mocidade estudiosa está se preparando para mais tarde levantar os créditos literários” (O Guarany, 1899, p. 2). Essa visão projeta a imprensa como um espaço de iniciação intelectual, onde os jovens se exercitam na escrita e no pensamento crítico. Em Caxias, a imprensa adota uma concepção mais ampla, ecoando a célebre máxima de Ruy Barbosa: “a imprensa é a vista da nação” (A Escola, 1930, p. 6). Nesse contexto, a imprensa não se limita à função de difusão de conteúdos educativos, mas adquire um caráter vigilante, atuando como mediadora entre a sociedade civil e o Estado.

A análise da imprensa maranhense revela três grandes eixos que orientaram suas funções pedagógicas, sociais e culturais. O primeiro eixo refere-se à concepção da imprensa como luz e instrumento de civilização. A metáfora da luz, presente nos periódicos, expressa o papel da imprensa como mediadora do saber, disseminadora de conhecimento e promotora da elevação moral e intelectual da população. Essa função se alinha ao ideário higienista, configurando a imprensa como um dispositivo formador de condutas. O segundo eixo diz respeito à imprensa como escola paralela e formadora da juventude. Nos jornais publicados em Barra do Corda e Carolina, percebe-se um claro esforço em constituir esses impressos como espaços de formação intelectual e cívica, convocando a juventude à leitura e ao debate público.

O terceiro eixo destaca a imprensa como mecanismo de vigilância social e regulação dos comportamentos. Essa função se manifesta especialmente nos periódicos da cidade de Caxias, que assumem o papel de fiscalizadores da vida pública e privada, atuando como mediadores entre o Estado e a sociedade. A imprensa não apenas informa, mas disciplina e regula, funcionando como uma instância de controle simbólico e de conformação de subjetividades.

A imprensa maranhense também abordou questões de saúde e higiene, especialmente em relação às condições das escolas. O Jornal Pacotilha, em 1890, destacou a preocupação com a infraestrutura escolar, refletindo a moralização dos corpos infantis (Bezerra, 2019). Em 1929, O Combate abordou temas como higiene escolar e assistência médico-dentária, conectando o Maranhão ao debate nacional sobre saúde pública. O editorial de orientação

higienista do Pacotilha enfatizava que “Ela, a higiene, se faz sentir nas escolas públicas, onde se estuda a posição do edifício, a ventilação, a difusão da luz...”, destacando a escola como um laboratório de higiene ambiental.

Por fim, a análise da atuação da imprensa no Maranhão durante a Primeira República revela sua importância na divulgação das ideias higienistas. Os periódicos não apenas informaram, mas moldaram práticas e valores, atuando como agentes ativos na formação da opinião pública e na constituição de uma cultura pedagógica. A imprensa, portanto, foi um instrumento fundamental na construção da sociedade civilizada e saudável, aspirada pela ideologia republicana que se instalava no país.

5.2 Manifestações das práticas higienistas no âmbito escolar: legislação escolar, rotinas, conteúdos disciplinares e cultura material escolar.

Tendo examinado o papel da imprensa na formação de valores e práticas higiênicas, avançamos agora para a análise dos documentos oficiais e da legislação. Esses registros são fundamentais para compreender o processo de institucionalização das medidas sanitárias, revelando o esforço do Estado em normatizar o cotidiano escolar. Para isso, é imprescindível uma análise crítica das diferentes fontes históricas que sustentam essa trajetória, separando-as por categorias metodológicas — leis e decretos, jornais, documentos oficiais e estudos acadêmicos. Essa classificação permite identificar as especificidades de cada tipo de registro e suas contribuições singulares para a construção do campo higienista escolar.

A separação das fontes facilita o rastreamento dos argumentos, o entendimento das articulações entre discurso e prática e a avaliação dos limites e potencialidades das políticas públicas implementadas. A seguir, apresentamos as fontes utilizadas, conforme sua natureza, destacando apenas as mais relevantes.

- Fontes Legais e Normativas

- Lei n.º 159, de 16 de maio de 1896: Criação da inspetoria de higiene no Estado do Maranhão.
- Lei n.º 188, de 20 de abril de 1897: Institucionalização e financiamento da “15ª Inspectoria de Hygiene”.
- Dotação Orçamentária de 1898: Destinação de 12:900\$000 à Inspectoria de Hygiene.
- Decreto nº 1.390/1930: Regulamento do Serviço de Sanidade Escolar.

As leis e decretos mencionados evidenciam o compromisso do Estado maranhense com a institucionalização do higienismo escolar, comprometido que deveria estar com a difusão dos ideais de fortalecimento do regime republicano. A Lei n.º 159/1896 marca o início da formalização do controle sanitário nas escolas, enquanto a Lei n.º 188/1897 consolida esse processo ao garantir orçamento próprio para a inspeção de higiene.

A dotação orçamentária de 1898 reforça a prioridade dada à saúde escolar, permitindo a execução de políticas públicas voltadas à vacinação, à compra de materiais e à fiscalização. O Decreto nº 1.390/1930 representa o amadurecimento da regulamentação, estabelecendo normas detalhadas para o serviço de sanidade escolar. Juntas, essas fontes mostram a passagem do higienismo do campo das ideias para a ação estatal concreta, sustentada por legislação e recursos públicos.

A apresentação sequencial desses registros se justifica pela estreita relação entre legislação e gestão administrativa: os relatórios e documentos oficiais não apenas refletem o cumprimento das normas estabelecidas, mas também registram as adaptações, desafios e resultados das ações em curso. Assim, ao prosseguirmos com a apresentação dos documentos oficiais e relatórios administrativos, manteremos a ênfase na articulação entre o texto legal e sua aplicação prática, evidenciando como o aparato normativo se materializa no cotidiano escolar e na cultura institucional do Maranhão.

- Documentos Oficiais e Relatórios Administrativos

- Relatório do Governo do Maranhão (1900): divisão da capital em quatro distritos, cada um sob responsabilidade de um médico e duas enfermeiras; recomendações para adoção de instruções sanitárias da Capital Federal.

Os relatórios administrativos detalham a operacionalização das políticas sanitárias e revelam a estrutura hierárquica da rede de saúde escolar. A divisão da capital em quatro distritos, cada um com médico e enfermeiras, mostra o esforço de territorialização do cuidado e vigilância dos corpos infantis. A recomendação para adoção de protocolos da Capital Federal evidencia a busca por legitimação técnica e prestígio, além de revelar a dependência de modelos externos para a implementação local das políticas higienistas. Esses documentos demonstram a preocupação do Estado com a eficiência e a padronização das ações, ajustando o Maranhão às práticas sanitárias nacionais.

Dando continuidade à análise do processo de institucionalização das práticas higienistas no ambiente escolar, é importante destacar que a legislação não se limita à regulamentação das ações sanitárias e à estruturação dos serviços de saúde. Ela também exerce um papel central na definição dos parâmetros para a implantação da infraestrutura escolar, influenciando diretamente a cultura material das instituições de ensino. Nesse sentido, seguiremos examinando dispositivos legais que tratam da organização dos espaços escolares, da aquisição de mobiliário e materiais didáticos, bem como da normatização das rotinas e dos conteúdos disciplinares. Ao abordar esses aspectos, evidenciaremos como a legislação contribuiu para moldar o cotidiano escolar, estabelecendo padrões de funcionamento, higiene e ordem que dialogam com as práticas higienistas e com a construção de uma cultura material específica.

A seção a seguir se dedicará à análise das rotinas e conteúdos disciplinares estabelecidos pela legislação, explorando como esses elementos foram moldados pelas práticas higienistas e seu impacto no ambiente escolar.

5.2.1 Rotinas e conteúdos disciplinares na legislação

Em continuidade às discussões sobre o projeto de modernização republicana no Maranhão, este tópico aborda como a legislação educacional organizou as rotinas escolares e os conteúdos disciplinares, evidenciando o entrelaçamento entre saúde, educação e civilidade. A análise parte da compreensão de que a infraestrutura escolar, aliada à normatização de práticas diárias e inspeções, foi central para a legitimação dos ideais higienistas, articulando o cotidiano escolar com os discursos de progresso e modernização.

A materialidade do ambiente escolar era concebida como meio de incutir princípios de higiene e disciplina, elementos centrais na pedagogia da época (Mariano, 2020). A construção, reforma e manutenção dos prédios escolares, bem como a aquisição de mobiliário e recursos humanos, integravam um projeto amplo de formação de cidadãos saudáveis e conscientes, em sintonia com os ideais da Primeira República.

Segundo Viveiros (2011), o início do século XX foi marcado pelo esforço de materializar a ideia de um Brasil moderno, à semelhança das grandes revoluções liberais. No Maranhão, esse movimento concentrou-se inicialmente na capital, com destaque para escolas de referência como o Liceu Maranhense e a Escola Normal, que exigiam investimentos constantes em infraestrutura para atender aos padrões higienistas. Matérias jornalísticas, como a do Pacotilha (1890), relatam visitas de agentes do governo para fiscalizar aspectos

como luz, ventilação e asseio dos prédios, evidenciando a preocupação com o ambiente escolar.

Bezerra (2019) interpreta essas inspeções como espetáculos políticos, nos quais a autoridade científica legitimava uma política de vigilância dos espaços escolares, traduzindo em termos arquitetônicos e administrativos a moralização dos corpos infantis. A lógica seletiva de priorizar escolas-modelo, confortáveis e limpas, em detrimento da ampliação do acesso, revela o investimento simbólico do Estado em legitimar o discurso de progresso, mesmo diante da exclusão e improvisação que marcavam a maioria das instituições.

Mensagens oficiais reforçam essa perspectiva. O governador destacava a responsabilidade do Estado em “dotar as escolas de instalações confortáveis, higiênicas e pedagogicamente perfeitas” (Viana, 2015, p.89), com trinta e quatro escolas finalizadas, evidenciando a infraestrutura escolar como símbolo da reforma educacional. O Liceu Maranhense e a Escola Normal, enquanto escolas-modelo, exigiam previsões orçamentárias para garantir condições adequadas ao ensino. Leis e decretos, como a Lei n.º 69 (1894) e o Decreto nº II (1901), autorizavam reformas e centralizavam a gestão das escolas primárias sob o Diretor da Escola Normal, buscando padronizar e controlar os ambientes escolares. Regulamentos determinavam limpeza rigorosa dos prédios, inspeção diária da higiene pessoal dos alunos e rotinas de asseio, revelando a influência do ideário pedagógico-higienista (Melo, 2020; Castellanos, 2024). O Regimento Interno das Escolas Estaduais (Decreto nº 16, 1901) articulava disciplina corporal, ritualização escolar e tempo regulamentado. O cântico coletivo, precedido por inspeção de limpeza, simbolizava o controle dos corpos e a internalização de normas de conduta civilizatória.

A legislação de 1894 estabelecia responsabilidades sanitárias e morais claras aos diferentes atores da escola: professores deveriam notificar suspeitas de doenças contagiosas, alunos eram proibidos de danificar o espaço físico, oficiais zelavam pelo mobiliário e serventes tinham funções explícitas de limpeza e abastecimento, materializando a política de asseio como instrumento disciplinador. A escola tornou-se lugar de produção de normalidade, vigilância e intervenção, conforme a concepção foucaultiana de governo dos corpos. O Regulamento do Serviço de Sanidade Escolar, aprovado pelo Decreto nº 1.390/1930 (Quadro 15), sistematizava inspeções médicas periódicas, acompanhamento da saúde infantil, educação física e controle sanitário das instalações escolares.

O médico escolar, figura central, tinha atribuições amplas: inspecionar pessoalmente as escolas, examinar professores, vigilantes, enfermeiras, porteiros e serventes, ministrar palestras sobre higiene, vacinar e fiscalizar o asseio corporal dos alunos, com atenção especial ao couro cabeludo. O regulamento detalhava ainda a classificação dos corpos, influenciada por ideias eugênicas. O parágrafo 5º do capítulo II determinava inspeções repetidas para alunos considerados “débeis, escrofulosos, retardados pedagógicos” e para aqueles com problemas de visão, audição ou deformações na coluna.

A exclusão era legitimada pelo saber médico, cuja autoridade, influenciada por ideais eugênicos, classificava como incapazes uma vasta gama de crianças que não se encaixassem no padrão de normalidade desejado. O artigo 7º da legislação escolar explicitava essa exclusão, desobrigando de frequentar a escola o menor que tivesse incapacidade física ou mental ou fosse indigente sem meios de preparo. O poder de vigilância não ficava restrito ao médico. O regulamento distribuía responsabilidades entre enfermeiras e professores, que deveriam realizar inspeções diárias de saúde dos alunos e auxiliar na profilaxia de doenças contagiosas, afastando imediatamente qualquer estudante suspeito.

De acordo com Chartier (1990, p. 17), “as percepções do social resultam em estratégias e práticas que buscam estabelecer uma autoridade [...]”. O Art. 26-b indica que a enfermeira deveria auxiliar os professores na “execução de systema satisfactorio de inspecção diária de saúde” (Maranhão, 1930, p. 4). Nesse contexto, as professoras eram cooptadas como agentes de linha de frente da vigilância sanitária. Sua função pedagógica é expandida para incluir a inspeção diária dos corpos de seus alunos, transformando-as em agentes fundamentais da engrenagem de controle higienista. A profilaxia de doenças contagiosas, que exigia o afastamento imediato de qualquer aluno suspeito (Capítulo IV), provavelmente dependia dessa inspeção diária realizada pelo professor. O quadro 15 traz uma síntese dessas informações:

Quadro 15- Resumo da organização do Regulamento do Serviço de Sanidade Escolar

CAPÍTULOS	EMENTAS	ARTIGOS SELECIONADOS
CAPÍTULO I	Do serviço de Sanidade e dos seus fins	Art.1º A inspecção medico escolar tem por fim zelar pela saúde dos alunos das escolas publicas e particulares e verificar se os

		estabelecimentos de ensino primário e secundario satisfazem as condições de hygiene, do ponto de vista da localização, construção, ventilação, abastecimento d'agua, e se o mobiliário e material escolar são adequados ao fim que se destinam
CAPÍTULO II	Da inspecção médica dos alunos são adequados ao fim que se destinam.	§ 5º os débeis, escrofulosos, retardados pedagógicos, e os que apresentarem vícios de refração ou audição, ou defamação rachianas, serão submetidos a inspecção repetidas[...]
CAPÍTULO III	Da Inspecção do pessoal docente e administrativo e dos candidatos ao magistério.	Art. 11 no início de cada anno letivo, serão submetidos a exame de saúde o corpo docente e administrativo e revaccionados contra varíola aquelle que estiverem fora do prazo de imunidade.
CAPÍTULO IV	Da profilaxia das doenças contagiosas	Art.16. Todo alumno acometido ou suspeito de doença contagiosa será afastado imediatamente da escola[...]
CAPÍTULO V	Da competência e das atribuições do médico escolar Inspecionar pessoalmente as escolas;	e) fazer prelecções sobre hygiene em cada visita f) examinar professores, vigilantes, enfermeiras, porteiros e serventes; g) vacinar[...]

		h) Fiscalizar[...] o estado de asseio corporal, em particular do couro cabeludo, dos alunos;
CAPÍTULO VI	Dos deveres da enfermeira escolar e dos professores	Art. 26-A enfermeira escolar deve: b) Auxiliar os professores na execução de systema satisfactorio de inspecção diária de saúde; c) na ausência do medico escolar[...] fazer o exame de maneira a habilitar-se a chamar a atenção delle para os casos que requeiram seus cuidados.

Fonte: Adaptado de Maranhão (1930)

O Quadro 15 sintetiza os principais capítulos do Regulamento do Serviço de Sanidade Escolar, evidenciando como a legislação maranhense buscou estruturar, de maneira detalhada, a saúde escolar como parte integrante da rotina educacional. O regulamento se apresenta como um instrumento normativo que visa garantir não apenas o acesso à educação, mas também a promoção de um ambiente escolar saudável e seguro, pautado por critérios rigorosos de higiene e vigilância médica. Essa preocupação com a saúde dos alunos e dos profissionais da escola traduz o ideário higienista que permeava as políticas públicas da Primeira República, associando o progresso nacional à formação de corpos saudáveis e disciplinados.

No Capítulo I, o regulamento determina que os estabelecimentos de ensino, tanto primários quanto secundários, devem satisfazer condições mínimas de higiene, considerando aspectos como localização, ventilação, construção, abastecimento de água, mobiliário e material escolar. O artigo 1º destaca que a inspeção médico-escolar tem como finalidade primordial zelar pela saúde dos alunos, tanto das escolas públicas quanto dos particulares, e verificar se os ambientes atendem aos requisitos necessários para o bem-estar físico e mental dos estudantes. A preocupação com a infraestrutura escolar revela o entendimento de que o ambiente influencia diretamente a saúde e o rendimento dos alunos, sendo a escola vista como lugar privilegiado para a promoção de práticas higiênicas e civilizatórias.

Dessa forma, a sanidade escolar aparece como dispositivo de intervenção sobre a materialidade da escola. A preocupação com a ventilação, abastecimento d'água, construção e mobiliário aproximam-se da leitura de Castellano, para quem os objetos escolares, o mobiliário e os espaços de ensino não devem ser compreendidos como elementos neutros, mas como artefatos que revelam práticas, disputas administrativas e sentidos atribuídos à escolarização. Assim, o regulamento maranhense de 1930 prolonga uma tradição já identificada nos estudos sobre cultura material escolar: a escola passa a ser lida como ambiente físico, pedagógico e sanitário.

O Capítulo II aprofunda a política de inspeção médica dos alunos ao determinar que aqueles classificados como “débeis”, “escrofulosos”, “retardados pedagógicos” ou portadores de problemas visuais, auditivos e deformações rachidianas fossem submetidos a inspeções repetidas. Esse dispositivo revela a incorporação, pela escola, de uma racionalidade médico-higienista que buscava identificar, classificar e intervir sobre os corpos infantis considerados desviantes em relação ao ideal de normalidade física, intelectual e moral defendido pela Primeira República. A escola deixa de atuar apenas como espaço de instrução para converter-se em instância de triagem biológica e disciplinamento social.

A recorrência das inspeções evidencia que não se tratava apenas de diagnóstico pontual, mas de vigilância contínua sobre determinados sujeitos escolares. Nesse contexto, o fracasso escolar passa a ser interpretado não somente como questão pedagógica ou social, mas como problema orgânico, hereditário e clínico. A dificuldade de aprendizagem é medicalizada e associada a deficiências corporais ou degenerações físicas, legitimando intervenções corretivas e práticas de segregação simbólica. Tal perspectiva aproxima-se das análises de Gondra (2004), para quem a higiene escolar constituiu uma tecnologia de ordenação da infância, articulando medicina, pedagogia e moralidade na produção de corpos úteis, saudáveis e disciplinados. Para o autor, a medicina escolar não se restringia ao combate às doenças, mas abrangia a regulação da arquitetura escolar, da alimentação, da postura corporal, da iluminação, dos exercícios físicos e da educação dos sentidos, compondo um amplo projeto de regeneração física e moral da população escolar.

Essa lógica também pode ser compreendida à luz das reflexões de Foucault (1987;1988) sobre biopolítica e normalização. O regulamento maranhense exemplifica o funcionamento de um poder que atua menos pela punição direta e mais pela classificação, exame e vigilância contínua dos indivíduos. O exame médico-escolar transforma-se em instrumento de produção de saber sobre a infância, permitindo comparar, hierarquizar e

corrigir os corpos considerados inadequados. A repetição das inspeções sobre determinados grupos revela precisamente o mecanismo descrito por Foucault: um poder disciplinar que individualiza os sujeitos ao mesmo tempo em que regula a população escolar como corpo coletivo.

No mesmo sentido, Mariano (2015) demonstra que os preceitos médico-higiênicos difundidos na educação oitocentista buscavam produzir um “modelo hígido” de escolarização, no qual o corpo infantil era permanentemente observado e corrigido. A autora evidencia que a medicina escolar ampliou sua atuação para além das epidemias, passando a orientar comportamentos, hábitos corporais, posturas físicas e padrões morais considerados compatíveis com o projeto civilizador republicano. Dessa forma, a inspeção repetida dos alunos classificados como anormais expressa a tentativa de regenerar e ajustar corpos percebidos como ameaça ao ideal de progresso social.

Além disso, a classificação dos “retardados pedagógicos” revela a influência das teorias eugênicas e psicométricas que circulavam no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Como observa Carvalho (1998), a pedagogia científica republicana passou a valorizar práticas de mensuração, observação e classificação dos escolares, buscando identificar aptidões, desvios e incapacidades. A criança que não acompanhava o ritmo esperado deixava de ser compreendida apenas como aluno com dificuldade e passava a integrar categorias médico-pedagógicas que justificavam tratamentos diferenciados, separações e intervenções corretivas.

Essa perspectiva dialoga também com os estudos de Vidal (2006), ao demonstrar que a modernização escolar republicana articulou higiene, arquitetura, mobiliário e pedagogia para produzir uma nova sensibilidade disciplinar. O controle dos corpos infantis envolvia desde a disposição das carteiras até os exames físicos e psicológicos, inserindo a infância em uma rede de observação constante.

Do ponto de vista da História da Educação, o regulamento evidencia ainda o processo de constituição da escola como espaço de intersecção entre saber médico e saber pedagógico. Conforme aponta Melo (2020), a inspeção médico-escolar consolidou uma cultura pedagógico-higienista em que médicos, professores e enfermeiras atuavam conjuntamente na construção de hábitos de asseio, vigilância sanitária e prevenção das doenças. Nesse cenário, a escola assumia função estratégica no projeto republicano de formação do cidadão saudável e produtivo.

Por fim, o Capítulo II revela uma contradição fundamental da modernidade escolar republicana: ao mesmo tempo em que defendia a ampliação da escolarização, produzia mecanismos sofisticados de diferenciação e exclusão. Os alunos submetidos às inspeções reiteradas eram marcados por uma identidade de insuficiência física ou intelectual, tornando-se objetos permanentes de observação médica. Assim, a higiene escolar ultrapassava a dimensão preventiva para constituir-se como instrumento de normalização social, no qual medicina, pedagogia e Estado atuavam conjuntamente na definição dos corpos considerados aptos ou inadequados ao ideal civilizador republicano.

No Capítulo III, o regulamento amplia o escopo da inspeção médica para o corpo docente, administrativo e candidatos ao magistério, exigindo exames de saúde no início de cada ano letivo e revacinação contra varíola para aqueles que estiverem fora do prazo de imunidade. Tal medida demonstra que o cuidado com a saúde não se restringia aos alunos, mas abrangia todos os profissionais envolvidos no cotidiano escolar, reforçando a visão da escola como ambiente coletivo, onde a proteção sanitária deveria ser assegurada para todos, em convergência com os ideais eugenistas. A exigência de exames e vacinas revela a preocupação com a prevenção de epidemias e a manutenção de um ambiente livre de doenças contagiosas, ajustando-se às campanhas de saúde pública promovidas pelo Estado.

A exigência de exames periódicos e vacinação obrigatória demonstra a incorporação, pela escola, das políticas sanitárias e das campanhas profiláticas promovidas pelo Estado republicano nas primeiras décadas do século XX. A escola passa a funcionar como extensão das estratégias de saúde pública, integrando-se às ações de combate às epidemias e de controle da circulação das doenças contagiosas. Nesse contexto, o professor deixa de ser apenas agente pedagógico para tornar-se também objeto de intervenção médica e sanitária. Sua saúde física passa a representar questão de interesse público, pois o docente era percebido como responsável pela formação moral, intelectual e corporal das futuras gerações.

Essa perspectiva dialoga diretamente com as reflexões de Schueler (2008), ao demonstrar que a constituição da escola moderna implicou não apenas a organização da infância escolarizada, mas também a normatização do trabalho docente. A autora evidencia que os professores passaram a ser concebidos como funcionários públicos responsáveis pela difusão da civilidade, da ordem e dos valores republicanos. Dessa forma, controlar o corpo docente significava assegurar a legitimidade moral e sanitária da própria instituição escolar. O professor deveria encarnar os ideais de asseio, disciplina e racionalidade exigidos pela pedagogia moderna, funcionando como modelo de conduta para os alunos.

Sob essa perspectiva, o regulamento aproxima-se do que Foucault (1987) denomina de poder disciplinar, caracterizado pela produção de corpos dóceis e úteis por meio de mecanismos contínuos de observação, exame e normalização. Os exames médicos obrigatórios aplicados aos docentes e funcionários transformam-se em instrumentos de vigilância institucional, permitindo identificar, classificar e corrigir sujeitos considerados inadequados ao exercício da função escolar. A vacinação obrigatória, por sua vez, insere-se na lógica biopolítica descrita por Foucault (1988), na qual o Estado passa a administrar a vida coletiva através de práticas preventivas voltadas à preservação da saúde da população.

Além disso, o regulamento revela forte aproximação com os ideais eugenistas que circulavam no Brasil republicano. A preocupação com a higidez física dos profissionais da educação vinculava-se à crença de que a escola deveria ser conduzida por indivíduos saudáveis, moralmente equilibrados e biologicamente aptos a contribuir para o aperfeiçoamento da população nacional. Como observa Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), a pedagogia científica republicana incorporou elementos da medicina e da higiene social, atribuindo à escola a missão de regenerar a sociedade e produzir cidadãos disciplinados e produtivos. Nesse cenário, o magistério passa a ser concebido como atividade que exigia não apenas competência intelectual, mas também adequação física e sanitária.

A análise de Vidal (2006) também contribui para aprofundar essa discussão ao demonstrar que a escola republicana foi organizada como espaço de racionalização dos comportamentos e de produção de uma cultura disciplinar associada aos ideais de higiene e modernidade. Para a autora, a institucionalização de práticas sanitárias no cotidiano escolar, como exames médicos, vacinação, inspeções e controle dos hábitos corporais, integrava um projeto mais amplo de formação de sujeitos adequados à ordem republicana. O controle sanitário do corpo docente evidencia precisamente essa ampliação do olhar técnico e científico sobre a escola, transformando professores e funcionários em alvos permanentes de vigilância e intervenção profilática. A vacinação obrigatória, os exames periódicos e a fiscalização das condições físicas dos profissionais traduzem a tentativa de construir um ambiente escolar considerado racional, saudável e compatível com os ideais civilizadores da República.

Nesse sentido, a obrigatoriedade da revacinação contra varíola deve ser compreendida no contexto mais amplo das campanhas sanitárias republicanas e das políticas de modernização urbana e social do período. Conforme analisam Almeida (2003) e Mariano (2015), o discurso médico-higienista defendia que o progresso nacional dependia diretamente

da eliminação das doenças e da construção de hábitos saudáveis. A escola ocupava posição estratégica nesse projeto, funcionando como local privilegiado para difusão da higiene e para formação de sujeitos ajustados às exigências da modernidade republicana.

Por fim, o Capítulo III evidencia que o regulamento não buscava apenas preservar a saúde coletiva, mas produzir uma comunidade escolar biologicamente normalizada. Professores, funcionários e candidatos ao magistério eram submetidos à lógica da inspeção contínua, tornando-se parte de uma engrenagem disciplinar que articulava medicina, educação e administração pública. Assim, a escola republicana configurava-se como espaço de medicalização ampliada, no qual a higiene deixava de ser simples prática preventiva para transformar-se em instrumento de regulação social, moralização dos sujeitos e construção do ideal de civilidade republicana.

No Capítulo IV, o regulamento dedica-se à profilaxia das doenças contagiosas, determinando que todo aluno acometido ou simplesmente suspeito de enfermidade transmissível fosse afastado imediatamente da escola. Essa medida evidencia que o espaço escolar era compreendido como ambiente de circulação intensa de corpos infantis e, por isso, como local potencialmente vulnerável à propagação de epidemias. O afastamento preventivo expressa uma lógica sanitária fundada no princípio da antecipação do risco: não era necessário confirmar plenamente a doença para que a intervenção ocorresse; bastava a suspeita para justificar a retirada temporária do aluno do convívio escolar.

Essa disposição revela que a escola passou a exercer uma função que ultrapassava a instrução. Ela se tornava uma espécie de fronteira sanitária, encarregada de incluir, observar, classificar e, quando necessário, excluir temporariamente os corpos considerados perigosos à coletividade. O aluno doente ou suspeito deixava de ser apenas sujeito de cuidado individual e passava a ser compreendido como possível foco de contágio. Assim, o regulamento deslocava a responsabilidade sanitária para o cotidiano escolar, transformando professores, enfermeiras e médicos em agentes de vigilância epidemiológica.

Essa lógica aproxima-se das análises de Almeida (2019) sobre inspeção sanitária e polícia médica, nas quais o controle da circulação dos corpos integra as políticas de prevenção das epidemias e de preservação da ordem urbana. A escola, nesse sentido, funcionava como extensão das práticas de polícia sanitária: observava sinais, identificava suspeitas, interrompia contatos e regulava a permanência dos sujeitos no espaço coletivo. A

profilaxia escolar, portanto, não se limitava ao tratamento da doença, mas operava como técnica de governo da circulação infantil.

A leitura de Foucault (1987; 1988) também permite compreender esse dispositivo como expressão da articulação entre disciplina e biopolítica. De um lado, o regulamento individualizava o aluno suspeito, separando-o do grupo; de outro, buscava proteger a população escolar como corpo coletivo. O afastamento imediato revela, assim, uma racionalidade que administra a vida por meio da prevenção, do exame e da separação. A criança doente era simultaneamente objeto de cuidado e de controle, sendo retirada do espaço comum para preservar a saúde dos demais.

Essa perspectiva dialoga ainda com Mariano (2015), ao demonstrar que os preceitos médico-higiênicos atribuíram à escola a função de produzir um modelo hígido de educação. A autora evidencia que a medicina escolar passou a orientar não apenas os edifícios, a ventilação, os hábitos e a limpeza, mas também a gestão da presença e da ausência dos alunos, especialmente diante de doenças contagiosas. A profilaxia, portanto, fazia parte de um projeto mais amplo de civilização dos corpos, no qual o afastamento do aluno enfermo era compreendido como medida necessária à proteção da coletividade escolar.

Do mesmo modo, Heloísa Rocha (2016) contribui para a interpretação desse capítulo ao mostrar que a educação higiênica deveria penetrar a vida escolar cotidiana por meio de práticas concretas de asseio, observação e correção dos hábitos. A profilaxia das doenças contagiosas insere-se nessa lógica prática: a higiene não era apenas conteúdo ensinado, mas procedimento incorporado à rotina institucional. A escola ensinava higiene também quando afastava o aluno suspeito, quando vigiava sinais corporais e quando regulava os contatos entre as crianças.

Nessa mesma direção, Melo (2020) demonstra que as ideias pedagógico-higienistas difundidas na imprensa educacional nordestina associavam escola, saúde pública e civilidade. A instituição escolar era vista como lugar privilegiado para formar hábitos saudáveis e prevenir doenças, mas também para difundir normas de comportamento consideradas compatíveis com o progresso republicano. O Capítulo IV expressa exatamente essa articulação: a profilaxia das doenças contagiosas aparece como ação sanitária e, ao mesmo tempo, como prática pedagógica de ordenamento da vida coletiva.

O Capítulo IV revela uma das tensões centrais da escola medicalizada: proteger a coletividade exigia vigiar e afastar determinados indivíduos. A profilaxia, nesse sentido,

operava entre o cuidado e a exclusão. Embora apresentada como medida de saúde pública, ela produzia efeitos disciplinares, pois definia quem podia permanecer no espaço escolar e quem deveria ser retirado em nome da segurança sanitária. Assim, a escola republicana configurava-se como lugar de instrução, prevenção e controle, no qual a saúde coletiva era administrada por meio da observação constante dos corpos infantis e da regulação de sua presença no cotidiano escolar.

No Capítulo V, o regulamento explicita a centralidade do médico escolar no funcionamento da sanidade escolar republicana. Entre suas atribuições estavam: inspecionar pessoalmente as escolas, realizar preleções sobre higiene, examinar professores, vigilantes, enfermeiras, porteiros e serventes, vacinar os sujeitos escolares e fiscalizar o asseio corporal dos alunos, especialmente do couro cabeludo. A amplitude dessas funções demonstra que o médico escolar não era apenas profissional de saúde vinculado à escola, mas autoridade investida de poderes técnicos, administrativos e pedagógicos. Sua presença institucionalizava o olhar médico no interior da educação, transformando a escola em extensão do serviço sanitário estatal.

A atuação do médico escolar revela a consolidação de uma lógica de medicalização da educação, na qual higiene, disciplina e aprendizagem tornam-se dimensões indissociáveis. A escola deixa de ser apenas lugar de transmissão de conhecimentos para converter-se em espaço de observação permanente dos corpos, dos hábitos e das condutas. Nesse contexto, o médico escolar assume posição estratégica: examina, orienta, previne, vacina, fiscaliza e educa. Sua atuação atravessa tanto a dimensão biológica quanto a moral da vida escolar, legitimando intervenções sobre comportamentos considerados inadequados ou insalubres.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Michel Foucault (1987; 1988) acerca da constituição das sociedades disciplinares e da biopolítica. O médico escolar representa uma das expressões do poder médico que, articulado ao Estado, passa a gerir a vida coletiva através da vigilância contínua, da classificação dos indivíduos e da normalização dos corpos. O exame médico-escolar converte-se em instrumento privilegiado de produção de saber sobre a infância e sobre os sujeitos escolares, permitindo controlar não apenas doenças, mas também hábitos, posturas e práticas cotidianas. A fiscalização do asseio corporal, especialmente do couro cabeludo, evidencia a penetração desse olhar disciplinar nos detalhes mais íntimos da vida infantil.

Do ponto de vista historiográfico, Melo (2020) identifica processo semelhante no Rio Grande do Norte ao demonstrar que a inspeção médico-escolar incorporava observação dos prédios, acompanhamento da saúde física e psicológica dos alunos, elaboração de boletins sanitários, educação sanitária e profilaxia das doenças contagiosas. O médico escolar aparecia, portanto, como mediador entre medicina e pedagogia, sendo responsável por inserir os princípios higiênicos no cotidiano da instituição escolar e difundir práticas de prevenção consideradas fundamentais ao progresso nacional.

Essa atuação também dialoga com os estudos de Mariano (2015), para quem a medicina escolar integrou um amplo projeto de invenção de um “modelo hígido” de educação. A autora demonstra que a ordem médica passou a interferir diretamente na organização da escola, regulando desde a arquitetura dos edifícios até os hábitos corporais e alimentares dos alunos. Nesse cenário, o médico escolar transformava-se em agente de regeneração social, incumbido de corrigir corpos, prevenir doenças e produzir sujeitos compatíveis com os ideais republicanos de civilidade, produtividade e ordem.

A centralidade conferida ao médico escolar pode ser compreendida ainda a partir das análises de José Gonçalves Gondra (2004), ao argumentar que a higiene escolar constituiu uma tecnologia de governo da infância. Para o autor, a medicina escolar articulava saberes científicos e práticas pedagógicas com o objetivo de ordenar os corpos infantis e produzir hábitos considerados saudáveis e civilizados. O médico escolar, nesse contexto, era mais do que técnico da saúde: era agente de disciplinamento social, responsável por difundir normas de comportamento, limpeza e autocontrole no interior da escola.

As funções atribuídas ao médico escolar também revelam aproximação com as reflexões de Carvalho (1998) sobre a pedagogia científica republicana. Segundo a autora, a incorporação do discurso médico à educação resultou na valorização de práticas de observação, mensuração e classificação dos escolares. A presença constante do médico na escola reforçava a ideia de que o processo educativo deveria ser orientado por critérios científicos, capazes de identificar desvios físicos, intelectuais e morais. Dessa forma, o saber médico legitimava a construção de uma escola racionalizada e comprometida com o aperfeiçoamento biológico da população.

Ao mesmo tempo, a exigência de preleções de higiene demonstra que o médico escolar desempenhava papel pedagógico direto na formação da comunidade escolar. Não bastava combater doenças; era necessário ensinar higiene, moldar hábitos e educar os

sentidos. Nesse aspecto, a análise de Heloísa Rocha (2016) contribui para compreender como a educação sanitária penetrava o cotidiano escolar por meio de discursos, práticas e rotinas voltadas à construção de uma cultura higiênica. O médico escolar transformava-se, assim, em educador da saúde pública, difundindo valores associados à limpeza, à prevenção e à disciplina corporal.

Além disso, a fiscalização do asseio corporal dos alunos, particularmente do couro cabeludo, evidencia o grau de minúcia alcançado pela vigilância sanitária escolar. O corpo infantil tornava-se objeto permanente de observação médica, e sinais de sujeira, parasitoses ou descuido eram interpretados não apenas como problema individual, mas como ameaça à coletividade escolar. Essa dimensão reforça a leitura da escola como espaço de normalização social, no qual a higiene operava simultaneamente como prática de saúde, mecanismo disciplinar e estratégia de civilização.

Por fim, o Capítulo V evidencia que o médico escolar ocupava posição central na articulação entre educação, medicina e Estado. Sua atuação extrapolava a prevenção das doenças e alcançava a conformação dos comportamentos, a vigilância dos corpos e a difusão de valores morais associados à modernidade republicana. Assim, a escola medicalizada do início do século XX consolidava-se como espaço de intervenção científica sobre a infância e sobre os profissionais da educação, transformando o médico escolar em figura-chave da construção de uma pedagogia higienista voltada à produção de sujeitos saudáveis, disciplinados e socialmente úteis.

No Capítulo VI, o regulamento estabelece os deveres da enfermeira escolar e dos professores, atribuindo-lhes funções diretamente vinculadas à vigilância sanitária cotidiana. Cabia à enfermeira auxiliar os professores na execução de um “systema satisfactorio de inspecção diária de saúde” e, na ausência do médico escolar, realizar exames preliminares e identificar os casos que exigissem atenção especializada. Tal dispositivo evidencia a ampliação e a descentralização das práticas médico-higienistas, que deixam de depender exclusivamente da presença do médico para penetrar de maneira contínua no cotidiano escolar.

A higiene escolar, nesse contexto, deixa de constituir intervenção episódica para transformar-se em prática permanente de observação, inspeção e correção dos corpos. Professores e enfermeiras passam a atuar como agentes cotidianos da vigilância sanitária, responsáveis por identificar sinais de doença, monitorar hábitos corporais e encaminhar

situações consideradas anormais. A escola, portanto, consolida-se como espaço de controle minucioso da vida infantil, no qual o cuidado com a saúde é incorporado às rotinas pedagógicas e administrativas.

Essa lógica aproxima-se das reflexões de Foucault (1987) sobre a capilaridade do poder disciplinar. O regulamento demonstra que a vigilância não se concentrava apenas em uma autoridade central, mas se distribuía entre diferentes sujeitos institucionais. Professores, enfermeiras e médicos integravam uma rede de observação contínua que operava no interior da escola por meio de exames, registros, inspeções e intervenções cotidianas. O poder disciplinar tornava-se mais eficaz exatamente porque se disseminava em múltiplos pontos da instituição escolar, transformando a vigilância em prática incorporada ao cotidiano.

A presença da enfermeira escolar nesse processo revela ainda a feminização das práticas de cuidado e assistência no interior da escola republicana. Conforme observa Schueler (2008), a modernização escolar implicou a constituição de novos agentes responsáveis pela organização moral e sanitária da infância. A enfermeira escolar emerge como figura intermediária entre medicina e pedagogia, encarregada de executar práticas preventivas e assegurar a continuidade da vigilância sanitária mesmo na ausência do médico.

Essa dimensão pode ser aprofundada a partir das análises de Segadilha (2018), ao compreender a escola como espaço de circulação de prescrições sanitárias e de produção de rotinas disciplinares. A autora demonstra que as práticas higienistas penetraram o cotidiano escolar por meio de mecanismos aparentemente simples, inspeções diárias, controle da limpeza, observação dos corpos e vigilância dos hábitos, produzindo uma pedagogia da higiene incorporada às ações dos profissionais da escola. Professores e enfermeiras, nesse sentido, atuavam como mediadores da racionalidade sanitária, ampliando o alcance das políticas higienistas e naturalizando práticas de controle corporal.

Do ponto de vista historiográfico, Melo (2020) também evidencia que a educação sanitária não se limitava à atuação do médico escolar, mas envolvia toda a comunidade educativa. A disseminação das práticas de higiene dependia justamente da incorporação desses hábitos ao cotidiano escolar, através de agentes responsáveis por observar, orientar e corrigir continuamente os alunos. A inspeção diária da saúde, prevista no regulamento, demonstra como a escola assumia funções típicas da saúde pública, convertendo-se em espaço permanente de prevenção e monitoramento sanitário.

As atribuições conferidas aos professores revelam igualmente a ampliação de suas responsabilidades para além da instrução intelectual. Conforme argumenta Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), a pedagogia científica republicana redefiniu o papel docente, exigindo do professor competências relacionadas à observação dos comportamentos, ao controle disciplinar e à formação de hábitos considerados adequados à vida moderna. O professor torna-se, assim, colaborador direto da racionalidade médico-higienista, participando da vigilância dos corpos infantis e da difusão dos princípios de asseio, prevenção e autocontrole.

A análise de Vidal (2006) também contribui para compreender como a escola republicana organizou dispositivos cotidianos de disciplinamento corporal. A higiene escolar articulava práticas de observação, rotinas de limpeza, fiscalização da saúde e regulação dos comportamentos, produzindo uma cultura escolar marcada pela interiorização da disciplina e da racionalidade sanitária. A inspeção diária realizada por professores e enfermeiras evidência justamente a institucionalização dessas práticas no cotidiano da escola.

O capítulo revela a tentativa de transformar o cuidado com a saúde em responsabilidade coletiva da comunidade escolar. A vigilância sanitária deixa de ser exclusividade médica e passa a integrar as funções ordinárias da instituição. Essa descentralização permitia ampliar o alcance das práticas profiláticas e reforçava a presença constante do olhar higiênico sobre os sujeitos escolares. A escola transformava-se, assim, em espaço de observação contínua, onde qualquer alteração corporal, comportamento considerado inadequado ou sinal de enfermidade poderia ser identificado e encaminhado para intervenção.

Em suma, o Capítulo VI evidencia a consolidação de uma escola profundamente medicalizada, na qual médicos, professores e enfermeiras atuavam conjuntamente na produção de uma cultura sanitária cotidiana. O regulamento de 1930 institui uma racionalidade em que espaço, mobiliário, ventilação, água, corpos, doenças, hábitos e comportamentos passam a integrar um mesmo projeto de higienização social. Com Castellanos (2024), compreende-se a materialidade escolar como produtora de sentidos e práticas; com Foucault (1987; 1988), percebe-se a higiene como tecnologia disciplinar e biopolítica; com Schueler (2008), evidencia-se a normatização do trabalho docente e das funções escolares; com Almeida (2019), destaca-se a dimensão sanitária da inspeção; com Melo (2020), ressalta-se a educação sanitária como prática pedagógica; e com Segadilha

(2018), reforça-se a leitura da escola como espaço de vigilância contínua, disciplinamento dos corpos e produção cotidiana da ordem higiênica.

Além das rotinas de asseio e inspeção, a legislação escolar maranhense também definiu conteúdos disciplinares voltados à formação moral, física e sanitária dos alunos. O currículo incorporava práticas de educação física, ginástica, canto e instrução sobre higiene pessoal e coletiva, articulando saúde e civilidade como objetivos centrais da ação educativa. A escolarização do corpo, por meio da ginástica e da educação física, era vista como instrumento de controle e governo sobre a infância, conforme analisado por Gondra e Schueler (2008). A nomeação de professores destinados à educação física, a oferta de aulas de ginástica e a inclusão de campanhas de vacinação e educação sanitária no cotidiano escolar revelam o esforço de profissionalização docente e de integração entre os saberes médicos e pedagógicos. O currículo real das escolas incluía, assim, não apenas conteúdos acadêmicos tradicionais, mas também práticas cotidianas de asseio, disciplina corporal, pontualidade e obediência às normas de conduta civilizatória.

Apesar do detalhamento das rotinas e conteúdos disciplinares na legislação, a efetivação dessas normas enfrentava limites concretos. Mensagens oficiais e relatos jornalísticos revelam que muitas escolas funcionavam em prédios inadequados, sem infraestrutura ou mobiliário suficiente, especialmente no interior do estado. O jornal *O Rosariense* (1903) denunciava escolas “despidas de móveis, de quadros, de livros...”, evidenciando a precariedade do ensino fora da capital.

Mensagens governamentais evidenciam as contradições entre o ideal higienista e a realidade material das escolas. O presidente Urbano Santos (1920) reconhecia que “as nossas escolas estão installadas em predios inapropriados e lhes falta quasi que por completo o material escolar adequado”, apontando a necessidade de planejamento e desenvolvimento das obras públicas. A expansão educacional era marcada por desigualdade entre capital e interior, precariedade estrutural e dificuldade de fixação docente fora do centro urbano (Almeida, 2022).

Laudos técnicos apontavam falta de luz, ventilação e impossibilidade de separar os alunos, dificultando a adoção dos métodos pedagógicos modernos previstos pela legislação. A concentração de recursos e escolas-modelo na capital, em detrimento do interior, reforçava a desigualdade regional. O quadro 16 resume um pouco essa marcante desigualdade entre a capital e o interior na área da educação pública.

Como ressalta Melo (2020, p. 19), “a escolarização da infância envolvia o disciplinamento do corpo e do tempo, a organização dos gestos e dos afetos e a internalização de normas de conduta civilizatória”. O momento do canto coletivo, que inaugura simbolicamente a jornada escolar, funciona como ritual de unificação, controle do comportamento e reafirmação da ordem, devendo ser precedido por uma rigorosa inspeção de limpeza pessoal. Essa prática traduz uma pedagogia da normalização cotidiana, que se configura também em conteúdo disciplinar, visto que o currículo real corresponde a tudo que a escola realiza, especialmente de modo sistemático. Castellanos (2024), ao analisar a cultura administrativa das escolas no Maranhão republicano, observa que a organização do tempo escolar e a materialidade das práticas de asseio evidenciam a tentativa do Estado de instaurar uma lógica de governamentalidade no espaço educativo. Nas palavras do autor, “não se tratava apenas de ensinar, mas de produzir um sujeito limpo, pontual e obediente – pronto a internalizar os ritmos e as expectativas do mundo republicano” (Castellanos, 2024, p. 7).

Quadro Comparativo 16 – Maranhão (Capital x Interior) x Outros Estados

Aspecto	Maranhão (Capital)	Maranhão (Interior)	Estados Centrais (SP, RJ, MG)
Infraestrutura escolar	Escolas com prédios adaptados, hospitais improvisados, maior acesso a médicos externos	Escolas rurais improvisadas, ausência de recursos, dificuldade de acesso à saúde	Escolas-modelo, hospitais estruturados, presença de equipes especializadas
Adesão às normas higienistas	Implementação parcial, resistência de agentes locais, maior fiscalização	Adaptação das normas às práticas tradicionais, baixa fiscalização	Maior adesão às normas, fiscalização intensa, campanhas centralizadas
Participação dos agentes locais	Disputa entre médicos locais e externos, imprensa atuante	Professores e famílias como mediadores, valorização dos saberes populares	Profissionais especializados, menor negociação com saberes populares

Práticas populares	Tensionadas, mas incorporadas à rotina escolar	Práticas tradicionais predominam, integração com campanhas oficiais	Práticas populares menos presentes, foco nas prescrições médicas
Imprensa	Espaço de crítica, denúncia e adaptação	Menor circulação, dependência da imprensa da capital	Imprensa como difusora oficial das políticas sanitárias

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O quadro comparativo entre capital e interior mostra que São Luís contava com prédios próprios, materiais didáticos e inspeções periódicas, enquanto o interior era marcado por improvisação, ausência de recursos e dependência do coronelismo local. A justificativa de que a “aversão das normalistas” em aceitar cargos no interior explicaria a disparidade não se sustenta diante da falta de condições mínimas para fixação de profissionais nesses locais.

Em mensagem governamental do Estado, pode-se ler: “Acredito que, mesmo appellando para o concurso dos municípios, poderemos com um pouco de esforço instalar nossas escolas em edifícios relativamente confortáveis, ao menos limpos e asseados” (Maranhão, 1920, p. 22). Essa citação evidencia a presença do ideário higienista como um horizonte normativo, ainda que condicionado por limitações orçamentárias e administrativas. A escolha dos adjetivos “relativamente confortáveis” e “ao menos limpos e asseados” sugere uma concepção de escolarização mínima, que vincula a qualidade educativa a padrões básicos de higiene. Essa perspectiva é coerente com a análise de Gondra e Schueler (2008), que descrevem a construção de um espaço escolar disciplinador, onde o ambiente físico da escola assume uma função pedagógica na formação dos corpos e das condutas.

No conjunto das contradições da implementação das ações do poder público no sentido da adequação dos espaços escolares às noções higienistas em voga naquele período, destacamos a concentração de grupos escolares na capital, em detrimento do interior do Estado. Sobre o assunto, a Mensagem governamental de 1920 menciona que: “aqui existem nove grupos escolares, no resto do Estado inteiro só existe um, em Caxias” (Maranhão, 1920, p. 22). Essa mensagem evidencia a desigualdade entre o centro e o interior.

A priorização de verbas para o controle de epidemias, como a peste bubônica, também desviava recursos que poderiam ser investidos na melhoria da infraestrutura educacional. A

importação de carteiras americanas, por exemplo, simbolizava modernidade, mas não necessariamente atendia às necessidades locais, podendo permanecer mais no campo simbólico do que no funcional. Apesar dos avanços normativos, a efetividade do serviço de sanidade escolar esbarrou em problemas estruturais, insuficiência de equipes médicas e de enfermagem, restrição geográfica à capital, reforçando desigualdades regionais, resistência cultural e institucional à presença de agentes sanitários no espaço escolar. Gondra e Schueler (2008) apontam que tais resistências não eram incomuns; professores, famílias e gestores questionavam a interferência de profissionais da saúde no ambiente pedagógico, temendo a perda de autonomia escolar.

O ano de 1930 marcou uma inflexão política no país, com a ascensão de Getúlio Vargas e a reorganização do papel do Estado. No campo da saúde e da educação, o novo governo federal buscou fortalecer a presença estatal, ampliar serviços e estabelecer padrões nacionais. No Maranhão, tais diretrizes influenciaram a modernização do aparato sanitário, como aponta Almeida (2022), ao destacar que esse período foi caracterizado pela padronização sanitária e pela adoção de protocolos ajustados aos grandes centros urbanos. A legislação de 1930, ao se restringir ao “município da capital”, revela, porém, um traço persistente na política maranhense: a centralização urbana, que historicamente manteve o interior do estado à margem das inovações administrativas e sanitárias.

As análises dos fragmentos apresentados destacam a interconexão entre a norma legal, a formação de profissionais especializados, a adaptação de infraestrutura e o uso político da Educação Física. A nomeação de professores formados ilustra o processo de profissionalização docente descrito por Soares Júnior (2011). A transferência das aulas do Lyceu para outro prédio evidencia o descompasso material analisado por Bezerra (2019). A declaração de caráter ufanista ressalta a função propagandística identificada por Viveiros (2011) no discurso higienista. Por fim, a oferta de escola “a toda a infância escolar” materializa a escolarização do corpo, conforme analisado por Gondra e Schueler (2008), transformando a ginástica em um instrumento de controle e governo sobre a infância no contexto republicano. Essa abordagem é útil para compreender o contexto de saúde e saneamento que permeava as questões educacionais do período.

Em síntese, as rotinas e conteúdos disciplinares estabelecidos pela legislação escolar maranhense entre 1886 e 1930 refletiram um projeto político e pedagógico que articulava modernização, civilidade e disciplina, materializando práticas higienistas no cotidiano das escolas. As normas legais definiram inspeções diárias, ritualização do tempo escolar,

exclusão de corpos considerados incapazes, integração de conteúdos de higiene e educação física ao currículo e distribuição hierárquica de responsabilidades entre médicos, enfermeiras e professores.

Contudo, a aplicação dessas rotinas e do conteúdo foi desigual, marcada por imprevistos, limitações materiais e profundas disparidades regionais. O ideário higienista funcionou como horizonte normativo e gramática política do projeto republicano maranhense, mas sua realização concreta esbarrou em desafios estruturais e na persistente desigualdade entre capital e interior. A escola tornou-se, assim, lugar de produção de normalidade, vigilância e intervenção, mas também de disputa, resistência e adaptação frente às condições reais do contexto regional.

Em síntese, a análise comparativa evidencia que o Maranhão, especialmente em suas regiões interiores, desenvolveu estratégias próprias de apropriação das normas higienistas, distinguindo-se dos estados centrais por sua capacidade de negociação entre saberes oficiais e tradicionais e pela valorização dos agentes locais na implementação das políticas republicanas.

5.2.2 A cultura material escolar: o mobiliário

Como observa Almeida (2022), a retórica das reformas educacionais da Primeira República nem sempre se convertia em ações efetivas, sobretudo nas regiões rurais, onde predominavam a improvisação, a carência de profissionais e a ausência de equipamentos mínimos. No contexto maranhense do início do século XX, evidencia-se uma forte tensão entre a narrativa oficial e a percepção crítica veiculada pela imprensa escrita.

Por um lado, o jornal *A Escola*, em edição de 10 de março de 1902, denunciava que, apesar de o governo ter ampliado o número de escolas na capital, os estabelecimentos eram precários, desprovidos de mobiliário básico e, por vezes, desprovido de prédios adequados. A crítica jornalística apontava que tais instituições não passavam de uma reedição das “velhas escolas” do período imperial, asseverando que o Estado: “[...] criou na capital grande número de escolas providas de professores e materiais como um peso para os cofres. [...] esses estabelecimentos faltos de aparelhos, moveis e utensílios próprios e até de casa – não passam das velhas escolas de outrora.” (*A Escola*, 1902, p. 2).

Em contrapartida, o relatório do governador do mesmo ano projetava uma imagem de franco progresso e alinhamento com a modernidade pedagógica, afirmando que “a aquisição

e distribuição de material didático às nossas casas de ensino vêm se avolumando consideravelmente” (Relatório do Governador, 1902, p. 3), com destaque para a compra de itens modernos, como globos geográficos e aparelhos para ginástica. Convém sublinhar que tais aquisições, embora reais, não correspondiam à realidade da rede pública atomizada, mas destinavam-se prioritariamente a aparelhar a Escola Modelo Benedito Leite, funcionando como uma "vitrine" de modernidade para o Estado.

Quase três décadas depois, em 1929, o discurso presente no jornal *O Combate* reflete um novo estágio desse processo de institucionalização. O foco do debate público deslocou-se da mera expansão quantitativa de salas para a qualidade intrínseca das instalações, que deveriam ser “confortáveis, higienicas e pedagogicamente perfeitas” (*O Combate*, 1929, p. 5). O periódico celebrava as ações governamentais ao afirmar que, “das noventa e três obras em execução, no actual período administrativo, trinta e quatro já estão concluídas” (*O Combate*, 1929, p. 5).

Essa mutação no discurso público sugere uma evolução na política educacional maranhense: a prioridade governamental migrou da simples abertura de vagas para a qualificação e normatização da infraestrutura, em estrita consonância com o ideário higienista e os modelos de "escola higiênica" que caracterizaram o final da década de 1920 no Brasil.

Desse modo, a análise das fontes impressas e documentais faz-se fundamental para compreendermos, no âmbito da história da educação, as estratégias políticas e as disputas de narrativas que moldaram o Estado republicano. Nesse cenário, identifica-se que a cultura material escolar não operava como mero pano de fundo, mas como um instrumento central no projeto higienista maranhense, visto que o ambiente físico era concebido como uma ferramenta pedagógica e, acima de tudo, disciplinadora.

Longe de qualquer neutralidade, a organização e a distribuição dos objetos no espaço, como analisa Castellanos (2024), traduzem e expressam a lógica da cultura administrativa e política da época. Lavatórios, carteiras individuais e quadros-negros funcionavam como o que Foucault denomina dispositivos de poder: objetos que ensinavam e moldavam, pelo uso repetitivo e pela disposição espacial, valores de asseio, docilidade, ordem e civilidade.

Essa lógica de controle sobre o espaço e sobre os corpos é visível no Maranhão em múltiplos níveis normativos. O primeiro nível era de ordem administrativa, estruturado por regulamentos que responsabilizavam civilmente os professores e serventes pela conservação e vigilância do mobiliário. O segundo nível era de caráter nitidamente disciplinar, impondo

regras de conduta diretamente ao corpo discente, como a proibição expressa de “sujar, estragar ou danificar o edifício”, conforme estipulava o Decreto nº 55 de 1905.

O ápice desse projeto de governo dos corpos, ou controle biopolítico, materializou-se na arquitetura e no arranjo interno da Escola Modelo Benedito Leite (1905). Suas carteiras anatômicas individuais e suas salas amplas e arejadas não representavam apenas a tradução do progresso material; configuravam uma tecnologia refinada de poder sobre a anatomia infantil. Como destaca Barros (2020), a escolha minuciosa do mobiliário escolar refletia o interesse científico em garantir a postura ortopédica desejável, prevenindo desvios e corrigindo a ergonomia da criança.

Esse ambiente milimetricamente planejado constituía, portanto, o laboratório ideal para a realização das rigorosas inspeções médico-escolares. A associação entre a pedagogia baseada nos objetos e a vigilância médica consolidou a escola como um espaço privilegiado de controle sobre a vida e os corpos dos alunos.

Quadro 17- Disposições sobre funções, estrutura e pessoal escolar em capítulos da legislação educacional.

CAPÍTULOS	EMENTAS	ARTIGOS SELECIONADOS
CAPÍTULO III	FUNÇÕES DO OFFICIAL.	Art. 100. Ao Oficial compete: 2.º Ter sob sua guarda a mobília escolar e todo o material de ensino, mediante inventário e sob fiscalização do professor da aula respectiva. (p.28)
CAPÍTULO IV	DA ESCOLA MODELO	Art. 15. As aulas simples e higienicamente dispostas, com capacidade para lotação máxima de 40 alumnos, serão mobiliadas com bancos carteiras individuais de typo americano ou outro que mais convenha para os alunos [...] (p. 42 e 43)

CAPÍTULO VIII	Do Pessoal docente, administrativo e auxiliar. Das serventes e do servente jardineiro.	Art. 43. Compete mais aos professores: d) velar pela conservação do material didactico. Art.48. As serventes faraõ o asseio do edificio diariamente[...] todos os compartimentos limpos e a mobília em condições de ser utilizada. [...] igualmente dos filtros, trazendo sempre água, da substituição das toalhas e de tudo mais que fôr concernente aos asseios da casa e do material.
CAPÍTULO X	Dos deveres dos alunos e das penas.	Parágrafo Único. E vedado aos alunos: 2º Escrever, pintar, desenhar, gravar, ou por qualquer modo sujar, estragar ou damnificar o edificio, seus moveis, ou utensílios. Ficando sujeito a indenizar qualquer prejuízo por isso causado, além de penas que para o caso forem impostas[...]

Fonte: Adaptado da Collecção das Leis do estado do Maranhão (1894)

As fontes examinadas delineiam a complexa engrenagem do higienismo republicano no Maranhão. Enquanto as normas e saberes importados de centros urbanos maiores conferiam ao projeto uma autoridade científica inquestionável (Bezerra, 2019; Viveiros, 2011), a divisão distrital do território e a atuação das equipes de médico-enfermagem interiorizavam a vigilância sobre as populações infantis. Nesse ecossistema, instituições como o Dispensário Escolar surgiram como a materialização física dessa rede, selando a aliança entre o bisturi e a cartilha, e consolidando a estrutura higienista e civilizatória na Primeira República maranhense.

Em 22 de maio de 1890, o então Governador do Maranhão, Doutor José Thomaz da Perciúncula, regulamentou, por meio do Decreto nº 23, a receita e a destinação das despesas estaduais para aquele ano, conforme os poderes conferidos pelo parágrafo 1º do Art. 4º do

Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889. A receita estadual foi estimada em R\$ 852:665\$100, valor que serviria para custear diversas necessidades do Estado, com especial atenção ao setor educacional. Entre as despesas previstas, destacavam-se investimentos importantes para a capital: R\$ 1:000\$000 seriam destinados à aquisição de mobiliário e utensílios pedagógicos; R\$ 3:000\$000 para a instalação de um laboratório equipado com materiais de física, química e uma coleção de história natural; e R\$ 1:000\$000 para mobiliar o prédio do Liceu e da Escola Normal.

Esse ordenamento legal se direciona às discussões realizadas por Castellanos (2024), nas quais os artefatos escolares, o mobiliário e até a disposição das salas não eram neutros, mas veículos de normatização da conduta, refletindo os valores morais, pedagógicos e sanitários da época. A previsão de carteiras individuais do tipo americano (Art. 15 da Escola Modelo) reforça esse ponto, pois simbolizava a adequação do Estado a uma pedagogia voltada à disciplina e ao controle do corpo infantil (Fig.17).

Fig. 17 - Sala de Aula do Sexto Ano da Escola Modelo Benedito Leite



Fonte: Cunha (2008)

A sala de aula da figura 17, 6º ano da Escola Modelo, parece disposta atendendo aos indicativos de modernização escolar. Percebemos a mesa da professora, o quadro, a disposição das cadeiras, a decoração das paredes, enfim, toda uma organização a contemplar as orientações de educação moderna daquele período. Acresce-se, à organização da sala, a presença do relógio de modo visível, logo à entrada, elemento de regulação do tempo. Ressalta-se que esta era uma sala de aula para alunos com maior nível de adiantamento e, assim, com capacidade cognitiva para a leitura de relógios.

Frago (1998, p. 121-131), sobre o espaço da sala de aula, explica que existe uma relação entre a disposição das pessoas e objetos da sala de aula e “o sistema ou método a ser seguido”. Quanto ao aspecto arquitetônico desse espaço, este autor relaciona as recomendações mais amplas ou mesmo as pormenorizadas, como na descrição de Godóis, ao caráter higiênico-pedagógico em implementação. Contudo, é sobre o primeiro aspecto que recai sua ênfase. Vinão Frago, em suas análises em relação à disposição das pessoas e dos objetos na sala de aula, considera o formato imposto e praticado “um dispositivo mecânico com toda a precisão de um relógio, aplicado a seres vivos num espaço fechado e reduzido”. Considera que o termo certo para denominar essa prática deve ser “mecanismo”.

Frago (1998, p. 131-132) prossegue sua argumentação explicando que tal modelo consistia em um determinado mecanismo de aspiração mais abrangente, “a escala da educação das classes trabalhadoras e populares, na primeira fase da industrialização”. Admite que, com o fim do modelo de disciplinarização da antiga ordem, se fez necessária a institucionalização de novos. Nesse caso, o modelo em vigência representava a viabilidade da introdução de “ordem e previsão, certeza e racionalidade, regulação e uniformidade”. Uma existência ritmada. Assim, a imagem da sala de aula revela não apenas uma preocupação estética e funcional, mas também a aplicação de métodos pedagógicos que buscavam disciplinar e organizar o ambiente escolar, evidenciando o impacto das ideias modernas sobre o espaço educativo, uma configuração de biopoder.

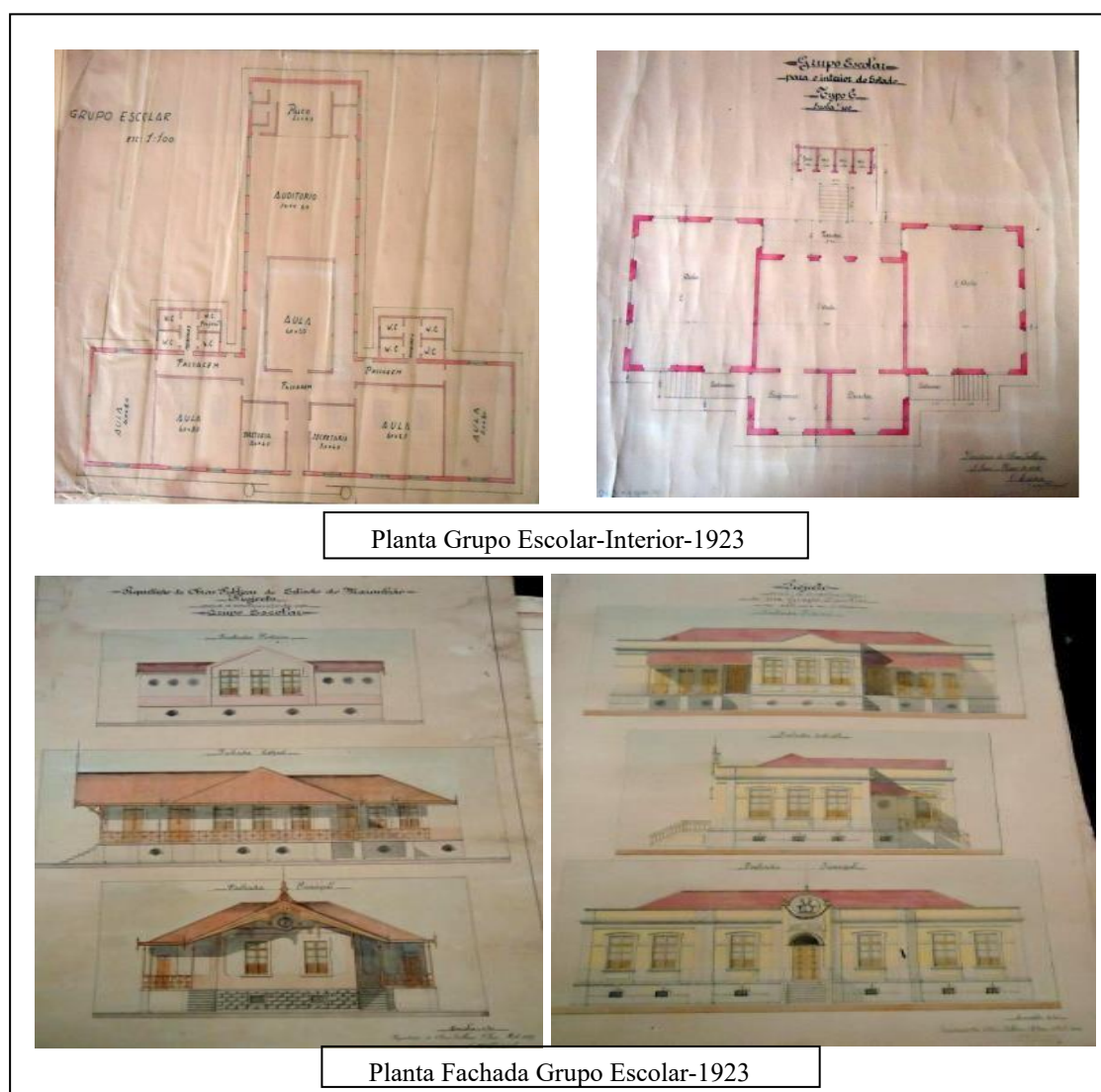
Na imprensa educativa e nos documentos analisados por Arthur Melo na revista *Pedagogium*, esse mesmo princípio é evidenciado: escolas organizadas, salubres, bem mobiliadas e com práticas higiênicas eram apresentadas como elementos essenciais à formação do cidadão moderno, apto a colaborar com o progresso nacional. Silva (2011), ao estudar os Grupos Escolares do Maranhão, confirma que as reformas estruturais, a normatização da conduta dos alunos e o zelo pelo patrimônio material da escola integravam um mesmo projeto civilizatório em consonância com as exigências das elites republicanas.

O grupo escolar, segundo Faria Filho (2000), adotou o protótipo de moderno, em oposição ao arcaico, os pardieiros, como foram classificadas as antigas escolas isoladas. Com uma lógica própria, os grupos escolares manifestaram no seu ordenamento espacial e temporal – responsáveis pela implementação de toda uma racionalidade institucional escolar, atrelada ao processo de urbanização social – a construção de subjetividades motivadoras de um (re)ordenamento identitário no meio educacional escolar.

Ao analisar algumas plantas de Grupos Escolares construídas em São Luís na década de 1920, Silva (2011) destaca a presença de uma organização espacial condizente com as

orientações de caráter higiênico e pedagógico do ideário educacional em institucionalização. Ou seja, uma arquitetura que atendia às condições institucionalizadoras de uma nova moralidade social. Sua análise ressalta a presença de janelas, com o objetivo de prevenir doenças, pela possibilidade de penetrar mais iluminação e ventilação naturais. As plantas, consideradas simples, estruturavam-se em três salas de aula espaçosas, sendo uma para cada cadeira; corredores amplos e três banheiros com distinção de sexos, como podemos perceber nos desenhos seguintes (Silva, 2011). Tais informações podem ser visualizadas na figura 18:

Figura 18 - Plantas dos Grupos Escolares de São Luís (1923)



Fonte: Silva (2011, p. 137)

Constatamos, portanto, que a legislação desde 1894 funcionou como espelho e instrumento das concepções higienistas do período: mobilizou professores, funcionários e estudantes em torno de práticas de asseio, controle e vigilância dos corpos e dos espaços. Tal

articulação entre texto legal e discurso pedagógico evidencia uma convergência com o ideário foucaultiano de biopoder, em que o ambiente escolar é usado como tecnologia de disciplinamento e de intervenção sobre a vida.

O Decreto nº 55, de 1905, instituiu no Estado a Escola Modelo como referência de excelência higienista, prevendo arquitetura adequada, lotação máxima de cerca de 40 alunos por sala e mobiliário padronizado: “As aulas [...] serão mobiliadas com bancos-carteiras individuais de typo americano...”. Além disso, o decreto estabelecia deveres específicos aos alunos, como a obrigação de zelar pelo espaço escolar: “É vedado [...] sujar, efstragar ou danificar o edificio, seus móveis ou utensílios”, inscrevendo a higiene e a disciplina material como parte fundamental da rotina escolar.

O diálogo com a historiografia, como relata Castellanos (2019), revela que foram adquiridos utensílios e instrumentos para organizar um espaço exclusivo para aulas práticas na Casa de Educandos Artífices, por exemplo. Entre os equipamentos estavam grafômetros, bússolas, pranchetas, esquadrias de agrimensura, marcos de nível d’água e de bolha de ar, além de escalas de cobre de duas dimensões, evidenciando o esforço de modernização e especialização do ensino.

Em 1930, a mensagem do Presidente do Estado, J. Magalhães de Almeida, ao registrar a aquisição de mil carteiras americanas para distribuição nas escolas públicas, ultrapassava o simples âmbito administrativo e revelava a inserção do Maranhão em um projeto mais amplo de modernização da instrução pública. A escolha por carteiras americanas indica, de um lado, a abertura à influência estrangeira e, de outro, o desejo de associar o sistema escolar local a padrões internacionais de qualidade, vinculados à ergonomia, à higiene postural e à disciplina em sala de aula.

Nesse sentido, o investimento em mobiliário não pode ser interpretado apenas como um ato de equipar fisicamente as escolas, mas como a adoção de um símbolo material de progresso e civilização, alinhado ao ideário higienista e ao projeto republicano de formação de cidadãos disciplinados. Como observa Castellanos (2024), a presença ou ausência de determinados artefatos escolares expressa políticas de instrução e concepções pedagógicas. As carteiras, dispostas de forma ordenada e uniforme, facilitam a visibilidade do professor e o controle dos alunos, funcionando como dispositivos de disciplina corporal e de organização do espaço escolar. Bencostta (2001) e Vidal (2017) apontam que a circulação internacional de modelos de mobiliário estava associada à consolidação de uma pedagogia simultânea, em que a arquitetura e os objetos escolares eram planejados para moldar comportamentos e criar um ambiente propício à vigilância e ao rendimento.

Contudo, como advertem Vidal (2017) e Castellanos (2024), a simples introdução de elementos materiais não transforma, por si só, as práticas pedagógicas, sendo imprescindível que sejam acompanhadas por mudanças estruturais no currículo, na formação de professores e na organização escolar, o que pôde ser verificado com a introdução do Canto e da Educação Física no currículo da Escola Modelo Benedito Leite especialmente, além, dos direcionamento de ações de infraestrutura e de rotinas de asseio e disciplina patriótica.

Assim, a aquisição das mil carteiras americanas em 1930 deve ser compreendida não apenas como um ato de provisão de recursos, mas como parte de um projeto político-pedagógico que articulava cultura material, higiene e disciplina na formação do aluno republicano. Ao mesmo tempo em que buscava inserir o Maranhão no circuito nacional e internacional de modelos escolares modernos, essa medida evidenciava as tensões entre o ideal civilizador e as condições concretas de funcionamento da educação pública, especialmente nas regiões mais afastadas da capital.

A Lei nº 1.378/1930 e o Decreto nº 1.309/1930 representam a institucionalização da sanidade escolar na capital maranhense, pelo menos do ponto de vista da legislação, consolidando um processo iniciado décadas antes e fortemente influenciado pelo ideário higienista. Essas normas transformaram a higiene escolar de um conjunto de recomendações médicas em um dever legal do Estado, com estrutura administrativa própria e protocolos definidos.

No entanto, a eficácia dessas medidas foi comprometida por fatores estruturais, insuficiência de recursos humanos, centralização na capital e resistência cultural que limitavam o alcance e a profundidade das ações. Ainda assim, esses dispositivos são representativos de um momento histórico em que saúde e educação se entrelaçaram como campos complementares, articulados em torno de um projeto de modernização social e de controle dos corpos infantis. Para o historiador da educação e da saúde, esse marco legal de 1930 é um ponto de observação privilegiado: nele convergem os discursos médicos, a política educacional e as tensões entre o local e o nacional, revelando a complexidade da implementação de políticas públicas em um estado periférico como o Maranhão, mas que nem por isso deixaram de acontecer.

A resistência cultural à adoção de novos hábitos sanitários e a deficiência estrutural evidenciam a coexistência de saberes médicos oficiais e populares, revelando os desafios enfrentados pelo Estado na implementação de políticas de saúde e higiene. Estudos como os de Andrade (1982) e Carvalho (1990) demonstram que, apesar dos esforços institucionais, a adesão às normas sanitárias foi parcial e muitas vezes negociada, com adaptações locais às

exigências do poder público. A modernização republicana, nesse sentido, foi marcada por avanços pontuais e pela persistência de práticas tradicionais. O Maranhão republicano, portanto, experimentou um processo de disciplinamento social que combinou inovação e permanência, construindo uma identidade regional marcada pela tensão entre o velho e o novo.

5.3 Representações de saúde, higiene, educação e cultura material escolar no Maranhão Republicano

A abordagem de Roger Chartier (2002) sobre representações parte da ideia de que elas são construções coletivas, mediadas por discursos, práticas, instituições e artefatos, que dão sentido à experiência dos sujeitos históricos. As representações, para Chartier, não são meros reflexos da realidade, mas sim formas de organizar, classificar e normatizar o mundo social, operando tanto na produção de identidades quanto na legitimação de poderes e saberes. No campo educativo, as representações se manifestam nos discursos oficiais, na imprensa, na legislação, nos espaços escolares e nos objetos materiais, configurando modos de pensar, agir e sentir que orientam a prática pedagógica e a formação dos sujeitos. A partir desse entendimento, buscamos identificar, por meio das análises documentais até aqui realizadas, no cenário maranhense do período de 1889 a 1930, as representações de categorias trabalhadas nesta pesquisa, tais como saúde, higiene, educação, legislação escolar, rotinas, conteúdos disciplinares e cultura material escolar.

No contexto maranhense da Primeira República, a saúde é representada como valor civilizatório e objetivo central do projeto republicano. A saúde escolar aparece nos discursos oficiais, na legislação e na imprensa como condição necessária para o progresso e a regeneração social. Segundo Chartier (2002), essa representação não é neutra: ela resulta de estratégias de poder que articulam saberes médicos, sanitários e pedagógicos, legitimando intervenções sobre o corpo infantil. A saúde, assim, é representada nesse contexto como bem coletivo, responsabilidade do Estado e das famílias, e como fim a ser alcançado por meio da escolarização, da higiene e da disciplina.

Nos relatórios oficiais e mensagens de governadores, a saúde aparece como tema recorrente, associado à necessidade de proteger a infância e preparar cidadãos saudáveis e produtivos. O relatório do governador Benedito Leite (1902, p.2), por exemplo, enfatiza a aquisição de globos geográficos e aparelhos para ginástica como recursos para “promover a

saúde e o vigor físico dos alunos”, conectando saúde à modernização dos métodos escolares. Ancorados em Chartier (2002), verificamos que essa representação é construída pela circulação de discursos médicos e administrativos, que transformam a saúde em objeto de intervenção do Estado. Em complementação, Dominique Julia (2001) explica que a escola se tornou um lugar de formação do corpo social, no qual a saúde é ensinada e vigiada. Michel Foucault (2002), ao discutir biopoder, reforça que a saúde escolar é um mecanismo de controle social, legitimando práticas de inspeção médica e seleção de alunos aptos.

A higiene, nas fontes analisadas, é representada como prática indispensável à formação do cidadão moderno. É associada à ordem, ao asseio, à moralidade e à racionalidade científica, sendo difundida pela imprensa, pela legislação e pelos conteúdos escolares. Chartier (2002) nos ajuda a perceber que a higiene não é apenas uma prática individual, mas uma representação que orienta políticas públicas, regula comportamentos e legitima formas de controle sobre os corpos. No Maranhão republicano, a higiene escolar é traduzida em normas, rotinas, inspeções médicas e dispositivos materiais, funcionando como tecnologia de poder e disciplinamento.

A legislação escolar maranhense de 1905 determina que “as aulas serão higienicamente dispostas”, com carteiras individuais e lavatórios, e que “os alunos não poderão sujar ou danificar o edifício, móveis e utensílios”. A imprensa de ensino reforça a importância da higiene como “luz que alumia as nossas inteligências” (*A Escola*, 1918), associando asseio à civilização. A partir de Chartier (2002), entendemos a higiene como representação que organiza práticas e saberes. Pierre Bourdieu (2008), ao tratar dos *habitus*, possibilita que compreendamos que a higiene escolar é incorporada como rotina e valor, naturalizando comportamentos desejados pela elite. Em validação de tal noção, Antônio Nóvoa reforça que a escola, ao ensinar higiene, constrói “corpo disciplinado”, fundamental para o projeto republicano. Portanto, a higiene, nesse período, é representada como prática civilizadora, legitimada por discursos científicos e pedagógicos e traduzida em normas, rotinas e objetos materiais que regulam a vida escolar e os corpos dos alunos.

Quanto à educação, é representada como instrumento de civilização, progresso e emancipação intelectual. Nos periódicos maranhenses, a escola e a imprensa são vistas como luz que ilumina as inteligências e combate o marasmo e as trevas da ignorância. Na perspectiva de Chartier (2002), tais representações evidenciam o papel da escola como espaço de produção e circulação de saberes, de constituição de identidades e de legitimação de valores republicanos. A educação, portanto, é representada como meio de regeneração social, formação de sujeitos disciplinados e construção de uma nova ordem política e moral.

Os jornais *Pacotilha* (1904) e *A Escola* (1878) exaltam a educação como luz e esclarecimento intelectual, instrumento de combate ao marasmo e à ignorância. O jornal *O Guarany* (1899, p. 3) define os periódicos como “escola em que a mocidade estudiosa se prepara para levantar os créditos literários”, mostrando a imprensa como extensão da ação educativa. Conforme Chartier (2002), compreendemos a educação como representação que orienta práticas e legitima saberes. Reafirmando, Dominique Julia (2001) fala da “escola como ritual social”, onde a educação é vivida e representada como ascensão moral e intelectual. Nóvoa enfatiza o papel da cultura escrita e da imprensa na formação dos sujeitos, mostrando que jornais funcionam como “dispositivos de normalização e disciplina”. Portanto, a educação é representada, nesse cenário, como meio de progresso e emancipação, articulando escola e imprensa na construção de sujeitos civilizados e para a vida republicana.

No que se refere à legislação escolar, está representada como dispositivo normativo que traduz e legitima os valores higienistas e republicanos. Os regulamentos, decretos e leis funcionam como instrumentos de organização dos espaços, das rotinas e dos comportamentos, materializando as representações de saúde, higiene e educação. Com base em Chartier (2002), entendemos que a legislação é mais do que texto jurídico: é prática social que institui sentidos, define papéis e constrói realidades. No Maranhão, a legislação escolar representa a atuação do Estado em disciplinar corpos, ordenar espaços e garantir padrões de modernidade e eficiência.

O Decreto nº 55/1905 e a *Collecção das Leis do Estado do Maranhão* (1894) detalham funções, responsabilidades e sanções, normatizando desde o uso do mobiliário até a conduta dos alunos e professores. A legislação prevê carteiras individuais, inspeções médicas e punição por danos ao patrimônio escolar. Entendemos a legislação como representação que institui sentidos e práticas. Certeau (2008), ao falar das táticas e estratégias, mostra que a legislação escolar define estratégias de poder, mas também abre espaço para resistências e adaptações cotidianas. Pierre Bourdieu (2008) aponta que o direito escolar reproduz valores dominantes, legitimando desigualdades e exclusões. A legislação escolar é representada como dispositivo de ordem, disciplina e higiene, materializando o projeto republicano e legitimando intervenções sobre espaços e sujeitos escolares.

Sobre as rotinas escolares, são representadas como práticas diárias de normalização e disciplinamento. Elas incluem horários, inspeções, cuidados com o asseio, conservação do mobiliário e cumprimento de deveres. Verificamos que as rotinas são formas de representação da ordem e da regularidade, funcionando como mecanismos de interiorização de normas e valores (Chartier, 2002). No contexto maranhense, as rotinas escolares traduzem o projeto

higienista, operando como dispositivos de controle e formação de hábitos considerados civilizados. Relatórios e regulamentos descrevem rotinas diárias de limpeza, inspeção, organização dos horários e conservação do mobiliário.

O controle do tempo por meio de relógios e o cuidado com os uniformes são exemplos de rotinas que visam disciplinar e higienizar os alunos. O que nos permite entender, com base em Chartier, que as rotinas são representações da ordem e da regularidade. Nesse entendimento, Dominique Julia (2001) fala do calendário escolar como ritualização do tempo; Bourdieu (2008) mostra que as rotinas produzem *habitus*, internalizando normas e valores; e Foucault (2002) destaca que as rotinas são dispositivos de vigilância e normalização dos corpos. A documentação analisada nos permite concluir que as rotinas escolares são representadas como práticas de civilização e disciplina, operando cotidianamente no processo de internalização do projeto higienista e republicano.

Em relação aos conteúdos disciplinares, são representados como saberes legitimados pela ciência, pela moral e pelo Estado. Eles incluem noções de higiene, saúde, civismo, educação física, além das disciplinas tradicionais. Assim, entendemos que os conteúdos escolares são construções culturais que traduzem disputas de poder, critérios de seleção e hierarquização de saberes (Chartier, 2002). No Maranhão republicano, os conteúdos disciplinares representam o esforço de formar sujeitos aptos a viver em sociedade, internalizando valores de ordem, progresso e higiene.

A imprensa e os relatórios oficiais destacam a importância de temas como noções de higiene e práticas saudáveis como parte da formação dos alunos. Nesse sentido, identificamos os conteúdos como representações que expressam disputas de poder e critérios de seleção cultural. Corroborando, Dominique Julia (2001) fala da transmissão de saberes legítimos como função da escola; Bourdieu (2008) aponta que os conteúdos escolares reproduzem hierarquias sociais e culturais, legitimando saberes dominantes. Os conteúdos disciplinares são, portanto, representados como saberes legítimos, selecionados para formar sujeitos saudáveis, disciplinados e integrados ao projeto republicano.

Quanto à cultura material escolar, é representada como expressão concreta dos valores higienistas e republicanos. O mobiliário, os artefatos, a arquitetura e a organização dos espaços escolares traduzem representações de asseio, disciplina, modernidade e eficiência. Constatamos que os objetos materiais não são neutros: eles participam da construção de sentidos, orientam práticas e legitimam projetos políticos (Chartier, 2002). No contexto deste estudo, a cultura material escolar representa o ideal de uma escola moderna, saudável e disciplinada, funcionando como tecnologia de poder sobre corpos e mentes.

A cultura material escolar é evidenciada nos relatórios e na legislação que detalham a aquisição de mobiliário, carteiras individuais, lavatórios, filtros de água e quadros-negros. A gravura da sala de aula da Escola Modelo Benedito Leite (Fig. xx) ilustra a disposição dos móveis, a organização dos espaços e a presença de artefatos higienistas, por exemplo. Desse modo, identificamos que os objetos materiais participam da construção de sentidos e práticas. Ratificando, Dominique Julia (2001) destaca que o ambiente escolar é um espaço de socialização e disciplina. Foucault (2002) e Bourdieu (2008) mostram que a cultura material escolar é tecnologia de poder, orientando comportamentos e legitimando projetos políticos. Logo, a cultura material escolar é representada como expressão concreta dos valores de ordem, higiene e modernidade, funcionando como tecnologia de poder e instrumento de disciplinamento dos corpos e das mentes.

Assim, com base em Chartier (2002), as representações de saúde, higiene, educação, legislação escolar, rotinas, conteúdos disciplinares e cultura material escolar no Maranhão da Primeira República não são apenas reflexos de uma realidade objetiva, mas construções sociais e culturais que orientam práticas, legitimam poderes e organizam o mundo escolar. Elas revelam as estratégias das elites republicanas para promover a modernização, disciplinar corpos e mentes e construir uma nova ordem social, articulando saberes médicos, pedagógicos e administrativos em torno do ideal de regeneração da infância e da sociedade.

Em síntese, as repercussões das práticas higienistas no campo educacional maranhense revelam um processo marcado por negociações, adaptações e disputas simbólicas. A circulação das ideias higienistas, mediada pela imprensa, legislação e cultura material escolar, produziu soluções híbridas e criativas, ajustadas às condições locais e aos saberes populares. As imagens, documentos e relatos analisados evidenciam a centralidade da escola como espaço de disciplinamento e regeneração social, ao mesmo tempo em que expõem as tensões e limites do projeto republicano. Ao valorizar as experiências regionais, esta seção contribui para descentralizar o debate nacional, mostrando que a história da educação e da saúde pública no Brasil é plural, marcada por múltiplos caminhos, resistências e reinvenções.

Seção 6
CONCLUSÃO

6 CONCLUSÃO

A investigação desenvolvida nesta tese teve como propósito investigar a inter-relação entre saúde, higiene e educação no Maranhão durante a Primeira República (1889–1930), com ênfase no ideário higienista e sua tradução em práticas e representações no âmbito escolar. Ao longo do percurso metodológico e analítico, tornou-se possível não apenas reconstruir esse processo em suas múltiplas camadas, mas também verificar, que o objetivo foi alcançado, na medida em que a pesquisa identificou, descreveu e interpretou as articulações entre discursos sanitários, práticas escolares, cultura material e representações difundidas pela imprensa e pelos órgãos públicos. Tal compreensão dialoga com o que afirma Rocha (2008), quando demonstra que o higienismo no Brasil operou como racionalidade política e moral capaz de atravessar o cotidiano escolar e organizar práticas e sensibilidades.

No que se refere à análise das concepções de saúde, higiene e educação vigentes, considerando seus fundamentos científicos, morais e sociais e suas articulações com o projeto de modernização republicano, a pesquisa evidenciou que tais concepções estavam imbricadas no ideário de modernidade, civilização e progresso que marcou a Primeira República. Regulamentos sanitários, mensagens de governadores, relatórios de instrução pública, de Higiene, escritos pedagógicos e artigos da imprensa apresentavam a higiene como linguagem científica e moral, capaz de regenerar corpos, ordenar espaços e sustentar a formação do “cidadão republicano”. Esse entendimento converge com Mariano (2015), que destaca como o discurso higienista propagou um modelo de infância a ser moldado segundo parâmetros de asseio, disciplina e racionalidade. Assim, pôde-se demonstrar que tais concepções funcionaram como matriz discursiva e normativa da ação pública no campo da educação.

Com relação à identificação de autores e agentes educacionais maranhenses que se destacaram na produção, discussão e implementação de práticas higienistas escolares, a tese identificou atores fundamentais como Antônio Baptista Barbosa de Godois, Almir Parga Nina, médicos da Inspetoria de Higiene, governadores, inspetores escolares e normalistas, cujos papéis foram decisivos na produção de discursos e na operacionalização das reformas. Essa constatação reforça a perspectiva de Soares Júnior (2016), ao destacar que a atuação de médicos, educadores e intelectuais regionais foi essencial para consolidar experiências higienistas fora dos grandes centros, revelando protagonismos locais próprios e não mera mimetização de modelos externos.

Quanto a compreender do papel da Imprensa de Ensino e da Imprensa Geral na divulgação, construção e legitimação das práticas higienistas escolares, a pesquisa

demonstrou que jornais como *Pacotilha*, *O Combate*, *A Escola*, *O Rosariense*, *O Ser*, *O Porvir*, *Gazeta de Codó* e *O Tocantins* funcionaram como dispositivos pedagógicos e políticos, difundindo ideais de salubridade, combatendo práticas consideradas insalubres, instruindo a população e reforçando a associação entre higiene, moralidade, urbanidade e educação. As evidências dialogam com Bezerra (2019), para quem a imprensa não apenas registrava acontecimentos, mas produzia representações que estruturavam a cultura escolar e moldavam a percepção pública sobre modernidade, infância e civilidade. Desse modo, conclui-se que a imprensa foi, no Maranhão, mais do que um reprodutor: foi produtora ativa do discurso higienista.

No que se respeita a analisar de como as concepções de saúde, higiene e educação se traduziram na implementação, na legitimação e na representação das práticas higienistas no campo educacional do Maranhão durante a Primeira República (1889–1930) e ao papel da imprensa nesse processo, fica evidenciado que as fontes identificadas demonstram que tais concepções se materializaram na arquitetura escolar (Escola Modelo Benedito Leite, Liceu Maranhense, escolas municipais), no mobiliário (carteiras individuais, filtros, lavatórios, quadro-negro, globos), nas rotinas (inspeção médica, lições de ginástica, controle do asseio), nos regulamentos (normas de postura, limpeza, ventilação, penalidades) e nas representações disseminadas pelos periódicos. Essa constatação converge com Segadilha (2016), ao demonstrar que a Escola Modelo Benedito Leite se constituiu como vitrine pedagógica e sanitária do Estado, concebida para encarnar e projetar o ideal republicano de modernidade.

A partir das evidências reunidas, torna-se possível referendar a hipótese desta tese, segundo a qual as concepções sobre saúde, higiene e educação na Primeira República converteram-se em representações de práticas higienistas escolares, mas nem sempre puderam ser plenamente concretizadas na realidade material e pedagógica das escolas maranhenses, revelando um descompasso entre políticas educacionais e práticas efetivas. De fato, o higienismo funcionou como ideário estruturante, orientando reformas, discursos e prescrições, contudo sua efetivação foi marcada por limites materiais, precariedades estruturais, improvisações locais e desigualdades regionais profundas. As escolas da capital receberam prédios-modelo, mobiliário moderno, fiscalização constante e maior presença de agentes sanitários. Já cidades como Rosário, Codó, Caxias, Barra do Corda e Carolina, cada uma com ritmos próprios de urbanização e diferentes níveis de organização administrativa, revelaram graus variados de aproximação ou distanciamento em relação ao projeto higienista. Em algumas localidades, observou-se certa adesão às práticas prescritas, seja pela atuação da imprensa local, seja pela presença de lideranças escolares sensíveis às reformas, enquanto em

outras a precariedade estrutural, a ausência de prédios escolares, o improvisado dos espaços de aula e a falta de fiscalização dificultaram a incorporação efetiva dessas diretrizes.

Essa heterogeneidade converge com Mariano (2015) quando o autor ressalta que existe um processo no qual espaços interioranos, marcado por limitações materiais e desigualdades regionais, permanecem à sombra dos centros modernizadores, revelando que a difusão do higienismo no estado ocorreu de modo desigual e condicionado pelas condições locais. Ao integrar legislação, cultura material, práticas escolares e representações jornalísticas, esta tese demonstra que o higienismo no Maranhão foi um fenômeno híbrido, negociado e ressignificado, que articulou discursos médicos, expectativas morais e racionalidades governamentais. Sua força não residiu apenas na implementação concreta de práticas sanitárias, mas também na produção de um imaginário social que vinculou educação, saúde e civilidade como pilares do projeto republicano.

Ao final do estudo, conclui-se que o higienismo influenciou e reorganizou a cultura escolar maranhense, transformando a concepção de infância, a organização da escola, os papéis profissionais, os objetos escolares, a arquitetura. As análises desenvolvidas ao longo desta tese evidenciam que o higienismo, enquanto fenômeno histórico e cultural, configurou-se no Maranhão como racionalidade complexa e multiforme, articulando medicina, pedagogia, administração pública, imprensa e arquitetura escolar. Essa compreensão dialoga diretamente com Rocha (2008), ao destacar que a higienização dos costumes se constituiu como forma privilegiada de governar populações e escolarizar corpos. Também se aproxima de Soares Júnior (2016), ao demonstrar que práticas higienistas foram reinterpretadas regionalmente, assumindo formas específicas. Converte ainda com Mariano (2015), ao evidenciar a pedagogização dos corpos infantis; com Segadilha (2016), ao mostrar a centralidade da Escola Modelo como laboratório disciplinador; e com Bezerra (2019), ao reforçar o papel da imprensa na mediação e difusão do ideário sanitário. Entretanto, apesar da força discursiva do higienismo, as desigualdades estruturais permaneceram constitutivas da realidade educacional maranhense. A concentração de investimentos na capital, a carência de professores formados, a ausência de prédios adequados, a falta de materiais didáticos e a precariedade sanitária das escolas do interior revelam a distância entre o projeto modernizador e sua efetivação. Essa tensão, inscrita em relatórios, jornais e mensagens de governo, demonstra que o higienismo convivia com limitações financeiras, logísticas e administrativas.

O higienismo maranhense foi, ao mesmo tempo, vanguarda e contradição: vanguarda ao inaugurar novas formas de pensar a educação, o corpo e a saúde; e contradição, ao

universalizar um discurso de modernidade que materialmente só alcançava uma parcela restrita da população. Essa síntese, presente em Rocha (2010), Mariano (2015) e Bezerra (2012), reforça que as políticas educacionais são sempre tensionadas por disputas, assimetrias e negociações. Ao recuperar essa história, a tese ilumina um capítulo fundamental da educação maranhense e contribui para compreender tensões contemporâneas associadas à infraestrutura, desigualdades regionais, medicalização da infância e dispositivos de controle escolar. As marcas desse passado higienista ainda se fazem presentes em debates sobre saúde escolar, vigilância sanitária, práticas pedagógicas e políticas públicas. Assim, a tese aponta para a necessidade de compreender o higienismo não como episódio circunscrito ao passado, mas como herança cultural, institucional e discursiva que continua a estruturar modos de pensar e governar a escola, a infância e a saúde no Maranhão.

Esta pesquisa evidenciou que o higienismo escolar no Maranhão foi um fenômeno marcado por apropriações locais, tensões regionais e negociações entre diferentes agentes, resultando em práticas híbridas e soluções inovadoras diante das limitações estruturais e culturais. Ao analisar legislação, cultura material, imprensa e rotinas escolares, o estudo revelou que a modernização republicana se concretizou de forma desigual, destacando a centralidade da escola como espaço de disciplinamento, mas também de resistência e adaptação.

Os achados reforçam a importância da História Cultural e da História da Educação para compreender os processos de construção da infância, da cidadania e da saúde escolar, articulando discursos, práticas e materialidades. A pesquisa contribui para o debate contemporâneo sobre políticas públicas, infraestrutura escolar e medicalização da infância, apontando desafios e permanências que ainda marcam o campo educacional.

Dentre as limitações, destacam-se a dificuldade de acesso a fontes do interior e o foco predominante em documentos oficiais, o que sugere a necessidade de pesquisas futuras que explorem práticas informais, memórias escolares e resistências locais. Recomenda-se também a ampliação de estudos comparativos entre diferentes regiões e períodos, visando aprofundar a compreensão das continuidades e rupturas do ideário higienista.

Em síntese, compreender o higienismo escolar como herança cultural e institucional é fundamental para refletir sobre os desafios da educação contemporânea, reafirmando o compromisso com a transformação social e o direito à saúde e à educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Perfil do fundador**. São Luís, 2024. Disponível em: https://academiamaranhense.org.br/c_delivery/artigos/. Acesso em: 30 de jul. 2024.
- ÁLBUM do Estado do Maranhão. [S. l.]: Empresa Gráfica Amazônia, [1923?]. 223 p.
- ALMEIDA, L. F. P. Cidades em quarentena: a polícia sanitária nos portos do Maranhão (1890-1920). **Revista de História e Culturas**, São Luís, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2015.
- ALMEIDA, L. F. P. Condições sanitárias em São Luís no início do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1., 2022, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: [S. n.], 2022. p. 1-15.
- AMORIM, H. D. S. **O discurso higienista para os Grupos Escolares na legislação educacional do RN (1908-1925)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- ANDRADE, B. M. D. **O discurso educacional do Maranhão na primeira república**. São Luís: UFMA/Secretaria de Educação, 1984.
- ANTUNES, J. L. F.; MORAES, M. D.; BIAZEVIC, M. G. H.; WALDMAN, E. A.; CORRÊA, M. O. A. Tuberculose e leite: elementos para a história de uma polêmica. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 609-623, 2002.
- AZEVEDO, C. B. D. **O ideário modernizador do governo graccho cardoso (1922-26) e a reforma da instrução pública de 1924 em Sergipe**. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- AZEVEDO, C. B.; AMORIM, H. S.; SANTOS, R. M. Princípios higienistas e a escola para a república: um estudo sobre os grupos escolares do Rio Grande do Norte. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, n. 73, p. 132-153, 2017.
- AZEVEDO, C. R.; AMORIM, A. C.; SANTOS, J. M. **Higienização e educação: discursos médicos e práticas escolares no Brasil republicano**. Curitiba: Appris, 2017.
- BARBOSA, R. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1981.
- BARRETO, A. D. L. P. Higienismo e educação na Paraíba. In: CARDOSO, C. A. D. A.; KULEZA, W. A. **A escola e a igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa: UFPB, 2010. p. 59-81.
- BARROS, A. M. M. D. S. **Educação, hygiene e saúde: “história natural e hygiene geral e escolar” na Escola Normal de Sergipe (1879-1930)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016.
- BARROS, J. D. A. **A fonte histórica e o seu lugar de produção**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.
- BATISTA, S. Deficiência Intelectual e Inclusão Escolar. **Gestão & Educação**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 105-116, 2022.
- BENCOSTTA, M. L. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 103-141, 2001.

- BEZERRA, I. M. P.; SORPRESO, I. C. E. Conceitos de saúde e movimentos de promoção da saúde em busca da reorientação de práticas. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2016.
- BEZERRA, M. A. B.; SORPRESO, S. R. **Educação e medicalização: o corpo como objeto das intervenções escolar e médica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- BEZERRA, M. P. **Nos sertões do Norte: saúde pública e saneamento no Maranhão (1889-1930)**. 2019. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.
- BEZERRA, M. P. **O tanatopoder e as epidemias: discurso civilizador e saúde pública no centro urbano de São Luís no início do século XX**. São Luís: EDUFMA, 2012.
- BISERRA, I. K. C. **“Conselhos e Instruções a Ti, Professor”**: a imprensa pedagógica da Paraíba como lugar de atuação e formação docente (1919–1942). 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraíba, João Pessoa, 2019.
- BITTENCOURT, C. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOURDIEU, P. Cultura e Política. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1980, p. 183-194.
- BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.
- BOURDIEU, P. La Opción Pública no existe. **Debates en sociología**, [S. l.], n. 17, p. 301-311, 1992.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões da Prática**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Editora Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **Reproduction in education, society and culture**. [S. l.]: Sage, 1990.
- BRAGA, L. A. **Medidas sanitárias em São Luís na Primeira República**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.
- BRAUCKS, J. B. *et al.* Pesquisa Bibliográfica como Metodologia de Pesquisa Científica. **RELACult**, [S. l.], v. 11, p. 1-11, 2025.
- CÂMARA MUNICIPAL (Codó). História. In: Prefeitura de Codó. **Codó**, 2014. Disponível em: <https://cmcodo.ma.gov.br/municipio/historia>. Acesso em: 22 set. 2025.
- CARDOSO, V.; REIS, A. P. D.; IERVOLINO, S. A. Escolas promotoras de saúde. **Journal of Human Growth and Development**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 107-115, 2008.
- CAROLINA (Maranhão). [S. l.]: IBGE, 2023. 1 foto, p & b.

CARVALHO, J. M. D. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, J. T. D. **Planta da cidade de S. Luiz capital do estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1912. 1 mapa, color.

CASTELLANOS, S. L. V. Políticas educacionais no maranhão na primeira república: primeiras aproximações. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFPI*, 4., 2006, Piauí. **Anais [...]**. Piauí: Universidade Federal do Piauí, 2006.

CASTELLANOS, S. L. V. **O livro escolar no Maranhão Império**. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2017.

CASTELLANOS, S. L. V.; CASTRO, C. A. A imprensa de educação e ensino no Maranhão e Pará (1844-1954): primeiras aproximações. **History of Education and Children's Literature**, [S. l.], p. 293-317, 2021.

CASTELLANOS, S. L. V.; FARIAS, C. M. P. A cultura material escolar nas instituições públicas de ensino primário do Maranhão (1843-1870). **Revista Brasileira de História da Educação**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2023.

CASTELLANOS, S. L. V. A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1-21, 2020.

CASTRO, C. A. (org.). **Leis da instrução do Maranhão República (1892-1930)**. São Luís: EDUFMA, 2023. 624 p.

CASTRO, C. A. A legislação como fonte para a história da instrução primária maranhense. **Cad. Hist. Educ.**, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 30-44, abr. 2017.

CASTRO, C. A. **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, SC e RS, 1870-1925)**. São Luís: EDUFMA, 2011.

CASTRO, C. A. **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1855-1889**. São Luís: EDUFMA, 2009.

CASTRO, C. A.; BORGES, A. L. D.; CASTELLANOS, S. L. V. A imprensa maranhense de educação e ensino: os discursos sobre o livro e a leitura (1902-1932). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 56, p. 1-26, 2020.

CASTRO, C. A.; CABRAL, M. C. D. S.; CASTELLANOS, S. L. V. A imprensa estudantil liceísta no Maranhão (1889-1900). **Revista Brasileira de História da Educação**, [S. l.], v. 19, p. 1-30, 2019.

CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. A imprensa educacional liceístas do Maranhão na primeira república. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: o ensino e a pesquisa na história da educação*, 6., 2008, Aracaju. **Anais [...]**. Recife: [S. n.], 2008.

CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. As doenças e o controle dos desejos corporais dos meninos recolhidos em instituições educativas maranhenses no oitocentos. **Cad. Hist. Educ.**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 222-241, 2016.

CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. O mestre “Barbosa de Godois” e a escola maranhense. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 6, n. 17, p. 411–425, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/9716>. Acesso em: 14 nov. 2024.

- CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V.; COELHO, J. C. Inspetoria da instrução pública e profissão docente no Maranhão Império. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 58–73, 2015. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/3394>. Acesso em: 17 de abr. de 2022.
- CATANI, D. B.; SOUZA, C. (orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1999.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p.
- CHARTIER, R. **História da Leitura no Mundo Ocidental**. [S. l.]: Ática, 1998.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1990.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso: 12 abr. 2022.
- CHARTIER, R. Pierre Bourdieu e a história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 139-182, 2002.
- CRUZ, P. L. C. A.; STAMATTO, M. I. S. A arquitetura escolar na construção do imaginário republicano. **Acta Scientiarum. Education**, [S. l.], v. 40, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i2.35554>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- CUNHA, G. **Álbum do Maranhão**. São Luís: Edições AML, 1908.
- DOLCI, M. D. C. **Entre a Ciência e a Política: ebsino, atendimento e pesquisa no Instituto de Higiene de São Paulo (1916-1951)**. 2019. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- DONZELOT, J. **L'invention du social: essai sur le declin des passions politiques**. Paris: Seuil, 1994.
- DUARTE, E. M. **As bases da educação adventista e a escola nova no Maranhão (1920-1930)**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.
- ELIAS, N. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FARIA FILHO, L. M. D. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. **Jornal Culturas escolares, saberes e práticas educativas**, São Paulo, p. 191-211, 2007.
- FELGUEIRAS, M. L. Materialidade da cultura escolar: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**, [S. l.], v. 16, n. 46, p. 87-102, 2005.

FERREIRA, C. A. inspeção médica dos colegiais. **Imprensa Médica**, [S. l.], v. 17, n. 20, p. 305-312, 25 out. 1909.

FERREIRA, J. S. A medicalização do ambiente escolar: a higiene na escola primária maranhense (1900-1920). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 19, 2019.

FERTONANI, H. P. **Desafios de um modelo assistencial em defesa da vida, da saúde e da segurança: o que dizem os usuários da atenção básica**. 2010. 235 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

FLEISCHMANN, S. T. C.; FONTANA, A. T. A capacidade civil e o modelo de proteção das pessoas com deficiência mental e cognitiva: estágio atual da discussão. **Civilistica.com**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1–22, 2020. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/557>. Acesso em: 25 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975- 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002 (Originalmente publicado em 1975).

FRAGO, A. V. La escuela y la escolaridad como objetos históricos: facetas y problemas de la historia de la educación. **Revista Brasileira de História da Educação**, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 9-54, 2008.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura escolar como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

GODINHO, V. **A Peste no Maranhão**. São Luís: Typ. Texeira, 1904.

GODOIS, A. B. B. **O mestre e a escola**. São Luís: Imp. Oficial, 1918. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GODOIS, A. B. D. B. **O Mestre e a Escola**. São Luís: Imprensa Oficial. 1910.

GODOIS, A. B. D. B. **Os ramos da educação**. São Luís: Imp. Oficial, 1914.

GODOIS, A. B. D. B. **Os Ramos da Educação**: escola primaria. São Luís: Imprensa Oficial, 1914.

GONDRA, J. G. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

GONDRA, J. G. Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822-1889). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 235-241, 2012.

GONDRA, J. G. Entre o cura e o médico higiene, docência e escolarização no Brasil imperial. **Revista Brasileira de História da Educação**, Pelotas, v. 11, n. 22, p. 183-204, 2007.

GONDRA, J. G. Higiene, escola e saberes médicos: a medicalização da educação como estratégia de regulação social. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 7, p. 77–102, 2004.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. p. 519-550.

HELMAN, C. G. **Cultura, Saúde e Doença**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Carolina**, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/carolina/historico>. Acesso em: 14 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Codó**, 1901. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/historico>. Acesso em: 14 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Geociência**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KEHL, R. **A fada Higia**. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves, 1925.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LACERDA, L. M. A história da Leitura no Brasil: formas de ver e maneiras de ler. In: ABREU, M. (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 611-624.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LINDENBERG, A.; GODINHO, V. **Norte do Brasil**: através do Amazonas, do Pará e do Maranhão. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Universal de Lemmer, 1906.

LUCENA, A. D. F. *et al.* Construção do conhecimento e do fazer enfermagem e os modelos assistenciais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S. l.], v. 40, p. 292-298, 2006.

MAPA DO BRASIL (Maranhão). [S. l.]: GuiaNet, 2016. 1 mapa, color. Disponível em: <https://guianet.com.br/links/externos/mapa/99-maranhao-ma>. Acesso em: 22 dez. 2024.

MARANHÃO ILUSTRADO. São Luís: Typ. da Alfaiataria Texeira, 1899.

MARANHÃO ILUSTRADO. São Luís: Typ. da Alfaiataria Texeira, 1923.

MARIANO, N. R. C. **Educação pela higiene**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2015.

MARTIN, M. D. S. A noção de campo em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Sociologia**, [S. l.], v. 10, n. 26, p. 222-235, 2022.

MAUAD, A. M. Fotografia e história: possibilidades teóricas e metodológicas. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 40, p. 11-34, 2008.

MAUAD, A. M. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. **ArtCultura**, [S. l.], v. 10, n. 16, p. 33-50, 2008.

MAZZOTTA, M. J. D. S. **Educação Especial no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez. 2005.

MAZZOTTA, M. J. D. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MELLO, B. V. D. A escrófula e as vegetações adenoides nos escolares: vantagens da inspeção médica escolar. **Imprensa Médica**, [S. l.], v. 16, n. 22, p. 343-346, 25 nov. 1908.

MELLO, B. V. D. **Higiene escolar e pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino**. São Paulo: Casa Vanorden, 1917.

MELO, A. B. D. **As ideias pedagógico-higienistas na revista Pedagogium (1921-1927)**. 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MELO, F. **Uma breve história do Maranhão**. São Luís: Editora Shalom. 2004. 124 p.

MORAES, M. F. D. **A higiene escolar nos escritos de Carlos Sá: circulação de ideias e projetos de interação entre saúde e educação (1920-1945)**. 2015. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, [S. l.], 2015.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009. 341 p.

NAGLE, J. Educação e sociedade na Primeira República. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, n. 2, 2001.

NASCIMENTO, D. R. D.; SILVA, M. A. D. D. A peste bubônica no rio de janeiro e as estratégias públicas no seu combate (1900-1906). **Revista Territórios & Fronteiras**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 109-124, 2013.

NINA, A. P. **Programa didático**: roteiro para o curso de pedagogia. São Luís: [S. n.], 1906.

NÓVOA, A. **A imprensa de Educação e Ensino**: repertório analítico (séculos XIX-XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

OLIVEIRA, C. V. C. P. D. **A Educação no Pará Republicano na revista "O Ensino" (1918-1919)**. [S. l.]: UFPA, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Declaração de Alma-Ata. In: Organização Pan-Americana da Saúde. **História da Organização Pan-Americana da Saúde**, 1978. Disponível em: <https://www.paho.org/en/who-we-are/history-pan-american-health-organization-paho/alma-ata-revisited>. Acesso em: 24 set. 2025.

PAIVA, M. M. D.; VIVEIROS, K. F. M. D.; NETA, O. M. D. M. (orgs.). **Infância, Escolarização e Higiene no Brasil**, [S. l.]: Editora Liber Livro, 2011.

PALHANO, R. N. S. **A produção da coisa pública**: serviços e cidadania na primeira república ludovicense. 2. ed. São Luís: Ed. Engenho, 2017. 428 p.

PESAVENTO, S. J. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. **Revista Brasileira de História**, [S. l.], v. 27, n. 53, 2007.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINTO, A. A. **Imprensa e ensino**: catálogo de fontes para o estudo da história da educação mato-grossense. Dourados, MS: EdUFGD, 2017. 134 p.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

ROCHA, E. A. C. **Inspeções médicas escolares no Maranhão: um estudo sobre o controle da infância (1900-1930)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

ROCHA, H. H. P. **“A escola como laboratório” Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

ROCHA, H. H. P. A educação da infância: entre a família, a escola e a medicina. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 26, p. 235-261, 2010.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes: educação, saúde e moralidade no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

ROCHA, H. H. P. Educação escolar e higienização da infância. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 39-56, 2003.

ROCHA, H. H. P. Entre a ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil. **Historia de la Educación**, [S. l.], v. 28, p. 109-134, 2009.

ROCHA, H. H. P. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, RJ, v. 22, n. 2, p. 371-390. abr./ jun. 2015,

ROCHA, H. H. P. **Regras de bem viver para todos: a Bibliotheca Popular de Hygiene do Dr. Sebastião Barroso**. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

ROCHA, I. M. Imprensa e folhetos como instrumentos de profilaxia coletiva: a educação sanitária no Brasil (1890-1930). **Revista Comunicação e Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-15, 2015.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, 1994. 423 p.

SALDANHA, L. M. L. **A instrução maranhense na primeira década republicana**. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

SANTOS, L. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

SEGADILHA, D. M. F. **A Escola Modelo Benedito Leite no contexto de produção da educação moderna em São Luís (1900-1920)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SEGADILHA, D. M. F.; DIAS, D. S. Livro didático e imagens: uma análise no Instituto Federal do Maranhão. **História & Ensino**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 107–133, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2018v24n2p107>. Acesso: 14 de jun. 2024.

SEGADILHA, D. M. F.; SERRANO, D. D. P. Escola Modelo Benedito Leite no início o século XX em São Luís- MA. **Revista Concilium**, [S. l.], v. 22, n. 4, 2022.

SILVA, D. A. F. D. **A ação educativa e a propaganda republicana nas páginas do jornal A Republica no período de 1886 a 1891**. 2020. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2020.

SILVA, D. R. D. Intelectuais da educação e o incentivo à escolarização primária no Maranhão. **Revista Olhares**, São Paulo, v. 7, n. 3, 2019.

SILVA, D. R. D. S. **As casas de ensino no Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912)**. 2017, 276 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, SP, 2017.

SILVA, L. P. D. **Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SOARES JÚNIOR A. D. S. Sob o domínio do abandono: os projetos de higiene instituídos na Paraíba na transição do século XIX para o século XX. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL*, 8., 2016, Araguaína. **Anais [...]**. Araguaína: [S. n.], 2016.

SOARES JUNIOR, A. D. S. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na cidade na Paraíba (1912-1924)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SOARES JÚNIOR, A. D. S. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. Rio de Janeiro: AMCGuedes, 2015.

SOARES JÚNIOR, A. D. S. História e historiografia da saúde e das doenças na paraíba. **Revista Fênix**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 100–133, 2021. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1116>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOARES JUNIOR, A. D. S. Saúde e inspeção nos portos: um estudo sobre a vigilância sanitária no Maranhão (1890-1920). **Revista Maranhense de História Pública**, São Luís, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2011.

SOARES JUNIOR, A. D. S. Sob o governo de higia: os saberes médico-pedagógicos e a construção de um corpo hígido na Paraíba (1930-1940). **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 23, 2019.

SOARES, F. S. **A escola mista e a coeducação na década de 1920: expansão, significado e os debates na imprensa periódica**. 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

SOUSA, M. D. S. A. D.; LIMA, M. D. S. P. Reflexões sobre a materialidade escolar do Instituto Gentil Bittencourt em Belém do Pará: história, artefatos e arquitetura escolar. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 13, 2021.

SOUZA, C. A. D. **Higiene Escolar em Salvador (1920–1930)**. 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Alagoinhas, 2024.

SOUZA, R. F. D. Prefácio. *In: CASTRO, C. A. (org.). Cultura material escolar: a escola e seus artefatos* (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2011.

STEPHANOU, M. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 33–64, 2006.

TAVARES, R. S. **Escola e infância: processo de institucionalização dos jardins-de-infância na capital do Maranhão no período de 1870 até a década de 1930**. 2018. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

TESSER, C. D.; POLI NETO, P.; CAMPOS, G. W. D. S. Acolhimento e (des)medicalização social: um desafio para as equipes de saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 15, p. 3615-3624, 2010.

TRIGO, M. H. B. Habitus, campo, estratégia: uma leitura de Bourdieu. **Cadernos Ceru**, v. 9, [S. l.], p. 45-55, 1998.

VANDERLEI, M. I. G.; ALMEIDA, M. C. P. D. A concepção e prática dos gestores e gerentes da estratégia de saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 443-453, 2007.

VIANA, L. C. **A Colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, [S. l.], 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufra.edu.br/handle/123456789/293>. Acesso em: 10 de set. 2021.

VIDAL, D. G. Cultura e Práticas Escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa. **Hist. Educ.**, [S. l.], v. 25, p. 153-171, 2006.

VIDAL, D. G. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 251-272, jan./abr. 2017.

VIDAL, D. G.; SILVA, V. L. G. D. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 29-45, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127>. Acesso em: 10 nov. 2024.

VIVEIROS, J. D. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. **Revista de Geografia e História**, São Luís, dez. 1953.

VIVEIROS, K. F. M. D. A educação a criança: um tesouro a descobrir. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 5., 2008, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.: S. l.], 2008.

FONTES DOCUMENTAIS UTILIZADAS

- LEIS E DECRETOS

BRASIL. Decreto nº 485, de 22 de janeiro de 1908. Estabelece normas para a instrução primária no Estado. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1908.

BRASIL. Decreto nº 11, de 1901. Dispõe sobre a organização da instrução pública no início do século XX, estabelecendo normas para a administração escolar, funcionamento das aulas e estrutura pedagógica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1901.

BRASIL. Decreto nº 13.000, de 1º de maio de 1918. Crêa o serviço da quinina official, prophylático da malária, inicial ao dos medicamentos do Estado, necessários ao saneamento do Brasil. **Coleção de Leis do Brasil**, [S. l.], não paginado, 1918.

BRASIL. Decreto nº 13.001, de 1º de maio de 1918. Dispõe sobre organização das comissões de médicos e auxiliares para o serviço de prophylaxia rural. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, não paginado, 3 mai. 1918.

BRASIL. Decreto nº 13.159, de 28 de agosto de 1918. Modifica e amplia os decretos nºs 13.000 e 13.055, de 1 e 6 de maio de 1918, sobre medicamentos oficiais no Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1918.

BRASIL. Decreto nº 13.527, de 26 de março de 1919. Reorganiza o Instituto Oswaldo Cruz. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1919.

BRASIL. Decreto nº 14.189, de 26 de maio de 1920. Dá regulamento para a execução do Decreto Legislativo nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920, que criou o Departamento Nacional de Saúde Pública. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, não paginado, 3 jun. 1920.

BRASIL. Decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920. Aprova o regulamento para o Departamento Nacional de Saúde Pública. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1920.

BRASIL. Decreto nº 14.629, de 17 de janeiro de 1921. Regulamentação e dispositivos relativos a cargos/concursos e organização de serviços no Instituto Oswaldo Cruz. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1921.

BRASIL. Decreto nº 15.003, de 15 de setembro de 1921. Faz modificações no regulamento aprovado pelo Decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1921.

BRASIL. Decreto nº 16.300, de 4 de janeiro de 1922. Altera e consolida dispositivos referentes à instrução pública, atualizando programas, organização das escolas e atribuições dos professores. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1922.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde (Ministério da Educação e Saúde Pública). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1930.

BRASIL. Decreto nº 3.823, de 10 de novembro de 1900. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores novo crédito suplementar de 550:000\$ à verba “Socorros públicos” do exercício de 1900. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1900.

BRASIL. Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920. Reorganiza os serviços da Saúde Pública. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 437, 8 jan. 1920.

BRASIL. Decreto nº 430, de 10 de fevereiro de 1906. Reorganiza o magistério público do Estado. **Diário Oficial do Estado do Maranhão:** seção 1, São Luís, não paginado, 1906.

BRASIL. Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889. Dissolve e extingue as assembleias provinciais e fixa provisoriamente as atribuições dos governadores dos Estados. **Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, DF, não paginado, 1889.

BRASIL. Decreto nº 9.196, de 9 de dezembro de 1911. Reformula aspectos da instrução pública, definindo regulamentos para escolas normais, métodos de ensino e diretrizes para a formação docente. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1911.

BRASIL. Decreto nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886. Reorganiza o serviço sanitário do Império. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, não paginado, 1886.

BRASIL. Lei nº 1.151, de 5 de janeiro de 1904. Reorganiza os serviços da higiene administrativa da União. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 159, 1904.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2015.

MARANHÃO. **Código de Posturas do Município de São Luís**. São Luís: Câmara Municipal, 1893.

MARANHÃO. **Collecção das Leis do Estado do Maranhão de 1894**. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão. São Luís: [S. n.], 1894.

MARANHÃO. **Collecção das Leis do Estado do Maranhão de 1900**. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão. São Luís: [S. n.], 1900.

MARANHÃO. Decreto nº 1.301, de 8 de fevereiro de 1930. Estabelece estrutura curricular para o ensino normal. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1930.

MARANHÃO. Decreto nº 11, de 20 de fevereiro de 1901. Estabelece normas para a instrução pública e para o funcionamento das escolas. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1901.

MARANHÃO. Decreto nº 11, de 20 de fevereiro de 1901. Põe sob a jurisdição do Director da Escola Normal as escolas primarias estadoaes existentes na Capital, manda continuar sob a jurisdição do Inspector Geral da Instrucção Publica as do interior e providencia sobre a inspecção dessas escolas. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1901.

MARANHÃO. Decreto nº 27, de 27 de maio de 1903. Institue a educação physica com caracter obrigatorio em todos os estabelecimentos de instrucção pública existentes nesta cidade, e toma outras providencias a respeito. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1903.

MARANHÃO. Decreto nº 3.823, de 10 de novembro de 1900. Regula a inspecção e a fiscalização escolar. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1900.

MARANHÃO. Decreto nº 33, de 8 de fevereiro de 1904. Crea um serviço extraordinário de Hygiene Publica. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1904.

MARANHÃO. Decreto nº 4.778, de 27 de dezembro de 1923. Considera de utilidade publica a Liga Brasileira de Hygiene Mental, com séde nesta Capital. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1923.

MARANHÃO. Decreto nº 5.156, de 8 de março de 1904. Estabelece normas de hygiene escolar. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1904.

MARANHÃO. Decreto nº 55, de 1905. Estabelece novo Regulamento para as Escolas Normal e Modelo Beneditoo Leite, o Curso Anexo a esta Escola. os Grupos Escolares e

Escolas primarias regidas por normalistas. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1905.

MARANHÃO. Decreto nº 57, de 1918. Crea no curso profissional anexo ao Lyceu Maranhense, a cadeira de Physica, Chimica, Histoia Natural e Hygiene. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1918.

MARANHÃO. Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889. Reorganiza provisoriamente o ensino público. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1889.

MARANHÃO. Lei nº 159, de 16 de maio de 1896. Crêa uma inspetoria de Hygiene no Estado. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1896.

MARANHÃO. Ofício nº 148, de 9 de maio de 1900. Comunicação oficial referente às atividades da Inspetoria Escolar. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1900.

MARANHÃO. **Regulamento da Escola Normal**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1905.

MARANHÃO. Regulamento do Lyceu Maranhense, de 1901. Estabelece normas administrativas e pedagógicas para o Lyceu Maranhense. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1901.

MARANHÃO. Relatório da Inspetoria Escolar, de 1920. Documento anual de atividades e avaliação da instrução pública no estado. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**: seção 1, São Luís, não paginado, 1920.

- PERIÓDICOS

A ESCOLA. Codó: [S. n.], 1919. Mensal.

A ESCOLA. São Luís: [S. n.], 1902-1929. Mensal.

A LÂMPADA. Codó: [S. n.], 1893. Mensal.

GAZETA DE CAXIAS. Carxias: [S. n.], 1998. Mensal.

GAZETA DE CAXIAS. Caxias: [S. n.], 1889.

GAZETA DE CODÓ. Codó: [S. n.], 1893.

O COMBATE. São Luis: [S. l.], 1925-1965. Mensal.

O COMBATE. São Luis: [S. n.], 1925-1965. Bimensal.

O EDUCADOR MARANHENSE. [S. l.: S. n.], 1984.

O GUARANY. [S. l.: S. n.], 1871. Mensal.

O NORTE. [S. l.: S. n.], 1893.

O PARNASO. Caxias: [S. n.], 1861. Mensal.

O PORVIR. São Luis: [S. n.], 1895. Mensal.

O ROSARIENSE. Rosário: [S. n.], 1903. Bimensal.

O SER. Rosário: [S. n.], 1904.

O TOCANTINS. Carolina [S. l.: S. n.], 1855. Mensal.

PACOTILHA. São Luis: [S. l.], 1880-1909. Mensal.

PACOTILHA. São Luís: [S. n.], 1890-1903. Semanal.

REVISTA DO ENSINO. [S. l.: S. n.], 1936. Mensal.

REVISTA DO NORTE. [S. l.: S. n.], 1904. Mensal.

REVISTA DO NORTE. São Luís: [S. n.], 1904.

ANEXO

ANEXO 1 – Ficha de Mapeamento do Estado da Arte.

Instrumento de Análise Documental: Elaboração original: Prof. Dr. Samuel Luis Velazquez Castellanos.

FICHA DO ESTADO DA ARTE			
AUTOR:			
TITULO:			
ANO / UNIVERSIDADE:			
RESUMO DO AUTOR		PALAVRAS-CHAVE	
PROBLEMÁTICA DA PESQUISA		OBJETIVO GERAL	
QUESTÕES NORTEADORAS		OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
CATEGORIAS TEÓRICAS / AUTORES		CATEGORIAS METODOLÓGICAS/ AUTORES	CATEGORIAS EMPÍRICAS / AUTORES
1ª Categoria	1º Autor		
	2º Autor		
	3º Autor		
Se posicione como (ex: pedagogo, Terapeuta Ocupacional, etc) e como pesquisador fazendo uso de um 4º Autor:			
2ª Categoria	1º Autor		
	2º Autor		
	3º Autor		
Se posicione como (ex: pedagogo, Terapeuta Ocupacional, etc) e como pesquisador fazendo uso de um 4º Autor:			
3ª Categoria	1º Autor		
	2º Autor		
	3º Autor		
Se posicione como (ex: pedagogo, Terapeuta Ocupacional, etc) e como pesquisador fazendo uso de um 4º Autor:			
RESUMO SOBRE O ARTIGO			

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO DE MARCOS DAS LEGISLAÇÕES SANITÁRIAS E EDUCACIONAL

ANO	MARCOS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA BRASILEIRA 1889 A 1930	MARCOS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA MARANHENSE 1889 A 1930	MARCOS DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL 1889 A 1930
1889		Inspeção de Higiene Funciona esta Repartição sob a direcção do Inspector, Dr. Almir Parga Nina. De 18 de novembro até hoje sido bom em geral o estado sanitário desta capital, tendo apparecido alguns casos de febre amarela e de varíola, sendo este últimos em 4 doentes vindos nos vapores brasileiros, em Fevereiro, outro em Março e dois em junho, procedentes o primeiro do Rio de Janeiro e outros da Parahyba do Norte. Foram todos recolhidos ao hospital de isolamento na Ponta do Bomfim a cargo da Inspeção de Higiene. No período aludido foram vacinadas 80 pessoas, sendo 42 do sexo masculino e 38 do feminino, todos brasileiros. Tiveram, porém, vacina regular apenas 44. Os dados sobre visitas sanitárias, mortalidade desta cidade, e observações meteorológicas, vereis do relatório que me foi apresentado pelo Dr. Inspector de Higiene, e que vai aqui anexo sob n° 12 bem como dos mapas estatísticos que o acompanha. Reclama o dito Inspector contra a insuficiências da verba de 300\$000reis annuaes destinada ao expediente da Repartição, que nem ao menos, como diz comporta a despesa com publicação	Lei N. 1458 — de 14 de março de 1889. Auctorisa a concessão de licença aos professores de S. Bento e da Manga. Lei N. 1464 — de 26 de março de 1889. Transfere a cadeira do sexo feminino de Jussatuba para o Iguahyba. Lei N. 1471 — de 6 de abril de 1889. Concede licença a diversos professores.

		dos mapas estatísticos. SAUDE DO PORTO Continua a dirigir esta Repartição o dr. Joaquim Fernandes da Costa Lima. De 18 de Novembro de 1889 para cá tem sido bom o estado sanitário deste porto não havendo se manifestado nas embarcações surtos no porto caso algum de moléstia.	
1890		RELATÓRIO DE GOVERNADOR Inspetoria de Higiene do Maranhão, em 3 de julho de 1890. Pessoal da Repartição. O pessoal da repartição compõe- se apenas dos seguintes fuccionários: Inspector-Dr. Almir Parga Nina. Ajudante-Dr. Claudio Serra de Moraes Rego. Secctario interino-Telesphoro Estelita de Moraes Rego. REPARTIÇÃO SANITÁRIO DO ESTADO O estado sanitário foi em geral bom. Apenas apparecido alguns casos de febre amarella e de varíola, sendo os últimos 4 doentes vindos nos vapores brasileiros[...]procedentes do Rio de Janeiro e os outros da Parahyba do Norte.Foram todos recolhidos ao hospital de isolamento na Ponta do Bomfim a cargo da Inspetoria de Hygiene.p.35 [...]foram vacinadas 80 pessoas, sendo 42 do sexo masculino e 38 do feminino, todos brasileiros.[...]p.35 “Reclama o dito Inspector conta a insufficiencia da verba de 300\$000reis annuaes destinada ao expediente da repartição, que nem ao menos,	Decreto N. 21 — de 15 de Abril de 1890. Reorganiza o ensino público do Estado. 51-62 Decreto N. 24 — de 7 de Junho de 1890. Divide em duas cadeiras de Mathematicas do Lyceu Maranhense. 79. Decreto N. 30 — de 29 de setembro de 1890. Extingue o Conselho Superior de Instrucção Publica. 86-87. Decreto N. 32 — de 30 de setembro de 1890. Estabelece o modo porque deve ser prestada a prova oral nos concursos para preenchimento das cadeiras do Lyceu Maranhense. 89. Decreto N. 52 — de 27 de dezembro de 1890. Transfere para a povoação <Engenho d' Água>, município de Caxias, a cadeira da povoação Bonito, no município de S. José dos Mattões. 113. Decreto N. 54 — de 30 de dezembro de 1890. Commete a Congregação dos Lentes do Lyceu Maranhense as attribuições conferidas pelo Decreto de 29 de Setembro do corrente anno ao Inspector da Instrucção Publica, quanto á organização dos pontos da prova escripta e restabelece a disposição

		como diz, comport a despesa com a publicação dos mapas estatístico. Saúde do Porto [...]sido bom o estado sanitário deste porto não havendo se manifestado nas embarcações surtas no porto caso algum de moléstia contagiosas ou pheteciaes SANTA CASA DA MIZERICORDIA E digno de toda a protecção este Estabelecimento de Caridade. Esforcei-me por lhe dispensar todos os favores de que carecia por parte da administração do Estado. Basta o meu acto, de que trata o Decreto n. 14 de 8 de Fevereiro, restabelecendo as loterias concedidas em favor da Santa Casa, para demonstrar a minha bõa vontade em beneficiar esta Pia Instituição. LOTERIAS As extrahidas neste Estado são em benefício da Santa Casa da Mizericordia, que é digna de todo o Apoio.	do art. 173 do Regulamento de 22 de junho ultimo. 115 RELATORIO DE GOVERNADOR. Considerando que a Instrucção Publica, por seu delicado e transcendente assumpto, deve sempre reclamar o Governo,[...]nomear uma comissão composta dos cidadão Dr. Joaquim da Costa Barradas, Dr. João Henrique Vieira da Silva, Dr. Francisco de Paula Belfort Duarte, Joaquim de Souza e Manoel de Bethecourt, sob a presidência do referido Inspector interino, dr. Manoel José Ribeiro da Cunha[...] a fim de estudar as leis e regulamentos referentes ao assumpto e propor o plano de reforma de que que carecia a instrucção publica. [...] foi pela reforma creada uma Escola Normal, onde devem preparar- se os futuros professores do ensino primário. Há ali as seguintes aulas: [...] 8ª Pedagogia e instrucção moral e cívica. 11ª. Gymnastica. Foram nesta data devidamente aprovados os programas do ensino das matérias que formam os cursos do Lyceu Maranhense e Escola Normal, organizados pelo Conselho Superior da Instrucção Publica, eleito pela congregação plena dos Lentes desses Estabelecimentos d’Instrucção Secundaria. Occorre lembrar-vos que não me foi presente o programma para a cadeira do Gymnastica a qual com quanto ainda não provida de Professor por carência de
--	--	--	---

			peessoa habilitada n'este Estado, o deverá ser opportunamente. P.21 No dia 17 de novembro o foi nesta capital, conforme já expuz na introdução deste Relatório. Na cidade de Caxias e na povoação Pedreiras houve também um principio de desordem, que felizmente abortou, devido ao desregramento de alguns libertos
1891		Relatório de Governador 1891 “[...] obtive do Governo federal um credito da quantia de vinte contos de réis para fazer face as depezas indispensáveis á adopção de medidas preventivas e tratamento das pessoas que forem accometidas da variola nesta Capital.” P.13	Decreto n.74 de 4 de Abril de 1891 “crea uma acadeira de ensino primário do sexo masculino no distrito da Carolina. Relatório de Governador 1891
1892	Decreto nº 7.027, de 6/9/1892). Abre ao Ministerio do Interior um credito extraordinario de 3.000:000\$, para despezas com soccorros publicos.	Saúde pública. Continua felizmente, em bom pé o estado da salubridade publica entre nós. E urgente, porem, curar, como já tive ocasião de vos lembrar-vos, do saneamento e aformosamento da nossa capital. Relativamente ao segundo destes serviços já dei os primeiros passos, e nutro a mais frime convicção de que não fiz em vão, contando com o eficaz auxilio de prestimosos cidadãos a quem recorri para esse fim. Por sua parte da municipalidade trata com todo o empenho do calçamento das ruas, tendo já preparado um bom trecho da praça de Palácio em direcção ao largo do Carmo, ponto escolhido para o inicio destes melhoramentos. (p.12) rg	Relatório de Governador 1892 “deficiente em todos os sentidos
1894			Relatório de Governador 1894 “Factor

			essencial do progresso e da civilização, base fundamental da prosperidade nacional, deve ser a instrução publica o mais immediato objecto da solicitude e desvelo dos governos e dos povos”p.56 “Muitas das causas do estacionamento senão da decadência da instrução entre nós. A indifferença publica á causa da instrução, a negação quase geral atudo quanto lhe possa aproveitar, o partidarismo que em tudo interfere na instrução [...]
1895		Auctoriza o governo a despender anualmente até a quantia de um conto de reis, podendo abrir crédito no orçamento virgente para aquisição do serumantidipheterico do Dr. Roux.(Relatorio de governador Regulamento Sanitário-Lei 119 de 2 de maio de 1895. Lei n. 71 de 20 de julho 1895 Regulamento para o serviço sanitário terrestre do estado, visto achar-me para semelhante fim auctoizado pelo art. 2º da do anno p. findo.	Lei n.119 de 2 de Maio de 1895 Reorganiza a Instrução Pública do Estado. TABELLA N.5 Instrução Pública total: 208:520\$ Art 2º distribuição vencimentos annuaes § 5 Inspector da Instrução publica 3:600\$000 Diector da Secretaria Official3:200\$000 Amanuense 1:600\$000 2 Porteiros1:5000\$000 2 Vigilantes da Escola Normal 1:800\$000 1 servente 500\$000 16:2000\$000 b) Lentos: 41:400\$000 c-Cidades cadeiras em Caxias 4:800\$000 Carolina 3:6000\$000 Barra do Corda 2:400\$000 c)Villas Rosário. 1:680\$000 Codó. 1:680\$000
1896	Lei n. 159 de 16 de Maio de 1896. Crea uma inspectoría de Hygyene no Estado.	Lei n. 139 de 20 de Abril de 1896 Auctorisa o Governo a fazer aquisição de aparelhos próprios	Lei. 138 de 16 abril de 1896 Crèa diferentes cadeiras de instrução

		para desinfecções Lei n. 139 de 20 de Abril de 1896 Créa uma Inspectoria de Hygyene no Estado Lei n. 159 de 16 de maio de 1896 Créa uma Inspectoria Hygyene no Estado. O serviço de hygiene, de municipal passou para o estado rm virtude da Lei n. 159 de 16 de maio de 1896, com sede nessa capital. Polícia Sanitaria Resumo do serviço sanitário realizado nas duas circuscrições de Hygiene da cidade de S.Luiz do Maranhão, durande o anno de 1896. Visitas a estabelecimentos públicos.....11 Visitas a casas particulares.....598 Visitas a baixos de sobrados.....197 Visitas a cortiços.....53 Visitas a Vendas.....536 Visitas a açogues.....100 Visitas a padarias.....90 Visitas a refinações.....60 Visitas a casa de pastos.....2 Visitas a armazens.....21 Visitas a botequins.....3 Visitas a fabricas 7 Visitas a barracas..... 8 Visitas a hospitaes 3 Visitas a barbearias..... 4 Total..... 1.693 “Em 15 de aril a D. Joanna Lima de Castro e Souza para desinfectar, de acordo com as instruções da inspectoria de Hygiene, durante três dias consecutivos, a casa de sua residência	primária Lei n.139 de 20 de abril de 1896. Cré uma escola modelo anexa à Escola Normal Estado. “Instrucção primária [...] efeitos das Lei n. 119 de 2 de maio de 1895 e 164 de 21 de maio de 1896, muito tem sido desejado que a obrigatoriedade de ensino, na pimeira dela contida. Seja levado a efeito. P.65” Lei. N. 155 de 6 de maio de 1896. Créa uma escola Modelo anexa á Escola Normal do estado.
--	--	---	---

		ao largo dos Remédios, onde ocorreu um óbito por febre amarel, bem como as roupas, utensilios e mais objectos susceptíveis de transmitir a moléstia” (p.32) “ todo o serviço de desinfecções foi feito pelos desinfectadores da Inspetoria de Hygiene.” P.32 “ é mais fácil prevenir o aparecimento das moléstias do que combatelas; o problema da prophylaxia e, e pois, de magna importância em hygiene social” p.40 “Melhoramento na Capital, Estabelecimento de um systema de esgotos, Abastecimento d’agua, limpeza da cidade, em outros melhoramentos: proibição absoluta de construir novos cortiços[...], Desocupação dos baixos sobrados;Creação de um Instituto Vaccinogenico, criação de laboratório de análise chimicas e bacteriologicas ”p.43	
1898			Relatorio da Inspectoria Geral da Instrução Publica do estado do Maranhão 2 de janeiro de 1898 Encaminhado ao Vice-Governador Dr, Alfredo da Cunha Martins. Cadeiras existentes Do sexo masculino 107- do feminino 71-meixtas 20 2 subvencionadas 4-ao total 199 cadeiras destas funcionam 174[...] No município de Barra do Corda existiam 229 Do sexo Masculino 151 Do sexo feminino 78 Total 229 Moveis para o Lyceu Já se acha no Lyceeu parte dos moveis

			mandados preparar ultimamente para as aulas desse estabelecimento. Folgo em diver-vos que os que já aqui se acham correspondem perfeitamente ao modelo e construção exigidos”p.100
1899		Decreto n 14.189, de 26 de maio de 1920 Inspectoria de Hygiene do estado do Maranhão, em 5 de Janeiro de 1889. Relatório sobre os trabalhos da Inspectoria de Hygiene do Maranhão durante o anno de 1898, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado pelo Dr. Claudio Serra de Moraes Rego, Inspector de Hygiene.	INSTRUÇÃO PÚBLICA “apezar dos intuitos patrioticos e do especial devotamento com que o Congresso do estado se tem preocupado deste importante ramo do serviço publico, ainda não foi possível colher-se fuctos compensadores de tão generosos esforços” p15 “Cumpre-me inteirar-vos de que que não tem havido frequencia de alunos do sexo masculino na Escola Normal, facto para qual chamo vossa atenção.p.15 Instrucção primária A instrucção publica primaria foi dada em 198 eschololas,sendo Em cidades.....29 Em villas85 Em povoações 84 Total 198.
1900	OFÍCIO N 148 DE 9 DE MAIO DE 1900 Cria o Instituto Socioterápico Federal Lei n. 255-de 24 de Março de 1900 Auctorisa o Governo a rever os regulamentos de diversas repartições do estado e reorganisar o serviço de Hygiene DECRETO N 3.823 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1900 Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores		

	novos créditos suplementares de 550:000\$ a verba - Socorros públicos - do exercício de 1900		
1901		Lei n.º 301 de 30 de abril de 1901 Institui o Serviço Sanitário do Maranhão	
1902	DECRETO Nº 4.464, DE 12 DE JULHO DE 1902. “Estabelece as bases para a regulamentação dos serviços de higiene e defesa da Capital Federal”.		
1903	DECRETO Nº. 4.728, DE 2 DE JANEIRO DE 1903 Altera o regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores, anexo ao decreto n.º 3.191, de 7 de janeiro de 1899” Decreto n.º 19.402 de 14/11/1930 Cria o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.(p.107-110)		Decreto n.º 23 — de 28 de Janeiro de 1903. Dispõe sobre as diferentes assumptos concernentes á Escola Normal e á Escola Modelo <Benedicto Leite>.(107-110) Decreto n.º 27 — de 27 de Março de 1903. Institue a educação physica com caracter obrigatorio em todos os estabelecimentos de instrucção publica, existentes nesta cidade, e toma outras providencias a respeito.(115)torna a educação fisica obrigatória) Decreto n.º 28 — de 27 de Março de 1903. Crea o lugar de Director do serviço de educação physica para todos os estabelecimentos de instrucção publica existente na capital, e marca os vencimentos do respectivo funcionario.(116-118)
1904	DECRETO Nº 5.156, DE 8 DE MARÇO DE 1904. “Dá novo regulamento aos serviços sanitários a cargo da União”.		
	DECRETO Nº 1.151 de 5 de janeiro de 1904 Reforma Oswaldo cruz		
1906			Lei n.º 412 — de 24 de Abril de 1906. Fixa em 3:6000\$000 réis os vencimentos

			do Director do <Externato Benedicto Leite> em Caxias e providencia sobre mais um auxiliar para o mesmo Director.(11-12) Lei n.º 423 – de 17 de Setembro de 1906. Dispõe sobre o Externato creado na cidade de Caxias. (23-24) Lei n.º 424 — de 17 de Setembro de 1906. Marca vencimentos da vigilantes e gratificações das serventes dos grupos escolares do interior. (24) Decreto n.º 59 — de 26 de Fevereiro de 1906. Crêa num Grupo Escolar na villa do Rosario e outro na cidade de São Bento. P.131 Decreto n.º 60 — de 27 de Abril de 1906. Regula o funcionamento do Curso Annexo á Escola Modelo Benedicto Leite. 131-132 Decreto n.º 61 — de 30 de Abril de 1906 Estabelece o ensino pratico da lingua ingleza na Escola Normal. 132- 133 Decreto n.º 62 — de 13 de Outubro de 1906. Dispõe sobre o ensino de Mathematicas e de outras materias na Escola Normal, regulando diversos outros serviços, relativos a essa Escola e aos estabelecimentos de instrucção publica do Estado. 133-135
1907	DECRETO N 1.802, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907 Instituto de patologia experimental de Manguinhos Oswaldo cruz reformou o código sanitário e reestruturou todos os órgãos de saúde e higiene do país		Lei n.º 464 — de 13 de Abril de 1907. Auctorisa o Governo a restabelecer o Grupo Escolar desta Capital e dá outras providências. 34-35

1908			Lei n.º 475 — de 21 de Março de 1908. Auctorisa o Governo a mandar imprimir duas obras didacticas do Dr. Almir Parga Nina e professor Joaquim de Oliveira Santos. 235-236
1909			Lei n.º 523 — de 12 de Abril de 1909. Auctoriza o Governador a abrir diversos creditos e a dar outras providencias relativas á instrucção primaria e á outros ramos de serviços publicos. 112-114.
1910			Lei n.º 524 — de 31 de Março de 1910. Crea na cidade de Barra do Corda um externato para o ensino primário do sexo masculino. 193-194. Lei n.º 528 — de 1º de Abril de 1910. Crea cadeiras de ensino primário em diversas localidades do Estado. 197-198 Lei n.º 543 — de 7 de Abril de 1910. Crea um externato para o sexo masculino na cidade de Caxias. 221- 222 Decreto n.º 93 — de 12 de Julho de 1910. Modifica o Regulamento do Lyceu Maranhense, expedido pelo Decreto n. 12 de 26 de março de 1901. 353-355. Decreto n.º 95 — de 23 de Julho de 1910. Discrimina os membros das Comissões Escolares e as suas funcções. 356-357. Decreto n.º 99 — de 1 de Outubro de 1910. Manda que o Inspector da Instrucção Publica passe a denominar-se Inspector Geral da Instrucção Publica, prescreve as suas attribuições e equipara os

			vencimentos do director do Lyceu Maranhense aos do director da Escola Normal e Modelo. 450-452 Portaria de 7 de Abril de 1910. Manda fechar o Lyceu Maranhense 471. Portaria de 1 de Maio de 1910. Nomeia uma comissão de professores para rever a organização da Escola Normal. 472-473. Officio de 5 de Maio de 1910. Manda que seja desoccupada a casa onde funciona o grupo escolar da villa do Rosário.474 Portaria de 12 de Julho de 1910. Manda reabrir o Lyceu Maranhense. 476
1911	DECRETO N. 9.196, DE 9 DE DEZEMBRO 1911. reorganizou o ministério, ficando o órgão dependente da Diretoria do Interior, também responsável pelos serviços sanitários a cargo da União.		
1916		Lei n 736, de 11 de abril de 1916. Reorganização do Serviço Sanitário	
1918	Lei n 3.454, de 6 de janeiro de 1918 Fixa a Despeza Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1918.		Lei n.º 815 — de 24 de abril de 1918. Crêa diversas escolas. 124-126 Decreto n.º 51 — de 7 de Janeiro de 1918. Crea tres escolas no municipio da capital. P.145. Decreto n.º 54 — de 4 de Fevereiro de 1918. Crea uma escola no Bairro de Santo Antonio. 162 Decreto n.º 55 — de 4 de Fevereiro de 1918. Expede regulamento para as escolas primarias do Estado. 162-177 Decreto n.º 57 — de 16 de Abril de

			1918. Crea no curso profissional, annexo ao Lyceu Maranhense, a cadeira de Physica, Chimica, História Natural e Hygiene . (178-179) Cria uma cadeira de higiene.
1918	Decreto n 13.000, de 1/5/1918 Cria o serviço da Quinina oficial. Decreto n 13.001, de 1/5/1918 Cria o serviço de Profilaxia Rural . Decreto n. 13.159, de 28 de agosto de 1918, determinou que a manipulação e a difusão dos medicamentos oficiais, destinados ao combate das doenças endêmicas e epidêmicas no país, passariam ao encargo do Instituto Oswaldo Cruz.		Decreto n.º 58 — de 27 de Abril de 1918. Suspende o funcionamento do Instituto João Lisboa. 179-180 Decreto n.º 59 — de 30 de Abril de 1918. Crea o cargo de director geral da instrucção publica do Estado. p. 180. Decreto n.º 98 — de 5 de Dezembro de 1918. Supprime o logar de director geral da instrucção publica do Estado. 284.
1919	Decreto n. 13.527, de 26 de março de 1919. O Instituto Oswaldo Cruz fica mais uma vez diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, mantida sua autonomia técnico- científica.		Lei n.º 838 — de 25 de Março de 1919. Crêa uma escola mixta na povoação Jussatuba, districto de Guarapyranga, município da Capital. Lei n.º 839 — de 26 de Março de 1919. Concede subvenção a duas escolas particulares no municipio do Axixá. Lei n.º 841 — de 29 de Março de 1919 Approva os actos do Governo sobre hygiene. Decreto n.º 130 — de 13 de Março de 1919. Transfere a escola do sexo masculino da povoação Cateté, municipio de Barra do Corda, para o povoado de Axixá, do mesmo municipio. 165. Decreto n.º 136 — de 28 de Março de 1919. Dá á escola do sexo masculino do bairro de S. Pantaleão a denominação de Aluizio Azevedo. 169-170

			Decreto n.º 161 — de 27 de Maio de 1919. Converte em mixta a escola do sexo masculino da povoação Araçagy, município do Paço do Luminar. 192- 193 Decreto n.º 182 — de 28 de Junho de 1919. Reforma o ensino primario. 212-213. Decreto n.º 206 — de 12 de Julho de 1919. Expede Regulamento para o ensino primario do Estado. 243. Decreto n.º 209 — de 17 de Julho de 1919. Crea um grupo escolar na cidade de Caxias, com a denominação de João Lisboa. 245
1920	Decreto n 3.987, de 2 de Janeiro de 1920 Regulamentou o departamento nacional de saúde publica Decreto n.14.354,de15/9/ 1920 Aprovou o regulamento para departamento nacional de saúde pública em substituição do que acompanhou o decreto n14.189 de 26 de maio de 1929. Decreto n 14.189, de 26 de maio de 1920. Criou o departamento nacional de saúde publica. Decreto n 14.354, de 15/9/ 1920. Aprovou o regulamento para departamento nacional de saúde pública em substituição do que acompanhou o decreto n14.189 de 26 de maio de 1929		Lei n.º 891 — de 3 de Março de 1920. Autorisa o Presidente do Estado a desenvolver o curso da Escola Normal. 14-15. Lei n.º 912 — de 30 de Março de 1920. Autorisa o Presidente do Estado a abrir o credito da quantia de 10:000\$000 (dez contos de réis) á rubrica "Expediente e Material para a Instrucção Publica", do orçamento vigente. 50-51. Lei n.º 918 — de 1.º de Abril de 1920. Autorisa o Governo a reformar a instrucção publica do Estado. 73-75. Decreto n.º 283 — de 6 de Abril de 1920. Abre o credito de 10.000\$000, á rubrica "Expediente e Material para a Instrucção Publica", de accordo com a Lei u. 912, de 30 de março corrente. 196-197. Decreto n.º 323 — de 7 de Julho de 1920. Suspende as subvenções concedidas a

			estabelecimentos de instrução publica. 251 Decreto n.º 326 — de 17 de Julho de 1920. Abre o credito de 50.000\$000, para despender com um laboratorio chimico e biologico, a ser fundado como dependencia do Aprendizado Agricola Christino Cruz. 254 Decreto n.º 331 — de 31 de Julho de 1920. Abre o credito de 9.629\$337, á rubrica "Pessoal do Lyceu Maranhense".257-258 Decreto n.º 363 — de 8 de Novembro de 1920. Approva o projecto e o orçamento na importancia de 188.935\$923 (cento e oitenta e oito contos setecentos e trinta e cinco mil novecentos e vinte tres réis) para construcção do edificio destinado á Escola Modelo "Benedicto Leite". P. 295 Decreto n.º 377 — de 23 de Novembro de 1920. Faz a distribuição provisoria das escolas publicas no interior do Estado. 313-321.
1921	Decreto n 15.003 de 15/9/1921 Instituiu a reforma Carlos Chagas que ampliou as		Decreto n.º 457 — de 30 de Junho de 1921. Abre o credito suplementar de 30.233\$663 (trinta contos duzentos e trinta e tres mil seiscentos e sessenta e tres réis) á rubrica Instrucção Primaria do orçamento vigente. 227-228. Lei n.º 959 — de 4 de Abril de 1921 Isenta dos impostos de transmissáo de propriedades a casa adquirida para a Caixa "Escolar" do Codó. 11

	atividades de cooperação com os estados		procedenciais. Decreto n.º 457 — de 30 de Junho de 1921 Abre o credito suplementar de 30.233\$663 (trinta contos duzentos e trinta e tres mil seiscentos e sessenta e tres réis) á rubrica Instrucção Primaria do orçamento vigente. 227-228 Decreto n.º Decreto n.º 464 — de 16 de Julho de 1921 Equipara ao Curso Profisional do Lyceu Maranhense o estabelecimento de ensino desta Capital denominado "Collegio Santa Thereza". 233 Decreto n.º 488 — de 27 de Setembro de 1921 Restabelece o regimento de exames no Curso Normal do Lyceu Maranhense. 258-259
1922			Decreto n.º 536 — de 6 de Junho de 1922. Abre o credito suplementar de 18:900\$000 (dezoito contos e novecentos mil réis) á rubrica "Pessoal do Lyceu Maranhense". 104-105. Decreto n.º 537 — de 16 de Junho de 1922. Toma medidas atinentes ao Aprendizado Agricola "Christino Cruz". 105-106 Decreto n.º 554 — de 19 de Julho de 1922. Abre o credito de 115\$085 (cento e quinze mil e oitenta e cinco réis), á rubrica "Pessoal do Lyceu Maranhense". 129 Decreto n.º 602 — de 15 de Dezembro de 1922. Restabelece a equiparação, do estabelecimento de ensino Instituto Fernandes, ao Curso Profissional do

			Lyceu Maranhense 185.
1923			Lei n.º 1051 — de 5 de Abril de 1923. Crêa o serviço de assistência dentaria nas escolas publicas estaduaes. Lei n.º 1077 — de 25 de Abril de 1923. Torna extensivas ao pessoal admnistrativo das escolas publicas do Estado as vantagens do paragrapho 4.º do art. 1.º da lei n.º 918, de 10 de abril de 1920. 60-61 Lei n.º 1088 — de 30 de Abril de 1923 94 Lei n.º 1093 — de 30 de Abril de 1923. Estabelece condições para a validade de diplomas conferidos por Escolas Normaes de outros Estados. Decreto n.º 616 — de 15 de Fevereiro de 1923 Approva o Regulamento para os estabelecimentos de instrucção publica do Estado. 287. Decreto n.º 688 — de 28 de Junho de 1923. Equipara á Escola Modelo Benedicto Leite o curso primario da Escola Normal Primaria. 347. Decreto n.º 689 — de 29 de Junho de 1923. Approva o Regulamento para o curso normal do Lyceu Maranhense. 347-348.
1924			Decreto n.º 836 — de 8 de Maio de 1924. Abre o credito de 50:000\$000 (cincoenta contos de réis) á rubrica "Instrucção Publica Primaria e Secundaria", inclusive pessoal, material, ajuda de custo e subvenções, do art. 3.º, n.º 4 da lei n.º 1.121, de 9 de maio de 1923. 216-217

			Decreto n.º 866 — de 1.º de Outubro de 1924. Extingue os cargos de inspectores escolares e crêa os de fiscaes de ensino.p.240-241-Muda os inpetores
1925			Lei n.º 1.191 — de 19 de Março de 1925. Dispõe sobre a nomeação de professores normalistas para as escolas da Capital. 289-290
1926			Lei nº 1.268 de 9 de fevereiro de 1928. Orça a receita e fixa para o exercício de 1926 e 1927 Decreto n.º 1.015 — de 4 de Fevereiro de 1926. Desdobra a cadeira de Pedagogia da Escola Normal. 111-112. Decreto n.º 1.029 — de 9 de Março de 1926. Extingue dois cargos de fiscaes de ensino e dispõe sobre a fiscalização das escolas publicas. 123-124. Decreto n.º 1.051 — de 6 de Abril de 1926. Cria dois cargos de professores na cidade de Pinheiro. 143-144 Decreto n.º 1.054 — de 7 de Abril de 1926. Anexa á cadeira de philosophia a de pycologia, logica e historia da philosophia do curso gymnasial do Lyceu Maranhense. 145-146. Decreto n.º 1.055 — de 8 de Abril de 1926. Faz alterações em diversas cadeias do curso profissional do Lyceu Maranhense. 146-147.

			Decreto n.º 1.112 — de 22 de Outubro de 1926. Cria uma escola mixta, nesta Capital. 209. Decreto n.º 1.113 — de 26 de Outubro de 1926. Estabelece as subvenções pagas pela rubrica “Instrucção Publica Primaria e Secundária.” 209-211 Decreto n.º 1.117—de 6 de Novembro de 1926. Designa dia nas escolas publicas, para ser ministrada exclusivamente a instrucção moral e civica. 213-214. Decreto n.º 1.123 — de 22 de Dezembro de 1926. Cria mais uma cadeira de Portuguez no curso profissional do Lyceu Maranhense. 220
1927			Decreto n.º 1.151 — de 21 de Maio de 1927. Cria uma escola mixta no lugar Tibiri, municipio da Capital. 220. Decreto n.º 1.152 — de 3 de Junho de 1927. Cria uma escola mixta na villa Magalhães de Almeida, municipio de S. Bernardo, e outra no povoado Sucupira, municipio de S. João dos Patos. 220- 221 Decreto n.º 1.153 — de 4 de Junho de 1927. Approva o Regulamento da Instrucção Publica Primaria do Estado. 221 Decreto n.º 1.154 — de 15 de Junho de 1927. Cria uma escola mixt no lugar Santa Cruz, municipio de Burity. 222 Decreto n.º 1.164 — de 30 de Agosto de 1927. Cria uma escola mixta na cidade de Picos e outra no povoado

			Lagoa Grande, municipio de Pastos Bons. 229-230
1928			Lei n.º 1.290 — de 29 de Fevereiro de 1928 Dispõe sobre as escolas proletarias nocturnas e eleya a importancia destinada ao fornecimento de medicamentos, a que se refere a lei n.º 1.242 de 11 de abril de 1925. Lei n.º 1.298 — de 27 de Março de 1928. Põe em disponibilidade a professora da escola mixta de Vargem Grande, de d. Adelina Francisca da Luz. P.257. Decreto n.º 1.176 — de 19 de Janeiro de 1928. Cria diversas escolas primarias e subvenciona outras. 361- 362 Decreto n.º 1.182 — de 14 de Fevereiro de 1928. Cria uma escola proletaria primaria e nocturna na cidade de Caxias. P.367 Decreto n.º 1.187 — de 14 de Abril de 1928. Cria um escola primaria proletaria na cidade do Codó. P.371 Decreto n.º 1.193 — de 5 de Junho de 1928. Supprime a escola rural da Villa Operaria, no bairro Roma, desta Capital, e cria uma escola proletaria diurna, no mesmo bairro. 375.
1930			Decreto n.º 1.299 — de 30 de Janeiro de 1930. Cria duas escolas primarias no município de São Francisco.

			Decreto n.º 1.299 A — de 4 de Janeiro de 1930. Cria tres cargos de professoras primarias para o grupo escolar destinado aos fillos dos operarios da Companhia Fabril Maranhense, desta capital, e mais quatro escolas primarias nos municipios de Victoria do Baixo Mearim, Cajapió Iautú e Penalva. 11- 12. Decreto n.º 1.309 — de 2 de Maio de 1930. Approva o Regulamento do Serviço de Sanidade Escolar. 19-28. Tem relação com a higiene nas escolas. Decreto n.º 1.330 — de 15 de Julho de 1930. Cria uma escola rural no logar Cangalheiro, municipio de Caxias. Lei n.º 1378 de 1 de abril de 1930. Dispõe sobre o serviço de Sanidade Escolar no município da capital.
--	--	--	--

ANEXO B – Quadro das Mensagens dos Governadores sobre Instrução Pública e Higiene

MENSAGENS DOS GOVERNADORES		
ANO	Sobre a Instrução Pública	Sobre a Saúde e Higiene
1900	Inspeccoria Geral da Instruccão Publica do Maranhão, 8 de Janeiro de 1900. Inspetor Interino: João Francisco Corrêa Leal. (p.47) Com verdadeiro amor á causa da instruccão no nosso Estado, tenho envidado os meus mais reiterados esforços no sentido de regularisar o ensino ministrado no interior. Entretanto, não é assaz profícua essa instruccão dada com tanto dispendio aos cofres publicos e attribuo isso á falta de exacto	Inspeccoria de Hygiene do Estado do Maranhão, 30 de Janeiro de 1900. Inspetor: Oscar Lamagnre Leal Galvão Hygiene publica (p.92) Resumo do Serviço Sanitário realizado nas duas circumscripções de Hygiene da cidade de S. Luiz do Maranhão durante o anno de 1899. Casas particulares.....650 Estabelecimentos públicos.....10 Padarias.....73 Escolas.....65
	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Obras publicas (p.11) Em 20 de Novembro auctorisei o Engenheiro do Estado. dentro do orçamento na importância de Us. 1:861200, a mandar executar os trabalhos, que se tornavam precisos no predio comprado pelo Estado, afim de tornal-ô dependencia da Escola Modelo «Benedicto Leite». Esse serviço já está concluído tendo-se despendido somente 1:600.000 réis.	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene publica(p.7) Ao mesmo tempo officiei ao Inspector de Hygiene recommendando que empregasse medidas rigorosas aconselhadas pela sciencia para evitar o mal e que solicitasse deste governo as providencias que jugasse necessárias para o fim indicado. Alem das medidas sanitárias estabelecidas pelo Regulamento de 26 de fevereiro de 1898. Recomendei ao Inspector de Hygiene que fossem adoptadas as instruccões expedidas em 25 de outubro ultimo pela Diretoria Geral de Hygiene e Assistência Publica da Capital Federal.
	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instruccão Publica. (p.14)	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene publica. (p.8)

	Tendo pedido dispensa do lugar de Director do Lyceu Maranhense em 1.º de Maio do anno findo o Bacharel Domingos Américo de Carvalho, passou occupal-o interinamente em igual data o Bacharel Torquato Tasso Coelho de Souza, que ficou também encarregado do serviço da Inspectoria Geral da Instrucción Publica.	Auctorisei tambem o Inspector a fazer aquisição de 10 aparelhos de formolina do fabricante Shernig, de 10:000 pastilhas de formolina e de um irrigador próprio para a desinfecção das casas, objectos esses que se tornam indispensáveis ao serviço da Repartição de Hygiene
1900	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Educação Physica Sendo irrecusável o proveito que tira a mocidade de uma direcção esclarecida e cuidadosa na sua educação physica, foi instituído nesta Capital um curso para o ensino dessa matéria, com character obrigatório, pelo Dec. nº 27 de 27 de Maio findo. E, pelo Dec. Nº 28 de igual data, criei para esse ramo de ensino o cargo de Director, o qual está sendo desempenhado pelo professor Miguel Hoerhann naquella data contractado. Esse professor comprometeu-se a leccionar gymnastica aos alumnos do Lyceu, Escola Normal, Escola Modelo «Benedicto Leite», Escolas Estadoaes e Escolas Municipaes, mediante uma subvenção mensal, sendo Rs. 400\$000 pagos pelo Estado e Rs. 200\$000 pela intendência.	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene Publica (p.12) “[..]Rs. 33:000\$000, sendo que foi essa quantia applicada ao tratamento dos variolosos não só na Capital, como em Caxias e outros pontos do Estado, para onde remetti ambulâncias.[...]
	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrucción Publica Autorisado pela Lei n. 207 de 28 de Abril de 1898, resolvi, por decreto n. 1 de 11 de Abril do anno passado, separar a Escola Normal do Lyceu Maranhense, annexando âquella a Escola Modelo, criada pela Lei n.155 de 6 de Maio de 1890. (p.15)	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene Publica (p.12) Em matéria de hygiene publica ha um outro ponto para o qual tá clamo a vossa attenção: é o relativo a necessidade que se impõe como inadiável da mudança do hospital de lázaros do lugar em qué se acha para outro mais apropriado. Está se agglomerando nesta capital grande numero de indivíduos nbicados de morphea e as péssimas condições do hospital que actualmente lhes está destinado não só nao lhes permite tratamento regular, como não protegem, como devera â população desta cidade do contacto' immediato com os doentes

1900	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica. (p.15) Para o lugar de Directôr foi designado por portaria de 18 de Abril, o professor de Pedagogia, Dr. Almir Parga Nina, que assumio o exercicio a art. 20 do referido mez.	
1901	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica Para effectuar essa despeza resolvi abrir um credito de egual quantia usando da auctorisação que me conferio o art. I. dà Lei n. 240 de de . (p.18)	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene Publica (p.9) De Agosto a Dezembro foram isoladas 43 casas. A maioria da nossa população nao comprehende ainda as vantagens dessa medida, e procura por todos os meios illudir a vigilância dos Agentes encarregados de impedir' que as pessoas que estão em contacto com os doentes, circu lem livremente pela cidade; quando não podem entrar ou sahir pela porta da rua, fazem-no pelos quintaes das casas visinhas, sem tomam*, pôr via de regia, a minima precaução. Em geral os que tem o mal em casa, pouco ou nenhum interesse tomam para que elle se não propague; cada qual procura encommodar-se o menos pos > nivel, e para isso recorre "a toda sorte de expedientes, com o fim de melhor ocellular-se. Pega quem tern de pegar, é infelizmente o lemma de todos os refracta rios aos conselhos da hygiene, e que por via de regra o são por indolência.
	E' excusado expor-vos as vantagens que advirão para o Estado d'esse importante prédio, o qual, soffrendo os reparos indispensáveis, po dera se prestar para a instalação das escolas Normal e Modelo «Benedicto Lei te,» as quaes a experiência tem demonstrado não encontram as precisas accomodações no prédio em que actualmente funcionam. (p.19)	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene Publica (p.9) Vos disse na minha ultima Mensagem que em matéria de hygiene publica ha um ponto que reclama a vossa atenção: é o relativo a necessidade que se impõe como inadiável da mudança do hospital dos Lázaros do lugar em que se acha para outro mais apropriado.
1901	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica E' excusado expor-vos as vantagens que advirão para o Estado d'esse importante prédio, o qual, soffrendo os reparos indispensáveis, po dera se prestar para a	

	instalação das escolas Normal e Modelo «Benedicto Lei te,» as quaes a experiência tem demonstrado não encontram as precisas accommodações no prédio em que actualmente funcionam. (p.19)	
	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica. (p.35) Aluguel de prédios paras as escolas do interior 5.040\$000. Utensilios para as escolas do interior 2.000\$000.	
	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica. (p.35) Fazendo, como me cumpre, a exposição detalhada dos lados occorridos durante o anno ern relação á instrucção publica do Estado, cumpre-me confessar que, no desenvolvimento da mesma, encontrar-se-ão lacunas sensíveis, máo gra esforço poi' mim empregado para tornal-a um trabalho perfeito. Para comprovar essa minha asserção digo-vos, por exemplo, que a mór parte dos professores do interior, deixando de remetter oppòrtunamente o re sultado dos exames effectuados nas respectivas escolas, tornam quasi sempre impossível a esta Inspectoria precisar todo o movimento occorrido, durante o anno, em diversas localidades. No intuito de sanar essa falta, liz remetter-lhos circulares, recommendando-lhes o cumprimento d'esse dever, logo que fossem terminados os exames de. cada anno.	
1902	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica. (p.13) Tem sido solicito este Governo em conservar sempre preenchidas as cadeiras do interior, cuja inspecção e fiscalisação competem ás commissões escolares., mantidas pelo Dec. n. 11 A acima citado. Aguardo oportunidade para dividir o Estado em districtos	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene Publica (p.1) Em vista do disposto na lei n.º 201 de 19 de Abril de 1901, resolvi, em 24 do dito mez reorganisar esta repartição pelo seguinte modo. Medicos: Dr. Felicíssimo Rodrigues Fernandes Dr. Oscar Lamagnère Leal Galvão Dr. Juvencio Odorico de Mattos. [...] Secretario, Portiro e Guardas de saúde.

	escolares, conforme preceitua o art. 7.º do mencionado Decreto, medida essa que trará grande facilidade na fiscalização dessas Escolas.	
	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica. (p.16) Material escolar Recebido da Europa em fins do anno próximo o material escolar para aulas de Geographia, Desenho, Calligraphia, Physica e Sciencias Naturaes, fiz acondicionar a proporção que ia recebendo as estantes para isso ne cessarias. Todo elle foi utilizado este anno, excepto alguns mappas de Geographia pela impropriedade da sala em que se lecciona essa disciplina, para montagem do competente aparelho. Nenhum outro compartimento do predio se prestando para a collocação (los referidos aparelhos vos solicitei e mandastes preparar uma sala especial que infelizmente por circumstancias superiores ainda não pôde ser concluído.	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene Publica (p.14) Como meio prophylático foi feito o serviço da vacinação na respectiva Repartição e nos domicílios, principalmente naqueles que ficavam mais visinhos dos pontos infeccionados e por isso mais sujeitos .a receber o contagio.
1902	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica. (p.23) Escolas Estaduaes Escolas ha em que os alumnos, pelo seu numero crescido se localisam na sala, trabalho quarto e varanda do predio, tendo, entretanto, de ser o seu trabalho dirigido e inspeccionado pela mesma professora e fiando todos elles na mesma occasião entregues a vários exercícios A este inconveniente, que é grande, juntam-se os de falta de luz e ventilação sufficiente; impossibilidade de uma separação dos alumnos por classes, em vista das proporções acanhadas dos edificios, que não permitem attender-se a este principio de ordem; ausência de lugar apropriado para recreio e exercícios gymnasticos.	

	Por sua vez a mobília escolar muito deixa a desejar accrescendo ao facto da sua impropriedade achar-se toda ella necessitada de reparos. Consegui, utilisando-me da auctorisação que me destes, prover, em parye, a uma outra falta que se notava nas ditas Escolas e que tornava impraticavel a adopção dos methodos modernos nos alludidos institutos.	
1902	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Mensagem apresentada ao Congresso do estado em 10 de Fevereiro de 1902 pelo Exm.º SNR.DR. João Gualberto Torreão da Costa Ordem publica (p.2) Por telegramma recebido das auctoridades da comarca da Barra do Corda, fui informado de que na noite de 13 para 14 de Março do anno passado os indios atacaram o collegio S. José dirigido pelos capuchinhos no Alto-Alegre, matando os frades, as freiras e também diversas famílias da circumvisinhança. Conservavam-se elles depois do facto criminoso, iustallados naquelle estabelecimento percorrendo as estradas e interceptando as communicações. Havia fundado receio de que elles atacassem a cidade da Barra do Corda, constando mesmo que faziam ameaças nesse sentido. As primeiras noticias ignoravam-se os motivos determinantes do Jacto que attribuia-se ás exigências feitas pelos indios de obterem a restituição dos filhos e parentes, recolhidos ao collegio dos capuchinhos.	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene Publica (p.6) O artigo 86 da Lei Municipal n. 7 de. Janeiro de 1893, que estabelece o Código de Posturas, que prohibe terminantemente essa moradia; mas considera infractor sujeito á pena de multa o morador, que em regra é um individuo desprovido de meios até para subsistência, e com muita dificuldade obtém o necessário para pagamento do aluguel. Mais culpado dessa infracção de postura, é o proprietario do prédio que neste mesmo tem garantia para a multa.
1902	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Mensagem apresentada ao Congresso do estado em 10 de Fevereiro de 1902 Civilização de Índios (p.29) Tendo desaparecido o Instituto estabelecido no lugar Alto-Alegre pelos frades capuchinhos e destinado á civilização dos indios daquela localidade, devido aos	

	lamentáveis acontecimentos que alli tiveram lugar em Março do anuo passado, auctorisei o Inspector do Thesouro Publico do Estado, por officio de 11 de Maio que providenciasse para que o subsidio para aquelle fim consignado na tabella n.º 10 do actual orçamento fosse pago na razão de metade, yisto subsistir unicamente o Instituto montado na cidade da Barra do Corda.	
1903	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrucção Publica. (p.6) Nomeações feitas pelo Governo Em 25 de Fevereiro, do cidadão Antônio de Mello Bastos, para o logar de Membro da Commissão Escolar de Caxias.	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene. (p.5) [...]com urgência se estabelecão re gras fixas e innaviaveis para serem observadas na construcção dos prédios des tinados a moradia, de modo a se ir melhorando as condições hygienieas da nossa capital[...]
		Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene. (p.5) Remessa de tubos de vacina Tubos de vacina, [...]Rosário 3 vezes, Codó 1 vez e Caxias 3 vezes [...]
1904	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrucção Publica. (p.18) Cadeiras que passaram para as municipalidades. Rosário: 1 no Mocambo, masculino 1 no Itaipu, idem 1 Perizes idem 1 S. Simão Mixta Codó: 1 na Colonia M. Rodrigues, Mixta 1 na Fabrica, Idem 1 na Graça de Deus, idem Caxias: 1 em Industrial, masculino 1 no Alto da Crua, idem.	
1905	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrucção Publica. (p.100) Ensino	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene. (p.100)

	Primário O ensino primário tem sido o objecto da atenção dos poderes publi cos; todavia a maioria das escolas do interior não apresenta o menor gráo de prosperidade.[...] é direito admittir-se que os paes ou tutores que colloquem os seus filhos bem lhes pareça, que os façam instruir como bem lhes aprouver; também o que não é admissível é que esses responsáveis os conservem na ignorância. O interesse da sociedade dá ao Estado o direi que os responsáveis de menores lhes dêem uma instrucção conveniente, do mesmo modo que exige que lhes sejam dados vestuarios, aposento e alimento.	Carência de médicos no interior do Estado. E tal a carência de médicos no interior do estado, e são tantos os prejuisos que dahi provem, não so para a vida e saúde, como também para a for tuna das populações ruraes, pela perturbação de trabalho regular e productivo que não posso deixar de cumprir o dever de chamar a atenção de V. Exc. para essa parte do bem estar da maioria que está a reclamar prompta satisfação. Releve-me mais uma vez pedir a benevola atenção de V. Exc. para considerações, referentes ao assumpto, que sob o titulo, febres no interior do 1901 Estado foram por mim feitas no relatório dos trabalhos desta Repartição publicado em 1902, na Mensagem apresentada ao Congresso do Estado pelo Governador, Exm. Snr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa Sao estes os assumptos a que acima me referi. Dr. Felecissimo Rodrigues Fernandes Director interino
1906	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrucção Publica. (p.101) Ensino Primário O interesse da sociedade dá ao Estado o direi que os responsáveis de menores lhes dêem uma instrucção conveniente, do mesmo modo que exige que lhes sejam dados vestuarios, aposento e alimento.	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene. (p.8) Conforme previ em minha ultima Mensagem, as enérgicas providencias postas em pratica pela illustre commissão sanitária, que aqui agiu sob a direcção altamente competente do abalisado hygienista, Dr. Victor Godinho, levaram de vencida o mal indiano, fazendo desaparecer a peste d'esta Capital. Isto mesmo communicou-me por officio de 10 de Maio o Chefe da com missão, que solicitou, então, a sua exoneração e a dos seus collegas, que por ventura não quizessem acceitar cargos na Hygiene do Estado.
	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrucção Publica. (p.17) Externato Cumpre-me seieutificar-vos de que se acham em funccionamento, com proveitoso resultado para o ensino, não só os externatos para a instrucção primaria gratuita, fundados na cidade de Carolina[...] como dois outros de fundação	

	posterior, um na cidade da Barra do Corda, dirigido pelo cidadão Osório Jorge de Mello Anchieta ó outro na villa do Rosário[...] Como os dois primeiros, foram subvencionados, o da Barra do Corda, fundado em 10 de Agosto do anno passado, com a quantia de 2003000, o o do Rosário, fundado em 23 de Janeiro ultimo, com a de 150^000 mensaes.' Desde a data da fundação do externato da Barra do Corda acha-se sus penso o funcionamento da escola publica do sexo masculino, existente na mesma cidade, emquanto funcionar o externato. de conformidade com o que dispuz por acto de 7 Julho.	
	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrucção Publica. (p.5) Ensino Privado [...]4. exhibir documento passado por medico e, na falta, por qualquer autoridade escolar das boas condições hygienicas do estabelecimento.	
1907	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrucção Publica. (p.26) Ensino Privado O ensino primário na Capital e em alguns pontos do interior, aonde já tem-se estendido a acção da Escola Normal, está creando á luz dos novos rmethoden unia nova orientação e despertando em to dos interesse sincero pela instrucção, sendo digno de nota o empe rtho com que de toda a parte solicitam-se professores habilitados, o que infelizmente não é fácil attender por não dispor ainda o Governo de professores em numero sufficiente. Além de escolas e grupos escolares, têm-se creado no interior exteniatos para auxiliar o ensino e em algumas localidades tem elles dado bons resultados. Neste mesmo ramo de serviço, instrucção	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene. (p.8) Antes dessa ultima reorganisação, antes da epidemia da peste bubônica, já nos ha via prestado a antiga inspectoria de hygiene serviços apreciáveis em relação á variola, evitando por mais de uma vez, com esforço digno de nota, a invasão dessa moléstia no Estado em forma epidêmica; porém, sem maiores recursos, não podia ella ir alem

	publica, fez o Estado, em 1904, uma economia superiora quarenta contos de réis com escolas de povoações. A lei 11. 329, de 3 de abril de 1903, auctorisou o Governo a entrar em accôrdo com os municípios a respeito dessas escolas, e, tendo elle assentado manter até duas aulas dessas em cada município, sendo que em alguns destes ficaram todas ellas mantidas pelos cofres municipaes, resultou d'ahi a economia apontada, como se vê, com frontando as respectivas tabellas dos orçamentos votados para 1904 e 1905	
	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução pública. (p.26) O ensino primário na Capital e em alguns pontos do interior, aonde já tem-se estendido a acção da Escola Normal, está creando á luz dos novos methodos uma nova orientação e despertando em to dos interesse sincero pela instrução, sendo digno de nota o empenho com que de toda a parte solicitam-se professores habilitados, o que infelizmente não é fácil attender por não dispor ainda o Governo de professores em numero sufficiente.	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene. (p.28) Até 1896. não tinha o Estado serviço de hygiene. Elle era feito nesta capital pelo município e somente em virtude da lei n. 159, de 16 de maio daquelle anno. foi estabelecido como serviço do Estado. A despeza que com elle se fazia elevou-se até cerca de quarenta e dois contos de réis e estava fixada em Rs. 40:900^000, quando rebentou a epidemia da peste bubônica, sendo nessa ocasião organizado o serviço extraordinário de hygiene.
1907	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução pública. (p.26) Além de escolas e grupos escolares, têm-se creado no interior exteniatos para auxiliar o ensino e em algumas localidades tem elles dado bons resultados	
1908	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução pública. (p.26) Neste mesmo ramo de serviço, instrução publica, fez o Estado, em 1904, uma economia superiora quarenta contos de réis com escolas de povoações. A lei 11. 329, de 3 de abril de 1903, auctorisou o	

	Governo a entrar era accôrdo com os municípios a respeito dessas escolas, e, tendo elie assentado manter até duas aulas dessas em cada município, sendo que em alguns destes ficaram todas ellas mantidas pelos cofres municipaes, resultou d'ahi a economia apontada, como se vê, con frontando as respectivas tabellas dos orçamentos votados para 1904 e 1905	
	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrucção pública. (p.15) Continua a instrucção publica a ser ministrada na capital pelo Lyceu Maranhense, Escola Normal, Escola Mo delo «Benedicto Leite», Curso Annexo a esta Escola, dois Grupos Escolares, um dos quaes mantido pelo município, três escolas estadoaes, alem de outras municipaes, e no interior pelos Grupos Escolares na cidade de São Bento e villa do Rosário, pelos externatos, pelas escolas publicas estadoaes e outras mantidas pelos municípios respectivos, alem de vários institutos particulares aos quaes o Estado subvenciona.(p.15)	Governador: João Gualberto Torreão da Costa Hygiene. (p.12) Depois de alguns mezes do apparecimento, nesta capital e em alguns pontos do interior, da epidemia de variola que muitas victimas fez nos pontos atacados, roubando grande quantidade de vidas preciosas, levando a desolação e dor ás populações deste Estado, obrigando o Governo a despesas extraordinárias que pesaram fortemente nos cofres públicos, nova calamidade nos appareceu com a recente irrupção do mal levantino que tantos males já nos causara ha quatro annos atraz

1910	Presidente do Congresso no exercício do cargo Governador: Américo Vespucio dos Reis Instrução pública. (p.8) A não serem algumas nomeações de professores, nenhuma alteração houve na instrução pública, que continua a ser ministrada com proveito pelo Lyceu Maranhense, Escola Normal, Escola Modelo «Benedicto Leite», Curso Anexo á esta Escola, pelos grupos Escolares, Escolas estaduais e Municipais na Capital e no interior e institutos subvencionados pelo Estado. Na Escola de Música foi o curso de piano subdividido em duas cadeiras pelo decreto 11. 89 de 30 de Junho do anno passado.	Presidente do Congresso no exercício do cargo Governador: Américo Vespucio dos Reis Saúde pública. (p.8) O estado sanitário desta capital, depois de extinta a peste bubônica, que reinou desde o mez de Agosto de 1908 até Abril do anno passado, tem sido bom; a excepção de algumas pessoas atacadas de varíola, que saltaram neste porto, vindas de outros Estados, as quaes foram internadas no hospital de isolamento, nenhum caso desse mal, que frequentemente nos assalta, se manifestou nesta capital. No interior nada occorreu que mereça ser mencionado, a não serem alguns casos de varíola no Riachão, os quaes, promptamente accudidos pelas acertadas providencias tomadas pela Directoria do Serviço Sanitário, foram extinctos
1911	Governador: Dr. Luiz A. Domingues da Silva Instrução pública. (p.15) Olhos cerrados ao interesse particular e á ancianidade da mocidade pelos diplomas, comecei por fechar o Lyceu Maranhense, segundo esta portaria: O Governador do Estado considerando que de longa data não está o Lyceu Maranhense accusando a indisciplina dos alumnos: — que ali está a causa primordial da decadência do ensino ao esse estabelecimento; — que as penas disciplinares que o regulamento attribue ao, Director e á Congregação não satisfazem no caso agora occorrido, de vaia n'um professor; nem mesmo podem ser applicadas. pela impossibilidade, verificada no inquérito alli procedi de não apurar-se a responsabilidade individual dos alumnos elle envolvidos: — resolve mandar fechar o mesmo estabelecimento, até que lhe dê a organização que a lei faculta e pela qual	

	sejam restituídos os créditos de que tanto se orgulhava o Estado. E só o reabri com a promulgação do Decreto aqui em appendice e cujos effeitos salutaes logo se fizeram sentir, quer sob o ponto de vista do ensino, quer sob o da aprendizagem. E para bem significar a todos que era em mim inabalável o propósito de não transigir com a ignorância, commetti á superior competência de Antônio Lobo a direcção do Estabelecimento.	
1911	Governador: Dr. Luiz A. Domingues da Silva Instrucção pública. (p.8) O Governador do Estado, considerando que o ensino em Maranhão está quasi circumscripto á Capital, pois que na generalidade dos Municípios ha falta de professores e, onde não a de professores, a de ensino. — que, entretanto, a título de instrucção publica (é como está na lei), dispende o Estado todo anno quantia approximada de quatrocentos contos de réis, á evidencia sobeja a manter uma escola em cada cidade, villa e povoação. -que os males provenientes d'aquella primeira causa podem ser e de facto serão de prompto conjurados pelo Governo, não assim os que decorrem da actual organização da Escola e Normal; que essa Escola, como instituto estadoal. só se justifica mesmo somente pode ser mantida, à custa de todos os comtribuintes do Estado, como manancial de professores para todo o Estado; que, ao envez, porém, d'esse prestimo, d'ella apenas tem provindo um grupo de diplomados, de sciencia tocando á encyclopedia, mas em verdade refractario ao ensino ou, melhor, á vida no interior do Estado.	

1911	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Instrução pública. (p.10) E reclamar instrução. concomitantemente, criei a Inspectoria Geral da Instrução Pública.	
	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Instrução pública. (p.10) O Governador do Estado, advertido pelas reclamações que de continuo recebe de quasi todos os Municipios contra a falta de instrução primaria no interior, procurou indagar a causa do mal, que assim pelo testemunho, pode-se dizer unanime, de povo se afirmava incontrastavel. E, n'essa tarefa, logo lhe impressionou o espirito o demsiado preparo dos alumnos na Capital, em desolador contraste com a incompetência da grande maioria dos professores no interior, aggravada pela condescendência ou pelo desleixo da Comissões Escolares. [...] Folga o Governador do Estado de reconhecer no actual Director da Escola Normal excepcional competência para dirigir esse Estabelecimento, porem sendo o caso de princípios e não de pessoas, nada explica que, uma vez diplomado o alumno, escape no magistério á jurisdicção da Inspectoria da Instrução Publica. A aquisição de um maior numero de professores depende, porem, dá reforma da Escola Normal e, portanto, de tempo: não assim a reorganização da Inspectoria de Instrução, que pode ser feita já.	

	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Instrução pública. (p.11) E porque as Comissões Escolares, compostas de pessoas inacessíveis umas á immediata acção do governo e indifferente outra á demissão, pela gratuidade do cargo, se fizessem, em grandíssimo numero de localidades, protectoras de professores relapso, pelos attestados falsos de frequência, modifiquei-lhes a composição pelo seguinte decreto: O Governador do Estado, considerando que a instrução pública no interior ha sido sacrificada menos pela incompeten professorado do que pela complacência criminosa de muitas das Comissões Escolares, que o fiscalizam: —que o professor incompetente sempre algum coisa ade antaria si ensinasse a pouca leitura e escripta que soubesse; — que, entretanto, até d'esse minimo de proveito as Comissões Escolares privam muitos dos Municípios, attestando frequência a professores que nem sequer teem a compostura de ao local das aulas; —que semelhante facto somente poderá ser espontânea mente evitado «'outra era de melhor comprehensão dos devotes civicos, quer pelo professor, quer pelos membros das Comissões Escolares; —que já chegou a verificar o Governo que professores que mais reclamavam contra a demora do pagamento pelo Thesouro, durante todo o anno haviam leccionado, si alguém, apenas as Comissões Escolares que lhes attestarain a frequência;	
--	--	--

1912	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Instrucção pública. (p.11) Entre varias creações de cadeiras de ensi no primário e ligeiras modificações no curso da Escola Normal, justifica das nos respectivos decretos, creei três logares de inspector seccional para a fiscalização do ensino nas três zonas em que, para esse effeito, dividi o Estado, e reorganizei a Escola Modelo Benedicto Leite, considerando, corno razões do decreto de reorganização.	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Hygiene. (p.12) Foram visitados por um Inspector sanitário os municípios de Rosário Itapecurú. Coroatá, Codó, Caxias, Flores e S. Francisco, e remetidas ambulancias, a pedido dos respectivos Intendentes, aos municípios de S. Vicente Ferrer, S. Luiz Gonzaga, Tutoya, Carolina e Cajapió. E como o impaludismo sobresaltasse os habitantes ribeirinhos do Gurupy e a população de Imperatriz, partiu em soccorro aquelles outro Inspertor sanitário, e a esta um pratico de Barra do Corda, pela impossibilidade de acudir a tempo um medico formado. E tão efticaz foi o soccorro que ao sobresalto logo succedeu a gratidão dos municípios.
		Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Hygiene. (p.9) Os grupos escolares e a Escola de música funcionavam n'um só prédio terreo, e esse mesmo já condemnado pelo completo estrago do maderiamento do soalho e do forro As escolas Modelo «Benedicto Leite» e Normal chegavam a ser nojentas e tinham soltos os soalhos, pelo apodrecimento dos barrotes, e inteiramente obstruídos os compartimentos sanitários. O Lyceu era servido por uma fossa fixa, aberta debaixo da escada interna e de serventia commum a lentes e estudantes. A Repartição de hygiene se distribuia em quatro casas, cada qual mais distante uma da outra

		Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Hygiene. (p.24) Indivíduos que procuram pela calúnia satisfazer a cobiça ou vangloriar o despeito, assoalharam, dentro e fora do Estado e particularmente na sede do Governo Federal, que os exgottos haviam sido contractados com a capacidade apenas para essas três mil casas convertiam assim em capitulo de accusação uma extraordinária vantagem do contracto, para calumniar o Governador. A rede de exgottos, porém, foi tratada com a capacidade para toda a cidade actual, de cerca de 5.500 casas, e margem para um augmento futuro nunca inferior ,a cincoenta por cento.
1913	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Instrucção pública. (p.6) Em sua ultima mensagem ao Congresso Legislativo de S. Paulo, o nosso eminente patricio o Sr. Conselheiro Rodrigues Alves assim se referiu á Instrucção publica n'esse portentoso Estado: “nossa Instrucção elementar tem prosperado nas cidades e villas, mas está longe de corresponder ao desenvolvimento do Estado nas zonas do interior. Ahi o nosso atraco é considerável e vexatório”. E’ exactamente o que posso dizer da Instrucção publica entre nós, si não pelo prazer de seu desenvolvimento, ao menos em consolo de seu atraso.	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Hygiene. (p.11) Está por dias a ser concluída a construcção das redes d'agua e de exgottos da Capital, por mim contra ctadas com o Dr. Luiz Betim Paes Leme.[...] Mesmo hoje em dia, ninguém concebe cidade culta, e muito menos uma Capital, com o despejo nas ruas, nos quintaes ou nas fossas fixas, como ;inda é feito n*esta nossa.
	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Instrucção pública. (p.7) Entretanto, apraz-me consignar que no meu governo já conta o Estado mais trinta e um cargos de ensino, a saber :Dois adjunctos, um para a escola de Vianna e outro para á do 2. Destricto de Caxias, Dec. Nº 137, de 23 de janeiro de 1912.	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Hygiene do Estado. (p.18) Não podendo qualificar de ex cellente a saúde publica no Estado, tenho entretanto o prazer de dizer vos que se não deu um caso alarmante que não fosse logo dominado e nenhum pedido de soccorro que não fosse logo acudido, bem como que actualmente o estado sanitário é francamente lisonjeiro.

	Uma adjuncta da professora da escola mixta do districto de Caxias. Dec. n. 142, de 3 de março de 1912.[...] Barra do Corda: Escola do sexo feminino. Barra do Corda: Externato. Barra do Corda: Externato, auxiliar do director. (p.7) Caxias: Escola do sexo feminino. 1.º districto, adjuncta. Caxias: Escola do sexo feminino, 2.º districto, adjuncta. Caxias: Externato, auxiliar do director. Carolina: Escola do sexo masculino do 1.º districto. Carolina: Externato, director Codó: Escola mixta. Codó: Externato, director. Codó: Externato, auxiliar do director. Capital: Escola nocturna do 1.º districto. Capital: Escola nocturna do 2.º districto. Capital: Escola nocturna do 4.º districto. Capital: Escola Almir Nina. Capital: Escola Raimundo Cerrêa. Capital: Escola Raimundo Corrêa, adjuncta. Cipital: Escola Almeida Oliveira. Capital: Escola Nina Rodrigues. Capital: Segunda Escola, adjuncta. Capital: 1ª Escola que funcçiona no pavimento térreo do Congresso Capital:^a 2. Escola que Funcçiona no pavimento térreo do Congresso. (p.8) Capital: Escola á rua do Sol n. 83 Rosário: Escola do sexo masculino, primeira classe. Rosário: Escola do sexo masculino. segunda classe. Rosário: Escola do sexo feminino, primeira classe. Rosário: Escola do sexo feminino, segunda classe.(p.9)	Durante o anno, depois de minha ultima Mensagem ao Congresso, foram remetidas ambulâncias, contra o impaludismo, aos municípios de Barra do Corda e Imperatriz, e, contra a varíola, aos de Caxias, S. José dos Mattôss, Picos, Flores e S. Francisco. Ao principio d'essa epidemia, fiz seguir contra ella um inspector sa nitario e depois o próprio Director do serviço sanitário, acompanhado de enfermeiro e desinfectadores, em soccorro das localidades Bôa-Vista e Pedra Grande, do município de Caxias; Santo Antônio, Canna brava, Alaga diço Bonito, Paiol e Veríssimo, do município de S. José dos Mattões; Tem pero', BurityLinho, Burity cortado, Burity do meio, e Monteiro, do município de Flores; e João Ourives, do município de S. Francisco. Já,' porém, felizmente regressaram, pelo desempenho da commissão, o inspector sanitário e o Director da Repartição.
--	---	--

1913	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Instrucção pública. (p.10) A Escola Normal, ao que parece, vae agora correspondendo aos intuitos de sua fundação, pelo preparo de professores para todo o Estado, pois que já diversos Normalistas deixam a Capital para exercer o magisterio no interior. E' bem de attribuir esse auspicioso facto ajusta compreensão, pelos Normalistas, de que o magistério é igualmente nobre na Capital como nas mais cidades, nas villas e nos povoados, e que, portanto, si a vida é mais de goso e de encantos na Capital, não deve o professor sacrificar a nobreza da profissão ao próprio regalo seu pessoal.	
1914	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Instrucção pública. (p.10) Estabeleci outrosim as categorias de professores normalistas graduados e normalistas de curso integrado. Os primeiros recebem o diploma ao terceiro anno e os outros no final do curso. E' um meio de preparar adjunctas e de prover de professores mais idôneos que os recrutados no logar as escolas das villas e povoações, quando as das próprias cidades ainda não são regidas por normalistas.	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva SAÚDE PÚBLICA. (p.9) Durante o ultimo anno occorreram na Capital onze casos de febre amarella, cinco de varíola, um de crupp e quinze de varicella, sendo logo soccorridos os doentes e combatidas edebelladas as epidemias. Grassando a varíola em Caxias, S. José dos Mattões, S. Francisco e Brejo e sendo ameaçados de sua invasão Tury-assú e Carutapera, foram igualmente acudidos os doentes, e conjurado o mal nestes dois últimos municípios e debellado n'aquelles quatro. A zona flagellada pelo impalludismo no sertão, e este anno em Santo Antônio e Almas e Cajapió, tambem foi soccorrida com presteza e efficacia. A' requisição dos respectivos Intendentes, fiz remetter ambulâncias.
1914	Governador: Dr. Luiz A, Domingues da Silva Instrucção pública. (p.11) SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALISAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAES. Segundo informações forne cidas pela digna Inspecciona d'esse serviço, existem anualmente no Estado os	

	seguintes postos indígenas. No posto funciona uma escola primaria, que recebeu o nome do nosso glorioso poeta e foi fundada sob os auspícios da Cruzada Gonçalves Dias, á qual se devem os primeiros recursos de installação. Dirigidos por hábil professor, os pequenos índios têm feito sensíveis progressos, muitos havendo já que, em poucos mezes, lêem e escrevem regularmente. O digno Inspector pretende fazer aquisição, no corrente anno, de instrumental necessário para ensaiar a organização de uma banda de musica. Graças a existência do posto, vão desaparecendo os motivos de attritos na zona Gurupy entre civilizados e Índios. De dois annos para cá, nenhuma, tentativa de assalto se tem dado Destina se á concentração de Índios guajajaras, tembés e tymbiras e ao mesmo tempo de attracção dos índios guerreiros da margem esquerda do Pindaré. Quanto em si couber, deve o EsUdo vir em auxilio cVaquella devo tada Inspectoria, pois que a elle, mais que apropiã União, interessa moral e materialmente a realização d'essa alevantada conquista civilizadora	
1914	Governador: Dr. Herculano Nina Parga Instrucção pública. (p.12) No interior, as escolas estão, na quasi totalidade, desprovidas de material, em casas alugadas, porque o Estado não possui pre dios próprios, mas têm grande matricula, que augmenta, á pro porção que professores normalistas vão sendo nomeados, como felizmente tenho conseguido, facilitando para isso o pagamento dos vencimentos pelas Collectorias e dotando as escolas de ma terial,na proporção que é possível fazer, sem gravamepara os co fres, obrigados a attender,	Governador: Dr. Herculano Nina Parga Hygiene. (p.44) Serviço Sanitário Pelo Dec. n. 2 23, de 22 de Abril de 1914, passou esse serviço ao' município, auxiliado pelo Estado. Longe está de corresponder ás exigências da saúde publica. A hygiene é a que a própria natureza nos offerece, havendo ainda por parte do publico o maior descaso ás leis da policia sanitária.1 Melhor ficaria ao Estado chamar a si tal serviço, porque ao menos teria uma repartição própria, com despezas não superiores as que faz, ficando, além disso, melhor servido.

	simultaneamente,a múltiplos serviços. E' indispensável a criação de maior numero de escolas mix tas, no interior, e escolas para o sexo masculino, cuja falta é sen sível. Seria conveniente que nellas se creasse um curso elementar de agricultura, como meio de attracção á vida do campo para os filhos do propno agricultor que, desde creanças, começariam a ter os conhecimentos necessários á sua profissão. Existem fuuccionando 112 escolas primarias, com a matricula de 3.850 alumnos, sendo, 780 do sexo masculino e 3.070 do feminino, exclusive a Escola Modelo, o qué é desolante, quando sabemos que num ou noutro municipio ha escolas municipaes e raris simas particulares.	
	Decreto de 18 de Maio de 1914, N. 3, de 9 de Junho, creando Externatos em diversas locali dades do Estado e fixando os vencimentos dos respectivos directores. N. 4, de iode Junho, creando Escolas Mixtas nas diversas cidades do Estado. N. 5, de iode Junho, creando escolas primarias nas diver sas vi ll as du interior do Estado.	
1924	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. Instrucção pública (p.64) A instrucção publica do Estado acha-se dividi- da em primaria, secundaria e superior. A 1.º de julho de 1923 foi posta em execução a reforma da instrucção primaria, cujo regulamento baixou com o Decreto n.º 616, de 15 de fevereiro do mes no anno.	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. Serviço Sanitário e Hygiene Publica (p.70) [...]na hygiene, saneamento e transporte da nossa Capital, contractando os serviços de agua, esgotos, luz e tracção com uma firma idonea, que se vae galhardamente desempenhando da empresa, de feição a se poder augurar um, exilo cabal das obras projectadas; nos seus interesses municipaes, reunindo nesta cidade um congresso de prefeitos, para não só conhecer melhor as necessidades das nossas communas, senão também desprender possibilidades econômicas, por uma intervenção opporfima e intelligente do poder central.

	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. Instrução pública (p.76) Existem actualmente no Estado 5 externatos, 146 escolas mistas, 12 grupos escolares e 17 escolas do sexo masculino. A matricula nessas escolas é de 8.281 alumnos, com uma media annual de 5.615. O total das médias é de 772.402	
	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. Instrução pública (p.76) Na sua Intrucção, pondo em pratica uma reforma moldada nos mais modernos ensinamentos da pedagogia;	
1925	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. Instrução pública (p.34) A instrução Publica do Estado acha-se dividi em primaria, secundaria e superior. Instrucção Primaria A instrucção primaria está organizada deaccor do com o Regulamento que baixou com o decreto n. 616, de li de fevereiro de 1923, em vigor desde 1º de julho do mesmo anno. Está visto que em tão curto tempo não se poude applicar in totum esse Regulamento, o que aliás está nelle previsto, pois no capitulo XV, art. 1.º, diz: "No que respeita á sua parte administrativa, a preá sente reforma da instrucção primaria será executada medida que o Governo fôr expedindo os actos corre lativos". Entretanto, muito pouco resta a applicar.	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. SERVIÇO DE HYGIENE E SANEAMENTO DO ESTADO (p.42) Podemos reunir em cinco grandes grupos os trabalhos que se acham sob direcção do serviço de saneamento rural. 1º- Combate ás endemias ruraes. 2º- Serviço de hygiene do Estado. 3º- Serviço de prophylaxia da tuberculose. 4.º- Serviço de combate á lepra e ás doenças venereas. º- Serviço de combate á febre amarella
	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. Instrução pública (p.35) Creação de escolas Foram creadas em 1924 as seguintes escolas, do sexo	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. SERVIÇO DE HYGIENE DO ESTADO (p.46) Tem sido a effectivação dos trabalhos de Hygiene Publica em S. Luiz uma verdadeira campanh? para o Serviço de Saneamento Rural. Campanha Saiii (ária, sim, e por vezes árdua.

	masculino: em S. Felix (Lorêto), Simpahyba (idem) S. Francisco, Angical (Pastos Bons), Lagoa Bonita (Pedreiras), Santo Antônio de Balsas. Genipapo dos Resplandes (Barra do Corda), Deserto (Godofredo Vianna), Loreto, Bairro do Desterro Capitai); Mixtas: Cutim dos Padres (Capital), Ruy Vaz, (Axixa), Trezidélla (Codó), Maparoaia (Icatú), Sertansinho (Penalva), Marianopolis (Pedreiras), Genipapeiro (Paço do Lumiar), Conceição (Arayoses) França (Arary).	Com a extinção do antigo Serviço Sanitário do Estado, ficaram esquecidas do povo muitas praticas hygienicas, que constituem a segurança da saúde de uma collectividade. E porisso que deixou de haver a fiscalização indispensável para tornar eficiente um serviço de tão alta relevância, naquelles tempos cada pessoa agia em matéria de hygiene em S. Luiz de acordo com os seus interesses individuaes. Foi em condições taes que a Comissão de saneamento tomou aos hombros a espinhosa incumbencia. Para mostrar o desenvolvimento actual que adquiriu o serviço dessa época em diante, basta relatar o que se fez neste particular, em 1924, nesta Capital: Policia sanitária:[...] 574, inspecções realizadas em escolas publicas-29, inspecções realizadas em escolas particula ras
	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. Instrucção pública (p.36) Tem o Governo deixado de attender a pedido para creação de grupos escolares no interior. Realmente, e um curso de maior aproveitamento para os alunos; mas acontece que o custeio de um grupo escolar em qualquer localidade do interior exige a supressão das escolas isoladas locais.	
1925	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. Instrucção pública (p.36) Estabelecimentos subvencionados: Escola S. José da Providencia... Barra do Corda Instituto Municipal G. Dias... Caxias	
1926		Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. (p.31) Excursões feitas pelo interior do Estado para saneamento das zonas flagelladas pelo paludismo. [...] Inspeção de estabelecimentos escolares:

		Matriculas verificadas2.924 Numero de visitas escolares...110 Escolas visitadas.....36
	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. Instrução pública (p.25) A população escolar primaria, segundo os mapas que mensalmente são submetidos á Secretaria do Interior, é computada em 8586 alumnos para 217 e 348 professoras (vagas 35) numa media approximada, portanto, de 39 alumnos para cada escola e 24 para um professor. A media da frequência é de 5747	Presidente do Estado: Dr. Godofredo Mendes Vianna. Saneamento Rural e Hygiene (p.33)
1927	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.17) Dentro dos limites dos seus recursos, o Esta dc vai procurando desenvolver a instrução, com que despende perto de 15% das suas rendas	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.17)
	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.22) A Escola Modelo é a única que dispõe de installação condigna, pois funciona em um amplo prédio especialmente construído para o fim a que se destina, em bom ponto da cidade. E' a escola primaria mais procurada, de modo que, abertas as matrículas, são immediatamente esgotadas. Os grupos escolares e as escolas isoladas es tão mal instalados, em prédios acanhados e mal divididos, sendo a maior parte alugados a parti culares. O mesmo acontece nas localidades cio iuterior.	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.19) Cada um dos nossos postos ruraes é ura centro de onde emanam grandes e constantes ensinamentos hygienicos ao povo, no desempenho dos nobres intuitos de propaganda e divulgação dos meios prophylacticos.
1928	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.15) Para a fiscalização do ensino, ha, além de um inspector, na Capital, mais dois no interior. O regulamento occupa-se também do serviço de sanidade escolar,	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.1)

	assistência, subvenções, construção de prédios escolares, ensino particular e outros assumptos conducentes ao aperfeiçoamento do ensino primário Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.15) Observa-se ainda grande deficiência na par que se refere a prédios e material escolares, te mas só por motivo de ordem financeira ainda não foi atacado de frente este problema. E' idéia do Governo fazer construir, na Capital e no interior, prédios adequados, de maneira a evitar o funcionamento de escolas em casas alugadas, sem conforto, sem hygiene e sem os indispensáveis requisitos exigidos pela pedagogia moderna, má gr do a excessiva despesa feita pelos cofres públicos com a manutenção de tão impróprias installações.	
1929	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.16) As escolas do interior precisam ser melhor aparelhadas de material e, logo que seja possível, muito conviria que se fizesse a construção de prédios para escolas nas cidades e villas, obedecendo a um typo previamente escolhido e apropriado ao interior, onde ellas estão também mal installadas em casas de aluguel.	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Hygiene do Estado (p.23) Os trabalhos de hygiene do Estado foram, no exercicio de 1928, grandemente augmentados, e representam inestimáveis conquistas hygienicas, no meio local. Estenderam-se elles ás seguintes secções: Policia Sanitária, Hygiene Infantil, Fiscalização do Commercio de Gêneros Alimentícios, Fiscalização do Exercicio da Medicina, Pharmacia, Trabalhos Epidemiologicos e Demographia sanitária.
	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.17) Em obediência ao novo regulamento da instrução primaria, foram nomeadas, para as cidades e villas do interior, as commissões escolares fiscalizar compostas de três membros, com o fim especial de administrativamente os estabelecimentos locais de ensino, na ausência do inspector escolar.	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Hygiene do Estado (p.23) expedidas 2.826 mtimações para hygienização de prédios; e visitadas varias escolas, effectuando-se 1.122 exames clinicos em alumnos e professores.
1930	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.16)	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Hygiene do Estado (p.23)

	Não se pôde contestar que os actuaes regulamentos do curso normal e das escolas primarias têm cooperado efficazmente para a diffusão do ensino, como o demonstram as estatísticas escolares	Depois da construção das estradas de ro- dagem, que ligam a capital aos Longínquos sertões maranhenses, novas possibilidades de saneamento advieram á Repartição de Saúde Publica, com referencia ás localidades do interior. Um cami- nhao-ambulancia, conduzindo um medico, enfermeiro e medicamentos, percorreu 9 municipios e 10 de seus principaes povoados, durante vários mezes de trabalhos ininterruptos, levando os pre- ceitos de educação sanitária, bem assim recursos therapeuticos ás localidades citadas, em muitas das quaes nunca haviam sido elles proporcionados.
	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrucção pública (p.17) Compreendo que o número de estabelecimentos de ensino, no interior, não basta ainda ás nossas necessidades; mas a exiguidade das rendas publicas impõe ao Estado rigorosos limites, que não podem ser transpostos sem desequilibrio nas suas finanças. Na capital, estamos perfeitamente aparelhados para ministrar o ensino á mocidade estudiosa, em múltiplos estabelecimentos públicos e particulares; estaduaes e municipaes; primários, secundários e superiores	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Hygiene do Estado (p.23) Aceitando o convite gentilmente feito pelo departamento de Saúde Publica para lomar parte o Maranhão nos 4.º e 5.º congressos brasileiros de hygiene reunidos em agosto e outubro do anno imdo, respectivamente, na Bahia e era Pernara- buco, o Governo designou seu representante o dr. Cassio Miranda, que também representou o Serviço de Saneamento
	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrucção pública (p.17) Por isso, tive as minhas vistas voltadas de preferencia para o interior, onde, além das escolas constantes das minhas mensagens anteriores, creei mais as seguintes nas sedes de vários povoa dos, villas e cidades: uma no municipio [...]de Barra do Corda; [...] uma o de Carolina;	
	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrucção pública (p.18) Sendo de indiscutível conveniência esten- der a fiscalização do governo a todas as escolas, resolvi, pelo decreto n. ° 1.267 de 26 de junho, crear mais um lugar	

	de inspetor escolar, destinado á zona sertaneja, com sede na cidade de Barra do Corda, e abrangendo mais os municípios de Grajahú, Imperatriz, Carolina, Porto Franco, Riachão, Lorêto, Victoria do Alto Parnahyba, S.' Antônio de Balsas, Benedicto Leite, Nova York Mirador, Pastos Bons, S. João dos Patos e Barão de Grajahú. O cargo foi logo preenchido com a nomeação do cidadão Luiz Roland, que ainda este anno percorreu as escolas comprehendidas na zona, aliás.	
1930	Presidente do Estado: J. Magalhães de Almeida. Instrução pública (p.18) O governo adquiriu mil carteiras americanas, que mandou distribuir pelas escolas publicas, concertos e limpeza nos edifícios da Escola Modelo Benedicto Leite, dos grupos escolares Almeida Oliveira e Raymundo Correia.	

ANEXO C – Quadro das Mensagens dos Governadores sobre Instrução Pública e Higiene

MENSAGENS DOS GOVERNADORES		
ANO	Relatório do Inspetor da Instrução Pública	Relatório da Inspetoria de Higiene
1900	Inspeção Geral da Instrução Pública do Maranhão, 8 de Janeiro de 1900. Inspetor Interino: João Francisco Corrêa Leal. (p.47) Com verdadeiro amor á causa da instrução no nosso Estado, tenho envidado os meus mais reiterados esforços no sentido de regularisar o ensino ministrado no interior. Entretanto, não é assaz proficua essa instrução dada com tanto dispendio aos cofres publicos e attribuo isso á falta de exacto cumprimento das disposições regulamentares. E' claro que a mas attentas as grandes ditficuldades de transporte no nosso Estado e a quase negligencia d'aquelles a quem incumbe a immediata inspecção das escolas primarias, torna-se materialmente impossivel a necessária ordem nos trabalhos desse ramo dos negócios públicos, uma vez que os próprios professores não queiram dedicar-se com zelo aos serviços que lhes são confiados.”	Inspeção de Higiene do Estado do Maranhão, 30 de Janeiro de 1900. Inspetor: Oscar Lamagnre Leal Galvão Higiene publica (p.92) Resumo do Serviço Sanitário realizado nas duas circumscripções de Higiene da cidade de S. Luiz do Maranhão durante o anno de 1899. Casas particulares 650 Estabelecimentos públicos 10 Padarias.....73 Refinações.....85 Pharmacias 25 Barbearias.....32 Quitandas 130 Casas de pasto. 10 Fabricas 10 Hotéis 12 _____ 1.037
		Inspeção de Higiene do Estado do Maranhão, 30 de Janeiro de 1900. Inspetor: Oscar Lamagnre Leal Galvão Melhoramentos (p.96) Instituto Vaccinogenico. O Maranhão se recente de uma enorme lacuna a falta de um Instituto Vaceinogenieo, o qual deve sar creado, desde já, alem de que possamos enfrentar, sem receio, a terrível visita do morbo que nos ameaça constantemente a variola. Instituto Bacteriologico.

		Se o Governo conseguir dotar o Estado com semelhante melhora mento terá a fronte aureolada com o diadema fulgente da gratidão perenne gravará no seio da pátria agradecida com cunho luminoso sua passagem. Esgoto- A questão de saneamento de uma cidade é nimiamente escabrosa e erriçada de escolhos, onde práticos aliás abalisados naufragão quasi sempre
1901	Inspeccia Geral da Instruccia Publica do Maranhão, 8 de Janeiro de 1901. Inspetor Interino: João Francisco Corrêa Leal. (p.195) Instruccia secundaria Acha-se na direcção d'esse estabelecimento o Doutor Antônio Baptista Barbosa de Godois, em substituição ao Doutor Almir Parga Nina, que se acha licenciado.	Inspeccia de Hygiene. S. Luiz do 28 de janeiro de 1901. Exm. Snr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador do Estado. Inspetor: Felicíssimo Rodrigues Fernandes (p.105) Visitas domiciliarias Todas as casas desta cidade foram no decurso deste anno visitadas duas vezes pelo pessoal desta Inspeccia encarregado desse serviço. [...] Convém, porem notar que mesmo nos bairros freqüentados pelas classes menos abastadas, o interior das habitações foi encontrado em condições regulares de aceio.
	Escola Modelo “Benedicto Leite”, em Maranhã, 31 de dezembro de 1900. Ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado. Diretor: Antonio Baptista Barbosa de Godois. (p.231) Para exercícios gymnasticos dos alunos do sexo masculino fiz preparar convenientemente o pateo do edificio, em que outro'ra houve uns canteiros a montagem de aparelhos destinados a idénticos exercícios dos estudantes do Lyceo, mandei por uma barra fixa e suspender algumas argolas. Presentemente providencio para construcção d'um mappa mundo em parte do pateo, afim de facilitar o ensino objetivo da geografia aos alunos dos anos inferiores d'esta Escola.	Inspeccia de Hygiene. S. Luiz do 28 de janeiro de 1901. Exm. Snr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador do Estado. Inspetor: Felicíssimo Rodrigues Fernandes (p.107) Vaccinação Apesar do appello insistente dirigido por esta Inspeccia á população, mostrando a excellencia da vaccina como meio de impedir o contagio da variola, ou de minorar-lhe os effeitos, é relativamente pequeno o numero das pessoas que voluntariamente procuraram esse meio prophylatico. [...]
1901	Escola Modelo “Benedicto Leite”, em Maranhã, 31 de dezembro de 1900. Ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado. Diretor: Antonio Baptista Barbosa de Godois. (p.231) Para exercícios gymnasticos dos alunos do sexo masculino fiz preparar convenientemente o pateo do	Inspeccia de Hygiene. S. Luiz do 28 de janeiro de 1901. Exm. Snr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador do Estado. Inspetor: Felicíssimo Rodrigues Fernandes (p.111) Variola no interior do Estado A Variola tem se manifestado em diversas localidades do interior

	edifício, em que outro'ra houve uns canteiros a montagem de aparelhos destinados a idênticos exercícios dos estudantes do Lyceo, mandei por uma barra fixa e suspender algumas argolas. Presentemente providencio para construção d'um mappa mundo em parte do pateo, afim de facilitar o ensino objetivo da geografia aos alunos dos anos inferiores d'esta Escola.	do Estado, mas felizmente tem sido promptamente sufocada, graças ás medidas de isolamento que tem sido tomadas, e ao caráter das nossas populações ruraes que de bom grado se submetem á pratica das medidas hygienicas aconselhadas com o fim de impedir a propagação de moléstias contagiosas.
1902	Relatório do Inspetor da Instrução Pública Inspectoria Geral da Instrucção Publica do Estado do Maranhão, 11 de Janeiro de 1902. Inspetor: Domingos Américo de Carvalho (p.157)	Inspectoria de Hygiene do Estado do Maranhão, 25 de Janeiro de 1902. Exm. Snr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador do Estado. Inspetor: Felicíssimo Rodrigues Fernandes (p.93)
	Material Escolar Recebido da Europa em fins do anno próximo o material escolar para as aulas de Geographia, Desenho, Calligraphia, Physica e Sciencias Naturaes, o fiz acondicionar a proporção que ia recebendo as estantes para isso necessarias. Todo elle foi utilizado este anno, excepto alguns mappas de Geographia pela impropriedade da sala em que se lecciona essa disciplina, para montagem do competente aparelho. Nenhum outro compartimento do predio se prestando para a collocação (los referidos aparelhos vos solicitei e* mandastes preparar uma sala especial que infelizmente por circunstancias superiores ainda não pode ser concluído.	Febres no interior do Estado A falta absoluta de recursos médicos concorre grandemente para aue- mentar os soffimentos e os prejuisos dos habitantes d'essas zonas do Estado a maior parte dos que têm a infelicidade de serem accommettidos de molestias graves nunca mais recupera a saúde e a actividade primitivas por carência de tratamento conveniente.
	Relatório do Inspetor da Instrução Pública Inspectoria Geral da Instrucção Publica do Estado do Maranhão, 11 de Janeiro de 1902. Inspetor: Domingos Américo de Carvalho (p.157) Escolas Estaduaes A' excepção da 1ª e 2ª Escolas, que funcçionam nos próprios do Estado das ruas do Sol e Grande, as outras, pela impropriedade dos edificios. tornam por demais embaraçosa a missão das respectivas professoras na inspecção e direcção simultâneas de serviços de ordem	

	diversa. Escolas ha em que os alumnos, pelo seu numero crescido se localisam na sala, quarto e varanda do predio, tendo, entretanto, de ser o seu trabalho dirigido e inspeccionado pela mesma professora e estando todos elles na mesma occasião entregues a vários exercícios.	
	Relatório do Inspetor da Instrução Pública Inspectoria Geral da Instrucção Publica do Estado do Maranhão, 11 de Janeiro de 1902. Inspetor: Domingos Américo de Carvalho (p.158) Escolas Estaduaes A este inconveniente, que é grande, juntam-se os de falta de luz e ventilação sufficiente; impossibilidade de uma separação dos alumnos por classes, em vista das proporções acanhadas dos edificios, que não permitem attender-se a este principio de ordem; ausência de lugar apropriado para recreio e exercícios gymnasticos. Por sua vez a mobília escolar muito deixa a deseiar acerescendo ao facto de sua impropriedade achar-se toda ella necessitada de reparos. Consegui, utilizando-me da auctorisação que me destes, prover em parte, a uma outra falta que se notava nas ditas Escolas e que tornava a adopção dos methodos modernos nos aludidos institutos. Refiro-me ao material escolar conveniente que em nenhuma dellas existia, para se efetuar o ensino intuitivo. [...] para cada uma dessas Escolas, bolas de borracha de differentes tamanhos, uma balança pequena e um terno de pêsos, um outro terno de medidas, de capacidades, uma medida métrica, um compasso, uma esquadria, uma régua grande, uma esponja, uma caixa de giz, seis copos pequenos e três vidros de anilina das cores primitivas, contadores de madeira, régua para desenho, cartões e um relógio para serem regulados, com precisão, os trabalhos escolar. Não é suficiente, mas já	

	proporciona alguma facilidade para o ensino inteligente	
1902	Relatório do Inspetor da Instrução Pública Inspectoria Geral da Instrução Publica do Estado do Maranhão, 11 de Janeiro de 1902. Inspetor: Domingos Américo de Carvalho (p.163) Desprovidas, como se acham, as Escolas Estaduaes de grande parte do material necessário para o ensino, não era licito esperar-se que ellas podessem dar completos os fructos que exigia a reforma por que passaram. Muito lucrou, entretanto, a instrução publica nellas ministrada, com a adopção de novos metho	
1903	Inspectoria Geral da Instrução Publica do Estado, 12 de Janeiro de 1903. Ao Sr. Coronel Alexandre Collares Moreira Junior, 1º Vice- Governador em exercício. Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica. (p.121) Material Escolar Chegaram este anno as lentes e occulares do microscópio de Verich, que tinham deixado de vir quando foi recebido nesta Escola o gabinete de Historia Natural no anno próximo findo. Como já tive occasião de commnicar-vos, verificou- se pelo catalogo da casa Verich, que essas lentes e occulares não estavam comprehendidas no preço por que foi remettido o apparelho desprovido desses objectos, aliás indispensaveis. Tambem este anno a Escola recebeu, adquirido no Rio de Janeiro, um esqueleto com a competente vitrine e de Paris um apparelho geographico de Girot, este destinado as aula de Geographia e aquelle á de Historia Natural. Para a aula de Gymnastica foram adquiridos uma barra paralela, 6 barras de ferro de extremos esphericos, 9 pares de massas de madeira e 10 pares de alteres e 7 punhos de lula. Resentindo-se a Escola da falta de um álbum de botânica para o estudo dessa espécie na aula de Historia Natural,	

	solicitei do vosso antecessor a encomenda, que já se acha leita, de uma collecção de trinta e sete quadros coloridos de botânica, a qual conto se achar nesta cidade antes tia reabertura das aulas, em 1º de Fevereiro próximo.	
1903	Inspectoria Geral da Instrução Publica do Estado, 12 de Janeiro de 1903. Ao Sr. Coronel Alexandre Collares Moreira Junior, 1º Vice- Governador em exercício. Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica. (p.121) Mobília Foi recebida nesta Escola, em Abril, a mobília mandada preparar no Rio de Janeiro para a sala da Congregação deste instituto pelo Exm.º Senr. Governador Dr. João Gualberto Torreão da Costa. Vindo a mesa para as sessões ordinárias da Congregação, deixou de vir no entanto a que servia nos actos solemnes, que, conforme o Regulamento desta Escola, são presididas pelo Director da Escola Normal, tendo á sua direita o Governador do Estado e á esquerda o Inspector Geral da Instrução Publica. A mesa existente, comprida suficientemente para ter aos lados o corpo docente, é entretanto muito estreita e só comporta uma cadeira em qualquer das suas extremidades. O vosso antecessor, quando visitou este instituto, após o recebimento da mobília, notou essa falta e prometeu remedial-o, sem que eu saiba se elle che gou a fazer nesse sentido a encomenda aqui, ou no Rio de Janeiro.	
	Inspectoria Geral da Instrução Publica do Estado, 12 de Janeiro de 1903. Ao Sr. Coronel Alexandre Collares Moreira Junior, 1º Vice- Governador em exercício. Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrução Publica. (p.122) Escolas Estaduaes	

	[...] esses obstáculos referiam-se á falta d ematerial didactico suficiente para o ensino intuitivo e falta de prédios que se prestassem para que cada Escola a respectiva professora podesse ao mesmo tempo ter a atenção fixada nas quatro classes. [...]no ultimo anno adquiri, devidamente autorizado, para cada um desses institutos, pude juntar no anno corrente uma collecção completa de quadros muraes de physica, que, na falta dos respectivos aparelhos, muito auxiliam o ensino dessa matéria. Também para cada uma dessas escolas fiz distribuir para os exercícios, uma barra paralela, duas barras de ferro de extremos espherieos, dois pares de massas, um punho de luta e um par de alteres. Infelizmente não chegaram a tempo de poder ser feita uma distribuição igual a todas ellas os globos geographicos para ellas encomendados pelo que fui obrigado a distribuir esses objectos pelas segunda, quarta, quinta, e sexta Escolas, licando as outras reservadas para quando chegarem os globos esperados.	
	Inspectoria Geral da Instrucção Publica do Estado, 12 de Janeiro de 1903. Ao Sr. Coronel Alexandre Collares Moreira Junior, 1º Vice- Governador em exercício. Governador: João Gualberto Torreão da Costa Instrucção Publica. (p.123) Escolas Estaduaes. Ainda agindo dentro dos limites estreitos da verba disponível para esses estabelecimentos, consegui a permissão para a eneommenda com destino a essas Escolas de seis gabinetes de Historia Natural, de cem francos, e encommendei para cada uma dellas uma pequena collecção de quadros de Historia Natural, de seis francos, redacção em tamanho da collecção encommendada para a Escola. Normal	
1905		

APÊNDICE D – Tabela Códigos de Postura do Maranhão

Alta		PRETENDO ADICIONAR: SAÚDE E HIGIENE DESSAS FONTES LOGO, ASSIM COMO SE TÊM RELEVÂNCIA COM A TEMÁTICA!					
Mediana							
Baixa							
Ano	Mensagens do Governador sobre a Instrução Pública		Relatórios da Instrução Pública		Link disponível	Relevância com a Temática	Observações
	Nome do Governador	Páginas do PDF	Nome do Inspetor	Páginas do PDF			
1900	João Gualberto Torreão da Costa	11-13	João Francisco Corrêa Leal	46-57; e 75-89	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402/per720402_1900_00001.pdf		
1901	João Gualberto Torreão da Costa	14-20	João Francisco Corrêa Leal	188-231	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402/per720402_1901_00001.pdf		
1902	João Gualberto Torreão da Costa	13-19	Domingos Americo de Carvalho	128-171	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1902_00001.pdf		
1903	Alexandre Collares Moreira Junior Vice-governador	9-17	Torquato Tasso Coelho de Souza	92-136	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1903_00001.pdf		
1905	Alexandre Collares Moreira Junior Vice-governador	10-18	João Nepomuceno de Souza Machado	100-131	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1905_00001.pdf		
1907	Benedicto Pereira Leite	25-26	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1907_00001.pdf		
1909	Arthur Quadros Collares Moreira Vice-governador	20-21	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1909_00001.pdf		
1910	Americo Vespucio dos Reis	8	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1910_00001.pdf		
1911	Luiz A. Domingues da Silva	8-12	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1911_00001.pdf		
1912	Luiz A. Domingues da Silva	11-12	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1912_00002.pdf		
1913	Luiz A. Domingues da Silva	6-11	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1913_00001.pdf		
1914	Luiz A. Domingues da Silva	15	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1914_00001.pdf		
1915	Herculano Nina Parga	12-13	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1915_00001.pdf		
1924	Godofredo Mendes Vianna	64-70	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1924_00001.pdf		
1925	Godofredo Mendes Vianna	34-41	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1925_00001.pdf		
1926	Godofredo Mendes Vianna	25-30	----	----	https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720402_1926_00001.pdf		

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil)	1927	J. Magalhães de Almeida	17-26	----	----	https://hemeroteca- pdf.bn.gov.br/720402/per720402_1927_00001.pdf		
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil)	1928	J. Magalhães de Almeida	13-17	----	----	https://hemeroteca- pdf.bn.gov.br/720402/per720402_1928_00001.pdf		
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil)	1929	J. Magalhães de Almeida	12-21	----	----	https://hemeroteca- pdf.bn.gov.br/720402/per720402_1929_00001.pdf		
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil)	1930	J. Magalhães de Almeida	16-22	----	----	https://hemeroteca- pdf.bn.gov.br/720402/per720402_1930_00001.pdf		

I	
Anos não encontrados:	1906; 1908; 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923,

APÊNDICE E – Quadro de Códigos de Postura do Maranhão

CATEGORIAS	LEI Nº. 8, DE 20 DE JULHO DE 1893
HYGIENE, SAÚDE E SALUBRIDADE	TÍTULO I- CAPITULO I- DAS INFRACÇÕES Art. 6º. Aos guardas municipais dos diferentes districtos incumbe avisar o intendente da infração de qualquer disposição deste código. Lavrando e remetendo os termos de flagrante contra os infractores. Art.7º. A qualquer cidadão é permitido lavar os termos de infracção de posturas, com tanto que sejam assignados por duas testemunhas e rubrica das guardas municipaes do districto onde houver a infracção. TITULO II- HYGIENE E SAUDE CAPITULO II- COMMERCIO DE CARNE, LEITE E OUTROS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS Art.9º. Fóra do matadouro público ninguém poderá matar nem esquartejar rezes sem licença da intendência. Ao infractor se imporá a multa de 20\$000 reis. Art. 29 O médico da municipalidade examinará diariamente o gado destinado ao consumo público, na ocasião de entrar para o matadouro, afim de não ser abatido o que estiver doente ou demasiadamente magro. Art.43 É prohibido fumar diamba ou expol-a á venda por tal fim. O infractores serão multados: o vendedor em 30\$000 reis e os que fumarem em 10\$000 reis. Art. 33. É prohibido vender leite de vacas doentes e especialmente affectadas de moléstias contagiosas, infecciosas ou constitucionaes ou que estejam com más condições de nutrição. Ao infractor a multa de 20\$000. Art. 36. Serão multados em 20\$000 reis. § Todos os vendedores de gêneros de primeiras necessidades, falsificados com ingredientes que prejudiquem á saúde. § Os que venderem água ou qualquer outro líquido alimentício em vasilhas que não estejam limpas ou sejam de metaes, cujas oxidação prejudique á saúde. Art. 44. É prohibido lançar nas fontes e poços públicos ou particulares d’onde se tire água para consumo, substancias orgânicas ou imundices.

	Ao infrator a multa de 20\$000. § único. É também proibido tomar banho, lavar roupas e animais próximo a casas, fontes e poços. Ao infrator a multa de 10\$000.
--	---

APENDICE F

CIDADES	IMPrensa	EXEMPLARES DISPONÍVEIS (BPBL)	PERIODICIDADE
SÃO LUÍS	A Escola (De ensino) Proprietário: Prof.º. Bejamim de Mello Redatores: Almir Dias da Silva, Aristides Lins, Raymundo Rodrigues e Joaquim Lins.	mar.1902, nº 1 out.1909, 1919 e nº 03, 0 Jul- 1923; n- 07 nov. 1924.	Indeterminada
	Pacotilha (Geral) Redatores: Victor Lobato e Barbosa de Godois	(1889,1890,1896,1898 1900,1904,1908, 1914, 1917)	Indeterminada
	O Combate (Geral) Redator: Carlos Huberto Reis	(1906, 1929)	Indeterminada
ROSÁRIO	O Rosariense (De ensino) Redatores: Álvaro Costa	Nº011-18,20,23-34 jan-dez.1903; nº 35- 60,62-67,69-70 jan.-dez.1904; nº 71,72 jan. 1905.	Quinzenal/ Literário, comercial e crítico.
	O Ser (De ensino) Dirigido: Quintino Martins	Nº 01, 02 out., nov. 1904.	Mensal/ Literário, crítico e noticioso.

	Redatores: Leslie Tavares e Alvaro Costa		
CODÓ	A Escola (De ensino) Redatores: Fernando Barbosa de Carvalho	nº01-12 jan-dez. 1918; 13 - 19 jan-set. 1919; nº 21-25 mar., maio, ago., nov. 1920.	Mensal/ Literário.
	A Lampada (Geral) Redatores: G. Chaves e G. Ramos	Nº 1 mar. 1893	Indeterminada/Literário, crítico e noticioso.
	Gazeta de Codó (Geral) Redatores: Alcibíades de Aguiar Silva	Jan. - nov. 1893Jan. - abr., jul. 1894.	Semanal/critico noticioso
CAXIAS	A Escola (De ensino) Redatores: Professores do Externato Codoense.	jun.ago.-out. 1928; jan. dez. 1929; dez. 1931.	Trimestral/Literário.
	O Parthenon (De ensino) Redatores: Não identificado	Nº 1 maio. 1908.	Indeterminada/ Literário e noticioso.

	O Parnaso (De ensino) Redatores: Cunha Junior e gerente, Raymundo Lucas de Macedo.	Nº 1 nov. 1903- nº 04, 09 jan. abr. 1904	Indeterminada/ Literário e noticioso.
	Gazeta (Geral) Typographia: Vicente de Paula Texeira Mendes	1894;1893-1902	Bimensal/Noticioso e comercial.
BARRA DO CORDA	O Guarany (De ensino) Redatores: Thuclydides Barbosa	Fev-Abr.1899	Bimensal/ Literário, crítico e noticioso.
	Os Simples (De ensino) Redatores: Souza Brito, Tunico Braga, Joao Piles e Ismael Salomão	nº. 26 dez. 1915; nº 28 fev. 1916.	Mensal/ Literário, crítico e noticioso.
	O Porvir (De ensino) Redatores: João Maranhão Sobrinho e José Pires Ferreira	Nº 7 fev. 1897	Bimensal/ Literário e noticioso.

	O Norte (Geral) Redatores: Isac Martins	1892,1926,1928 e 1929	Semanal/Jornal crítico noticioso.
CAROLINA	O Tocantins (Geral) Redatores: José Queiroz, Elpidio Pereira	mar., abr., jun. 1914; jan. del. 1915; jan. 1916; Jan. del 1917. 1918; fev. mai., maio, ago. 1921; maio sec. 1922; jan. fev. nov 1923; fev., abr., jun. ago-1924; mai. 1925; jun. dez. 1926; dez. 1927; jan. abr. - jul. 1928; out. - nov, 1929; jan. mar. - ouc. 1930.	Semanal/ Interesses Gerais, Literário e Noticioso.

APÊNDICE F – Quadro - Saúde e Doença- Condições Sanitárias

CIDADE	CITAÇÃO DIRETA	FONTE
	“Recursos da Junta de Hygiene são insuficientes”	Pacotilha, 11 de fevereiro 1890
	“Aquele cortiço da Rua da Saúde... é um flagelo”	Pacotilha, 2 de junho de 1896.
	“A cidade continua em criminoso abandono...”	Pacotilha, 12 fev 1896
	Dr. Alfredo da Cunha Martins, Vice-governador do Estado do Maranhão, Decreta: Auctorisa o Governo a fazer aquisição de aparelhos próprios para desinfecções. Art I." Fica o Governo auctorizado a fazer aquisição de aparelhos proprios de desinfecção, ficando eles sob a guarda da Inspectoria de do Hygiene do município da Capital.	Lei n. 139 de 20 de Abril de 1896. P.21

Art. 1º Fica creada nesta Capital uma Inspectoria de Hygiene com jurisdição em todo Estado.	Lei n. 159 de 16 de Maio de 1896. p.102
“Cordão sanitário para isolar... a varíola”	Relatório do Governador, 1900
“Delegados de Hygiene em Caxias, Carolina, Barra do Corda...	Decreto 9354/1902
“[...] urge a que a hygiene[...] nos livre dessa poção de focos miasmáticos”	Pacotilha, 10 de abril de 1902.p.1
“A inspectoria de Saúde do Porto prohybio o desembarque dos passageiros[...] “S. Salvador” ”	Pacotilha, 22 de abril de 1902, p.1.
“A hygiene segundo nos informão, havia procedido a desinfecção da casa em que estivera o valiolo”	Pacotilha, 22 de março de 1902, p.1.
“EPIDEMYA. O melhor sabonete hygienico para preservar de qualquer EPIDEMIA”.	Pacotilha, 22 de março de 1902, p.1.
“Foram visitadas 99 casas, bôa 1, regulares 22, más 76, fechadas 29”	Pacotilha, 22 de março de 1902, p.1.
“O quadro que temos deante dos olhos[...] veêm claramente, é bastante negroa situação da epidemia da peste[...]”	Pacotilha, 22 de março de 1902, p.1.
“Já foram vacinados 560 pessoas. Dia 21 de novembro manuel Gomez Cortez, Heloisa do Prado Lima [...]	Pacotilha, 22 de dezembro de 1903, p.1.
“não é só a quantidade diminuta de vacina[...] o governador recebeu tubos de vaccinicos, foi distribuída em família, explicando-se a recebeu particularmente.	Pacotilha, 29 de dezembro de 1903, p.1.
“Um corpo exercitado goza de mais saúde e é mais resistente contra todas as influencias nocivas.”	Pacotilha, 3 de abril de 1903, p.1.
Art.1º O Serviço Sanitário[...] se estende a todo o Estado[...]das escolas, fábricas, hospitais, asilos[...].”	Lei nº 736 de 11 de Abril de 1916. Reorganização do serviço sanitário do Maranhão.
“Art. 8º [...] Formular e fazer publicar conselhos sobre higiene ao povo, em época de perigo sanitário”	Lei nº 736 de 11 de Abril de 1916. Reorganização do serviço sanitário do Maranhão.

	Art. 8º Ao Bacteriologista compete: estudar a impureza das atmosferas nas ruas, hospitais, escolas e quartéis	Lei nº 736 de 11 de Abril de 1916. Reorganização do serviço sanitário do Maranhão.
	Art. 87º Quando moléstias [...]colégio, liceu[...] o nome, idade e residência dos alunos que faltarem ao estabelecimento dois dias consecutivos.	Lei nº 736 de 11 de Abril de 1916. Reorganização do serviço sanitário do Maranhão.
	Art. 164. [...]uso obrigatória de escarradeiras[...] multa de 100\$000 a 200\$000.	Lei nº 736 de 11 de Abril de 1916. Reorganização do serviço sanitário do Maranhão.
	“Vivemos por muitas décadas sem água, sem exgottos...”	A Escola, 3 de maio de 1923, p. 2.
	“Os grandes melhoramentos. S. Luiz estagnava [...] aqui tudo faltava”	A Escola, 3 de maio de 1923, p. 4.
	“Engenheiros dos Estados Unidos, [...] início das grandes obras de águas, esgotos, luz, tracção e prensagem.	A Escola, 3 de maio de 1923, p. 4
SÃO LUÍS	LEI Nº 326. A Camara Municipal de São Luiz do Maranhão Decreta: Art.1º:4º A inspecção medica nas escolas municipaes.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.9
	5ºO Serviço de vacinação e revaccinação anti-variolica dos munícipes.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.10
	16º - Visitar periodicamente as escolas municipaes, pro pondo medidas attinentes á hygiene desses estabelecimentos e á saúde dos seus alumnos.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.11
	“No decorrer de 1923 foram praticas 265 desinfecções, em prédios, na cidade de São Luiz, a saber: Escolas publicas ...3	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.23
	De Março a Abril de 1923, occorreu um surto epidemico de varíola nesta Cidade.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p. 201

	Pela propaganda de preceitos sanitarios; pela educação do povo; pela vacinação anti-variólica; pela hygiene das habitações vacantes e pela policia sanitaria emfim.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.202
	A falta de instrução popular, o analfabetismo, tem sido e será o maior entrave á applicação dos preceitos prophylacticos.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.192
	Predominam as casas de taipa, sem reboco, com cobertura de palha e chão de terra batida, muitas vezes exíguas para o crescido numero de moradores	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.192
	Os dejectos humanos são geral mente atirados á superficie do sólo dos quiutaes, acarretando esse habito reinfestações continuas por vermes que espoliam e aniquilam os seus moradores.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.192
	estas habitações, falhas de conforto pela má natureza da construcção prestam-se magnificamente para abrigo de insectos nocivos, alguns, certa mente, vehiculadores de doenças contagiosas, contribuindo des te modo para attentar contra a saúde das pessoas nellas residentes.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.192
SÃO LUÍS	Jaziam neste pé as cousas quando, em 5 de Abril de 1922, a Filial do Instituto Oswaldo Cruz installou, nesta Cidade, a «Secção de Instituto Pásteur», a qual vem prestando ao povo os bons serviçog que se podem esperar de um instituto anti-rabico.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.67
	«Postos» bastante diminuidos, em virtude da actividade da commissão achar-se voltada, especialmente, para o combate á peste bubonica, que assolára o Estado.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.67
	Policia Sanitária-“E, todavia, sem a visitação sanitaria domiciliar syatematica, acreditamos, o «Serviço de Hygiene do Estado» ficará privado duma das medidas basicas, essenciaes ao seu bom andamento.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.67
	“o facto, porém, dos Inspectores encarregados do «Serviço de Hygiene do Esta- do» exercerem concomitantemente outras funcções no «Serviço de Saneamento e Prophylaxia» serviu de motivo, até certo pon to, para explicar o pouco exito do nosso tentame.”	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.67
ROSÁRIO	“Coluna ‘Peste’: 83 ocorrências em 266 páginas”	O Rosariense, 1903
	“A peste é doença de lugares sujos... casas imundas...”	O Rosariense, 1 jan 1903
	“Médicos regionaes... combater affecções palustres”	O Rosariense, 1 jan 1903
	“Soro Yersin... postos vaccínicos preventivos”	O Rosariense, 11 out 1903
	“Meios de evitar a peste: destruir ratos... higiene da casa...”	O Rosariense, 11 out 1903
	“Estado sanitário bom: apenas dois óbitos...”	O Rosariense, 1903

	“Municípios em quarentena...”	O Rosariense, 11 mar 1904
	“Postura Nº.32 [...]Art. 1º. Receita R\$. 4.220\$000[...] Despesas R\$ 3.858\$000[...] com Intendencia e Secretaria da Camara”	O Rosariense, 16 de janeiro de 1903 Postura n.32 de 28 de dezembro de 1902
CODÓ	“Delegado de Hygiene telegrafou ao Diretor da Saúde Pública do Estado [...]providencias a invasão da gripe”	A Escola, 30 de novembro de 1918, p.2.
	“Chegou a terrível influenza hespanhola”	A Escola, 30 de novembro de 1918, p.2.
	“[...] depósitos d’agua fedentina e pestilencial. Se a vida do povo interessa[...] a municipalidade, digne-se esta a velar por aquelle.	A Lampada, 1 de março de 1893, p.4.
CAXIAS	“Causa nojo [...]alguns lugares desta cidade[...]	Gazeta, 1 de setembro de 1887, p.3.
	“[...] depósitos de lixo e toda qualidade de immundicias. Ao senhor fiscal cumpre olhar isso”	Gazeta, 1 de setembro de 1887, p.3.
	“Os médicos nos aconselham a respirar pela manhã o, ar inocente e puro que os raios solares não aqueceram ainda.	A Escola, 23 de junho de 1928, p.2.
	O passeio de domingo passado foi um ótimo exercício.	A Escola, 8 de agosto de 1928, p.2.
	Porque, se uma pessoa sofre de erupção sypplítica, em vez de procurar medico, nao! Procura logo um curandeiro!	A Escola, 20 de setembro de 1928, p.3.
	Ao Povo do Maranhão: Trabalhador intellectual, como pregador cívico, habituado a dizer-te a verdade, há mais de dous decenniosos que venho dizer-te sempre pelo bem da nossa gente[...] II Nacionalização do ensino primário; III Systematização do problema nacional de saúde publica e saneamento rural federalizado-Educação Hygienica; Estão, ahi ainda insolúveis todos os teus problemas	A Escola, 8 de dezembro de 1933, p.2.
CAXIAS	E' a raiva doença victaes	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.67
	endemica nos cães de São Luiz, bem como nos da maioria das cidades do interior do Estado.[...] em Caxias } 3	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.67

	[...]surpreendidos pelo apparecimento de dois casos de variola na cidade de Caxias.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.98
	o Serviço de Saneamento concentrou sua actividade nos dois focos reinantes no Estado - S. Luiz e Caxias.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.99
	Na sede do Serviço, na Capitania do Porto, no Hospital Rural, na Estação da Estrada de Ferro S. Luiz-Therezina, serviu ele vacinação systematica nos Collegios. Em Caxias: Na Sede do Posto e na Estação de Estrada de Ferro. Em Flôres.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.99
	Em 1923 as vaccinações e revaccinações de variola foram effectuadas nas seguintes localidades: total 16.676 SLZ e 4.279 Caxias.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.103
	Assim é que estavam em actividade, nessa epoca, apenas o Posto de S. Luiz, o do, Anil e o de Caxias	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.179
	O Dispensario de Caxias, foco activo de lepra,	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.260
BARRA DO CORDA	Foi também objecto da atenção do Congresso a civilização dos índios. E' uma raça quase proscripta, mas que está no Brazil e temos o dever de ampara-la. Fornecer o orçamento alguns meios para que sejam civilizados os índios e sabeis que este serviço está entregue a uma pessoa de alta competência, provada por seu character elevado e por seus esforços cheios de abnegação	ANNAES DO CONGRESSO DO ESTADO DO MARANHÃO 2ª Sessão Ordinária da 2ª legislatura. MARANHÃO 1896. Discurso proferido na sessão de 4 de abril de 1895 pelo Sr. Benedito Leite. Sobre a reforma da instrucção publica p.15
CAROLINA	Em alguns municipios .do Estado, o censo já foi precisamente feito[...]Esses municipios ficam principalmente no sertão do Estado, onde a lepra é mais ou menos rara, tornando-se raríssima em alguns delles, como Carolina, Imperatriz, S. José e os Mattões, etc.	Relatório do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão, 1925, p.192

APÊNDICE G – Quadro - Educação e Hygiene

CIDADE	CITAÇÃO DIRETA	FONTE
	“[...] é a instrução a porta sempre aberta a todos os caminhos da vida”	A Escola, 23 de novembro 1924, p.3.
	“O ensino moderno [...] um pouco de sciencia experimental, dezenho, instrução cívica e moral”	A Escola, 9 de outubro 1909. p.18.
	“[...] mal sabe conhecer algumas letras do alfabeto portuguez[...]família, mandado-o estudar na europa, só por que dispões de alguma furtuna[...]”	A Escola, 5 de novembro de 1878, p.1.
	“Vou botar-te em um collegio, para te instruíres. Trata de aprender, pois sou vivente e tenho de desaparecer deste mundo[...]”	A Escola, 4 de abril de 1924, p.5.
	Para educarmos convenientemente o intellecto é condição necessária e precisa a convivência dos bons livros[...]”	A Escola, 3 de maio de 1923, p.3.
SÃO LUIS	“[...] no interior [...] a instrução é incompleta, como que vai se anulando”	O Rosariense, 16 de janeiro 1903, p.1.
	“A instrução cívica tem grandeado a atenção dos reformadores [...] figura como parte obrigatória nos programas escolares”	O Rosariense, 21 de setembro de 1903, p.1.
	“[...] mal sabe conhecer algumas letras do alfabeto portuguez[...]família, mandado-o estudar na europa, só por que dispões de alguma furtuna[...]”	A Escola, 5 de novembro de 1878, p.1.
	“[...] no interior [...] a instrução é incompleta, como que vai se anulando”	O Rosariense, 16 de janeiro 1903, p.1.
	A oficialização da Educação Física como disciplina obrigatória ocorreu com o Decreto nº 27, de 1903, e o Decreto nº 28, que cria o cargo de Diretor de Educação Física: “[...] nomeado para desempenhar esse cargo, o professor Miguel Hoerhann, que se tem mostrado solícito no cumprimento de seus deveres”	Relatório de Governador, 1904.

	EDUCAÇÃO PHYSICA Por Decreto n.º 27 foi instituída a Educação Physica com character obrigatório, e pelo Decreto n.º 28 de 1903 lei creado o logar de Director do referido ensino sendo por Portaria de n.º 27 de 1903 de Maio, nomeado para desempenhar esse cargo, o professor Miguel Hoerhann, que se tem mostrado solícito no cumprimento de seus deveres. Não oferecendo o Lyceu um salão nas condições de poder funcionar com segurança a aula de gymnastica passou ella a funcionar na Escola Pública, a rua do sól (1904).	Decreto nº 27
	Pela Educação Physica “Todos estes melhoramentos e cuidados hygienicos apresentam beneficios inestimáveis para o povo porque constituem uma defesa contra as epidemias.	Pacotilha, 3 de Abril de 1905, p.4)
	O depauperamento physico que geralmente se nota na nossa infância, é mais pronunciado na maior parte destes alumnos; estado este que desaparecerá com a continuação methodica dos exercícios physicos. Assim mesmo o aproveitamento dos alumnos destas Escolas, foi bastante satisfactorio (1904)	1905, Alexandre Collares Moreira Junior Vice-governador, 10-18, 5-9, João Nepomuceno de Souza Machado, 100-131, Felicissimo Rodrigues Fernandes, 163-169
	RELATÓRIO A EDUCAÇÃO FÍSICA. O relatório destaca a obrigatoriedade da matéria a partir Decreto nº 27 de 27 de maio 1903. E pelo Decreto n.º 28 criou um destaque a partir das experiencias educativas nas escolas Lyceu, Escola Normal, Escola Modelo Benedito Leite, escolas estaduais e para esse ramo de ensino foi criado o lugar do diretor de Educação Physica. (1904)	1905, Alexandre Collares Moreira Junior Vice-governador, 10-18, 5-9, João Nepomuceno de Souza Machado, 100-131, Felicissimo Rodrigues Fernandes, 163-169

SÃO LUÍS	Em 4 de Novembro do cidadão Joaquim dos Santos Sardinha para membro da Comissão Escolar de Carolina. Ano de diminuição de matriculas na capital e nas Escolas Estaduaes dos municípios o relatório aponta uma matéria e outra na Escola Modelo. Pelo exposto chega-se à convicção de que não há capital brasileira alguma que, em matéria de Educação Physica, possa comparar-se com a do Maranhão. Da veracidade desta asseveração ficará compenetrado quem de perto quizer examinar o progresso que nesta matéria, em tão curto espaço de tempo, aqui se tem feito." Este importante ramo de instrucção é aqui methodicamente facultado a toda infância escolar, tornando-se assim esta matéria, entre nós, uma realidade	1906, Alexandre Collares Moreira Junior Vice- governador, 13-15, 20-25, João Nepomuceno de Souza Machado, 80-87, Felicissimo Rodrigues Fernandes, 86-98
	“O ensino moderno [...] um pouco de sciencia experimental, dezenho, instrucção cívica e moral”	A Escola, 9 de outubro 1909. p.18.
	Para educarmos convenientemente o intellecto é condição necessária e precisa a convivência dos bons livros[...]"	A Escola, 3 de maio de 1923, p.3.
	“Vou botar-te em um collegio, para te instruíres. Trata de aprender, pois sou vivente e tenho de desaparecer deste mundo[...]"	A Escola, 4 de abril de 1924, p.5.
	“[...] é a instrucção a porta sempre aberta a todos os caminhos da vida”	A Escola, 23 de novembro 1924, p.3.
	PROGRAMA DA CADEIRA DE PEDAGOGIA PARA O ANNO DE 1930: 4º ANNO PYSCHOLOGIA; PEDOLOGIA: 32º Ponto-A vista, seu exame. 33º Ponto-A audição, seu exame. 34º Ponto- O grau de memória, seu exame. 35º Ponto- O grau de atenção, seu exame. 36º Ponto- A força muscular, seu exame. 37º Ponto-A estatura, seu, exame. 38º Ponto-A circunferência thoracica, seu exame. 32º Ponto- O peso, seu exame.	PROGRAMAS DAS CADEIRAS DO CURSO NORMAL DO LYCEU MERANHENSE PARA O ANNO DE 1930. MARANHÃO Imprensa OFFICIAL, 1930.

	“A instrução cívica tem grandeado a atenção dos reformadores [...] figura como parte obrigatória nos programas escolares”	O Rosariense, 21 de setembro de 1903, p.1.
	Uma boa lei sobre a instrução basta para espalhar por toda a parte os conhecimentos e transformar uma nação.	O Rosariense, 16 de janeiro de 1903, Num.2, p.1.
	[...]mas seja qual for, tenha o mal[...]é fazermos um apelo cívico aos encarregados da nobre função de ensinar de continuem[...]	O Rosariense, 16 de janeiro de 1903, p.2.
	A instrução cívica... figura como parte obrigatória nos programas escolares.”	O Rosariense, 21 set 1903, p.1.
ROSÁRIO	“[...] no interior [...] a instrução é incompleta, como que vai se anulando”	O Rosariense, 16 de janeiro 1903, p.1.
	“A instrução cívica tem grandeado a atenção dos reformadores [...] figura como parte obrigatória nos programas escolares”	O Rosariense, 21 de setembro de 1903, p.1.
	Uma boa lei sobre a instrução basta para espalhar por toda a parte os conhecimentos e transformar uma nação.	O Rosariense, 16 de janeiro de 1903, Num.2, p.1.
	[...]mas seja qual for, tenha o mal[...]é fazermos um apelo cívico aos encarregados da nobre função de ensinar de continuem[...]	O Rosariense, 16 de janeiro de 1903, p.2.
	A instrução cívica... figura como parte obrigatória nos programas escolares.”	O Rosariense, 21 set 1903, p.1.
CODÓ	Teremos a geração futura do Codó apta para a política, apta para a administração, apta para a vida”	A Escola, 28 de Abril de 1918, Anno 1 N.4, p.1
	“Façamos a nossa hygiene moral [...] isolemos os caracteres podres”	Monitor Codoense, 17 de julho de 1898, p.2.
	[...]Estados deve espalhar a instrução até as últimas camadas sociaes[...]	O Correio de Codó, 7 de Maio de 1913, p.1.

	“A instrução é tudo o que de mais caro e de mais útil possuímos[...]	A Escola, 28 de Abril de 1918, p.1.
	Ai muitas crianças[...] que deveriam estar na escola, recebendo instrução e educação[...] e que estão vagabundeando[...]	A Escola, 28 de Abril de 1918, p.1.
	Instrução e educação, na essência são realmente distintas[...] não é fácil distingui-las ou separá-las[...] Matéria: A instrução pública	A Escola, 31 de Dezembro de 1918, p.1.
CAXIAS	“A instrução é a maior carta de recommendação e a herança mais sólida que se pode legar a um filho”	O Parthenon, 1 de maio de 1908, p.6.
	“Estão, ahi ainda insolúveis [...] instrução, transporte, saúde e educação popular. Povo do Maranhão, és livre como sempre”	A Escola, 8 de dezembro de 1930, p.4.
	Cria uma escola riral no logar de Cangalheiros, municípios de Caxias.	LEIS E DECRETOS-MA DECRETO Nº 1.336 de 24 de julho de 1930. P.71
	“[...] na vida, não com armas que firam, mas com a sciencia que é mais poderosa do mundo civilizado”	O Guarany, 8 de fevereiro de 1899, p.2
	Os índios de Barra do Corda e de Grajaú começam a experimentar a benéfica influência da civilização”	O Povir, 21 de fevereiro de 1897, p.1
	CIVILIZAÇÃO DOS INDIOS “[...] ligamos a civilização de tantos brasileiros desprotegidos as sorte, mandamos em auxílio do Instituto em tão boa hora confiado aos Missionários Capuchinos	O Povir, 21 de fevereiro de 1897, p.1
BARRA DO CORDA	Cria três escolas nos logares Cateté, facão e São Bent, no município de Barra do Corda, sendo a primeira do sexo masculino e as outras duas mixtas	LEIS E DECRETOS-MA DECRETO Nº 1.324 de 1º de julho de 1930.p63

CAROLINA	Subvenciona o Externato «Rio Branco», de Carolina. Art. unico. -Fica concedida ao Externato Rio Branco, da cidade de Carolina, dirigido pela professora Crizantina Monturil, a subvenção annual de 600\$000 (seiscentos mil réis); revogadas as disposições em contrario. Henrique José Couto. Secretario Geral do Estado.	DECRETO Nº 1301 de 8 de fevereiro de 1930
	“A instrução é o aperfeiçoamento do intellecto [...] a educação [...] do carácter; [...] sem educação, a pessoa é estúpida e grosseira”	Vida Escolar, 9 de janeiro de 1932
	Mas, uma pessoa sendo instruida e não tendo educação, não vale a pena.	Vida Escolar, 9 de janeiro de 1932, p.1.
	Na educação[...] as faltas contra a disciplina, a obediencia, a subordinação, a ordem, a moral, são mais graves que os erros de grammatica.	Vida Escolar, 30 de abril de 1932p.1.

APÊNDICE H – Quadro - Materialidade da Higiene Escolar

CIDADE	CITAÇÃO DIRETA	FONTE
SÃO LUÍS INFRAESTRUTURA	A Secretaria do Interior precisa de novo regulamento de accôrdo com os seus novos fins. A criação da Repartição de Obras Publicas, sob a direcção do Engenheiro do Estado, impõe-se em vista do desenvolvimento que as obras publicas estão tomando. A instructo publica reclama, como é natural, um cuidado muito particular.	Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Maranhão. 2ª sessão da 10ª. Legislatura, em 5 de Fevereiro de 1920. Pelo EXMº SNR.DR. Urbano Santos da Costa Araujo. Presidente do Estado. MARANHÃO TYP. OFFYICIAL, 1920, p.21
	NA CAPITAL - Lyceu Maranhense (Equiparado ao Collegio Pedro II e com um curso profissional, destinado ao preparo de professoras normalistas). Escola Modelo Benedicto Leite. 9 Grupos Escolares. 4 Escolas izoladas na Cidade. Aprendizado Agricola Christino Cruz, no logar Mayobinha, destinado ao preparo de Feitores Agricolas.	Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Maranhão. 2ª sessão da 10ª. Legislatura, em 5 de Fevereiro de 1920. Pelo EXMº SNR.DR. Urbano Santos da Costa Araujo. Presidente do Estado. MARANHÃO TYP. OFFYICIAL, 1920, p.21
	“Em geral, pelo que sei, as nossas escolas estão installadas em predios inapropriados e lhes falta quasi que por completo o material escolar adequado. E' de urgente necessidade providenciarmos a respeito deste assumpto primordial.”	Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Maranhão. 2ª sessão da 10ª. Legislatura, em 5 de Fevereiro de 1920. Pelo EXMº SNR.DR. Urbano Santos da Costa Araujo. Presidente do Estado. MARANHÃO TYP. OFFYICIAL, 1920, p.22

	Acredito que, mesmo appellando para o concurso dos municipios, poderemos com um pouco de esforço installar nossas escolas em edificios relativamente confortaveis, ao menos limpos e asscados. Sobre o material escolar o Estado deve prover.	Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Maranhão. 2ª sessão da 10ª. Legislatura, em 5 de Fevereiro de 1920. Pelo EXMº SNR.DR. Urbano Santos da Costa Araujo. Presidente do Estado. MARANHÃO TYP. OFFYICIAL, 1920, p.22
	Não é só a capital que precisa de bom ensino. Pelo quadro acima vê-se que, ao passo que aqui existem nove grupos escolares, no resto do Estado inteiro só existe um, em Caxias. Dizem-me que esta desproporção chocante prende-se á aversão que têm as nossas normalistas de acceitarem cargos no interior, queren- do todas uma collocação nesta cidade.	Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Maranhão. 2ª sessão da 10ª. Legislatura, em 5 de Fevereiro de 1920. Pelo EXMº SNR.DR. Urbano Santos da Costa Araujo. Presidente do Estado. MARANHÃO TYP. OFFYICIAL, 1920, p.22
	E' melhor possuirmos menor numero de escolas, installadas em predios apropriados e limpos. 24 máo resultado desta, reforma, tão recente é a data em que entrou em vigor.	Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Maranhão. 2ª sessão da 10ª. Legislatura, em 5 de Fevereiro de 1920. Pelo EXMº SNR.DR. Urbano Santos da Costa Araujo. Presidente do Estado. MARANHÃO TYP. OFFYICIAL, 1920, p.24

	Art.7.º Todo menor de 8 a 12 annos, que residir nas cidades, villas ou povoações onde houver escola publica do Estado sera obrigado a frequentar-a, salvo si: §Único. Não será obrigado a frequentar a escola do Estado, nem tão pouco a municipal ou a particular, o menor que tiver incapacidade physica ou mental, ou sofrer de moléstia contagiosa, ou for tão indigente que não tenha meios de prepara-se para frequentar a aula ainda pelo modo mais modesto.	ANNAES DO CONGRESSO DO ESTADO DO MARANHÃO 2ª Sessão Ordinária da 2ª legislatura. MARANHÃO 1896. Discurso proferido na sessão de 4 de abril de 1895 pelo Sr. Benedito Leite. Sobre a reforma da instrucção publica p.15
	A HYGIENE E O ESTADO DO MARANHÃO	A PACOTILHA, 11 de fevereiro de 1890, n 38, p.2.
SÃO LUÍS INFRAESTRUTURA	“A hygiene de um paiz é muito responsável pelo seu desenvolvimento e engrandecimento”	
	“O Governo do Estado, nestes últimos tempos[...] creou na capital grande número de escolas providas de professores e adjuncias com grande peso para os cofres[...]esses estabelecimentos faltos de aparelhos, moveis e utensílios próprios e até de casa- não passam das velhas escolas de outrora.	A Escola, 10 de março de 1902, p.2
	Do material didactico e mobília escolar “aquisição e distribuição de material didactico às nossas casas de ensino vêm se avolumando consideravelmente, dia a dia. “Foram adquiridos [...] globos geográficos e aparelhos para gymnastica”.	Relatório de governador 1902.
	“[...] Apraz-me verificar, comtudo, que o que se tem feito para dotar as escolas de instalação confortável, hygienicas e pedagogicamente perfeitas,[...]das noventas e três obras em execução, no actual período administrativo, trinta e quatro já estão concluídas[...] ”	O Combate, 1929, p.1 1ª coluna)

	“Dando execução ao programma de reforma do ensino, resolveu o Governo crear a Inspectoria de Hygiene e Assistencia Médica e Dentária Escolar, de acordo com as directrizes traçadas no regulamento do Ensino Primario, approved pelo decreto 7.970 A de 15 de outubro de 1927”	O Combate, 1929, p.1, 2ª coluna.
	VISITAS..... O Sr. Governador do Estado obedecendo os preceitos que encontrou, imitando do tempo da monarquia[...] está visitando os estabelecimentos públicos esatduaes.[...] visitou dois institutos, o Lyceu e a Escola Normal; si há luz e ventilação suficientes nos compartimentos em que funcionam as aulas; si a disposição do edifficio; se possui livros e demais objectos que as exigências do mesmo ensino reclamão. OK	O Combate, 1929, p.1, 2ª coluna.
SÃO LUÍS INFRAESTRUTURA	Alem das medidas sanitárias estabelecidas pelo Regulamento de 26 de fevereiro de 1898, recomendei ao Inspetor de Hygiene que fosse adoptadas as instruções expedidas em 25 de outubro último pela Directoria Geral de Hygiene e Assistencia Publica da Capital Federal	ANNAES DO CONGRESSO DO ESTADO DO MARANHÃO 4º Sessão Ordinária da 3ª legislatura. MARANHÃO,1900, p.34
	“Para efeitos da inspecção medica escolar, foi a Capital dividida em quatro disctrito , cada um a cargo de um medico auxiliado por duas enfermeiras. “Tomadas as medidas prellimina de organização e instalação: - dados estatísticos, impressos, escolhas de edifficio, montagem de gabinetes, preparação de um grupo de enfermeiras, foi de janeiro, inaugurado o primeiro Dispensario Escolar, na Capital. Entre as medidas preliminares acima apontadas , foi conduzido nos mezes de novembro e dezembro, um curso intensivo theorico-pratico destinado as enfermeiras de anatomia e physiologia , socorros de urgência, epidemiologia e hygiene escolar.	PACOTILHA, 8 de fevereiro de 1890 Anno X N.35, p.2

	“O Jornal o combate de propriedade de Rodrigues Machado e Cia Ltda, se intitula jornal de maior circulação no Estado, parços um anno: 30\$000, um semestre 18:000. Em publicação do dia 11 de setembro de 1929, manchete de primeira página, com quatro colunas de explanação, traz a “Mensagem, apresentada pelo Presidente do estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 3ª sessão da 10ª legislatura”. Trantando dos tema: Prédios escolares, Conselho Superior da Instrução, Hygiene escolar e assistência médica e dentaria.	PACOTILHA, 8 de fevereiro de 1890 Anno X N.35, p.2)
	INSPECTORIA DE HYGIENE “o serviço de vacinação será feito amanhã pelo dr. Almir Parga Nina, na rua do Egypto, n.26, das 7 as 9h da manhã”	(PACOTILHA, 29 de janeiro de 1890 Anno X N.25, p.4)
SÃO LUÍS INFRAESTRUTURA	A HYGIENE E O ESTADO DO MARANHÃO A sua existência não se faz sentir somente em épocas de epidemias[...]Ella se faz sentir nas escolas publicas, onde estuda a posição do edificio, a ventilação, o modo pelo qual se faz nas salas, a difusão da luz, examinando todas as condições mesológicas que podem influir no desenvolvimento e bem estar da mocidade[...]	(A PACOTILHA, 11 de fevereiro de 1890, n 38, p.2)
	“Se tivesse pelo menos conversado com o Dr. Inspector sobre os aparelhos, saberia que, ao contrario do que disse o órgão do seu partido e da convicção em que s.exc. se acha, nem o Lyceo, nem a Escola Normal possui os aparelhos indispensáveis para o trabalho. Tem alguns mas faltam muitos. Carência de prédio apropriado a uma escola e a escassez de mobília, de mobília não, digo mal, dos mais exíguos e indispensáveis utensílios de uma casa de ensino. A verba destinada era de dois contos de reis annuaes para ocorrer às despesas de casa, mobília e utensílios das duzentas escolas públicas do interior do estado.	PACOTILHA, 24 de setembro de 1898,n.229, p.3, coluna 4.) (1900, p.3)

	“as Escola Modelo com vasto material e as escolas estaduais com material reduzido, os paes optam pela primeira. Regulamento da Escola Normal e dos Institutos que lhes são jurisdicionados e da Escola Modelo “Benedicto Leite” Maranhão -1905- TYP.FRIAS	
	Funções Do Oficial. Art. 100. Ao Oficial compete: 2.º Ter sob sua guarda a mobília escolar e todo o material de ensino, mediante inventário e sob fiscalização do professor da aula respectiva. (p.28) CAPÍTULO X Dos deveres dos alunos e das penas. & Único. E vedado ao alunos: 2ºEscrever,pintar,desenhar, gravar, ou por qualquer modo sujar, estragar ou damnificar o edificioi, seus moveis, ou utensílios. Ficando sujeito a indenizar qualquer prejuízo por isso cauado, além de penas que para o caso forem impostas[...] p.43 DA ESCOLA MODELO CAPITULO IV Art. 15. As aulas simples e hygienicamente dispostas, com capacidade para lotação máxima de 40 alumnos, serão mobiliadas com bancos carteiras individuais de typo americano ououtro que mais convenduas para os alunos[...] (p.42 e 43) CAPITULO VIII Do Pessoal docente, administrativo e auxiliar. Art. 43. Compete mais aos professores: C) comunicar ao Diretor o aparecimento de qualquer alumno, na classe, com moléstia que suspeitam ser contagiosas. d) velar pela conservação do material didactico. Das servente e do servente-jardineiro. Art.48. As serventes faraõ o asseio do edificio diariamente[...] todos os compartimentos limpos e a mobília em condições de ser utilizada.[...] igualmente dos filtros, trazendo sempre agua, da substituição das toalhas e de tudo mais que fôr concernente aos asseio da casa e do material.	DECRETO n.55 de 27 de junho de 1905.

SÃO LUÍS INFRAESTRUTURA	Funções Do Oficial. Art. 100. Ao Oficial compete: 2.º Ter sob sua guarda a mobília escolar e todo o material de ensino, mediante inventário e sob fiscalização do professor da aula respectiva. (p.28) CAPÍTULO X Dos deveres dos alunos e das penas. & Único. E vedado ao alunos: 2ºEscrever, pintar, desenhar, gravar, ou por qualquer modo sujar, estragar ou damnificar o edificioi, seus moveis, ou utensílios. Ficando sujeito a indenizar qualquer prejuízo por isso cauado, além de penas que para o caso forem impostas[...] p.43 DA ESCOLA MODELO CAPITULO IV Art. 15. As aulas simples e hygienicamente dispostas, com capacidade para lotação máxima de 40 alumnos, serão mobiliadas com bancos carteiras individuais de typo americano ououtro que mais convenduas para os alunos[...] (p.42 e 43) CAPITULO VIII Do Pessoal docente, administrativo e auxiliar. Art. 43. Compete mais aos professores: C) comunicar ao Diretor o aparecimento de qualquer alumno, na classe, com moléstia que suspeitam ser contagiosas. d) velar pela conservação do material didactico. Das servente e do servente-jardineiro. Art.48. As serventes faraõ o asseio do edificio diariamente[...] todos os compartimentos limpos e a mobília em condições de ser utilizada.[...] igualmente dos filtros, trazendo sempre agua, da substituição das toalhas e de tudo mais que fôr concernente aos asseio da casa e do material.	DECRETO n.55 de 27 de junho de 1905.
---	---	---

	Appova o Regulamento do serviço de Sanidade Escolar: Art. Único. Fica aprovado o regulamento que com este baixa, para o serviço de Sanidade Escolar,[...] José Pires Sexto. Luiz Carvalho	DECRETO Nº 1.309 DE 2 DE maio de 1930, p.18. (VER ANEXO)
	CAPÍTULO I Do Serviço de Sanidade Escolar e dos seus fins	
SÃO LUÍS INFRAESTRUTURA	ART.1º A Inspeção medico- escolar tem por fim zelar pela saúde dos almos das escolas publicas e particulares e verificar se os estabelecimentos de ensino , construcção, ventilação, abastecimento de d'agua, e se o mobiliário e material escolar são adequados ao fim a que se destinam e secundário satisfazem as condições de hygiene, do ponto de vista da localisação	REGULAMENTO a que se refere o decreto Nº 1.309 DE 2 de maio de 1930, p.19. (VER ANEXO)
	“E’ intensa e ininterrupta a actividade desenvolvida pelo governo no dominio da construcção, adaptação e aparelhagem de prédios escolares que contenham a multidão crescente de alunos matriculados nos cursos primários e normal mantidos no Estado. Cerca de vinte mil contos já foram despendidos[...].”	[...](O Combate, 1929, p.1 1ª coluna)
	“Cada districto tem aproximadamente 4.000 alumnos. em visita ás escolas, é feita a Inspeção sanitária, dos edificios e seus anexos, mobiliários e material de ensino. E’ feito um exame methodico e completo dos alunos, sendo os resultados anno anotados em fichas especiaes.”	[...](O Combate, 1929, p.1 1ª coluna)

	segundo o relatório a verba destinada não se conseguiria mobiliar convenientemente trez ou quatro escola” Falta de infraestrutura: escolas há em que os alunos, pelo seu número crescido, se localização na sala, quarto e varanda do prédio, tendo, entretanto, de ser o seu trabalho dirigido e inspecionado por ela mesma professora e estando todos eles na mesma ocasião entregues a vários exercícios. A este inconveniente, que é grande junta-se os falta de luz, ventilação suficiente, impossibilidade de separar os alunos, por classe, em vistas das proporções acanhadas dos edifícios, que não permitem atender-se a este princípio de ordem: ausência de lugar apropriado para recreio e exercícios de gynamnasticos	(1902, p.157).”
	Por sua vez a mobília escolar muito deixa a desejar, acrescendo ao facto de sua impropriedade achar-se toda ella necessitada de reparos.” “Consegui, utilizando da autorização que me destes, prover, em parte, a uma outra falta que notava nas ditas escolas e que tornava impraticável a adopção dos methodos modernos nos aludidos institutos. Refiro-me ao material escolar conveniente que nenhuma dellas existia para effectuar o ensino intuitivo”	
	O relatório de 1902 apresenta um panorama das deficiências estruturais das escolas estaduais do Maranhão, ressaltando problemas de espaço, iluminação, ventilação, organização pedagógica e falta de materiais adequados para o ensino. Essas dificuldades comprometiam tanto o conforto e a saúde dos alunos quanto a qualidade da educação oferecida, dificultando a adoção de métodos pedagógicos mais modernos.(1903)	

	Aquisição de material para Escola Normal: Lentes e oculares do microscópio de Verich, esqueleto de Paris, aparelho geográfico de Girot, aparelhos de gymnastica (6 barras de ferro, 9 pares de massa de madeira, 10 pares de alteres e 7 punhos de luta).(1903)	
	A mobília mandada do Rio de Janeiro (mesa para sessões da congregação. Foram acrescidos aos materiais já existente quadro muraes de physica, para cada escola estadual os aparelhos de gymnastica, barra paralelas, barras de ferro, parese de massa, punho de luta par de halteres (Godois, maranhão 1903)	
	O ensino primário do interior sendo dirigido pelo diretor do Lyceu (Inspetor Geral da Instrucção Pública. (1904)	
	O ensino primário do interior sendo dirigido pelo diretor do Lyceu (Inspetor Geral da Instrucção Pública. (1904)	
	Acceitando as propostas que me fizeram os cidadãos Annibal Mascarenhas e Milton Barbosa Lima, resolvi subvencionar com Rs.200\$000 mensaes os externatos que o primeiro se comprometeu a fundar em Carolina e o último na Villa de Imperatriz (1904).”	
	“[...] Apraz-me verificar, comtudo , que o que se tem feito para dotar as escolas de instalação confortável, hygienicas e pedagogicamente perfeitas,[...]das noventas e três obras em execução, no actual período administrativo, trinta e quatro já estão concluídas[...] Materia: Jardins da infância de Froebel	O Combate, 1929, p.1 1ª coluna)
ROSÁRIO	“era uma intenção de Froebel fazer do Kandergarte uma escola prática, em que a cerança podesse ter cultura physica e moral.	

	Matéria: Ensino no Interior do Estado Em visitas que tem feito as escolas de sua circunscrição, o mesmo do outras estranhas. Só tem tido impressão de lastima á respeito de muitas dellas. Funcionam em geral (até algumas das sédes das villas) em salas sem nenhum aspecto escolar; despidas de móveis, de quadros, de livros, de tudo. E quando porventura, existem alguns móveis e utensílios são maltratados ou estragados.	ROSARIENSE. Anno I E. do Maranhão. Rosário, 11 de fevereiro de 1903. NUM. 4, p.1)
	“[...] ao passo que a população escolar cresce, os nossos estabelecimentos de ensino se conservam quase os mesmos”	ROSARIENSE. Anno I E. do Maranhão. Rosário, 11 de junho de 1903. NUM. 16, p.1)
CODÓ	Matéria publicada em A Escola de Codó: INSTITUTO JOÃO LISBOA-CODÓ O Governador do Estado, por decreto de 27 do mês próximo passado, suspendeu as aulas deste instituto, inaugurado em Caxias a 3 de fevereiro deste anno sendo por ordem do mesmo governador entregue todo o mobiliário ao coletor estadual daquela cidade. Por esse motivo alguns alunos do estabelecimento, após a entrega dos moveis, forçaram a porta do instituto, que fora, pouco antes, fechada à chave pelo coletor, e atiraram pela janela parte dos moveis e mapas ali existentes. A policia compareceu ao local.	A Escola de Codó: A Escola, 26 de maio de 1918, p.2.
	Getúlio das Neves, Rio, 15 de janeiro de 1918. “[...]no campo como nas Villas e cidades, onde quer que haja uma chácara, um terreno vago annexi à habitação, as moças e rapazes poderão encontrar prazer, uma distracção eum exercício hygienico para as horas desocupadas [...]”(A Escola, 26 de maio 1918, Anno 1, N.5 p.3)	A Escola, 26 de maio 1918, p.3.
CAXIAS	A instrucção publica reclama, como é natural, um cuidado muito particular. A Secretaria do Interior forneceu-me a seguinte nota a	

	respeito dos nossos estabelecimentos de ensino e o que com elles se despende: NO INTERIOR – 1 Grupo Escolar em Caxias.	A Escola, Caxias, 8 de dezembro de 1930, N.143, p.2)”
	“O que venho dizer-te sempre pelo bem da nossa gente[...] II- Nacionalização do ensino primário obrigatório, Educação Physica [...]A Escola, Caxias, 8 de dezembro de 1930, N.143, p.2)”	A Escola, Caxias, 8 de dezembro de 1930, N.143, p.2)”
BARRA DO CORDA	Não encontrei nenhuma matéria sobre esta categoria nos jornais literário. Simples, O Guarany, O Povir.	Não encontrei nenhuma matéria sobre esta categoria nos jornais literário. Simples, O Guarany, O Povir.
CAROLINA	PROF. D. NANNA BRITTO No sabbado, 23 do corrente, o Instituto Renascença recebeu a visita da exma Professora Publica de P. Alfonso. Ana Brito, digna esposa do Sr. Antonie Inhô. Após uma ligeira palestra e assistencia dos exercicios gymnasticos e aula de récita, d. Nanna Britto manifestou suu impressão em lisongeiras palavras que a Directoria agradeceu plena de satisfação. Materia: Pela educação profissional. “ O trabalho manual e a educação physica estão de tal maneira identificados que não podemos tratar de um sem atender de outro,[...]	VIDA ESCOLAR

	Reforma de material escolar O Instituto Renascença recebeu de S. Paulo neste mez, e começou a utilizar, excellente material escolar como seja: um globo geographico comercial do Curso do dr. A. Krause, excutado na Allemanha, com 33cm de diametro e meridiano de metal; uma collecção de 15 quadros grandes trichromia, para o ensino de Linguagem; outros tantos para o ensino intuitivo de Arithmetica; uma collecção de 26 quadros artisticos para o ensino de Historia da Patria. Acha-se assim o L.E. de parabens e melhor aparelhado para completar o ensino ministrado aos seus numerosos alunnon de Arithmetica; uma collecção de 26 quadros artisticos para o ensino de Historia Fairia Acha-se assim o L.E. de parabéns e melhor apparolhado para completar o ensino ministrado nos alunnon	VIDA ESCOLAR
	Somos um povo livre e com foros de civilização, aqui taxemos todos os impostos	O TOCANTINS Carolina- (MARANHÃO) 15 de Março de 1914 . NUM
	que nos trabutam. Correndo assim,largamente para as rendas federais e estaduais. Figuramos com destaque nos mapas chorograficos, mas em realidade, somos um povo esquecido, postegardos no nossos direitos de civilização	O TOCANTINS Carolina- (MARANHÃO) 15 de Março de 1914 . NUM .
	Trevas desarmonia e lutas! Nessas sombras negras que o espirito de pessimismo e epprenensios julgam ver pesar sobre a consciência da Patria	O TOCANTINS Carolina- (MARANHÃO) 1 de Abril de 1914 . NUM .

ANEXOS

ANEXO A – Instrução Pública dos Municípios

SERVIÇO DE ESTATISTICA																
DA																
Secretaria do Interior do Estado do Maranhão																
Instrução Publica Primaria referente aos meses de Julho a Novembro de 1914-																
Municípios	Anno	Mez	ESCOLAS				MATRICULA			Frequencia media			Alunos propostos no mes			TOTAL
			Sexo mascul.	Sexo femia.	MIXTA	TOTAL	Sexo mascul.	Sexo femia.	TOTAL	Sexo mascul.	Sexo femia.	TOTAL	Sexo mascul.	Sexo femia.	TOTAL	
Capital	1914	Dezembro	1	—	9	9	34	384	422	194	1 602	1 096	—	11	11	11
Caxias	"	"	1	—	3	3	62	102	214	287	744	1 025	—	9	9	9
Alcanana	"	"	—	—	2 (1)	2	—	56	56	—	179	179	—	—	—	—
Codó	"	"	—	—	2 (2)	2	—	62	68	—	285	288	—	—	—	—
São Bento	"	"	—	—	3	3	—	128	138	—	570	570	—	—	—	—
Barra do Corda	"	"	2	—	1	3	78	43	121	497	178	675	—	—	—	—
Brejão	"	"	1	—	1	2	80	32	112	441	152	588	—	—	—	—
Carolina	"	"	1	—	1	2	45	42	87	267	126	393	—	—	—	—
Graciosa	"	"	1	—	1	2	84	45	129	409	277	726	—	—	—	—
Imperatriz-mirim	"	"	—	—	2 (3)	2	—	32	32	—	185	185	—	—	—	—
Rosário	"	"	—	—	3	3	—	103	160	—	630	630	—	—	—	—
Viana	"	"	1	—	4	5	48	151	199	258	917	1 176	—	—	—	—
Picos	"	"	1	—	1	2	40	42	82	328	238	467	—	—	—	—
Tury assô	"	"	1	—	1	2	43	41	84	263	251	514	—	—	—	—
Vicência do Alto Paranaíba	"	"	1	—	1 (4)	2	36	—	36	24	—	—	—	—	—	—
Povo do Lumar	"	"	1	—	4	5	48	119	167	291	727	1 008	—	—	—	—
São Vicente Fecrer	"	"	—	—	3	3	—	127	127	—	729	729	—	—	—	—
Cajariô	"	"	—	—	2	2	—	179	179	—	687	687	—	—	—	—
Guimarães	"	"	1	—	3 (5)	4	32	131	163	66	798	1 654	—	—	—	—
Pinhito	"	"	1	—	1	2	46	48	94	28	352	352	—	—	—	—
Curupá	"	"	1	—	1	2	—	47	77	169	284	450	—	—	—	—
Santa Helena	"	"	—	—	1	1	—	31	31	—	130	130	—	—	—	—
Mangá	"	"	—	—	1	1	—	38	38	—	216	216	—	—	—	—
Vicência do Baixo Meirim	"	"	—	—	2	2	—	40	40	—	209	209	—	—	—	—
Penalva	"	"	—	—	2	2	—	66	66	—	298	298	—	—	—	—
Arari	"	"	1	—	1	2	52	90	82	352	179	531	—	—	—	—
São Luiz Gonzaga	"	"	—	—	1	1	—	84	84	—	26	266	—	—	—	—
Anajibia	"	"	—	—	1	1	—	46	46	—	278	278	—	—	—	—
Coratã	"	"	—	—	1	1	—	35	35	—	182	182	—	—	—	—
Vargem Grande	"	"	—	—	1	1	—	28	28	—	184	184	—	—	—	—
Pedreiras	"	"	—	—	1	1	—	38	38	—	171	171	—	—	—	—
São José dos Matões	"	"	—	—	1	1	—	25	25	—	154	154	—	—	—	—
Passagem Franca	"	"	—	—	1	1	—	17	17	—	103	103	—	—	—	—
São Francisco	"	"	—	—	1	1	—	34	34	—	206	206	—	—	—	—
Imperatriz	"	"	—	—	1	1	—	34	34	—	215	215	—	—	—	—
Riochão	"	"	—	—	1	1	—	28	28	—	168	168	—	—	—	—
Loreto	"	"	—	—	1	1	—	18	18	—	135	135	—	—	—	—
Parque Bom (6)	"	"	—	—	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mirador (7)	"	"	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Montão	"	"	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São João das Flores	"	"	1	—	3 (6)	4	62	62	79	371	441	—	—	—	—	—
Curralinho	"	"	—	—	1	1	—	32	32	—	197	197	—	—	—	—
Imatã	"	"	—	—	2	2	—	32	32	—	233	238	—	—	—	—
Buriti	"	"	—	—	1	1	—	59	50	—	303	308	—	—	—	—
São Bernardo	"	"	—	—	1	1	—	35	33	—	199	199	—	—	—	—
Barreirinhas	"	"	—	—	2	2	—	46	46	—	279	279	—	—	—	—
Carapicó	"	"	—	—	1	1	—	27	27	—	292	292	—	—	—	—
Chapadinha	"	"	—	—	1	1	—	37	47	—	165	165	—	—	—	—
Nova York	"	"	—	—	1	1	—	19	19	—	78	78	—	—	—	—
Tutóia	"	"	—	—	1	1	—	32	32	—	168	168	—	—	—	—
Santo Antonio de Bales (9)	"	"	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ararióes	"	"	—	—	1	1	—	34	32	—	197	197	—	—	—	—
Flores (10)	"	"	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Quitéria	"	"	—	—	1	1	—	27	27	—	82	82	—	—	—	—
Baço do Grajaú (11)	"	"	—	—	1	1	—	23	23	—	68	68	—	—	—	—
São José de Ribamar	"	"	—	—	1	1	—	33	33	—	229	229	—	—	—	—
Foz do Balsas	"	"	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Morro	"	"	—	—	1	1	—	43	43	—	216	270	—	—	—	—
			16		94	112	780	3,472	3,450	4,228	14,382	30,653	6	49	46	

- (1) Só funcionava uma escola.
- (2) Idem, idem.
- (3) Só funcionava uma escola.
- (4) Não consta a frequência.
- (5) Não é estabelecida a frequência em «Comuna».
- (6) Não consta matrícula sem frequência.
- (7) Idem, idem.
- (8) Só funcionavam 2 escolas.
- (9) Começou a funcionar em 10 de Novembro de 1914.
- (10) Ignorada a matrícula e frequência.
- (11) Começou a funcionar em Outubro de 1914.

ANEXO B— Decreto e Regulamento do Serviço de Sanidade Escolar

